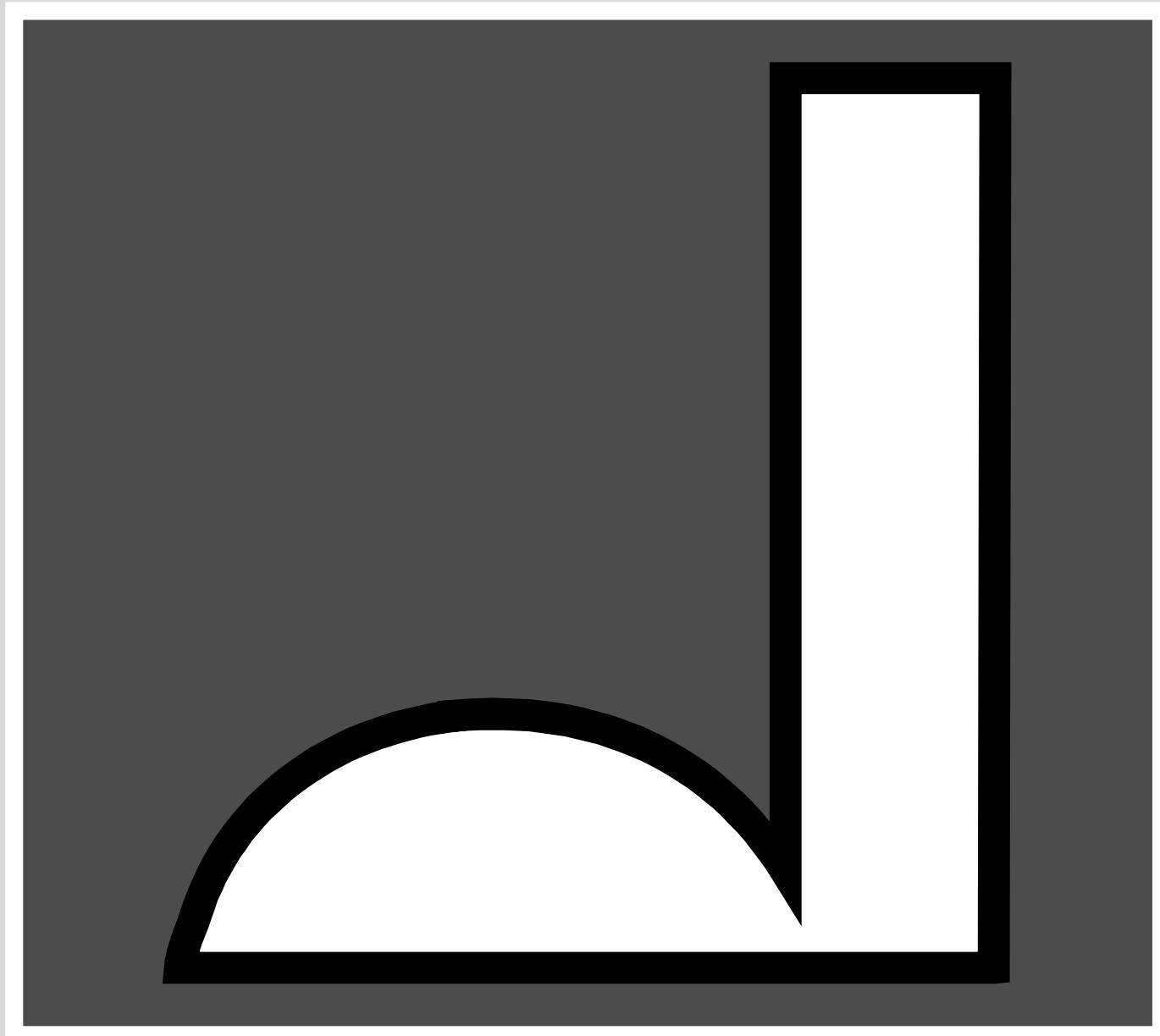




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 008 - QUARTA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA OS SENHORES SENADORES PARA A PRIMEIRA REUNIÃO PREPARATÓRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA, A REALIZAR-SE NO DIA 14 DO CORRENTE, ÀS QUINZE HORAS, DESTINADA À ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL PARA O BIÊNIO 2001/2002.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias, para tramitação, a partir do dia 16 de fevereiro de 2001, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000 – Complementar, sendo a matéria remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para emitir parecer sobre as emendas de Plenário, nos termos da Mensagem nº 1.146/2001, na origem, do Presidente da República..... 00617

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias, para tramitação, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Assuntos Sociais, a partir do dia 16 de fevereiro de 2001, ao Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999 – Complementar, nos termos da Mensagem nº 1.147/2001, na origem do Sr. Presidente da República..... 00617

1.2.2 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 14/2001, de 12 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1996 (nº 3.161/97, naquela Casa), de

autoria da Senadora Emília Fernandes, que dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas. O projeto vai ao Arquivo 00617

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Fernando Bezerra, referente à reassunção ao mandato de Senador, a partir dessa data, e presta informações 00618

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO HARTUNG, como Líder – Considerações sobre a próxima reunião do Comitê de Política Monetária – Copom, e a possibilidade de queda dos juros com retomada do crescimento econômico do País..... 00618

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Reflexões sobre o desenvolvimento racional da Amazônia..... 00619

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 13, de 2001, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Jornalista, Advogado e ex-Dirigente do PSB, José Rosa de Oliveira Neto, do Estado de Sergipe, ocorrido em 12 do corrente. **Aprovado**, após usar da palavra o autor. 00625

1.2.6 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR <i>EDUARDO SUPILCY</i> – Anúncio, pelo Presidente da República, de modificações no Programa de Bolsa Escola, na Lei nº 9.533, de 1997.	00626	de Justiça do Paraná; Procuradoria-Geral de Justiça de Tocantins; do Juiz-Corregedor do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, Procuradoria da República de Minas Gerais, Procuradoria-Geral de Justiça da Bahia e do Deputado Federal Inácio Arruda, respectivamente, nºs 027 e 504/2001, de 15-1 e 24-1-2001, Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo e do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo, respectivamente, solicitando documentos referentes à denúncias individuais apresentadas perante a CPI do Judiciário e encaimhadas pela Presidência do Senado Federal aos órgãos competentes.	00644
SENADOR <i>ROBERTO FREIRE</i> , como Líder – Concordância com o teor do artigo da jornalista Dora Kramer, na coluna “Coisas da Política”, na edição de hoje, do Jornal do Brasil , no qual critica a utilização de grampo telefônico nas dependências do Congresso Nacional.	00635		
SENADOR <i>NEY SUASSUNA</i> – Apelo ao Ministro do Planejamento para que repasse os recursos necessários à Sudene, possibilitando a distribuição de água às regiões atingidas pela seca. Apoio à busca de uma solução definitiva para o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.	00638	1.3 – ORDEM DO DIA Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social). Aprovado com as Emendas nºs 1 e 2 , lidas nesta oportunidade, após parecer de plenário (Parecer nº 5, de 2001). À Comissão Diretora para redação final.....	00646
SENADOR <i>RAMEZ TEBET</i> – Apelo ao governador do Estado do Mato Grosso do Sul para que atenda às reivindicações dos Defensores Públicos daquele Estado.	00639		
1.2.7 – Leitura de requerimento Nº 14, de 2001, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando ao Ministro do Trabalho e Emprego as informações que menciona. À Mesa para decisão.	00641		
1.2.8 – Ofício da Ordem dos Advogados do Brasil Nº 001/2001, de 9 do corrente, do Dr. Reginaldo Oscar de Castro cumprimentando o encerramento do mandato do Senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional. À publicação.	00642	Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (Parecer nº 6, de 2001-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados.	00647
1.2.9 – Fala da Presidência (Senador Antonio Carlos Magalhães) Considerações sobre o ofício do ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Reginaldo Oscar de Castro.	00642	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Desmentido à notícia veiculada na imprensa sobre supostos entendimentos seus com senadores da oposição visando sua sucessão.	00648
1.2.10 – Ofícios Nº 57/2001, de 1º de fevereiro do corrente, da Assembléia Legislativa de São Paulo, informando providências adotadas relativamente às recomendações contidas no Relatório Final da CPI dos Precatórios/Títulos Públicos.	00642	SENADOR <i>GERALDO CÂNDIDO</i> – Preocupação com a iminência de uma epidemia de dengue na cidade do Rio de Janeiro. Premência no cumprimento de decisão judicial que determina a reintegração dos mata-mosquitos, pela Fundação Nacional de Saúde.	00648
Nºs 2.041 e 1.786/2000, de 11 de dezembro de 2000, e 28, de agosto de 2000, da Corregedoria-Geral da Justiça de Goiás e da Corregedoria-Geral de Justiça do Mato Grosso, respectivamente, informando providências adotadas relativamente a denúncias protocoladas perante à CPI do Judiciário.	00643	SENADOR <i>EDUARDO SUPILCY</i> – Defesa do adiamento da criação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Apelo aos candidatos à Presidência do Senado Federal para que compareçam ao Plenário para expor suas propostas, a exemplo do que fez o Senador Jefferson Péres, candidato do Bloco de Oposição. Elogios a atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães na presidência do Senado Federal.	00649
Nºs 714, 702, 177, 1.297, 8.210, 1.374, 515, 791, 04/2000, de 22-8, 19, 26 e 27-12, 16-11, 18 e 31-7 e 23-8 de 2000, das Procuradoria-Geral do Pará; 2ª Subprocuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro; Subprocuradoria-Geral		O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Resposta ao Sr. Eduardo Suplicy, destacando sua exemplar atuação como parlamentar.	00653

1.3.2 – Homenagens

Dos Senadores Lauro Campos, José Fogaca, Roberto Requião, José Roberto Arruda, Geraldo Melo, Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Edison Lobão, Pedro Piva, Valmir Amaral, Arlindo Porto, Mauro Miranda, Moreira Mendes, Maguito Vilela, José Alencar e Djalma Bessa, – Pronunciamentos de homenagens ao Presidente Antônio Carlos Magalhães, por ocasião de sua despedida da Presidência da Casa, tendo usado da palavra o homenageado.

1.3.3 – Leitura de requerimento

Nº 14-A, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 – Complementar, que acrescenta dispositivo à Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário com o exercício financeiro. Será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.. .

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro da intenção da Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar um corredor ecológico no cerrado brasileiro.

SENADOR ROMERO JUCÁ – Análise do trabalho intitulado “População jovem no Brasil”, da série “Estudos e pesquisas” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Preocupação com os riscos da técnica da clonagem humana.....

SENADOR MAGUITO VILELA – Comentários à intenção do Ministro dos Esportes Carlos Melles, em ampliar o prazo de adaptação dos clubes à Lei do Passe e do tempo mínimo de vigência do primeiro contrato. Preocupação com as propostas de alterações na Lei do Esporte.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Considerações sobre o processo de concentração fundiária no País.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de junho de 2000, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 13-2-2001

4 – EMENDAS

Nºs 16 a 19, adicionadas à Medida Provisória nº 2.084-71, de 2001.

Nºs 6 a 12, adicionadas à Medida Provisória nº 2.062-62, de 2001.

5 – ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

00654	1ª a 8ª Reuniões (Instalação e Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto), realizadas em 10, 30 de maio, 13, 27, de junho, 16, 30, de agosto e 20 de setembro de 1995, respectivamente.	00702
	1ª a 3ª Reuniões (Audiência Pública), realizadas em 28 de maio, 13 de junho e 27 de novembro de 1996, respectivamente.	00706
	1ª a 11ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 20 de março, 2, 24, de abril, 7, de maio 16 de julho, 28 de agosto, 4, 23 de setembro, 21 de outubro, 25, de novembro, 2, 4 de dezembro de 1997, respectivamente.	00708
	1ª a 4ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 17 de março, 16, 29, abril, 14 de maio de 1998, respectivamente.	00716
	1ª a 7ª Reuniões (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes), realizadas em 28 de abril, 24, de junho, 10, 11, de agosto, 23 de setembro, e 24 de novembro de 1999, respectivamente.	00718
	1ª a 4ª Reuniões (Audiência Pública), realizadas em 14, 21, de março, 12 de abril, e 22 de novembro de 2000, respectivamente.	00723
	6 – ATA DE COMISSÃO	
	12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, realizada em 13 de dezembro de 2000.	00726
	7 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
	Nº 3, de 2001.	00789
	8 – ATO DO PRESIDENTE	
	Nº 8, de 2001.	00795
	9 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
	Nº 129, de 2001, referente à aposentadoria do servidor Hércio Afonso de Almeida.	00796
	Nºs 130 a 133, de 2001.	00797
	Nº 134, de 2001, referente ao servidor Jorge Emídio Ventura.	00801
	Nº 135, de 2001, referente ao servidor Césario Ribeiro dos Santos.	00802
	Nº 136, de 2001, referente ao servidor José Pereira da Silva Filho.	00803
	Nº 137, de 2001, referente ao servidor Gláucio Ribeiro de Pinho.	00804
	Nº 138, de 2001, referente à servidora Erenice Correa Moraes.	00805
	Nº 139, de 2001, referente ao servidor Moacir Ramiro da Silva.	00806
	Nº 140, de 2001, referente ao servidor Everaldo Bosco Rosa Moreira.	00807
	Nº 141 e 142, de 2001, referentes ao servidor José Audílio Ferreira Lima.	00808
	Nº 143, de 2001, referente ao servidor José Marcos Ferreira.	00810

Nºs 144 e 145, de 2001 00811

10 – ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da Sessão Solene realizada em 8 de fevereiro de 2001.....

00811

11 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

14 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 8^a Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de fevereiro de 2001

4^a Sessão Legislativa Extraordinária da 51^a Legislatura

Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Eduardo Suplicy

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronald Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar (nº 8/99- Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, passa a tramitar, a partir de 16 de fevereiro de 2001, em regime de urgência, com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno. (Mensagem nº 1.147/2000, na origem).

do Regimento Interno. (Mensagem nº 1.146/2001 na origem).

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi lida em 13-1-2000 e despachada, naquela oportunidade, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, sendo que já foi instruída pelas referidas Comissões.

Esclarece, ainda, que durante o prazo regimental, recebeu, perante a Mesa, emendas, as quais já foram objeto de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Nestes termos, a Presidência encaminha a matéria à Comissão de Assuntos Sociais para emitir parecer sobre as emendas de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999-Complementar (nº 10/99- Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, passa a tramitar, a partir de 16 de fevereiro de 2001, em regime de urgência, com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno. (Mensagem nº 1.147/2000, na origem).

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi lida em 15-12-1999 e despachada, naquela oportunidade, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

Uma vez que a matéria já foi instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Presidência a encaminha à Comissão de Assuntos Sociais somente, onde, de acordo com o art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, poderá receber emendas, pelo prazo único de cinco dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PS-GSE/14/01

Basília, 12 de fevereiro de 2001

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo

com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.161/97, do Senado Federal, (nº 167/96, na origem), que “Dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas”.

Atenciosamente, – Deputado **Ubiratan Aguiar**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1996 (nº 3.161/97, na Casa de origem), vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

Brasília, 13 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que nesta data, 13 de fevereiro de 2001 reassumo o exercício de meu mandato parlamentar no Senado Federal.

Comunico, outrossim, a Vossa Excelência que renuncio o direito à percepção de quaisquer ajudas de custo ou gratificação, a que poderia fazer jus em decorrência desta reassunção ou da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Bezerra**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fica inscrito e será o primeiro a fazer a comunicação na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, como Líder, por cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nem

só das eleições para as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal viverá o País amanhã. Enquanto Senadores e Deputados estiverem es-colhendo os novos componentes das Mesas Diretores das duas Casas para o próximo biênio, acontece-rá mais uma reunião do Comitê de Política Monetária, o COPOM.

O órgão decidirá se reduz ou não a taxa Selic, fixada, na sua última reunião em janeiro, em 15,25% ao ano. Embora venha numa trajetória de queda, os juros, se comparados às taxas praticadas em outros países, ainda representam uma exorbitância para uma economia como a nossa, que, a duras penas, retoma o crescimento.

O cenário interno é amplamente favorável à redução dos juros. A inflação está sob controle e em queda, visto que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, caiu de 0,59%, em dezembro, para 0,57% em janeiro deste ano, e a previsão é de que continuará caindo este mês.

Ressalte-se ainda que a arrecadação de tributos vem batendo recordes sucessivos. Para se ter uma idéia, a Secretaria da Receita informou que, em 1999, arrecadou R\$151 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas controladas por outros órgãos, excluindo, volto a dizer, contribuições previdenciárias. No ano passado, a arrecadação superou os R\$176 bilhões. Este ano não será diferente. Em janeiro, ficou em R\$17 bilhões, superando em 10,67% a arrecadação de janeiro do ano passado. E mais: o País está conseguindo cumprir as suas metas, principalmente em relação ao superávit primário do Tesouro Nacional, que, em 2000, foi de R\$31,7 bilhões, equivalente a 3% do Produto Interno Bruto.

Os números mostram, portanto, que seria um equívoco adotar qualquer medida para tentar controlar o crescimento econômico a fim de evitar que no futuro surja aquilo que os economistas chamam de hiatus de oferta. A existência de demanda é o principal atrativo para novos investimentos produtivos.

O Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, anunciou, há dias, que a taxa de investimentos da economia está em uma curva ascendente. A retomada do crescimento não se deu por meio de aumento extemporâneo do consumo. Foi impulsionada pelas mudanças no regime cambial, pela substituição das importações e posteriormente pelas exportações.

A queda gradativa dos juros fortece o processo de crescimento da economia, que só em meados

com o § 4º do art. 58 do Regimento Interno desta Casa, a presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento do Projeto de Lei nº 3.161/97, do Senado Federal, (nº 167/96, na origem), que “Dispõe sobre garantias de dívidas trabalhistas”.

Atenciosamente, – Deputado **Ubiratan Aguiar**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1996 (nº 3.161/97, na Casa de origem), vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

Brasília, 13 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar Vossa Excelência que nesta data, 13 de fevereiro de 2001 reassumo o exercício de meu mandato parlamentar no Senado Federal.

Comunico, outrossim, a Vossa Excelência que renuncio o direito à percepção de quaisquer ajudas de custo ou gratificação, a que poderia fazer jus em decorrência desta reassunção ou da convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Atenciosamente, – Senador **Fernando Bezerra**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fica inscrito e será o primeiro a fazer a comunicação na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, como Líder, por cinco minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (PPS – ES) – Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nem

só das eleições para as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal viverá o País amanhã. Enquanto Senadores e Deputados estiverem es-colhendo os novos componentes das Mesas Diretores das duas Casas para o próximo biênio, acontece-rá mais uma reunião do Comitê de Política Monetária, o COPOM.

O órgão decidirá se reduz ou não a taxa Selic, fixada, na sua última reunião em janeiro, em 15,25% ao ano. Embora venha numa trajetória de queda, os juros, se comparados às taxas praticadas em outros países, ainda representam uma exorbitância para uma economia como a nossa, que, a duras penas, retoma o crescimento.

O cenário interno é amplamente favorável à redução dos juros. A inflação está sob controle e em queda, visto que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, caiu de 0,59%, em dezembro, para 0,57% em janeiro deste ano, e a previsão é de que continuará caindo este mês.

Ressalte-se ainda que a arrecadação de tributos vem batendo recordes sucessivos. Para se ter uma idéia, a Secretaria da Receita informou que, em 1999, arrecadou R\$151 bilhões em impostos, contribuições e demais receitas controladas por outros órgãos, excluindo, volto a dizer, contribuições previdenciárias. No ano passado, a arrecadação superou os R\$176 bilhões. Este ano não será diferente. Em janeiro, ficou em R\$17 bilhões, superando em 10,67% a arrecadação de janeiro do ano passado. E mais: o País está conseguindo cumprir as suas metas, principalmente em relação ao superávit primário do Tesouro Nacional, que, em 2000, foi de R\$31,7 bilhões, equivalente a 3% do Produto Interno Bruto.

Os números mostram, portanto, que seria um equívoco adotar qualquer medida para tentar controlar o crescimento econômico a fim de evitar que no futuro surja aquilo que os economistas chamam de hiatus de oferta. A existência de demanda é o principal atrativo para novos investimentos produtivos.

O Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, anunciou, há dias, que a taxa de investimentos da economia está em uma curva ascendente. A retomada do crescimento não se deu por meio de aumento extemporâneo do consumo. Foi impulsionada pelas mudanças no regime cambial, pela substituição das importações e posteriormente pelas exportações.

A queda gradativa dos juros fortece o processo de crescimento da economia, que só em meados

do ano passado passou a interferir positivamente no mercado de trabalho, inicialmente aumentando horas extras, a oferta de empregos e, no final do ano passado, ainda que timidamente, o salário.

O que se espera, Sr. Presidente, é que, neste ano, o mercado interno comece a participar desta retomada de crescimento econômico, visando – isso é o que defendo – a queda moderada das taxas de juros. Eu espero, e também o País espera, que isso venha a ocorrer nessa reunião do Copom.

No ano passado, é bom que se frise isso mais uma vez – inclusive eu mesmo já denunciei essa questão no ano passado –, a equipe econômica tratou de artificializar uma crise, espalhando que havia uma ameaça de retomada da inflação, quando na verdade o que houve naquele período foi um reajuste de preços controlados pelo Governo, entre eles combustível e tarifas, como energia e telefonia.

A medida espalhou o pânico nos mercados e nos setores produtivos e paralisou a queda dos juros que vinha ocorrendo gradativamente até julho do ano passado.

Meu receio é que a equipe econômica esteja mais uma vez preparando um novo artifício para estancar a queda dos juros sob o argumento de que a economia caminha para um superaquecimento e, portanto, haveria a ameaça de retomada do processo inflacionário.

As condições externas também são razoáveis e não há motivos para grandes apreensões. Houve uma blindagem da economia argentina, através do Fundo Monetário Internacional, e os juros americanos estão em queda.

É hora de o Executivo e o Legislativo avançarem nesta discussão. Junto com a redução das taxas de juros pelo Copom, que espero ocorrer, é preciso que o Congresso Nacional retome as suas atividades a partir de amanhã, a partir da eleição da Mesa, preparando-se para votar importantes projetos como a Lei das Sociedades Anônimas, dar um impulso à discussão da reforma tributária para desonerar a produção nacional, assim como retirar da gaveta vários projetos, dentre eles o que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, que tratados sistema financeiro.

São medidas em defesa das quais meu Partido e as forças políticas que acreditam no crescimento econômico temos lutado neste Parlamento, por entendermos que abririam espaço para quedas futuras dos juros, para a diminuição do custo de capital e, consequentemente, para o crescimento econômico, para a geração de emprego e de renda.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, hoje, com certeza, todo o País está ligado nesta sessão que antecede a eleição para a Mesa do Senado. Todos esperam que os oradores respeitados memória tribuna falem sobre esse tema.

Mesmo reconhecendo a importância da eleição para Presidente do Senado, o quarto cargo na hierarquia para assumir a Presidência da República, não podemos deixar de lado, neste momento, alguns temas importantíssimos, como o que diz respeito a uma área que representa 66% do território nacional e, especificamente, a três unidades da Federação, que representam cerca de 50% da área do nosso País.

Se todos nós, Senadores que compomos a Casa que representa os Estados no Congresso Nacional, ficarmos alheios à realidade da Amazônia e dos Estados que compõem essa imensa região do País, continuaremos omissos em relação à grande quantidade de brasileiros que lá vivem.

Vários pontos devem ser analisados. Hoje, a Amazônia é uma espécie de vitrine para os países que comandam o mundo financeiro, mas nada se fala sobre o desenvolvimento racional da Amazônia.

Quando assumi o meu mandato de Senador, depois de dois mandatos como Deputado Federal pelo ex-Território Federal de Roraima, hoje Estado, vim com uma grande preocupação, a de que apenas três Estados – o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso – representam a metade da área territorial do País. E cheguei a uma conclusão lógica, que qualquer um de nós chegaria se começasse a analisar o mapa do País: não é possível pensar em eliminar as desigualdades regionais com a geografia que temos.

Gostamos muito de imitar os Estados Unidos – uma das exigências para preenchimento de qualquer cargo é o domínio do inglês, praticamente uma imposição da maior potência mundial –, mas não pensamos em copiar os Estados Unidos no que tange a sua geografia. A área territorial dos Estados Unidos, retirando o Alasca, é um pouco menor que a do Brasil. No entanto, os Estados Unidos têm 50 estados, que parecem ter sido traçados em uma prancheta, em li-

do ano passado passou a interferir positivamente no mercado de trabalho, inicialmente aumentando horas extras, a oferta de empregos e, no final do ano passado, ainda que timidamente, o salário.

O que se espera, Sr. Presidente, é que, neste ano, o mercado interno comece a participar desta retomada de crescimento econômico, visando – isso é o que defendo – a queda moderada das taxas de juros. Eu espero, e também o País espera, que isso venha a ocorrer nessa reunião do Copom.

No ano passado, é bom que se frise isso mais uma vez – inclusive eu mesmo já denunciei essa questão no ano passado –, a equipe econômica tratou de artificializar uma crise, espalhando que havia uma ameaça de retomada da inflação, quando na verdade o que houve naquele período foi um reajuste de preços controlados pelo Governo, entre eles combustível e tarifas, como energia e telefonia.

A medida espalhou o pânico nos mercados e nos setores produtivos e paralisou a queda dos juros que vinha ocorrendo gradativamente até julho do ano passado.

Meu receio é que a equipe econômica esteja mais uma vez preparando um novo artifício para estancar a queda dos juros sob o argumento de que a economia caminha para um superaquecimento e, portanto, haveria a ameaça de retomada do processo inflacionário.

As condições externas também são razoáveis e não há motivos para grandes preocupações. Houve uma blindagem da economia argentina, através do Fundo Monetário Internacional, e os juros americanos estão em queda.

É hora de o Executivo e o Legislativo avançarem nesta discussão. Junto com a redução das taxas de juros pelo Copom, que espero ocorrer, é preciso que o Congresso Nacional retome as suas atividades a partir de amanhã, a partir da eleição da Mesa, preparando-se para votar importantes projetos como a Lei das Sociedades Anônimas, dar um impulso à discussão da reforma tributária para desonerar a produção nacional, assim como retirar da gaveta vários projetos, dentre eles o que regulamenta o art. 192 da Constituição Federal, que tratados sistema financeiro.

São medidas em defesa das quais meu Partido e as forças políticas que acreditam no crescimento econômico temos lutado neste Parlamento, por entendermos que abririam espaço para quedas futuras dos juros, para a diminuição do custo de capital e, consequentemente, para o crescimento econômico, para a geração de emprego e de renda.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por 20 minutos, por permuta com o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, hoje, com certeza, todo o País está ligado nesta sessão que antecede a eleição para a Mesa do Senado. Todos esperam que os oradores respeitados memória tribuna falem sobre esse tema.

Mesmo reconhecendo a importância da eleição para Presidente do Senado, o quarto cargo na hierarquia para assumir a Presidência da República, não podemos deixar de lado, neste momento, alguns temas importantíssimos, como o que diz respeito a uma área que representa 66% do território nacional e, especificamente, a três unidades da Federação, que representam cerca de 50% da área do nosso País.

Se todos nós, Senadores que compomos a Casa que representa os Estados no Congresso Nacional, ficarmos alheios à realidade da Amazônia e dos Estados que compõem essa imensa região do País, continuaremos omissos em relação à grande quantidade de brasileiros que lá vivem.

Vários pontos devem ser analisados. Hoje, a Amazônia é uma espécie de vitrine para os países que comandam o mundo financeiro, mas nada se fala sobre o desenvolvimento racional da Amazônia.

Quando assumi o meu mandato de Senador, depois de dois mandatos como Deputado Federal pelo ex-Território Federal de Roraima, hoje Estado, vim com uma grande preocupação, a de que apenas três Estados – o Amazonas, o Pará e o Mato Grosso – representam a metade da área territorial do País. E cheguei a uma conclusão lógica, que qualquer um de nós chegaria se começasse a analisar o mapa do País: não é possível pensar em eliminar as desigualdades regionais com a geografia que temos.

Gostamos muito de imitar os Estados Unidos – uma das exigências para preenchimento de qualquer cargo é o domínio do inglês, praticamente uma imposição da maior potência mundial –, mas não pensamos em copiar os Estados Unidos no que tange a sua geografia. A área territorial dos Estados Unidos, retirando o Alasca, é um pouco menor que a do Brasil. No entanto, os Estados Unidos têm 50 estados, que parecem ter sido traçados em uma prancheta, em li-

nhas retas, porque seus limites foram definidos visando a um desenvolvimento harmônico do País.

No Brasil, ainda estamos à mercê daquele traçado da linha de Tordesilhas. Se observarmos nosso mapa, o Brasil é muito mais litorâneo – desde o norte até o sul – do que interiorano, continental, que é o que somos.

Roraima, o menor Estado da Federação em termos de população e de recursos financeiros – embora seja o maior em muitos outros aspectos –, era uma parte do Estado do Amazonas e foi desmembrado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1943. Tornou-se Território Federal e, posteriormente, Estado. Hoje, se compararmos Roraima a municípios do Amazonas, vizinhos a ele, notamos a diferença, como é o caso do Município de Barcelos, que já foi capital da Província do Amazonas. A diferença é enorme.

Portanto, baseado na experiência de Roraima – talvez o exemplo pior, porque do menor Estado, em termos de população e de finanças – e de outros Estados, como Amapá, Rondônia, Mato Grosso do Sul e Tocantins, posso dizer que todas as redivisões deram certo, tanto para a área desmembrada quanto para a que remanesceu.

Por isso, Sr. Presidente, apresentei três projetos de decreto legislativo. Um deles propõe a criação do Estado de Tapajós, por desmembramento de município do oeste do Pará. Esse projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e neste plenário. Hoje, em contra-sena Câmara dos Deputados.

O outro projeto desmembra uma área do oeste do Amazonas, na fronteira com a Colômbia e com o Peru, para criar o Estado do Solimões. O Senador Jeferson Péres apresentou um substitutivo propondo que, no lugar de um Estado, fossem criados três territórios federais. E assim foi aprovado no Senado. O projeto está na Câmara dos Deputados.

Resta aprovar o terceiro projeto, que cria o Estado do Araguaia na metade norte do Estado do Mato Grosso.

Sr. Presidente, no dia 9, estive na cidade de Sinop, justamente nessa metade norte do Mato Grosso, onde tive oportunidade de constatar algumas realidades fundamentais. A primeira foi o forte desejo daquela população de se emancipar e tornar-se um novo Estado; de ter a administração descentralizada, mais perto dos prefeitos, dos vereadores, enfim, dos cidadãos. Constatei, também, o quanto é viável a criação do Estado do Araguaia. Em uma reunião com cerca de 2.000 pessoas – 52 prefeitos, vereadores, deputa-

dos estaduais e, principalmente, representantes de todas as camadas da sociedade – todos diziam, em uma só voz, que queriam a redivisão do Estado de Mato Grosso – que já tinha sido dividido, dando origem ao Estado de Mato Grosso do Sul –, tendo em vista aquele Estado ainda ser um gigante, em termos de área territorial – possui 906 mil quilômetros quadrados –, ainda ser um Estado-latifúndio, ingovernável. Por mais competente e dinâmico que seja o governador, ele não tem condições de levar a atuação do Poder Público a todos os Municípios.

Portanto, registro essa situação e dou esse testemunho, de público, aqui da tribuna do Senado, do que assisti naquela reunião na Cidade de Sinop, na metade norte do Araguaia, que vai unir o chamado "nortão" do Mato Grosso e a região do Araguaia.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Permite-me, V. Ex^a, um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo o aparte ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a tem notabilizado sua passagem, neste início de mandato aqui nesta Casa, trazendo temas sempre muito importantes e fundamentais, principalmente para a Região Norte. Nesta oportunidade, V. Ex^a faz uma análise bastante realista dos problemas relacionados à dimensão territorial, especialmente enfatizando a redivisão de Estados do grande Norte brasileiro, deste Brasil das Tordesilhas que ainda não foi descoberto. Tomemos como exemplo a área que hoje pertence ao Estado do Tocantins – e que representava pouco mais de 4% da economia do Estado de Goiás à época em que foi governado pelo nosso brilhante Senador Maguito Vilela. Hoje, de corridas doze anos de sua criação, se estivéssemos juntos, se fôssemos agora reunidos com Goiás e essa conta fosse feita, já teríamos ultrapassado 30%, em termos do que reunimos na nossa economia, no nosso desenvolvimento. Se Palmas não tivesse sido criada, crescendo a uma taxa de 30% ao ano, muitas pessoas certamente estariam se dirigindo para Brasília – se não houvesse Brasília, para o sul do País – e estaríamos cada vez mais espremidos nas grandes cidades. No Estado de V. Ex^a o quadro ainda é pior, pois a taxa de ocupação é de menos de quatro habitantes por quilômetro quadrado, como se tivéssemos ali um acidente geográfico ou alguma coisa que impedissem a presença do homem, fato que sabemos não existir. V. Ex^a tem participado dessa discussão que se faz em diversas cida-

des do norte do País, em simpósios, seminários, fóruns de debate. Às vezes, vejo alguns setores da imprensa tratarem o assunto com reserva, mas, se observarmos não apenas o Tocantins, mas os Estados que nasceram fruto da Constituinte de 1988, vamos analisar que nesses Estados, a exemplo do Tocantins, não temos problemas de ajuste fiscal, nem de endividamento e estamos devidamente enquadrados naqueles parâmetros que a Secretaria do Tesouro estabelece para Estados que respeitam a lei de responsabilidade fiscal e outras leis. Como médico, V. Ex^a sabe da escassez desse profissional no interior do País, nas pequenas cidades. Porém, com a criação do Estado de Tocantins, constatamos um considerável aumento no número de médicos que hoje atendem nas pequenas cidades do nosso Estado. A divisão do Estado realmente aproximou o nosso sofrido povo da cidadania. Portanto, Senador Mozarildo, eu não podia deixar de fazer este aparte. Não quero tomar o tempo de V. Ex^a, mas esta Casa vive um momento importante quando V. Ex^a traz aqui, de forma aprofundada, o debate da redivisão territorial. Precisamos, efetivamente, ocupar o nosso território, trazer o desenvolvimento para o interior e explorar as nossas riquezas naturais. Parabenizo V. Ex^a. Fico orgulhoso de ver o nosso PFL, na sua pessoa, abordar um assunto de tão grande e relevante importância. Porém, esse não é um assunto partidário; é um assunto de interesse nacional, suprapartidário, e creio que essa batalha que V. Ex^a trava em favor da redivisão territorial terá êxito. Parabéns.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço ao aparte de V. Ex^a. Quero registrar aqui, até com emoção, que fui testemunha da luta do seu pai, quando ambos éramos Deputados Federais, da luta que ele encabeçou, tomou quase como objetivo demandato: a criação do Estado do Tocantins. Ele estava certo. V. Ex^a demonstrou, modestamente, a realidade de Tocantins. Realmente, fico orgulhoso de ter sido aparteador por V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me concede uma parte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Ouço com honra o aparte de V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, também quero me congratular e me solidarizar com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento. Como disse o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, esse é um caso de interesse de todo o Brasil, de todo o povo brasileiro. Veja V. Ex^a que a divi-

são foi excelente tanto para o Estado do Tocantins quanto para o Estado de Goiás. Todos nós – Deputados Federais e Senadores da República –, suprapartidariamente, votamos a favor da divisão do Estado de Goiás, no que fomos apoiados por todo o povo goiano. O norte do Estado de Goiás ficava distante das decisões e da própria cidadania do povo, como disse o nobre Senador, porque os governadores, às vezes, não dispunham de tempo suficiente para visitar todas as suas cidades. Recordo-me, também, do grande acerto que foi a divisão do Estado do Mato Grosso em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, os quais se desenvolveram plenamente e de forma acelerada, transformando-se hoje em Estados com muitas potencialidades extraordinárias para o Brasil. Lembro-me também que, na Constituinte, surgiu a possibilidade de dividir-se o Estado de Minas Gerais. Aquela Unidade da Federação tem aproximadamente 1.000 Municípios, muitos dos quais não recebem a visita de seus governadores – uma reclamação quase geral no Estado. Na ocasião, votei a favor da criação do Estado do Triângulo Mineiro. Portanto, eu mesmo, quando Deputado Constituinte, e antes, como Deputado Estadual, em Goiás, já defendia a redivisão dos Estados brasileiros, por entender que todos ganham com isso, tanto o Brasil como o povo. O mundo de hoje não é apenas dinâmico; é supersônico, é globalizado, portanto, não podemos mais admitir Estados tão grandes. É difícil até para o próprio governador dividir equitativamente as rendas do Estado. Por isso, quero cumprimentá-lo. V. Ex^a está num caminho correto, o Brasil tem que realmente acelerar essas redivisões, inclusive em outros Estados. Já foram aprovados aqui três territórios e V. Ex^a agora defende o Estado do Araguaia. Acredito, sem dúvida alguma, que sua iniciativa vai merecer a aprovação na Câmara. Portanto, quero parabenizá-lo por trazer a esta Casa um tema tão importante para o Brasil e para o povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Maguito Vilela, pois vem somar-se ao do Senador Eduardo Siqueira Campos, que representa um Estado fruto de desmembramento. V. Ex^a traz o seu testemunho como representante da área remanescente. O seu Estado de Goiás – de acordo com o seu testemunho – ganhou, e muito, com esse desmembramento. Portanto, dois apartes que enriquecem meu pronunciamento e me deixam mais convicto de que essa tese tem que ser levada a sério, tem que ser realmente discutida e aprovada, assim como já foi a do desmembramento

do oeste do Goiás, para criar o Tapajós, e a do oeste do Amazonas, para criar os três territórios federais.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço, com muita honra, o Senador Tião Viana, do Estado do Acre.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Morazildo Cavalcanti, cumprimento V. Ex^a por seu pronunciamento e dou o meu testemunho de que V. Ex^a tem sido um pregador de uma nova maneira de olhar a Região Amazônica, numa visão de que é possível redesenhar o seu modelo geopolítico e a sua situação geográfica, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento humano e socioeconômico. V. Ex^a representa o limite norte da Pátria e eu o limite oeste. Seguramente, nós sabemos o que significa a distância e o que é viver numa região com dimensão continental. E não posso entender que esse processo seja tratado pelo Estado brasileiro como se fosse algo estático e não uma situação dinâmica que precisa, de fato, de uma compreensão, visando o desenvolvimento humano e socioeconômico de maneira permanente. Veja V. Ex^a que existem situações atípicas. Nós quesomos da Amazônia testemunhamos populações que vivem em um Município dividido de outros municípios por um rio, numa concepção antiga de limite geográfico. Existem famílias que têm todos os seus parentes de um lado do rio e, por se mudar para ou tra margem do rio, passam a ter os seus filhos registrados em outro Município ou em outro Estado, agravando uma situação que não é comum, ao invés de se olhar para a vocação cultural, socioeconômica da Região Amazônica e o perfil da população no seu sentido verdadeiro. O Brasil tem uma dívida com relação à Amazônia, no sentido de redesená-la, pensando em um modelo de desenvolvimento à altura do que a Região merece. A Amazônia Oriental deve ser olhada como a Amazônia dos projetos de desenvolvimento que vão da metalurgia a projetos energéticos, pecuários e madeireiros; e a Amazônia Ocidental naquilo que ela tem para dar, naquilo que chamamos de uma economia doméstica, numa visão de desenvolvimento sustentável, considerando a imensidão do nosso patrimônio genético e apontando-o como um corredor para o Terceiro Milênio, que possa elevar o Brasil no cenário internacional. E, assim, nós podemos ver a Amazônia no seu sentido geopolítico pleno. O Acre é um Estado brasileiro por opção, onde um líder revolucionário conduziu 30 mil seringueiros a uma ação de independência e a favor do Brasil. Portanto, entende-

mos que precisamos recuperar o que perdemos no passado. A revista **Época** destas semanas circulou com uma reportagem ampla sobre o assunto, com debates serenos e maduros de Governadores da região, como o Governador Jorge Viana, que falou sobre essa nova redivisão geoespacial. Existe o trabalho de V. Ex^a, que conta com a credibilidade de todo o Congresso Nacional e a nossa tentativa é de que o Governo brasileiro acompanhe, apoie e esteja dinamizando essa discussão que, sem dúvida nenhuma, trará um novo desenho e uma nova visão de desenvolvimento para a Amazônia. Não interessa a ninguém da Região uma Amazônia destruída, mas interessa uma Amazônia capaz de responder àquilo que o Brasil precisa e para a qual a comunidade internacional tem seus olhos voltados. Cumprimento e acrediito que a questão dos territórios que V. Ex^a já expôs dentro do Senado Federal é um passo decisivo para que possamos avançar numa visão de recuperação e um tratamento não estático da questão, que precisa de uma revisão, sem dúvida alguma. Acredito que V. Ex^a seja merecedor de todos os méritos em relação a essa discussão. O Acre tinha 284 mil quilômetros quadrados no início do século e hoje tem 159 mil quilômetros quadrados, e isso precisa ser revisto. Existe um cinturão de população que vive com toda vocação econômica, social e cultural volta da para o Acre e essa população pertence a outros Estados. Isso não é correto e precisa de uma revisão, com inteligência e serenidade, de nossas autoridades.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senador Tião Viana, agradeço muito o aparte de V. Ex^a e vou aproveitar, inclusive, um termo utilizado por V. Ex^a: redesenhar esse mapa do País em benefício dos cidadãos que vivem nessa imensa Região Amazônica. Como falei no início do meu pronunciamento, apenas três Estados representam praticamente mais da metade da área do País.

É verdade que precisamos redesenhar esse mapa, inclusive considerando a tese que o Governador do Acre defendeu na Revista **Época**. Considero, no mínimo, interessante discutir. Não se pode colocar nessa discussão a emoção, a questão do sentimento apenas de “essa terra é minha e eu não abro mão”. Todos somos brasileiros, todos os Estados são do Brasil e não podemos pensar em ter esse tipo pequeno de sentimento.

Nessa ida a Mato Grosso, tive a companhia do Senador Jonas Pinheiro, que está presente no plenário e a quem quero agradecer, e também do Senador Carlos Bezerra. Agradeço também ao Presidente da

Assembléia Legislativa, Deputado Bosaipo; ao Deputado Silval, pelo dinamismo na organização do evento; ao Vereador Baiano, Presidente da Câmara Municipal de Sinop. Não poderia também deixar de registrar o empenho que teve o Sr. Francisco, que é o Presidente de uma comissão que há muito tempo defende a criação do território do Araguaia, que hoje se incorporou nessa tese de não criar um território, mas um Estado na metade norte de Mato Grosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Mozarildo Cavalcanti, nesta última sexta-feira, estive em Santarém, em uma das principais cidades da região que viria a se transformar no Estado de Tapajós – como também em Belém e Cuiabá –, onde percebi que o tema que V. Ex^a apresenta em seu projeto, prevendo as divisões mencionadas, encontra uma guarida muito importante. Fui convidado a fazer uma palestra na Faculdades Integradas Tapajós, para cerca de 700 pessoas, entre alunos e professores. Embora o tema da palestra fosse o Programa de Garantia de Renda Mínima e os meios de melhorar a distribuição de renda no País, as principais perguntas que vieram do auditório foram relacionadas também à questão da divisão territorial e à possibilidade de criação do Estado do Tapajós. Então, pude esclarecer que o Partido dos Trabalhadores, representado pelos sete Senadores que apreciam a proposta de V. Ex^a, considerou importante que o povo do Estado do Pará tivesse a possibilidade de escolha. Seria um tanto estranho e difícil que um Senador de São Paulo chegasse aos residentes do Estado do Pará e dissesse se “sim” ou “não” para essa proposição. Creio que o caminho adequado é que haja a oportunidade de escolha, de decisão, sobretudo do próprio povo do Pará, em grande debate, assim como do povo do Mato Grosso no que diz respeito à possibilidade de criação do Estado do Araguaia e outros. Mas, obviamente, as experiências ocorridas nas últimas décadas, sobretudo com a divisão do Estado do Mato Grosso, assim como a criação do Estado do Tocantins, desmembrando do Estado de Goiás, representaram uma notável experiência. Então, hoje, certamente, a população dos Estados em questão terão muitos elementos para saber das vantagens e desvantagens, os custos e os benefícios. Porque, de um lado, se há a criação de um novo Poder Executivo, com sua sede, funcionários, a criação de uma Assembléia Legislativa, com seus

servidores, e há aqui mais uma, duas ou três bancadas no Senado Federal, mais os órgãos da Justiça, e assim por diante. Tudo isso representa um custo, mas é preciso que cada uma dessas unidades – e a população de cada uma delas – examine muito bem por que razão a população, por exemplo, do que é hoje o Estado de Tapajós não recebe a devida atenção seja do Poder Executivo, seja do Poder Legislativo, em Belém. Que circunstâncias sacarretam esse fato? Percebi que a proposta de V. Ex^a alcançou uma grande repercussão ali naquelas regiões. Em especial, fui testemunha disso em Santarém, que é uma das áreas do Tapajós. Quero transmitir a V. Ex^a que percebi a importância do tema que V. Ex^a tem levantado no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Suplicy. Como bem disse, embora o Estado de São Paulo, teoricamente, seja contra, porque perderia um pouco do poder político, V. Ex^a demonstrou, por intermédio inclusivo do debate e da votação do projeto de criação do Tapajós, maturidade, conhecimento e visão de Brasil excelentes.

Quero agradecer-lhe não só por aquela votação, mas por esse aparte e, tenho certeza, pelo voto de V. Ex^a e do Partido dos Trabalhadores quando da apreciação da matéria que propõe a criação do Estado do Araguaia.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Antes de ouvir o Senador Jonas Pinheiro, que solicitou aparte, ouvirei o Senador Amir Lando, que também pertence a um Estado que é fruto do desmembramento; portanto, criado pelos mesmos mecanismos que estamos propondo para o Tapajós, para o Araguaia e para os territórios no oeste do Amazonas.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a aborda um tema que não é exatamente do interesse do seu Estado, não é do interesse específico da sua unidade da Federação, mas é do interesse do Brasil. E a legitimidade dessa iniciativa, mais do que nunca, mostra a isenção da proposta de V. Ex^a, que vislumbra a necessidade de desenvolvimento da Amazônia e, sobremodo, a ocupação desses vazios demográficos, dessa terra sem homem, sem braços para trabalhar e, por que não dizer, sem vivificação humana capaz de afirmar a soberania nacional. Ora, não há dúvida de que as propostas de V. Ex^a encontram eco não apenas na população local envolvida mas sobretudo no destino deste

País. Portanto, entendo que o Congresso Nacional, por meio do Senado e da Câmara, deve dar prioridade à apreciação desse projeto de lei político do Brasil. Não há dúvida de que a região amazônica precisa diminuir a extensão dos seus territórios, o que tornará plausível a sua administração. Esabemos, como já dizia Bonaparte, "que se governa de longe, mas administra-se de perto". Mais do que nunca, aqui é necessária a ação do Estado, por intermédio dos serviços essenciais, para dar sustentação a uma população rarefeita. Este País só será realmente brasileiro, sobretudo nas imensidões da Amazônia, naqueles rincões de vasta solidão, se pudermos estruturar a sociedade politicamente para que a ocupação se torne efetiva, como aconteceu com Rondônia. Quando o Estado foi criado, havia apenas um princípio de ocupação irracional. Foi a criação do território nacional que efetivamente possibilitou que um dia aquela região fosse habitada, fosse povoadas e, hoje, se transformasse num Estado promissor, porque as terras são férteis. Temos que extrair do solo aquilo que ele está apto a oferecer à população. Respeitando o meio ambiente sim, mas, sobremodo, respeitando o direito à vida, à cidadania, principalmente daqueles brasileiros excluídos, que encontraram no meu Estado uma oportunidade para semear, colher e recolher a esperança e a felicidade. Por isso, mais uma vez, ao parabenizar V. Ex^a, quero dizer que é chegada a hora de se repensar a divisão territorial do Brasil para dar oportunidade a terras invias e desabitadas de um dia realmente participarem do grande concerto nacional. Parabéns, mais uma vez, à iniciativa de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já ultrapassou o seu tempo em mais ou menos 15 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço maior tolerância de V. Ex^a para poder encerrar o meu pronunciamento com o aparte do Senador Jonas Pinheiro, do Mato Grosso, portanto, uma pessoa mais do que legítima para abordar a questão da criação do Estado do Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Apenas lembro a V. Ex^a que há outros oradores inscritos, mas asseguro-lhe que a Casa se sentirá muito bem em ouvir o Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, primeiro, queremos agradecer a presença de V. Ex^a no último final de semana no Estado de Mato Grosso e a honra de acompanhá-lo até a cidade de Sinop, no norte do Estado, o que, evidentemente era obrigação nossa, pela velha amizade

que temos no Congresso Nacional e por termos companheiros de Partido. O projeto de V. Ex^a calou profundamente naquele pedaço do Brasil. Até as divergências entre o leste e o oeste do meu Estado hoje estão harmonizadas, em função da luta que se trava pela criação do Estado do Araguaia. Aquele entusiasmo que V. Ex^a constatou na região, o carinho com que V. Ex^a foi recebido evidentemente atestam aquilo de que outros aparte antes já falaram, o acerto do projeto de V. Ex^a. Participei do encontro e chamei bem a atenção para o fato de que o Estado de Mato Grosso não estava dividido apenas naquela reunião e na votação que possivelmente ocorrerá no dia 21 deste mês, no plenário do Senado Federal; que o passo seria maior, e o trâmite, longo. Portanto, não estávamos lá para vender ilusão para aquele povo, dizendo que tudo já estava criado: o Estado do Araguaia ou do Nortão, ou como queiram chamar a nova unidade. De toda forma, Senador Mozarildo Cavalcanti, Mato Grosso é grande e nele cabem mais Estados. Estamos apenas vislumbrando em que tempo, quando isso vai acontecer. Porém, mais cedo ou mais tarde, esse território brasileiro que é o Estado de Mato Grosso terá de gerar outras unidades da Federação dentro do Brasil. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço-lhe imensamente o aparte, Senador Jonas Pinheiro.

Como eu disse, senado do Estado de Mato Grosso, V. Ex^a tem a maior legitimidade para abordar o assunto, inclusive – já que esse projeto de decreto legislativo exige 27 assinaturas de Senadores – V. Ex^a foi um dos Senadores que apoiaram a apresentação do projeto.

Portanto, ao agradecer não só o aparte como a presença de V. Ex^a no debate, quer registrar a importância do trabalho de V. Ex^a em favor dessa matéria.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Se o Presidente me permitir, eu gostaria de conceder-lhe um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Faço um apelo ao Senador Romeu Tuma. O orador já ultrapassou em 18 minutos o tempo que lhe é reservado. Apelo ao Senador Mozarildo para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pois não, Sr. Presidente.

Concluo solicitando dos nobres Senadores e Senadoras, por ocasião da votação do projeto de de-

creto legislativo que convoca o plebiscito para a aprovação da criação do Estado do Araguaia, prevista para ocorrer no dia 21, o apoio de todos, suprapartidariamente, como ocorreu quando da votação dos projetos que prevêem a criação do Estado do Tapajós e dos Territórios Federais do Rio Negro, Solimões e Juruá, no oeste do Amazonas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2001

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista, advogado e ex-Dirigente do PSB-SE ocorridas no dia 12 do corrente, José Rosa de Oliveira Neto.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2001. –
Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu não teria palavras melhores para homenagear José Rosa de Oliveira Neto do que as publicadas, sob forma de editorial, na **Gazeta de Sergipe** de hoje, jornal com o qual ele colaborou durante muitos anos. Por isso, vou ler, na íntegra, o editorial, acrediro que dentro dos cinco minutos regimentais:

José Rosa de Oliveira Neto, jornalista por vocação, advogado e político por opção, morreu ontem, aos 72 anos, em Aracaju, enlutando o Estado de Sergipe e a família sergipana. Era um homem de bem, devotado ao Estado, engajado, sempre, nas vanguardas que pugnaram pelas mudanças, no sentido de melhorar a vida sergipana, em todos os lugares. Originário de Tobias Barreto, foi em Aracaju que viveu a juventude, conheceu o drama da população pobre, estimulou com sua palavra amiga os mais jovens, militou entre os progressistas, compondo uma esquerda lúcida, responsável,

mediando o idealismo com o pragmatismo, ocupando espaços nas oportunidades julgadas fundamentais ao processo de evolução política da própria sociedade.

José Rosa de Oliveira Neto, ou simplesmente Zé Rosa, como gostava de ser chamado, viveu os capítulos mais importantes da história contemporânea de Sergipe. Formado na escola das lutas em favor das grandes causas, defendendo a redemocratização de 45, a anistia, participando da campanha "O Petróleo é Nosso", enfrentando a repressão e a prisão, foi dos primeiros alunos da Faculdade de Direito de Sergipe, entrou cedo no Partido Socialista Brasileiro, e no jornalismo, montando uma retaguarda da maior valia para a formação da opinião pública, desmistificando o noticiário viciado, dirigido, através desta **Gazeta de Sergipe**, casa que amou por longo tempo, e da qual foi um dos seus mais ilustres colaboradores.

Poucos influíram tanto como José Rosa na imprensa sergipana. Assim como há uma geração que descende de Orlando Dantas, da qual o próprio Zé Rosa era exemplo, há também uma geração que recebeu todos os ensinamentos, orientações, e a quem dedica explícita admiração, como é o caso exemplar de Ivan Valença, como foi o caso de Carlos Alberto, o Chatô, meteoro de inteligência, vivacidade, criatividade, ou, ainda, José Carlos Monteiro, que fez carreira no Rio de Janeiro e ainda hoje atua no jornalismo, como comentarista internacional da Globo News. São muitos os seguidores de José Rosa no jornalismo sergipano, como são muitos os advogados, políticos, que tinham no amigo mais velho um líder, uma referência a ser seguida, como atesta, sempre, Wellington Mangueira, espécie de ponte intelectual e ideológica.

As idéias progressistas, inovadoras, ganharam grande impulso com José Rosa de Oliveira Neto, pela sua formação, militância, formulação teórica e capacidade de dialogar. Apaixonado pelas causas socialistas, a elas dedicou tempo e fidelidade, poucas vezes trocando a participação ativa pela ocupação de cargos públicos. Numa dessas raras exceções, ocupou a Casa Civil do Governo Seixas Dória, que ajudou a eleger. Fo-

creto legislativo que convoca o plebiscito para a aprovação da criação do Estado do Araguaia, prevista para ocorrer no dia 21, o apoio de todos, suprapartidariamente, como ocorreu quando da votação dos projetos que prevêem a criação do Estado do Tapajós e dos Territórios Federais do Rio Negro, Solimões e Juruá, no oeste do Amazonas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2001

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do jornalista, advogado e ex-Dirigente do PSB-SE ocorridas no dia 12 do corrente, José Rosa de Oliveira Neto.

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de fevereiro de 2001. –
Senador **José Eduardo Dutra**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, eu não teria palavras melhores para homenagear José Rosa de Oliveira Neto do que as publicadas, sob forma de editorial, na **Gazeta de Sergipe** de hoje, jornal com o qual ele colaborou durante muitos anos. Por isso, vou ler, na íntegra, o editorial, acrediro que dentro dos cinco minutos regimentais:

José Rosa de Oliveira Neto, jornalista por vocação, advogado e político por opção, morreu ontem, aos 72 anos, em Aracaju, enlutando o Estado de Sergipe e a família sergipana. Era um homem de bem, devotado ao Estado, engajado, sempre, nas vanguardas que pugnaram pelas mudanças, no sentido de melhorar a vida sergipana, em todos os lugares. Originário de Tobias Barreto, foi em Aracaju que viveu a juventude, conheceu o drama da população pobre, estimulou com sua palavra amiga os mais jovens, militou entre os progressistas, compondo uma esquerda lúcida, responsável,

mediando o idealismo com o pragmatismo, ocupando espaços nas oportunidades julgadas fundamentais ao processo de evolução política da própria sociedade.

José Rosa de Oliveira Neto, ou simplesmente Zé Rosa, como gostava de ser chamado, viveu os capítulos mais importantes da história contemporânea de Sergipe. Formado na escola das lutas em favor das grandes causas, defendendo a redemocratização de 45, a anistia, participando da campanha "O Petróleo é Nosso", enfrentando a repressão e a prisão, foi dos primeiros alunos da Faculdade de Direito de Sergipe, entrou cedo no Partido Socialista Brasileiro, e no jornalismo, montando uma retaguarda da maior valia para a formação da opinião pública, desmistificando o noticiário viciado, dirigido, através desta **Gazeta de Sergipe**, casa que amou por longo tempo, e da qual foi um dos seus mais ilustres colaboradores.

Poucos influíram tanto como José Rosa na imprensa sergipana. Assim como há uma geração que descende de Orlando Dantas, da qual o próprio Zé Rosa era exemplo, há também uma geração que recebeu todos os ensinamentos, orientações, e a quem dedica explícita admiração, como é o caso exemplar de Ivan Valença, como foi o caso de Carlos Alberto, o Chatô, meteoro de inteligência, vivacidade, criatividade, ou, ainda, José Carlos Monteiro, que fez carreira no Rio de Janeiro e ainda hoje atua no jornalismo, como comentarista internacional da Globo News. São muitos os seguidores de José Rosa no jornalismo sergipano, como são muitos os advogados, políticos, que tinham no amigo mais velho um líder, uma referência a ser seguida, como atesta, sempre, Wellington Mangueira, espécie de ponte intelectual e ideológica.

As idéias progressistas, inovadoras, ganharam grande impulso com José Rosa de Oliveira Neto, pela sua formação, militância, formulação teórica e capacidade de dialogar. Apaixonado pelas causas socialistas, a elas dedicou tempo e fidelidade, poucas vezes trocando a participação ativa pela ocupação de cargos públicos. Numa dessas raras exceções, ocupou a Casa Civil do Governo Seixas Dória, que ajudou a eleger. Fo-

ram 13 ou 14 meses, nada mais que isto, de uma experiência válida, que, no entanto, valeu uma prisão, uma suspeita permanente, como uma censura que somente o tempo diluiu. Durante o período em que esteve no Governo soube ser firme, operoso, dando uma contribuição correta, equilibrada, que a história registra e o testemunho contemporâneo comprova.

É lugar comum dizer-se que a morte de um vulto ilustre empobrece o Estado e o povo. Mas não há como fugir a essa verdade, que comove, dói e enlutece. Os artigos nos jornais e nas revistas, as conferências, pareceres, opiniões, o pequeno livro sobre Tobias Barreto, tudo resume uma biografia ilustrada, de um homem de idéias, consciente do seu papel, e principalmente do contexto que aprendeu a conhecer como poucos. Jamais ficou ausente das boas causas. Na OAB, no aconselhamento político-partidário, na participação partidária propriamente dita, ou no contato com a Justiça, como advogado, o que se tinha era um homem capaz de ser sereno com os amigos, ou inflamado na defesa de suas idéias e pontos de vista. Assim viveu, deixando a cada dia um dos melhores exemplos, que as novas gerações de sergipanos herdam para o futuro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, faço minhas essas palavras do jornal **Gazeta de Sergipe**, na homenagem ao grande sergipano José Rosa de Oliveira Neto, que faleceu ontem. Gostaria que essa homenagem fosse assumida pelo Plenário do Senado, na forma do requerimento que apresentei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Melo, Sr's e Srs. Senadores, ontem, na cidade de Águas Lindas, em Goiás, o Presidente da República, juntamente com o Ministro Paulo Renato Souza, anunciou modificações no programa que chamou de "bolsa-escola", referindo-se ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação. O Presidente anunciou modificações na Lei nº 9.533, de 1997, consubstanciadas em nota divulgada pelo Ministério da Educação, bem como nos pronunciamentos realizados, ontem, tanto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pelo Ministro Paulo Renato Souza.

Ainda temos algumas dúvidas sobre o que, efetivamente, o Presidente e o Ministro da Educação estão anuncianto, pois seria próprio que debatêssemos em profundidade os aperfeiçoamentos da Lei nº 9.533, sancionada em 10 de dezembro de 1997, para então verificarmos como poderíamos tratar desse assunto.

Sr. Presidente, solicitei ao Ministério da Educação o instrumento que foi efetivamente publicado. Questionei se há uma nova proposta de lei ou se uma nova medida provisória já foi publicada.

Sr. Presidente, hoje, às 17 horas, participarei de uma audiência com o Ministro Paulo Renato Souza, ocasião em que solicitarei esclarecimentos a S. Ex^a e também farei sugestões quanto às modificações propostas pelo Presidente da República.

Foi-me enviada, pela assessoria do Ministro da Educação, a medida provisória, ainda sem data – acredito que ela não tenha sido publicada hoje no **Diário Oficial**; não sei se o Sr. Presidente Geraldo Melo recebeu uma outra notícia –, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, denominado Bolsa-Escola, e dá outras provisões.

Sr. Presidente, quero aqui assinalar passos importantes e positivos que estão sendo tomados.

ram 13 ou 14 meses, nada mais que isto, de uma experiência válida, que, no entanto, valeu uma prisão, uma suspeita permanente, como uma censura que somente o tempo diluiu. Durante o período em que esteve no Governo soube ser firme, operoso, dando uma contribuição correta, equilibrada, que a história registra e o testemunho contemporâneo comprova.

É lugar comum dizer-se que a morte de um vulto ilustre empobrece o Estado e o povo. Mas não há como fugir a essa verdade, que comove, dói e enlutece. Os artigos nos jornais e nas revistas, as conferências, pareceres, opiniões, o pequeno livro sobre Tobias Barreto, tudo resume uma biografia ilustrada, de um homem de idéias, consciente do seu papel, e principalmente do contexto que aprendeu a conhecer como poucos. Jamais ficou ausente das boas causas. Na OAB, no aconselhamento político-partidário, na participação partidária propriamente dita, ou no contato com a Justiça, como advogado, o que se tinha era um homem capaz de ser sereno com os amigos, ou inflamado na defesa de suas idéias e pontos de vista. Assim viveu, deixando a cada dia um dos melhores exemplos, que as novas gerações de sergipanos herdam para o futuro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, faço minhas essas palavras do jornal **Gazeta de Sergipe**, na homenagem ao grande sergipano José Rosa de Oliveira Neto, que faleceu ontem. Gostaria que essa homenagem fosse assumida pelo Plenário do Senado, na forma do requerimento que apresentei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Sr's e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Maguito Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Melo, Sr's e Srs. Senadores, ontem, na cidade de Águas Lindas, em Goiás, o Presidente da República, juntamente com o Ministro Paulo Renato Souza, anunciou modificações no programa que chamou de "bolsa-escola", referindo-se ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação. O Presidente anunciou modificações na Lei nº 9.533, de 1997, consubstanciadas em nota divulgada pelo Ministério da Educação, bem como nos pronunciamentos realizados, ontem, tanto pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso quanto pelo Ministro Paulo Renato Souza.

Ainda temos algumas dúvidas sobre o que, efetivamente, o Presidente e o Ministro da Educação estão anuncianto, pois seria próprio que debatêssemos em profundidade os aperfeiçoamentos da Lei nº 9.533, sancionada em 10 de dezembro de 1997, para então verificarmos como poderíamos tratar desse assunto.

Sr. Presidente, solicitei ao Ministério da Educação o instrumento que foi efetivamente publicado. Questionei se há uma nova proposta de lei ou se uma nova medida provisória já foi publicada.

Sr. Presidente, hoje, às 17 horas, participarei de uma audiência com o Ministro Paulo Renato Souza, ocasião em que solicitarei esclarecimentos a S. Ex^a e também farei sugestões quanto às modificações propostas pelo Presidente da República.

Foi-me enviada, pela assessoria do Ministro da Educação, a medida provisória, ainda sem data – acredito que ela não tenha sido publicada hoje no **Diário Oficial**; não sei se o Sr. Presidente Geraldo Melo recebeu uma outra notícia –, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, denominado Bolsa-Escola, e dá outras provisões.

Sr. Presidente, quero aqui assinalar passos importantes e positivos que estão sendo tomados.

O Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação, também denominado Bolsa-Escola, está sendo grandemente ampliado: passa-se de R\$180 milhões, gastos no ano 2000, para R\$1,7 bilhão, que já constam do Orçamento aprovado para 2001. Isso, além de ser um ponto importante, demonstra o reconhecimento de que o Programa Nacional de Renda Mínima Vinculado à Educação tem obtido resultados positivos. E mais do que isso, o Governo assim reconhece.

Diz a nota do Ministério da Educação:

Com recursos de R\$1,7 bilhão, o Governo Federal abre o ano letivo de 2001 com um grande programa de Bolsa-Escola que vai atender a 10,7 milhões de alunos de seis a 15 anos e 5,9 milhões de famílias em todo o País. Cada criança matriculada, até o número de três por família, receberá R\$15,00 por mês, podendo chegar até R\$45,00 por família.

O Bolsa-Escola amplia o Programa de Garantia de Renda Mínima, que, em dois anos de funcionamento, possibilitou a entrada e permanência na escola de cerca de 1,1 milhão de crianças e adolescentes em 1999 e de 1,7 milhão em 2000.

Multiplicado por dez em relação à verba disponível em 2000, o Ministério da Educação contará com recursos provenientes do Fundo de Combate à Pobreza, criado por iniciativa do Congresso e acolhido pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Diz a nota ainda que – e aqui há outro ponto importante – "a Bolsa-Escola poderá ser estendida a todos os municípios, capitais e regiões metropolitanas. São alvos do programa as famílias com renda familiar **per capita** até meio salário mínimo por mês, que tenham filhos matriculados e freqüentando o ensino fundamental".

Assinalo que essa decisão do Ministro da Educação leva em conta a proposta que aqui formulamos por ocasião da discussão da Lei nº 9.533, quando colocamos na lei especificamente os seguintes pontos: 1) poderia a União acelerar o cronograma de aplicação da lei; 2) a partir do quinto ano da aplicação da lei – que seria o ano de 2002 –, todos os demais municípios, inclusive as capitais, teriam acesso àquele benefício, o que permitiria, portanto, que as capitais ou os municípios com renda e arrecadação **per capita**

acima da média do respectivo Estado pudessem ser beneficiados.

Mas agora a nova medida provisória – não sei se já foi assinada e publicada, mas já foi anunciada ontem – determina que, de fato, todos os municípios e, inclusive, as capitais dos Estados poderão ser beneficiados pelo programa.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte a V. Ex^a. Lembro que, inclusive, Teresina terá a possibilidade de se inserir no Programa de Garantia de Renda Mínima.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Nobre Senador, muito obrigado pela gentileza. Gostaria que V. Ex^a repetisse o valor do benefício dado a cada família. São R\$15,00 por criança ou por família?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – No bre Se na dor Alber to Silva, na Lei nº 9.533, obe ne fícioporfamília, como Governo Federal financiando a metade, e o Município ou o Estado, a outra metade, estava assim definido: R\$15,00 vezes o número de crianças até 14 anos naque la família menos a metade da renda familiar **per capita**. Isso, em média, gerava um benefício modesto por família, variando de R\$35,00 a R\$45,00, às vezes che gan do a R\$60,00, o que é relativamente modesto, dependendo do tamanho da família.

Agora o Governo Federal modifica esse valor dividindo que o benefício por família será de R\$15,00 por criança, sendo até três o número máximo de crianças beneficiadas por família. Isso significa que, se numa família houver cinco ou seis crianças, o benefício será no máximo de R\$45,00. E, nessa medida provisória, está definido que o Governo Federal será responsável integralmente por esse benefício, ficando o Município com a responsabilidade de prover os outros programas que eventualmente possam beneficiar a família. Mas o benefício em si, do ponto de vista do seu financiamento, será de responsabilidade do Governo Federal.

Sr. Presidente, quer fazer um comentário sobre a fórmula, até porque nós, no Senado Federal, já aprovamos uma outra fórmula que não essa.

Nobre Senador Alberto Silva, continuei ouvindo o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Muito obrigado, nobre Senador. Hoje, li em um jornal que, em São Paulo, uma menina declarou que ganhava bem mais do que R\$15,00 numa lanchonete. Ela disse que sua irmãzinha precisava de tratamento e que, portanto, ti-

nha que complementar o salário de sua família. Desse forma, ela tinha que trabalhar para fazer justamente mais do que R\$15,00. Creio que seria o caso de se estudar alguma fórmula que permitisse à família ganhar um pouco mais. Existe o Fundo de Pobreza. V. Ex^a tem ideias muitas criativas e, agora mesmo, acaba de demonstrar isso. Estou pronto a colaborar com V. Ex^a, no sentido de encontrarmos uma resposta para essa colocação feita por uma conterrânea de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a me propicia a oportunidade de chegar ao ponto que eu queria.

Apresentei no Senado uma proposta modificando aquela que eu considerava restrita, da Lei nº 9.533, dizendo que o benefício por família, em vez de ser de R\$15,00 vezes o número de crianças até 14 anos menos metade da renda familiar **per capita**, pudesse ser definido por uma proporção como a de 30%, 40% ou 50% da diferença entre o número de pessoas na família vezes o patamar de meio salário mínimo, que está definido na lei, menos a renda familiar.

Vamos supor que houvesse uma família composta por pai, mãe e quatro crianças. Certamente, essa família teria o direito de participar do programa des de que a sua renda fosse menor do que meio salário mínimo **per capita**. Hoje, o valor do salário mínimo é de R\$151,00; a metade dessa importância é R\$75,50. Portanto, se a renda desse familiar formasse menor do que seis vezes R\$75,50 – ou seja, menor do que R\$453,00 –, ela estaria habilitada a receber aquele direito. Suponhamos que o chefe dessa família esteja recebendo apenas R\$153,00. Pelas minhas proposições, essa família teria direito a receber metade da diferença entre R\$453,00 e os seus R\$153,00 – portanto, metade de R\$300,00 mais R\$150,00 –, e a sua renda passaria para R\$303,00.

Esse formato leva em consideração alguns fatores: o tamanho da família, a renda da família e o aspecto resultante de uma grande reflexão dos economistas – e estranho o fato de o Governo Federal não tê-lo considerado, apesar de já ter sido apreciado pelo Senado Federal –, que é sempre haver um estímulo para as pessoas estarem trabalhando e progredindo, mas se garantindo a todos um mínimo de renda.

O que estranho é que o Ministro da Educação, economista que é, não observou esse último aspecto e também não levou em consideração o formato já aprovado pelo Senado Federal, que modifica a lei, recebeu parecer favorável do Senador Ney Suassuna e foi votado por todos nós. O projeto está na Câmara

dos Deputados, e o Ministro sabia disso. Mencionei o Senador Ney Suassuna, que acaba de entrar, dizendo que seu parecer foi favorável. Parece-me que há má vontade por parte de alguns assessores do Governo que não dialogam o suficiente sobre um aspecto que é da maior relevância, qual seja a influência de um programa como esse sobre o mercado de trabalho.

Senador Alberto Silva, tenho a convicção de que o Programa de Garantia de Renda Mínima, com um desenho bem formulado, terá enorme impacto sobre o mercado de trabalho. E o Ministro da Educação deveria estar dialogando com os Ministros do Trabalho, da Fazenda, da área econômica e da Integração, o Senador Fernando Bezerra, que deveria estar interessado nesse assunto.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Ney Suassuna, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Quando V. Ex^a apresentou esse projeto – aliás, admiro V. Ex^a pela persistência com que o defende –, também o considerei de importância vital para o País. Esse programa pode representar uma das saídas econômicas em que muitos não acreditam, porque não perceberam o seu reflexo quando foi implantado em algumas áreas em outros países, como é o caso dos Estados Unidos. V. Ex^a tem citado o caso do Alasca. Se observarmos o resultado na própria economia dos Estados Unidos no governo passado de Bill Clinton, quando houve uma maior divisão de riqueza, essa tese, se analisada com profundidade, dará razão ao que fizemos. V. Ex^a foi o autor do projeto, do qual tive muita honra em ser o Relator. E acredito que o diálogo foi tão produtivo, que conseguimos encontrar uma solução que é muito mais racional. V. Ex^a apresentou essa variante na discussão, e nós compramos a idéia. Fui dela partícipe desde o primeiro momento em que V. Ex^a apresentou o Projeto de Garantia de Renda Mínima. Solicitamos a renda mínima escolar, que foi comprada depois por vários governos, obtendo um sucesso enorme. Acredito que haverá muita estátua erigida em homenagem a V. Ex^a quando abrirem os olhos e verificarem a importância desse projeto. Parabéns! Aproveito a oportunidade para dizer que V. Ex^a, depois de se lançar candidato à Presidência, parece ter perdido um pouco de peso e está muito mais em condições de enfrentar a luta que se aproxima.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de aparteá-lo mais uma vez, para concluir o meu pensamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Senador Alberto Silva, terei o maior prazer em ouvi-lo mais uma vez. Antes, quero fazer uma observação em relação ao que expôs o Senador Ney Suassuna.

Primeiramente, agradeço, mais umavez, a S. Ex^a pela forma como estou e reconhecer a racionalidade da proposta que fiz, a qual infelizmente ainda não foi considerada pelo Ministro da Educação e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Hoje, às 17h30min, estarei como Ministro, oportunidade em que ponderarei que a forma aprovada consensualmente pelo Senado é melhor do que a que está S. Ex^a propondo. Solicitarei que o Ministro leve em consideração o aspecto do mercado de trabalho.

O Senador Ney Suassuna lembrou bem que, hoje, nos Estados Unidos da América, no Canadá, no Reino Unido e em outros países, existe o crédito fiscal para o trabalhador que tem família e não recebe o suficiente para sair da pobreza, tendo sua renda complementada como uma forma de Imposto de Renda negativo.

O Governo brasileiro, tão preocupado com a questão da Bombardier, com a Doença da Vaca Louca e com suas relações com o Canadá, até hoje não se deu conta de que esses países têm maior poder de competição em relação a nós porque possuem uma forma de Imposto de Renda negativo que combina um acréscimo de remuneração aos trabalhadores de baixa renda com uma maior possibilidade de gerar empregos e de dinamizar a sua economia.

O maior programa de natureza social do governo norte-americano, hoje, após o término do ano 2000 e do Governo Bill Clinton – pelo menos um dos maiores, atingindo mais de 20 milhões de pessoas –, é o crédito fiscal por remuneração recebida, que complementa a renda das famílias que não atingem determinado patamar. Esse programa foi expandido no início do Governo Bill Clinton, quando a taxa de desemprego, em 1992 e 1993, girava em torno de 7%. No fim do Governo Bill Clinton, as taxas de desemprego

eram de 3,9%, 4,1% e 4%, as mais baixas dos últimos 30 anos. Mas parece que o Governo brasileiro não se deu conta disso. E poderia fazê-lo com um desenho mais racional e bem-feito.

O Senador Ney Suassuna assinala – e já tenho a percepção disso – que o caminho que devemos seguir e considerar, no qual devemos nos empenhar, é um desenho de garantia de renda mínima que estenderá a todos os brasileiros, universalmente, não importando a origem, a raça, o sexo, a condição civil e socioeconômica, a instituição de uma renda básica, porque aí estaremos eliminando ou diminuindo significativamente as fraudes que hoje ocorrem e que têm ocorrido, inclusive, com o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Em outubro passado, encaminhei ao Ministro Paulo Renato de Souza o depoimento de pessoas que estavam trabalhando junto ao MEC, junto às prefeituras, tirando um proveito extraordinário e desviando recursos. S. Ex^a, de pronto, abriu sindicância. E, hoje à tarde, quero saber qual o resultado da sindicância. Inclusive, encaminhei, na semana passada, a notícia de novas contundentes fraudes que estavam ocorrendo.

Ontem, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Águas Lindas, mencionou que abomina todo o tipo de fraude, Sua Excelência estava se referindo a gravíssimas fraudes que estavam ocorrendo com esse programa, provocadas por prefeitos inescrupulosos que tentaram se enriquecer até mesmo à custa desses recursos tão modestos e restritos que estão sendo destinados às famílias mais carentes no Brasil. E havia, entretanto, empresas que estavam pedindo, só por assessorar prefeitos, até 15% daquela verba, apenas por estarem intermediando algo que não precisaria de intermediação alguma. Esse fato é de maior gravidade. É preciso acabar com isso.

Assim, quando institui um novo mecanismo, que é o cartão magnético, para a distribuição direta, o Governo faz para diminuir a fraude, e nesse ponto estamos de acordo. Mas quero assinalar que a Prefeita Marta Suplicy, em 3 de janeiro, no terceiro dia de seu governo, veio falar com o Ministro Paulo Renato Souza e propôs-lhe uma parceria em três níveis. Foi falar também com o Governador em exercício, Geraldo Alckmin, e propôs-lhe o mesmo: Governo Federal,

Governo Estadual e Governo Municipal de São Paulo, juntos.

Com relação ao depoimento da menina a que V. Ex^a se referiu, em São Paulo há uma lei de garantia de renda mínima municipal que melhora o formato do programa. O que establece a lei em São Paulo? A família que não recebe até três salários mínimos – hoje, R\$453,00 –, se tiver crianças de até 14 anos e aquelas em idade escolar freqüentando a escola, passa a ter direito a receber um terço da diferença entre R\$453,00 e a sua renda. Portanto, se uma família estiver sem renda em determinado mês, desempregada, terá direito de receber um terço de R\$453,00, ou seja, R\$151,00. Se tiver, digamos, R\$153,00 de renda, terá a possibilidade de receber mais um terço da diferença dos R\$300,00 que faltam – R\$153,00 mais R\$100,00 são R\$253,00, o que já é um acréscimo significativo –, e assim por diante, com o mesmo princípio de se manter o estímulo ao trabalho.

O que a Prefeita Marta Suplicy gostaria é que o programa do Governo Federal possibilitasse – mesmo que a União entrasse com R\$15,00 por criança, até o limite de três, ou seja, de R\$45,00 por família – a complementação dos recursos do Governo Municipal de São Paulo, ficando a outra parte a cargo do Governo Estadual. Assim, como há cerca de 309 mil famílias no Município de São Paulo que ganham até três salários mínimos, isso significaria o maior programa de renda mínima já efetivado no Brasil, algo que a Prefeita quer efetivar o quanto antes. Um aspecto importante é que o mérito seria distribuído pelos três níveis de governo: não seria só da Prefeita Marta, do PT, mas também do Governo Mário Covas e de Geraldo Alckmin, do PSDB, do Governo Fernando Henrique, do PSDB e do PFL, etc.

Então, se a idéia é boa, que a façamos nos três níveis, compartilhando o mérito e, obviamente, a responsabilidade pela boa execução de um programa que, tenho certeza, em São Paulo será efetuado com a maior seriedade possível. Podem estar certos de que também estarei atento para que lá não ocorra qualquer desvio, Senador Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Eduardo Suplicy, o tempo de V. Ex^a está esgotado há mais de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou terminando, Sr. Presidente. Se V. Ex^a permitir, concluirrei, agora, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa apenas solicita que V. Ex^a não conceda nem um outro aparte.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Sr. Presidente, gostaria apenas de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela oportunidade de ouvi-lo sobre um assunto que me interessava. Senador Eduardo Suplicy, pela forma como São Paulo fez, gostaríamos de contar com o apoio de V. Ex^a para estender esse programa a todo o Brasil. Se deu certo em São Paulo, tem que dar também no resto do Brasil. Acrescentaria que o Fundo de Combate à Pobreza, que aprovamos nesta Casa, não teria uma aplicação mais apropriada do que esta: educar e distribuir a renda para todos os brasileiros. A expansão da oportunidade de trabalho, como V. Ex^a frisou, é uma das maiores conquistas desse programa. Acredito que V. Ex^a, ao falar com o Ministro Paulo Renato, não deve apenas reclamar da fraude, mas, como disse no princípio, mostrar a excelência da proposta aprovada no Senado, com base no relatório do Senador Ney Suassuna. Quero cumprimentar V. Ex^a por ter-me concedido este aparte e possibilidado conhecer algo que se faz em São Paulo e que pode rá ser muito bom para o Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Requeiro, Sr. Presidente, seja inserida, como parte de meu pronunciamento, a carta da Prefeita Marta Suplicy ao Ministro Paulo Renato Souza e ao Governador em exercício, Geraldo Alckmin, datada de 7 de fevereiro de 2001, em que S. Ex^a propõe a coordenação de esforços dos três níveis para que haja, inclusive, o reconhecimento do mérito por todos do esforço tripartite.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU DISCURSO:

08-02-01 16:36

PMSF-SIM-TELE - 0216132360002

Pag. 02



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

São Paulo, 7 de fevereiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda
Paulo Bernardo Sodré

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado
Geraldo Alckmin

Prezados Senhores:

Venho referir a determinação do meu governo, conforme expressei nos encontros dos dias 03 de Janeiro e 05 de Fevereiro e nos ofícios entregues nestas duas ocasiões, no sentido da conjugação dos esforços dos três níveis de governo com o objetivo da ampla implementação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima no município de São Paulo.

Este Programa, que tem como objetivos promover o acesso e permanência de crianças de famílias carentes à escola, evitar o trabalho infantil, promover o nível de emprego e melhorar a distribuição da renda, dará concretude aos nossos esforços e objetivos comuns.

Insisto mais uma vez neste ponto porque de ambos (Governo Federal e Governo do Estado de São Paulo) ouvi palavras de boa vontade e é vital que todos saibamos se os três entes da federação compartilharão responsabilidades na execução do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima em São Paulo.

Retorno, portanto, aos argumentos já apresentados em nossos encontros e nos documentos que lhes entreguei.

Existem hoje programas com desenhos diferentes que vêm sendo realizados ou estão prestes a serem desenvolvidos pelos governos municipal, estadual e federal e que, se melhor coordenados, poderão atingir seus objetivos comuns de forma mais eficaz. No caso de São Paulo, os programas são os seguintes:

✓ A Lei 12.651, de 6 de maio de 1998, de responsabilidade do governo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

estejam na escola, passa a ter o direito de receber um terço da diferença entre os três salários mínimos e a sua renda;

- Programa Complementando a Renda, de responsabilidade do Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social, que dirige-se às famílias que não recebem até R\$ 30,00 por mês, e complementa a renda com um valor equivalente a R\$ 50,00 vezes o número de pessoas na família. O PCD também segue a presença na escola das crianças em idade escolar;
- Programa Alimenta São Paulo, de responsabilidade do Governo Estadual, Secretaria da Agricultura, que prevê beneficiar 54.000 famílias com renda até meio salário mínimo mensal *per capita*, no município de São Paulo, no ano 2001, com uma cesta básica mensal equivalente a um valor de R\$ 22,70;
- A Lei 9.533/1997, que autoriza o Governo Federal a financiar em 50% os gastos dos municípios que instituirem programas de Renda Mínima associados a Ações Sócio Educativas, tem como alvo as famílias com crianças e adolescentes até 14 anos de idade e renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo. Da mesma forma que os dois primeiros programas, é obrigatório que as crianças em idade escolar (7-14 anos) estejam matriculadas na rede escolar. A fórmula do cálculo do valor do benefício é a que segue: $VB = R\$ 15,00 \times \text{número de crianças até 14 anos} - \frac{1}{2} \text{renda familiar}$ *per capita*.

A lei prevê que o desenho do benefício de cada município possa ser outro, mas o apoio do governo federal se restringirá a 50% do valor da fórmula - que está por ser alterada - ficando os outros 50% por conta do município e ou do Estado.

Finalmente, a legislação também prevê que os municípios de renda *per capita* e arrecadação *per capita* acima da média do respectivo Estado só seriam contemplados a partir de 2002. Entretanto, existe a possibilidade, prevista na lei, de se acelerar o cronograma de implementação do programa, desde que haja recursos disponíveis e os resultados estejam sendo positivos.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA**

Quero propor que no município de São Paulo possamos coordenar os esforços tanto de cidadãos quanto o programa MinhaCidade os recursos que os governos Estadual e Federal estariam colocando para programas de natureza e objetivos semelhantes. Quero propor, ainda, a coordenação dos três níveis e, obviamente, o reconhecimento do mérito pelo esforço da metade.

Portaria N° 16/2001 - A proposta do governo do município de São Paulo.

- que a Lei nº 9.533/98 seja aplicada no município de São Paulo – na forma de calcular o valor do benefício per família e, consequentemente o repasse federal. Declaro a intenção de firmar o convênio (Prefeitura, BNDE, MEC) nos termos previstos na legislação federal;
- que o Governo Estadual destine ao PGREM uma quantia equivalente aquela que as famílias recebem no Programa Complementando a Renda e uma quantia equivalente ao valor da cesta básica do Programa Alimenta São Paulo. O Programa Complementando a Renda estabelece um termo de colaboração mútua entre as prefeituras ou entidades sociais, mas a Prefeitura do Município de São Paulo não firmou o referido termo de colaboração, embora 1.300 famílias, no ano passado, estivessem incluídas no PCR. Declaro, portanto, meu interesse nesta colaboração.

Do ponto de vista da minha administração, a possibilidade de todos os municípios assinarem convênio nos termos da Lei 9.533/97 e de seu regulamento (Decreto N° 3.117/99) é particularmente promissora, sobretudo para as capitais e suas regiões metropolitanas. A pobreza se concentra nesses municípios, provocando uma tensão entre a capacidade financeira e o contingente daqueles que têm sua sobrevivência física ameaçada ou vivem em situação particularmente penosa em virtude do acesso a uma parcela muito pequena da riqueza produzida.

Do ponto de vista da minha administração também é promissora a possibilidade de que Prefeitura de São Paulo, à exemplo de outras Prefeituras no Estado de São Paulo, assine o Termo de Colaboração previsto no Programa Complementando a Renda.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
GABINETE DA PREFEITA

O enfrentamento da pobreza, mesmo que focalizado — famílias com crianças e adolescentes até 14 anos de idade e renda inferior a um certo patamar —, **exige**, não temos dúvidas, **o esforço conjugado dos três níveis governamentais**.

No município de São Paulo, por exemplo, a Fundação SEADE e o DEEESC estimaram que das 3063 mil famílias residentes no município, há 309 mil famílias (ou 10,1% do total de famílias, correspondendo a 1.228.000 indivíduos), com renda de três salários mínimos e menores famílias até 14 anos de idade.

Parceiro evidente que um programa com essa envergadura não pode contar, exclusivamente, com a capacidade financeira de um único ente da federação. Mesmo que uma estratégia de implementação gradativa, focalizando no primeiro momento as famílias mais pobres — famílias com a presença de dependentes de até 14 anos e renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo — seja adotada, o número de famílias é bastante grande: 165.000 famílias (5,4% do total de famílias, ou 733.000 indivíduos).

Caso possamos concretizar nossa conjugação de esforços, como é minha intenção, esse **empreendimento tripartite provocará um impacto significativo e imediato na situação de penúria em que vivem milhares de brasileiros no município de São Paulo e abrirá melhores possibilidades aos membros destas famílias.**

Reitero, assim, Senhor Ministro e Senhor Governador, a proposta de ação coordenada e espero que os Senhores, com igual franqueza, se expressem formalmente sobre essa proposta.

Respeitosamente,

Marta Suplicy

Prefeita de São Paulo

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra em nome da Liderança do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Roberto Freire.

Em seguida, não havendo objeção do Plenário, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até tinha pensado em falar da tribuna, já que é a primeira vez que uso a palavra após o reingresso do PPS no Bloco de Oposição, junto ao PT e ao PDT.

Sempre me posicionei com muita clareza contra aqueles que, vendo dificuldades no momento atual, costumavam dizer que vivíamos como na época da ditadura ou pior. Muitas vezes, afirmei que quem assim pensava muito provavelmente não viveu naquele período. Agora, inclusive, vejo alguns se referirem à "ditadura do Executivo" em relação às medidas provisórias. Não dá para falar em ditaduras nesse caso. São coisas bem distintas.

Mas, hoje, queria falar de um caso bem específico – em relação ao qual, concordo em que estamos vivendo tal como na ditadura –, que foi magistralmente apresentado à opinião pública brasileira pelo jornalista Dora Kramer, em "Coisas da Política".

Lerei apenas alguns trechos.

Era assim na ditadura

Enquanto a imprensa, a sociedade e as instituições continuarem a aceitar a aplicação de métodos ilegais supondo que estão assim trabalhando em favor da restauração da moralidade, o Brasil permanecerá na condição de arremedo de democracia."

Dora Kramer diz mais adiante:

Os que se consideram arautos da moralidade – aí incluídos imprensa, parlamentares e magistrados que não reagem – estão necessitando ser postos frente a uma dura realidade: não há nenhuma diferença entre eles, os espiões do antigo SNI e os que se utilizavam de seus serviços.

Ela está tratando de algo que a Constituição brasileira considera como crime, que é a escuta telefônica. A única possibilidade admitida pela Constituição de escuta telefônica é mediante autorização judicial e para a elucidação de crime para o qual existe inquérito ou processo.

O que a jornalista Dora Kramer está afirmado de forma magistral tenta dizer a um jornalista da **Folha de S.Paulo**, que julgou muito importante ter patrocinado uma gravação para descobrir immoralidades. Eu lhe dizia: "Você e o seu jornal estão patrocinando um crime". E isso nada mais é do que a afirmação ca e primitiva, como diz Dora Kramer, de que os fins justificam os meios. De acordo com essa idéia, para se lutar contra a imoralidade, pouco importa que se pratique qualquer ilegalidade. Evidentemente que isso importa – e muito – em um Estado Democrático de Direito. E diria mais: principalmente agora, quando estamos assistindo, no Congresso Nacional, ao constrangimento de uma sucessão baseada em algo que o Estado Democrático de Direito tem mecanismos de apurar. Bastaria o Ministério Público abrir um inquérito civil contra o Sr. Jader Barbalho e o Sr. Antônio Carlos Magalhães, porque se acusaram, reciprocamente, da prática de crimes. Não sei se são verdadeiros. Não cabe ao Congresso, não cabe a nenhum Senador abrir um inquérito, mas caberia ao Ministério Público, por determinação da Constituição brasileira, fazê-lo. Não é com escuta telefônica, nem com métodos ilegais que chegaremos ao desiderato da sociedade brasileira.

Estou falando desses assuntos, porque a jornalista também diz:

A falta de cerimônia instalada no Congresso – seja pelo uso de fitas agora, seja pela troca de insultos que deu origem à degeneração de costumes – deve-se em boa medida à aceitação de toda e qualquer forma de denúncia como salvo-conduto a todas as guerras.

É importante ter isso em mente, porque, para defender a democracia, o Estado de Direito, as liberdades públicas, existe a lei. Desrespeitando a lei, não vamos chegar a lugar algum, porque amanhã a vítima seremos todos nós.

Eu pediria que a Casa registrasse nos Anais o artigo da jornalista Dora Kramer.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROBERTO FREIRE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

REFERE

DOCUMENTO A QUE

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

RUBERO FREIRE
**Era assim
na ditadura**

Enquanto a imprensa, a sociedade e as instituições continuarem a aceitar a aplicação de métodos ilegais supondo que estão assim trabalhando em favor da restauração da moralidade, o Brasil permanecerá na condição de arremedo de democracia.

Se da primeira vez que os grampos telefônicos e as gravações resultantes deles tivessem sido repudiados como instrumentos do autoritarismo, talvez agora não estivéssemos encarando com naturalidade o fato de em plena casa das leis agirem todos à margem da lei.

Os que se consideram arautos da moralidade – aí incluídos imprensa, parlamentares e magistrados que não reagem – estão necessitando ser postos frente à dura realidade: não há nenhuma diferença entre eles, os espiões do antigo SNI e os que se utilizavam de seus serviços.

O que se assiste há algum tempo no país é a um elogio aos métodos de coleta de informação aplicados pelo regime militar, que argumentava com a necessidade de lutar contra o inimigo ideológico, da mesma forma como se argumenta hoje pela preêmência de se dar combate aos corruptos.

A resultante é rigorosamente a mesma: o desrespeito à lei. E nos dias de hoje com a agravante de que seus autores protegem-se sob os mantos de vestais. Pois conseguem apenas ser venais, uma vez que há instrumentos legais à disposição para que se faça o bom combate.

Sempre haverá quem diga que esses instrumentos são lentos, tolhem a agilidade necessária à luta em marcha, tornam as ações dependentes da Justiça que, como se sabe, cria entraves de ordem intransponível, principalmente quando esbarra em alguma ilegalidade.

Pois aí é que está o ponto: a Justiça em geral não se presta aos que precisam provocar o efeito espetáculo tão caro ao nosso jornalismo investigativo estilizado, que serve a qualquer senhor, menos ao cidadão que, cada vez mais indignado ante à impunidade, nunca é informado de que muitas vezes ela é resultado de levianidades de origem.

A abordagem desse tema é óbvio que guarda relação com as fitas divulgadas com diálogos de deputados que se mudaram do PFL para o PMDB, em suposta operação financeiramente negociada. Mas é também excelente oportunidade para tocar no assunto do uso do arcabouço autoritário no pressuposto de que com ele fortaleceremos a democracia, combateremos as agressões à ética.

O desrespeito à lei – já deveria ser óbvio informar – apenas incentiva o descumprimento desta, além de afrouxar critérios de tal forma que hoje deputados, sena-

**~~A luta pela
moralidade torna-se
também imoral se
for baseada no~~**

~~teremos as agressões à ética~~

O desrespeito à lei — já deveria ser ocioso informar — apenas incentiva o descumprimento desta, além de afrouxar critérios de tal forma que hoje deputados, senadores e jornalistas não vêem nada de estranho em lançar mão do mais absoluto vale-tudo, uns na busca do poder e outros na caça de notícias.

A luta pela moralidade torna-se também imoral se for baseada no pressuposto da ilegalidade

É evidente que interessa à sociedade a revelação de métodos e modos aplicados dentro do Congresso. É claro que, se verdadeira a por enquanto suposição de que deputados negociaram seus mandatos, temos diante de nós um caso a ser profunda e amplamente investigado.

Mas é evidente também que a lei nos confere a prerrogativa de fazer tudo isso sem perder de vista que a manutenção do estado de direito é pressuposto básico para a garantia das liberdades democráticas.

É preciso parar de aceitar qualquer coisa com medo de que o apelo à legalidade soe como elogio à impunidade.

A proibição de escutas telefônicas foi instituída pela Constituição de 1988 que buscava enterrar o entulho autoritário. A autorização para as escutas ficou, assim, submetida à permissão judicial, da mesma forma como não se pode mais neste país fazer buscas ou prisões sem um mandado de instância abalizada.

Dá mais trabalho? Dá, mas a urgência de procedimentos é um dos argumentos mais caros aos ditadores. Foi assim aqui com a nossa — que aludia à tarefa de consertar o país —, foi assim em várias outras, como a recente ditadura de Alberto Fujimori, que clamava pela necessidade de moralizar com rapidez o Peru ao pretender governar sozinho, sem Congresso, sem imprensa, sem Judiciário.

É para imprimir rapidez às investigações criminosas que a polícia recorre à tortura. É mais fácil e, afinal de contas, os objetos dos castigos são apenas pobres diabos de fundos de delegacia. Houve época em que eram também de classe média, mas talvez esquerdistas a quem era preciso dar combate com rapidez.

Dirão os que acreditam que estando do lado do bem vale tudo que se comete aqui um exagero.

Mas é assim que começa tudo. Primeiro, aceitam-se pequenas ilegalidades e logo, mas muito rápido mesmo, nos tornamos vítimas delas.

A falta de cerimônia instalada no Congresso — seja pelo uso de fitas agora, seja pela troca de insultos que deu origem à degeneração de costumes — deve-se em boa medida à aceitação de toda e qualquer forma de denúncia como salvo-conduto a todas as guerras.

Fala-se qualquer coisa a respeito de quem quer que seja, e fica tudo muito bem conversado por isso mesmo. Pouco a pouco vamos perdendo, do lado de cá, autoridade para criticar os parlamentares que ora emporcalham as próprias biografias, num ambiente em que a calúnia é ampla, geral, irrestrita e festejada sob o patrocínio da celeridade garantida pela afronta à ilegalidade.

Trata-se da reinstalação do império do princípio de que os fins justificam os meios, o que é tosco, primário e, acima de tudo, revela o equívoco de ignorar que o vale-tudo acaba valendo para todos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Tem a palavra o Senador Maguito Vilela, inscrito para uma comunicação inadiável. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, no Nordeste há um cientista especializado nos fenômenos El Niño e La Niña que tem feito, durante esses últimos anos, previsões cada vez mais próximas da realidade acerca do inverno e das chuvas naquela Região. As últimas previsões, divulgadas em todo o Nordeste, são de que teremos um ano muito mais difícil do que o ano passado. Neste momento, no Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, já há inúmeras cidades sem água. Na Paraíba, já temos 14 cidades, e, em área correspondente de Pernambuco, outras 14 ou 15 cidades estão sem água.

É uma pena que, mesmo quando o inverno parece regular, cidades nordestinas estejam vivendo esse drama. Mas o drama maior – e que nos preocupa – é que a única forma que temos para atender o povo de cidades como Serra Branca, Pedra Lavrada, São Mamede e Santa Luzia, na Paraíba, e as correspondentes da mesma área em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, é o atendimento por carro-pipa.

Esse é um assunto que já abordei neste plenário inúmeras vezes. Portanto, peço a cada Senador e, por que não dizer, aos que lá devem ir a este Congresso, Programa Carro-Pipa, que procurem ver qual a qualidade da água de um carro-pipa. A água parece caldo de cana ou leite, dependendo da origem, se do fundo de um açude lodoso ou de uma área barrenta de um daqueles barreiros das regiões onde há mais silício e alumínio. Essa é a qualidade da água que é servida às pessoas. E quanto isso custa à República? Hoje, um carro-pipa, para uma distância de 70 a 80 quilômetros, está custando R\$25,00. Mas o preço que se paga pela contaminação, pela verminose e por todos os outros efeitos colaterais de uma água não-potável é muito caro para a República. Inunda os hospitais da região e aumenta rapidamente a população dos cemitérios.

No entanto, a grande maioria dos administradores públicos não está ligada a isso. Vive no conforto de um escritório com ar-condicionado em Brasília, longe da miséria, por exemplo, de Serra Branca, onde nove mil pessoas estão sendo abastecidas por carro-pipa. No início, havia 100 carros-pipa; esse número caiu para 70, para 50, e agora são apenas 25 carros-pipa

por dia para atender nove mil pessoas. Eu gostaria que alguns desses burocratas vivessem uma semana numa cidade como essa.

E o que é pior: novamente o recurso acabou. Não houve repasse do Ministério do Planejamento para o Ministério da Integração Nacional. Não houve verba para ser repassada à Sudene, que subcontrata o Exército, a IV Região, para fazer a distribuição. Vejam só quantos passos: é preciso que o Ministério do Planejamento libere, para que o Ministério da Integração receba e transfira para a Sudene, que a repassa para o Exército. Esses desvãos levam dias, semanas, meses. Enquanto isso, esta pésima solução, que é o carro-pipa, inexiste, apesar de ser a única.

Já não sei o que fazer. Já bati na porta de todos os Ministérios, da Sudene, e a resposta é: "Estamos agilizando". Mas estão agilizando há duas semanas. Quantas mais serão necessárias? Quando será que vamos nos apiedar desses brasileiros, que têm tanto direito quanto nós mas não podem exercê-lo? O que é dever do Estado passa a ser quase que um beneplácito. Enquanto isso, adoecem pessoas de todas as idades.

Muitas vezes orgulho-me de ser brasileiro, mas horas há em que me envergonho. Esse é um tratamento que nem em campo de concentração se dá. Lá havia fogo e forno, mas existia água. Aqui, tem-se negado água a inúmeros brasileiros que habitam o Nordeste, que já vê seus filhos como se o direito não fosse direito, como se a obrigação do Estado não fosse obrigação do Estado. É em horas como essa que me envergonho.

Estive lá nesse fim de semana e vi o esforço que nós, do Estado, estamos fazendo. O Governador José Maranhão está trazendo uma adutora lá de Cuitéias, no final do Estado, por 206 quilômetros até Patos, Santa Luzia, São Mamede. Mas quando vai acabar? Quando essa adutora será concluída se suas obras começaram agora? O nosso Estado, que já é pobre – arrecada R\$110 milhões por mês –, vai gastar R\$45 milhões com essa obra, mas é a única solução que temos para evitar que os paraibanos, que são tratados como brasileiros de primeira categoria, migrem maciçamente para o sul, onde são tratados como cidadãos de segunda categoria.

Podemos evitar o inchamento das cidades? Podemos, mas é preciso dar essas condições. Simultaneamente a essa adutora de 206 quilômetros, a Paraíba está fazendo a do Congo, a do Cariri e várias outras. Mas com que sacrifício! Como é desesperador ver o Governador catando centavos para poder tentar

sa nar uma falha que não é do Esta do e que nós to dos devíamos estar solidários.

O que forja uma nação, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são os costumes comuns e, principalmente, a solidariedade. E, talvez pela rotina, talvez pela permanente existência desse problema, nós deixamos de ser solidários.

Li outro dia sobre uma pesquisa, feita numa grande cidade americana, que perguntava às pessoas quanto valia uma vida humana, quanto elas estariam dispostas a pagar para que não morresse alguém em tal país. Inicialmente, o cidadão estava disposto a pagar até US\$100; mas, à medida que ia aumentando o número, que generalizava, ele deixava de ser solidário. Podiam matar à vontade que ele não estava mais preocupado, porque exauria a sua capacidade de sensibilização. Quem é professor de Administração, como eu, sabe que isso está bem representado no mecanismo do desejo e da necessidade: atendido o desejo, decai a curva de necessidade. Num deserto, um cidadão pagaria muito pelo primeiro copo d'água; pelo vigésimo, só se o forçassem mesmo a tomá-lo. Talvez seja por isto: de tanto se falar nesse assunto, ele virou rotineiro, e nós deixamos de atinar que são seres humanos que estão há dois anos e meio sem água para beber, para lavar roupa, para cozinhar, enfim, para todas as necessidades.

Não é possível que isso possa continuar acontecendo.

Sr. Presidente, clamo o apoioamento de todos os Srs. Senadores para que busquemos uma solução, porque o carro-pipa é uma solução difícil, mas mais difícil ainda é não ter, e é isso que estamos vivendo no momento. São quatorze cidades na Paraíba, inúmeras no Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, inúmeras em Pernambuco, e não podemos continuar dessa forma.

Estou aqui clamando, pedindo que nos apiedemos desses nordestinos, encontrando uma solução. Que os burocratas do Ministério do Planejamento e do Ministério da Integração encontram rapidamente a solução para continuar atendendo com carro-pipa essas populações, até que tenhamos os dois milagres: o da adutora, a médio prazo; e o da transposição do São Francisco, que todos vivemos a esperar, e acreditamos que um dia chegará. Estamos esperando desde a época do Império, de D. Pedro II. Não é possível que tenhamos de aguardar mais um século por uma solução que é plausível e viável.

As pessoas dizem que se gasta muito dinheiro no Nordeste. Foram quarenta anos de Sudene, aten-

dendo a nove Estados, e trinta milhões de nordestinos gastaram menos do que custou a construção da ponte Rio-Niterói. E ainda falam que se gasta muito. Gasta-se muito mais com a saúde dessas pessoas que não têm água de qualidade; gasta-se muito mais com o inchamento das cidades do Sul, com a violência, que custou ano passado R\$84 bilhões. Com R\$2,5 bilhões, estaríamos resolvendo a transposição do São Francisco e o problema de mais de 12 milhões de pessoas, que não só deixam de necessitar, mas passam a produzir. Não queremos esmola, mas atenção e solução para esse problema. Temos direito e queremos exatamente isto: que nos dêem meios para que não precisemos pedir.

Tenho incomodado os ouvidos de V. Ex^{as}s. Esta deve ser a vigésima quinta vez que venho à tribuna para falar sobre esse tema, mas eu vi rei ou traçado 100 ou 200 vezes, porque represento um povo que paga em dia os seus impostos, contribui e não recebe nem sequer no mesmo volume, apesar de toda a apertura de cinto que estamos vivendo lá. Represento um povo que tem direitos, como qualquer outro brasileiro, mas que deixamos à mingua. Há dois anos e meio, Serra Branca, uma cidade de nove mil habitantes, está sem água, vivendo de carro-pipa, – no momento nem isso está tendo lá. O prefeito ligou-me hoje, chorando um homem velho e barbado chorando, porque há uma semana não tem água para dar ao seu povo. Já estamos entrando na segunda semana e, quando vamos ao Ministério, dizem que não existe verba. Não há verba para isso, mas para gastar com outras bobagens tem.

Encerro, clamando e pedindo que nos apiedemos desses nordestinos dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, que, neste momento, estão vivendo o crucial problema da falta de água para as suas necessidades básicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há poucos dias, o meu Colega de representação do Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Juvêncio César da Fonseca, veio a esta tribuna para falar sobre a Defensoria Pública do nosso Estado. A Defensoria está em crise. Por incrível que pareça, o órgão máximo encarregado de patrocinar a defesa dos mais necessitados, dos carentes e daqueles que necessitam do amparo e da

sa nar uma falha que não é do Esta do e que nós to dos devíamos estar solidários.

O que forja uma nação, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são os costumes comuns e, principalmente, a solidariedade. E, talvez pela rotina, talvez pela permanente existência desse problema, nós deixamos de ser solidários.

Li outro dia sobre uma pesquisa, feita numa grande cidade americana, que perguntava às pessoas quanto valia uma vida humana, quanto elas estariam dispostas a pagar para que não morresse alguém em tal país. Inicialmente, o cidadão estava disposto a pagar até US\$100; mas, à medida que ia aumentando o número, que generalizava, ele deixava de ser solidário. Podiam matar à vontade que ele não estava mais preocupado, porque exauria a sua capacidade de sensibilização. Quem é professor de Administração, como eu, sabe que isso está bem representado no mecanismo do desejo e da necessidade: atendido o desejo, decai a curva de necessidade. Num deserto, um cidadão pagaria muito pelo primeiro copo d'água; pelo vigésimo, só se o forçassem mesmo a tomá-lo. Talvez seja por isto: de tanto se falar nesse assunto, ele virou rotineiro, e nós deixamos de atinar que são seres humanos que estão há dois anos e meio sem água para beber, para lavar roupa, para cozinhar, enfim, para todas as necessidades.

Não é possível que isso possa continuar acontecendo.

Sr. Presidente, clamo o apoioamento de todos os Srs. Senadores para que busquemos uma solução, porque o carro-pipa é uma solução difícil, mas mais difícil ainda é não ter, e é isso que estamos vivendo no momento. São quatorze cidades na Paraíba, inúmeras no Estado de V. Ex^a, Sr. Presidente, inúmeras em Pernambuco, e não podemos continuar dessa forma.

Estou aqui clamando, pedindo que nos apiedemos desses nordestinos, encontrando uma solução. Que os burocratas do Ministério do Planejamento e do Ministério da Integração encontram rapidamente a solução para continuar atendendo com carro-pipa essas populações, até que tenhamos os dois milagres: o da adutora, a médio prazo; e o da transposição do São Francisco, que todos vivemos a esperar, e acreditamos que um dia chegará. Estamos esperando desde a época do Império, de D. Pedro II. Não é possível que tenhamos de aguardar mais um século por uma solução que é plausível e viável.

As pessoas dizem que se gasta muito dinheiro no Nordeste. Foram quarenta anos de Sudene, aten-

dendo a nove Estados, e trinta milhões de nordestinos gastaram menos do que custou a construção da ponte Rio-Niterói. E ainda falam que se gasta muito. Gasta-se muito mais com a saúde dessas pessoas que não têm água de qualidade; gasta-se muito mais com o inchamento das cidades do Sul, com a violência, que custou ano passado R\$84 bilhões. Com R\$2,5 bilhões, estaríamos resolvendo a transposição do São Francisco e o problema de mais de 12 milhões de pessoas, que não só deixam de necessitar, mas passam a produzir. Não queremos esmola, mas atenção e solução para esse problema. Temos direito e queremos exatamente isto: que nos dêem meios para que não precisemos pedir.

Tenho incomodado os ouvidos de V. Ex^{as}s. Esta deve ser a vigésima quinta vez que venho à tribuna para falar sobre esse tema, mas eu vi rei ou traçado 100 ou 200 vezes, porque represento um povo que paga em dia os seus impostos, contribui e não recebe nem sequer no mesmo volume, apesar de toda a apertura de cinto que estamos vivendo lá. Represento um povo que tem direitos, como qualquer outro brasileiro, mas que deixamos à mingua. Há dois anos e meio, Serra Branca, uma cidade de nove mil habitantes, está sem água, vivendo de carro-pipa, – no momento nem isso está tendo lá. O prefeito ligou-me hoje, chorando um homem velho e barbado chorando, porque há uma semana não tem água para dar ao seu povo. Já estamos entrando na segunda semana e, quando vamos ao Ministério, dizem que não existe verba. Não há verba para isso, mas para gastar com outras bobagens tem.

Encerro, clamando e pedindo que nos apiedemos desses nordestinos dos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, que, neste momento, estão vivendo o crucial problema da falta de água para as suas necessidades básicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, há poucos dias, o meu Colega de representação do Estado do Mato Grosso do Sul, Senador Juvêncio César da Fonseca, veio a esta tribuna para falar sobre a Defensoria Pública do nosso Estado. A Defensoria está em crise. Por incrível que pareça, o órgão máximo encarregado de patrocinar a defesa dos mais necessitados, dos carentes e daqueles que necessitam do amparo e da

proteção da Justiça está em crise com o Governo do Mato Grosso do Sul devido ao mau tratamento que recebe. O Governo do meu Estado não reconhece os relevantes serviços que essa instituição tão nobre, tão grandiosa, como é a Defensoria Pública, que dignifica e honra Mato Grosso do Sul, prestada aos nossos concidadãos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, em matéria de Defensoria Pública e defesa dos necessitados, sem dúvida alguma, Mato Grosso do Sul ocupa um lugar de primazia. Mato Grosso do Sul ocupa um lugar de relevo no contexto nacional. A par de ser um dos primeiros Estados da Federação brasileira – talvez seja até o primeiro, depois do Rio de Janeiro – a ter o seu órgão de defesa da cidadania organizado convenientemente, institucionalizado, Mato Grosso do Sul seguiu os passos do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, a Defensoria Pública era a carreira inicial do Ministério Público; prestava-se concurso para o Ministério Público, com ingresso na Defensoria Pública. O próximo passo era tornar-se promotor substituto e, depois, promotor efetivo. Depois do Rio de Janeiro, parece-me que dois Estados apareceram no contexto nacional: Rio Grande do Sul e o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Quando fui Vice-Governador do Estado, tive a oportunidade de prestigiar, de enaltecer e de dar condições de trabalho à Defensoria Pública. Hoje, por incrível que pareça, a Defensoria Pública paralisou seus serviços porque o Governo do Estado não lhe concede os meios e instrumentos para que possa exercitar condignamente o seu alto e relevante mister de defender aqueles que, não podendo pagar os serviços de um profissional, de um operador do Direito, têm de socorrer-se daqueles que, tendo prestado um serviço público, estão a serviço da causa da Justiça.

A Constituição Federal diz que a advocacia é serviço essencial à administração da Justiça. Hoje, estamos assistindo a um verdadeiro caos no Estado de Mato Grosso do Sul com relação aos defensores públicos, que alegam – a meu ver com justa razão – que precisam ser prestigiados, que precisam ter condições para exercer o seu mister, a sua magna tarefa. O Governo do Estado lhe nega isso, alegando que os salários de um defensor público, em torno de R\$4.000,00, são altos, por si só impedindo o Estado de conceder outras reivindicações que a classe dos defensores públicos solicita.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vim a esta tribuna para colocar-me ao lado dos servidores públicos, mas mantendo o senso de equilíbrio. Creio que,

como serviço essencial à administração da Justiça, não é próprio da Defensoria Pública paralisar os serviços. Estou a favor dos defensores públicos, mas não sou favorável à paralisação. Estou a favor dos defensores públicos e apelo à tribuna para que S. Ex^a, o Governador de Estado, compreenda o grande trabalho que os meus colegas realizam em favor da boa administração da Justiça no meu Estado, em socorro daqueles que necessitam, em proteção daqueles que carecem receber aquilo que é o último refúgio da cidadania, que é a justiça.

Faço um apelo a S. Ex^a, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, para que atenda as reivindicações dos defensores públicos do meu Estado. Isso é importante, principalmente quando se leva em conta que ainda são poucos os Estados da Federação que possuem serviços organizados de advocacia para os menos favorecidos. Via de regra – isso acontece nas principais unidades da Federação brasileira –, advogados são designados por um juiz para patrocinar a causa daqueles que necessitam do socorro e do amparo da Justiça.

No meu Estado, isso não acontece. Mato Grosso do Sul antecipou-se e está ao lado de outros estados – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, que foi o primeiro e Goiás, que veio em seguida – que já organizaram sua Defensoria Pública – Defensoria Pública que foi alçada ao patamar constitucional.

É de extrema importância que sejam transformados os serviços do advogado dativo, aqui chamado por mim de defensor público, em uma instituição organizada. Tão importante é esse serviço, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o Constituinte de 1988, com grande sabedoria, alçou a Defensoria Pública ao patamar constitucional, dizendo ser ela imprescindível ao bom exercício e à boa administração da Justiça.

Chega de acontecer o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul! Chega de afirmar que aumentou a arrecadação e que as finanças do Estado estão organizadas quando os vencimentos dos servidores públicos são pagos com atraso e, além de serem pagos em atraso, são pagos com empréstimos feitos pelo próprio funcionário. É uma operação extraordinária essa. Nunca vi isso, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores.

Vou revelar a Senado da República o motivo da minha perplexidade. Para pagar o 13º salário, por duas vezes consecutivas, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul usou o seguinte expediente: disse aos servidores públicos estaduais que os recursos

referentes a essa verba salarial estavam à disposição deles no Banco do Brasil e que ele, Estado, se responsabilizaria pelo pagamento das seis parcelas remuneradas com juros de 2,9% ao mês que se iriam cobradas pelo banco – um empréstimo! Quando se lê o contrato firmado entre o Banco do Brasil e o servidor público, não se encontra afiançado o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Não sei como o Banco do Brasil fez isso. O Banco do Brasil tem que dar uma explicação de como é feita essa operação. Que simulação é essa? Como é que se paga o salário do servidor público com dinheiro emprestado diretamente pelo banco aos servidores? O empréstimo não é feito ao Governo do Estado, mas ao próprio servidor público, mas os funcionários do Banco do Brasil dizem que o respectivo pagamento será feito pelo Governo do Estado. Quando o funcionário pergunta qual é a garantia, o Banco do Brasil responde de que a garantia está no fio de bigode. O Governo do Estado não assina nada, mas vai pagar as seis parcelas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se é verdade que no último exercício isso aconteceu, que o Governo do Estado, embora não assinasse o contrato, não figurasse no contrato entre o Banco do Brasil e o servidor, honrou e fez o pagamento; se é verdade que os servidores públicos não tiveram prejuízo, não consigo, todavia, do ponto de vista legal, entender essa operação. Que operação é essa onde não figura o Estado como interveniente, mas chega na hora ele paga? Qual é a mágica legal, qual é o passo legal que realiza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul nessa operação que de nuncio destatribuna agora? O Estado já não aguenta esses pagamentos em atraso e o funcionário público também não resiste mais a esse pagamento parcelado dos seus salários – são depositadas quantias de quando em quando em sua conta, nos diversos estabelecimentos bancários.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quero alongar-me inclusive porque o Presidente já me sinaliza que meu tempo está se esgotando. Gostaria, no entanto, de fazer, aqui desta tribuna, o meu apelo mais veemente ao Governador José Orcino dos Santos, do meu Estado, a quem tenho apoiado nas causas que são do interesse da população do Estado do Mato Grosso do Sul, para que encontre uma solução, junto com os defensores públicos do Estado, no sentido da normalização da ação desses funcionários em defesa dos mais humildes, em defesa dos mais necessitados.

Faço esse apelo em nome dos defensores públicos e, mais do que isso, eu o faço em nome da cida-

da nia. Eu o faço em nome da cidadania porque o serviço público judiciário está paralisado para o mais pobre, Sr. Presidente, Sras e Srs. Se na dúvida, e isso é de uma grande magnitude. Onde, que já não tem como fazer o mecanismo da Justiça andar, que já enfrenta dificuldades para obter uma prestação jurisdicional, quando vai ao meu Estado em busca de uma defensoria pública, que é organizada, constituída de brilhantes advogados – conhecendo 90% dos componentes da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul –, encontra os funcionários de braços cruzados, porque há uma briga entre a Defensoria Pública e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Urge, portanto, pôr fim a essa briga em nome dos menos favorecidos, em nome dos mais necessitados, em nome da cidadania. Esse é o apelo que dirijo desta tribuna ao Governador do Estado e aos defensores públicos na esperança de que seja feita justiça aos defensores públicos e eles possam ajudar a distribuir justiça aos nossos cidadãos mais necessitados e mais humildes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 216, III, do Regimento Interno, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, informações sobre os motivos da exclusão da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB) de todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes de trabalhadores têm assento e da não reintrodução dessa CGTB na composição do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Curador do Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço (FGTS).

Justificação

A Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB), central sindical organizada no País, é uma das mais antigas e tradicionais entidades de trabalhistas

referentes a essa verba salarial estavam à disposição deles no Banco do Brasil e que ele, Estado, se responsabilizaria pelo pagamento das seis parcelas remuneradas com juros de 2,9% ao mês que se iriam cobradas pelo banco – um empréstimo! Quando se lê o contrato firmado entre o Banco do Brasil e o servidor público, não se encontra afiançado o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Não sei como o Banco do Brasil fez isso. O Banco do Brasil tem que dar uma explicação de como é feita essa operação. Que simulação é essa? Como é que se paga o salário do servidor público com dinheiro emprestado diretamente pelo banco aos servidores? O empréstimo não é feito ao Governo do Estado, mas ao próprio servidor público, mas os funcionários do Banco do Brasil dizem que o respectivo pagamento será feito pelo Governo do Estado. Quando o funcionário pergunta qual é a garantia, o Banco do Brasil responde de que a garantia está no fio de bigode. O Governo do Estado não assina nada, mas vai pagar as seis parcelas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se é verdade que no último exercício isso aconteceu, que o Governo do Estado, embora não assinasse o contrato, não figurasse no contrato entre o Banco do Brasil e o servidor, honrou e fez o pagamento; se é verdade que os servidores públicos não tiveram prejuízo, não consigo, todavia, do ponto de vista legal, entender essa operação. Que operação é essa onde não figura o Estado como interveniente, mas chega na hora ele paga? Qual é a mágica legal, qual é o passo legal que realiza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul nessa operação que de nuncio destatribuna agora? O Estado já não aguenta esses pagamentos em atraso e o funcionário público também não resiste mais a esse pagamento parcelado dos seus salários – são depositadas quantias de quando em quando em sua conta, nos diversos estabelecimentos bancários.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quero alongar-me inclusive porque o Presidente já me sinaliza que meu tempo está se esgotando. Gostaria, no entanto, de fazer, aqui desta tribuna, o meu apelo mais veemente ao Governador José Orcino dos Santos, do meu Estado, a quem tenho apoiado nas causas que são do interesse da população do Estado do Mato Grosso do Sul, para que encontre uma solução, junto com os defensores públicos do Estado, no sentido da normalização da ação desses funcionários em defesa dos mais humildes, em defesa dos mais necessitados.

Faço esse apelo em nome dos defensores públicos e, mais do que isso, eu o faço em nome da cida-

da nia. Eu o faço em nome da cidadania porque o serviço público judiciário está paralisado para o mais pobre, Sr. Presidente, Sras e Srs. Se na dúvida, e isso é de uma grande magnitude. Onde, que já não tem como fazer o mecanismo da Justiça andar, que já enfrenta dificuldades para obter uma prestação jurisdicional, quando vai ao meu Estado em busca de uma defensoria pública, que é organizada, constituída de brilhantes advogados – conhecendo 90% dos componentes da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul –, encontra os funcionários de braços cruzados, porque há uma briga entre a Defensoria Pública e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Urge, portanto, pôr fim a essa briga em nome dos menos favorecidos, em nome dos mais necessitados, em nome da cidadania. Esse é o apelo que dirijo desta tribuna ao Governador do Estado e aos defensores públicos na esperança de que seja feita justiça aos defensores públicos e eles possam ajudar a distribuir justiça aos nossos cidadãos mais necessitados e mais humildes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2001

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o art. 216, III, do Regimento Interno, seja solicitado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, informações sobre os motivos da exclusão da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB) de todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes de trabalhadores têm assento e da não reintrodução dessa CGTB na composição do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e do Conselho Curador do Fundo de Garantia para o Tempo de Serviço (FGTS).

Justificação

A Central Geral dos Trabalhadores – Brasil (CGTB), central sindical organizada no País, é uma das mais antigas e tradicionais entidades de trabalhistas

brasileiras, congregando, atualmente, mais de 600 sindicatos, representativos de cerca de 6 milhões de trabalhadores.

O que fundamenta este requerimento é o fato de que: a uma, em 1994, o Governo Federal, através de medida legal, incluiu a Central Geral dos Trabalhadores em todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes detrabalhadores estêm assentos; entretanto, a duas, o atual Governo, em 1995, alterou essa mesma medida, excluindo a CGTB de todos os Conselhos, o que caracterizou uma atitude tipicamente discriminatória.

Por essas razões, submeto o presente instrumento à apreciação dos ilustres Senadores da República, para que esta Casa, nos termos regimentais, solicite informações ao Poder Executivo para corrigir essa injustiça, de forma a reintegrar os representantes da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil na composição do Conselho Deliberativo do FAT e do Conselho Curador do FGTS.

Com essa iniciativa, estarão sendo preservados os princípios, em última instância, da democracia, da liberdade sindical, do respeito à Constituição e dos direitos dos trabalhadores.

Sala das Sessões, 13 de Fevereiro de 2001. –
Senador **Roberto Requião**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF.001/2001

Brasília, 9 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Ao me despedir da Presidência Nacional da OAB, não poderia deixar de registrar minha satisfação em ter na memória a forma democrática e elevada com que Vossa Excelência sempre recebeu as observações de nossa Entidade sobre os mais diversos temas políticos, abordados tanto em entrevistas pes-

soais, quanto por meio da imprensa, onde já mais permitiu que meras intrigas pudessem deteriorar o respeito indispensável a qualquer ambiente político.

De outra parte, aproveito – o ensejo para cumprimentar Vossa Excelência pelo encerramento de seu mandato na Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, sobretudo pelas bandeiras levantadas em favor dos miseráveis e contra o irresponsável abuso na edição de medidas provisórias.

A história saberá conferir a Vossa Excelência merecido reconhecimento e consignará, não tenho dúvida, a coragem cívica, hoje tão rara, que marca as posições políticas adotadas no mandato que se encerra.

Sem mais, renovo meus protestos de consideração e apreço,

Atenciosamente, **Reginaldo Oscar de Castro**, Membro Honorário Vitalício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

Quero agradecer de público o ofício enviado pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, que faz justiça à atuação do Senado, mesmo com divergências com a própria Ordem, mas sempre em favor da democracia.

Para mim, é um galardão receber da Ordem dos Advogados do Brasil esse ofício, que engrandece ao Presidente, mas também ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

À Publicação.

Junte-se ao processado do Requerimento nº 1.101-96
Em 13-2-01

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Av. Pedro Álvares Cabral nº 201
– Ibirapuera – CEP 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 1º de fevereiro de 2001

Ofício SGP nº 57/01

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do ofício SF/732/00 e,

brasileiras, congregando, atualmente, mais de 600 sindicatos, representativos de cerca de 6 milhões de trabalhadores.

O que fundamenta este requerimento é o fato de que: a uma, em 1994, o Governo Federal, através de medida legal, incluiu a Central Geral dos Trabalhadores em todos os Conselhos Federais, nos quais os representantes detrabalhadores estêm assentos; entretanto, a duas, o atual Governo, em 1995, alterou essa mesma medida, excluindo a CGTB de todos os Conselhos, o que caracterizou uma atitude tipicamente discriminatória.

Por essas razões, submeto o presente instrumento à apreciação dos ilustres Senadores da República, para que esta Casa, nos termos regimentais, solicite informações ao Poder Executivo para corrigir essa injustiça, de forma a reintegrar os representantes da Central Geral dos Trabalhadores – Brasil na composição do Conselho Deliberativo do FAT e do Conselho Curador do FGTS.

Com essa iniciativa, estarão sendo preservados os princípios, em última instância, da democracia, da liberdade sindical, do respeito à Constituição e dos direitos dos trabalhadores.

Sala das Sessões, 13 de Fevereiro de 2001. –
Senador **Roberto Requião**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O Sr. Eduardo Suplicy, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OF.001/2001

Brasília, 9 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Ao me despedir da Presidência Nacional da OAB, não poderia deixar de registrar minha satisfação em ter na memória a forma democrática e elevada com que Vossa Excelência sempre recebeu as observações de nossa Entidade sobre os mais diversos temas políticos, abordados tanto em entrevistas pes-

soais, quanto por meio da imprensa, onde já mais permitiu que meras intrigas pudessem deteriorar o respeito indispensável a qualquer ambiente político.

De outra parte, aproveito – o ensejo para cumprimentar Vossa Excelência pelo encerramento de seu mandato na Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional, sobretudo pelas bandeiras levantadas em favor dos miseráveis e contra o irresponsável abuso na edição de medidas provisórias.

A história saberá conferir a Vossa Excelência merecido reconhecimento e consignará, não tenho dúvida, a coragem cívica, hoje tão rara, que marca as posições políticas adotadas no mandato que se encerra.

Sem mais, renovo meus protestos de consideração e apreço,

Atenciosamente, **Reginaldo Oscar de Castro**, Membro Honorário Vitalício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O expediente lido vai à publicação.

Quero agradecer de público o ofício enviado pelo ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo de Castro, que faz justiça à atuação do Senado, mesmo com divergências com a própria Ordem, mas sempre em favor da democracia.

Para mim, é um galardão receber da Ordem dos Advogados do Brasil esse ofício, que engrandece ao Presidente, mas também ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

À Publicação.

Junte-se ao processado do Requerimento nº 1.101-96
Em 13-2-01

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
Av. Pedro Álvares Cabral nº 201
– Ibirapuera – CEP 04097-900
Palácio 9 de Julho

São Paulo, 1º de fevereiro de 2001

Ofício SGP nº 57/01

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para acusar o recebimento do ofício SF/732/00 e,

quanto às sugestões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Senado Federal para apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, informo que no âmbito desta Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foram tomadas as seguintes providências:

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a situação dos Municípios a quem cabem os débitos com origem em precatórios, sobretudo os Municípios na iminência de sofrerem intervenção político-administrativa, investigando possíveis irregularidades. (Requerimento nº 2.084, de 1999).

Referida Comissão já concluiu seus trabalhos, cujo Relatório Final (cópia anexa) foi publicado no **Diário Oficial** do Estado de 26 de agosto de 2000.

– Apresentação, pela mesma Comissão, das Moções nºs 145 e 146, de 2000, proposições que se encontram aptas à inclusão na Ordem do Dia (cópias anexas).

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a existência e os fatos relacionados à chamada “Indústria da Indenização Ambiental do Estado,” decorrente das indenizações de áreas situadas em Unidades de Conservação Ambiental. (Requerimento nº 907, de 1999).

Referida Comissão ainda não concluiu os seus trabalhos, aguardando-se a elaboração de seu Relatório Final.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e apreço. – Deputado **Vanderlei Macris**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. primeiro-secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

À Publicação

Junte-se ao processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Goiás
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Of. DNPJ nº 2.041/2000
Processo nº 581313/2000

Goiânia, 11-12-2000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em referência ao Ofício 280-12/2000-PRES, de 3-10-2000, dessa Presidência, devolvo a Vossa Excelência o documento nº 015321-99, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado através do expediente supramencionado, cujo assunto não está afeto a este órgão correicional.

Informo-lhe, outrossim, que os demais documentos vindos com o expediente supramencionado foram autuados nesta Corregedoria, para apuração dos fatos e providências pertinentes.

À oportunidade, apresento-lhe protestos de estima e consideração. – Desembargador **Charife Oscar Abrão**, Corregedor-Geral da Justiça.

À Publicação

Junte-se ao Processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Mato Grosso
PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ofício nº 1.786/00-CGJ/DJA

Cuiabá, 28 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Em complemento ao Ofício nº 2.136/99-DJA, atendendo à solicitação feita por Vossa Excelência por meio do Ofício nº 464/99-CPI – “Justiça,” de 10-8-99, encaminho-lhe cópia das informações prestadas pelos Juízes Diretores dos Fóruns das comarcas de Canarana e Nobres/MT, acerca da inexistência de procurações, substabelecimentos ou revogações de procurações em nome do Grupo Monteiro de Barros, bem como do Ofício Circular nº 101/00-CGJ/DJA, das comarcas de Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, Barra do Bugres, Nova Xavantina, Poxoréu, Primavera do Leste, Sorriso, Água Boa, Alto Garças, Araputanga, Campo Verde, Comodoro, Guiratinga,

quanto às sugestões constantes do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Senado Federal para apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, informo que no âmbito desta Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo foram tomadas as seguintes providências:

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a situação dos Municípios a quem cabem os débitos com origem em precatórios, sobretudo os Municípios na iminência de sofrerem intervenção político-administrativa, investigando possíveis irregularidades. (Requerimento nº 2.084, de 1999).

Referida Comissão já concluiu seus trabalhos, cujo Relatório Final (cópia anexa) foi publicado no **Diário Oficial** do Estado de 26 de agosto de 2000.

– Apresentação, pela mesma Comissão, das Moções nºs 145 e 146, de 2000, proposições que se encontram aptas à inclusão na Ordem do Dia (cópias anexas).

– Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de averiguar a existência e os fatos relacionados à chamada “Indústria da Indenização Ambiental do Estado,” decorrente das indenizações de áreas situadas em Unidades de Conservação Ambiental. (Requerimento nº 907, de 1999).

Referida Comissão ainda não concluiu os seus trabalhos, aguardando-se a elaboração de seu Relatório Final.

No ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração e apreço. – Deputado **Vanderlei Macris**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – O ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 1.101, de 1996.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. primeiro-secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

À Publicação

Junte-se ao processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Goiás
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Of. DNPJ nº 2.041/2000
Processo nº 581313/2000

Goiânia, 11-12-2000

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em referência ao Ofício 280-12/2000-PRES, de 3-10-2000, dessa Presidência, devolvo a Vossa Excelência o documento nº 015321-99, encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado através do expediente supramencionado, cujo assunto não está afeto a este órgão correicional.

Informo-lhe, outrossim, que os demais documentos vindos com o expediente supramencionado foram autuados nesta Corregedoria, para apuração dos fatos e providências pertinentes.

À oportunidade, apresento-lhe protestos de estima e consideração. – Desembargador **Charife Oscar Abrão**, Corregedor-Geral da Justiça.

À Publicação

Junte-se ao Processado do Requerimento nº 118/99
Em 13-2-01

Estado de Mato Grosso
PODER JUDICIÁRIO CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ofício nº 1.786/00-CGJ/DJA

Cuiabá, 28 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Em complemento ao Ofício nº 2.136/99-DJA, atendendo à solicitação feita por Vossa Excelência por meio do Ofício nº 464/99-CPI – “Justiça,” de 10-8-99, encaminho-lhe cópia das informações prestadas pelos Juízes Diretores dos Fóruns das comarcas de Canarana e Nobres/MT, acerca da inexistência de procurações, substabelecimentos ou revogações de procurações em nome do Grupo Monteiro de Barros, bem como do Ofício Circular nº 101/00-CGJ/DJA, das comarcas de Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, Barra do Bugres, Nova Xavantina, Poxoréu, Primavera do Leste, Sorriso, Água Boa, Alto Garças, Araputanga, Campo Verde, Comodoro, Guiratinga,

Juscimeira, Nortelândia, Pedra Preta e Porto dos Gaúchos.

Ao ensejo, apresento-lhe protestos de apreço e consideração. – Desembargador **Paulo Inácio Dias Lessa**, Corregedor Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
OF. Nº 714/2000/MP/PGJ

Belém – PA, 22 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, em atenção a correspondência enviada a esta Procuradoria Geral de Justiça pelo Sr. Gilberto Marques Leal, cópia em anexo, solicito a V. Exª melhores informações sobre denúncia protocolada sob o nº 016884-99, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, tendo em vista não constar em nosso sistema informatizado de protocolo nenhuma denúncia encaminhada a este Órgão.

Cordialmente, – **Geraldo de Mendonça Rocha**, Procurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício AIP nº 702/00
Ref.: MP 18.472/00

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, de ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, visando instruir o procedimento administrativo acima, tenho a subida honra de solicitar a Vossa Excelência o envio a esta Assessoria de Investigações Penais dos documentos constantes no expediente que, por cópia, segue a este acostado.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e distinta consideração. – **Elio Gitelman Fischberg**, 2º Subprocurador-geral de Justiça; Assessoria de Investigações Penais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Ofício nº 177

Curitiba, 26 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e em atenção ao contido no protocolado sob nº 10819/2000-PGJ (ofício nº 281-17/2000-PRES, datado de 9-10-00), cujo teor encamina relação de documentos registrados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, solicito a Vossa Excelência a documentação pertinente aos protocolos números 000878-95, 014630-99 e 016197-99 (cópias anexas).

Cingindo-me ao exposto, reitero-lhe minhas expressões de elevado apreço. – **Lineu Walter Kirchner**, Subprocurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ofício nº 1.297/PGJ/GAB

Palmas, 16 de novembro de 2000

Senhor Senador,

A par de cumprimentá-lo pelos trabalhos realizados na árdua e difícil missão de presidir o Senado Federal, que com galhardia Vossa Excelência vem desempenhando; acusamos recebimento do Ofício nº 281-14/2000 – PRES, e apesar do registro feito solicitamos, se possível, o envio de cópia da documentação referente aos protocolados nºs 015988-99; 016044-99; 016865-99 e 016866-99, a fim de podermos adotar medidas pertinentes a cada representação.

Atenciosamente, – **José Ornar de Almeida**, Procurador-Geral de Justiça.

Juscimeira, Nortelândia, Pedra Preta e Porto dos Gaúchos.

Ao ensejo, apresento-lhe protestos de apreço e consideração. – Desembargador **Paulo Inácio Dias Lessa**, Corregedor Geral da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
OF. Nº 714/2000/MP/PGJ

Belém – PA, 22 de agosto de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, em atenção a correspondência enviada a esta Procuradoria Geral de Justiça pelo Sr. Gilberto Marques Leal, cópia em anexo, solicito a V. Exª melhores informações sobre denúncia protocolada sob o nº 016884-99, na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades praticadas por integrantes de Tribunais Superiores, Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça, tendo em vista não constar em nosso sistema informatizado de protocolo nenhuma denúncia encaminhada a este Órgão.

Cordialmente, – **Geraldo de Mendonça Rocha**, Procurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício AIP nº 702/00
Ref.: MP 18.472/00

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, de ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, visando instruir o procedimento administrativo acima, tenho a subida honra de solicitar a Vossa Excelência o envio a esta Assessoria de Investigações Penais dos documentos constantes no expediente que, por cópia, segue a este acostado.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e distinta consideração. – **Elio Gitelman Fischberg**, 2º Subprocurador-geral de Justiça; Assessoria de Investigações Penais.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Ofício nº 177

Curitiba, 26 de dezembro de 2000

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e em atenção ao contido no protocolado sob nº 10819/2000-PGJ (ofício nº 281-17/2000-PRES, datado de 9-10-00), cujo teor encamina relação de documentos registrados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, solicito a Vossa Excelência a documentação pertinente aos protocolos números 000878-95, 014630-99 e 016197-99 (cópias anexas).

Cingindo-me ao exposto, reitero-lhe minhas expressões de elevado apreço. – **Lineu Walter Kirchner**, Subprocurador-Geral de Justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

Ofício nº 1.297/PGJ/GAB

Palmas, 16 de novembro de 2000

Senhor Senador,

A par de cumprimentá-lo pelos trabalhos realizados na árdua e difícil missão de presidir o Senado Federal, que com galhardia Vossa Excelência vem desempenhando; acusamos recebimento do Ofício nº 281-14/2000 – PRES, e apesar do registro feito solicitamos, se possível, o envio de cópia da documentação referente aos protocolados nºs 015988-99; 016044-99; 016865-99 e 016866-99, a fim de podermos adotar medidas pertinentes a cada representação.

Atenciosamente, – **José Ornar de Almeida**, Procurador-Geral de Justiça.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Of. nº 8.210/2000-CGJ
Proc. nº 23565/00-4

Porto Alegre, 27 de dezembro de 2000

Excelentíssimo Senhor Senador,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, solicito-lhe, para instrução do expediente em epígrafe – pedido de providências formulado pela 1ª Vice-Presidência, no exercício da Presidência deste Tribunal de Justiça –, o envio do documento cadastrado sob o nº 016652-99, tipo Carta, com situação Arquivado – Cliente, necessário para averiguação de irregularidade ali apontada.

Respeitosas saudações, – **Amadeo Henrique R. Buttelli**, Juiz-Corregedor.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Ofício nº 027/01-FAO
Protocolado nº 104.521/00 – PGJ

São Paulo, 15 de janeiro de 2001

Autorizo

Em 12-2-2001

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o e reportando-me ao Ofício nº 281-11/2000 de 9 de outubro de 2000, solicito a Vossa Excelência o envio de cópia da documentação referente aos procedimentos doc. nº 016462-99, doc. nº 016468-99, doc. nº 016525-99, doc. nº 015050-99, doc. nº 015574-99, doc. nº 015609-99, doc. nº 016052-99, doc. nº 016055-99, com a finalidade de instruir o protocolado em epígrafe.

Restrito ao exposto, apresento a V. Exª nossas respeitosas homenagens. – **José Geraldo Brito Filomeno**, Procurador Geral de Justiça.

Ofício nº 504/2001
RESERVADO

São Paulo, 24 de janeiro de 2001

Autorizo

Em 12-2-2001

Senhor Presidente do Senado Federal

Pelo presente, em atenção aos termos do ofício, nº 281-11/2000-PRES, referente CPI do Judiciário, este Juízo, cópia da aludida documentação.

A oportunidade me permite apresentar a Vossa Excelência protestos de consideração. – **Julio Caio Farto Sales**, Juiz de Direito.

OFÍCIO Nº 1374/2001/PGJ

Manaus, 31 de julho de 2000

Autorizo

Em 12-2-2001

Senhor Presidente,

Cumprimento-o com o presente e, à oportunidade, acuso o recebimento de expediente datado de 16-6-2000 e protocolado nesta Instituição sob o nº 3.205/2000, em data de 25-7-2000, dessa culta Presidência do Senado Federal, com assinatura apostada por processo de "scanner", onde informado que a denúncia formulada nesse Senado da República atraíra a V. Exª o protocolo nº 014670-99, teoria de que a mesma havia sido encaminhada a esta Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas, rogando a Vossa Excelência maiores esclarecimentos acerca do assunto reportado.

Assim, sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Mauro Luiz Campbell Marques, Procurador-Geral de Justiça.

Ofício nº 515/00 – PRMG-COTC-JALS
PAC nº 08112.001679/99-21

Belo Horizonte, 18 de julho de 2000

Senhor Diretor,

Reiterando os ofícios nº 193, de 21-2-00, e 404, de 3-5-00, e tendo em vista a instrução do processo judicial em epígrafe, solicito a V. Exª que encaminhe a esta Procuradoria cópia da documentação coletada pela CPI do Judiciário em que haja indício da prática de irregularidades pelos Tribunais deste Estado, especialmente quanto ao Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais e Tribunal de Justiça.

Tendo em vista a urgência da matéria, solicito o envio da resposta no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Atenciosamente, **Álvaro Ricardo de Spuza Cruz**, Procurador da República em Minas Gerais.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

Autorizo

Em 6-2-2001

Of. nº 0791/00 – GPGJ
Ref.: 27000000 5149-6

Salvador, 23 de agosto de 2000

Senhor Diretor,

Colimando instruir procedimento administrativo em trâmite nesta Procuradoria, sob o nº 27000000

5149-6, cópia anexa, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de encaminhar a este Gabinete cópias das "denúncias" nºs 014297-99 e 017447-99.

No enredo, apresento protestos de estima e consideração. – **João Paulo Cardoso de Oliveira**, Chefe de Gabinete.

Ofício GDIA nº 004/01

Brasília, 8 de fevereiro de 2001

Ilmo. Sr.

Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Secretário-Geral Sr. Raimundo Carreiro Silva
Nesta

Senhor Secretário,

Solicito a Vossa Senhoria a gentileza de enviar relatório das denúncias do Estado do Ceará protocoladas durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o judiciário.

Certo de Vossa compreensão e atenção agradeço.

Atenciosamente, **Inácio Arruda**, Deputado Federal (PCdoB – CE).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2000 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 9, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social), tendo

Parecer sob nº 002, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que se não lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidas as seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processo do Requerimento nº 118, de 1999.

Os documentos solicitados já foram encaminhados às autoridades requerentes.

Emendas (de plenário), oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 2000 (Nº 3.434/97, na Casa de Origem), de Iniciativa do Presidente Da República, Que Altera A Redação do Artigo 41 da Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, Com a Redação Dada Pela Lei Nº 8.620, de 5 de Janeiro de 1993

Emenda nº 1-Plen

1. No **caput** do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, suprime-se a expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993".

2. Igualmente, por correlação de matéria, suprime-se a mesma expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993" na emenda do referido PLC nº 103, de 2000.

Justificação

Com esta emenda pretende-se sanar equívoco de redação constante desde a versão original do projeto de lei em epígrafe.

Na verdade, o art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, mantém até hoje a sua redação original.

A Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, não alterou a redação do referido art. 41 da Lei nº 8.212, de 1991, razão pela qual a remissão constante do projeto em exame deve ser suprimida.

Por respeito aos fatos, deve-se mencionar ainda que o projeto que resultou na Lei nº 9.476, de 23 de julho de 1997, modificava o referido art. 41. Todavia, o Senhor Presidente da República, vetou aquela alteração, tendo, por conseguinte, o art. 41 permanecido com o seu texto original.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2001.

5149-6, cópia anexa, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de encaminhar a este Gabinete cópias das "denúncias" nºs 014297-99 e 017447-99.

No enredo, apresento protestos de estima e consideração. – **João Paulo Cardoso de Oliveira**, Chefe de Gabinete.

Ofício GDIA nº 004/01

Brasília, 8 de fevereiro de 2001

Ilmo. Sr.

Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal
Secretário-Geral Sr. Raimundo Carreiro Silva
Nesta

Senhor Secretário,

Solicito a Vossa Senhoria a gentileza de enviar relatório das denúncias do Estado do Ceará protocoladas durante a vigência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o judiciário.

Certo de Vossa compreensão e atenção agradeço.

Atenciosamente, **Inácio Arruda**, Deputado Federal (PCdoB – CE).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2000 (Em regime de urgência – art. 336, II, do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 9, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social), tendo

Parecer sob nº 002, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Sobre a mesa, emendas que se não lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidas as seguintes:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processo do Requerimento nº 118, de 1999.

Os documentos solicitados já foram encaminhados às autoridades requerentes.

Emendas (de plenário), oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara Nº 103, de 2000 (Nº 3.434/97, na Casa de Origem), de Iniciativa do Presidente Da República, Que Altera A Redação do Artigo 41 da Lei Nº 8.212, de 24 de Julho de 1991, Com a Redação Dada Pela Lei Nº 8.620, de 5 de Janeiro de 1993

Emenda nº 1-Plen

1. No **caput** do art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, suprime-se a expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993".

2. Igualmente, por correlação de matéria, suprime-se a mesma expressão "com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993" na emenda do referido PLC nº 103, de 2000.

Justificação

Com esta emenda pretende-se sanar equívoco de redação constante desde a versão original do projeto de lei em epígrafe.

Na verdade, o art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, mantém até hoje a sua redação original.

A Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, não alterou a redação do referido art. 41 da Lei nº 8.212, de 1991, razão pela qual a remissão constante do projeto em exame deve ser suprimida.

Por respeito aos fatos, deve-se mencionar ainda que o projeto que resultou na Lei nº 9.476, de 23 de julho de 1997, modificava o referido art. 41. Todavia, o Senhor Presidente da República, vetou aquela alteração, tendo, por conseguinte, o art. 41 permanecido com o seu texto original.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2001.

Emenda nº 2 (Plenário)

(Ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000)

O art. 41 do Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 41 A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos".

Justificacão

A proposta de emenda se justifica para estabelecer limite de punibilidade aos dirigentes e/ou servidores que infringirem obrigações estabelecidas na Lei nº 8.212, de 1991.

Algumas multas extrapolam percentuais passíveis de cobrança, a exemplo da não apresentação da GFIP, cuja multa poderá chegar a milhões.

Multa elevada, gera impunibilidade, pois, na prática é incobrável.

Saladas Sessões, 13 de fevereiro de 2001.—Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas.

PARECER Nº 5, DE 2001

(De Plenário)

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Emenda nº 1, emenda de redação ao PLC nº 103, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, procura corrigir a falha no texto original quanto à lei citada. Não se trata da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993; portanto, é necessário que se suprima a expressão: "Com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993."

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá, altera o texto do art. 41, acrescentando a expressão: "limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos." Como o art. 41 faz incidir sobre a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa diretamente à infração desta Lei e do seu regulamento as suas penalidades previstas, na verdade, a emenda está limitando a aplicação da multa a 50% dos vencimentos do servidor que der causa a essa infração.

Na verdade, trata-se de um limite racional para não transformar a multa na supressão completa do salário de um servidor por um erro cometido. Portanto, a emenda tem procedência, é justa socialmente, e consideramos que deva ser aprovada.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — O parecer é favorável.

Discussão do projeto e de Lei da Câmara nº 103, de 2000, e das emendas em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, sem prejuízo das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, com parecer favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) — Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 6 DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem), que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. (Previdência Social).

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de fevereiro de 2001.—**Antonio Carlos Magalhães**, Presidente—**Geraldo Melo**, Relator—**Jonas Pinheiro**—**Eduardo Suplicy**—**Casildo Maldaner**.

Emenda nº 2 (Plenário)

(Ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000)

O art. 41 do Projeto de Lei passa a ter a seguinte redação:

"Art. 41 A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos".

Justificacão

A proposta de emenda se justifica para estabelecer limite de punibilidade aos dirigentes e/ou servidores que infringirem obrigações estabelecidas na Lei nº 8.212, de 1991.

Algumas multas extrapolam percentuais passíveis de cobrança, a exemplo da não apresentação da GFIP, cuja multa poderá chegar a milhões.

Multa elevada, gera impunibilidade, pois, na prática é incobrável.

Saladas Sessões, 13 de fevereiro de 2001. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça, para proferir parecer em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas.

PARECER Nº 5, DE 2001

(De Plenário)

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a Emenda nº 1, emenda de redação ao PLC nº 103, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, procura corrigir a falha no texto original quanto à lei citada. Não se trata da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993; portanto, é necessário que se suprima a expressão: "Com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993."

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Romero Jucá, altera o texto do art. 41, acrescentando a expressão: "limitada, na hipótese de multa, a 50% dos seus vencimentos." Como o art. 41 faz incidir sobre a autoridade ou servidor público que infringir ou der causa diretamente à infração desta Lei e do seu regulamento as suas penalidades previstas, na verdade, a emenda está limitando a aplicação da multa a 50% dos vencimentos do servidor que der causa a essa infração.

Na verdade, trata-se de um limite racional para não transformar a multa na supressão completa do salário de um servidor por um erro cometido. Portanto, a emenda tem procedência, é justa socialmente, e consideramos que deva ser aprovada.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável.

Discussão do projeto e de Lei da Câmara nº 103, de 2000, e das emendas em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, sem prejuízo das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 e 2 de Plenário, ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, com parecer favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 6 DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000 (nº 3.434 de 1997, na Casa de origem), que altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993. (Previdência Social).

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de fevereiro de 2001. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Geraldo Melo**, Relator – **Jonas Pinheiro** – **Eduardo Suplicy** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER N° 6, DE 2001

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – Plenário)

Na ementa e no **caput** do art. 1º suprime-se a expressão “com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993”.

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – Plenário)

Dê ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º.....”

“Art. 41. A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta Lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos.”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Antes de conceder a palavra ao próximo Senador inscrito, quero dizer que não costumo desmentir notas de jornais, mesmo quando são mentirosas, mas faço questão hoje de desmentir qualquer afirmativa que tenha saído em relação a Senadores do PT, em particular ao Senador José Eduardo Dutra, por quem tenho o maior apreço e respeito. Desafio mesmo qualquer jornalista ou órgão de imprensa a apontar quando, como e onde houve qualquer expressão minha em relação a esse assunto.

Não é próprio para o Plenário, mas, como esses objetos de intriga visam principalmente ao pleito eleitoral que amanhã se trava, devo dizer que o jornal que o publicou mente e o jornalista deve ser um desqualificado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Faculto a palavra às Sras e aos Srs. Senadores.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na semana passada, falei desta tribuna sobre minha preocupação quanto à epidemia de dengue que ameaçava a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e todo o Estado. Apesar dos Secretários Estadual e Municipal de Saúde dizerem que não há epidemia, sabemos que, em geral, as autoridades responsáveis por determinadas secretarias costumam falar para a imprensa que não há problema algum justamente para não causar pânico à população e para justificar sua irresponsabilidade perante a população da cidade e do Estado.

Não há como negar a realidade dos fatos. Em 1999, a Fundação Nacional de Saúde – FNS, demitiu 5.900 guardas endêmicos, chamados mata-mosquitos, aqueles que trabalham nas comunidades e regiões mais afastadas, visitando lares e colocando remédios para matar as larvas dos mosquitos que transmitem a dengue. Apesar da luta desse trabalho de re-integração e das manifestações no Rio de Janeiro, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, não conseguiram sua re-integração. Com isso, o Estado ficou desguarnecido, porque não conta com os seus trabalhadores responsáveis pelo combate das endemias rurais. O fato é que está aí agora a endemia e o mais grave é que, no dia 24 de janeiro deste ano, os trabalhadores da FNS acamparam em frente à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, à noite, a Guarda Municipal chegou ao acampamento e os expulsou violentamente, à base de cacetetes e canhões policiais. Foram agredidos vários trabalhado-

ANEXO AO PARECER N° 6, DE 2001

Altera a redação do art. 4º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993 (Previdência Social).

Emenda nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – Plenário)

Na ementa e no **caput** do art. 1º suprime-se a expressão “com a redação dada pela Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993”.

Emenda nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – Plenário)

Dê ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

“Art. 1º.....”

“Art. 41. A autoridade ou servidor público que infringir ou der causa, diretamente, a infração desta Lei ou do seu regulamento incidirá nas penalidades previstas, limitada, na hipótese de multa, a 50% (cinquenta por cento) dos seus vencimentos.”

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2000.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Antes de conceder a palavra ao próximo Senador inscrito, quero dizer que não costumo desmentir notas de jornais, mesmo quando são mentirosas, mas faço questão hoje de desmentir qualquer afirmativa que tenha saído em relação a Senadores do PT, em particular ao Senador José Eduardo Dutra, por quem tenho o maior apreço e respeito. Desafio mesmo qualquer jornalista ou órgão de imprensa a apontar quando, como e onde houve qualquer expressão minha em relação a esse assunto.

Não é próprio para o Plenário, mas, como esses objetos de intriga visam principalmente ao pleito eleitoral que amanhã se trava, devo dizer que o jornal que o publicou mente e o jornalista deve ser um desqualificado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Faculto a palavra às Sras e aos Srs. Senadores.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Geraldo Cândido e, posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na semana passada, falei desta tribuna sobre minha preocupação quanto à epidemia de dengue que ameaçava a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense e todo o Estado. Apesar dos Secretários Estadual e Municipal de Saúde dizerem que não há epidemia, sabemos que, em geral, as autoridades responsáveis por determinadas secretarias costumam falar para a imprensa que não há problema algum justamente para não causar pânico à população e para justificar sua irresponsabilidade perante a população da cidade e do Estado.

Não há como negar a realidade dos fatos. Em 1999, a Fundação Nacional de Saúde – FNS, demitiu 5.900 guardas endêmicos, chamados mata-mosquitos, aqueles que trabalham nas comunidades e regiões mais afastadas, visitando lares e colocando remédios para matar as larvas dos mosquitos que transmitem a dengue. Apesar da luta desse trabalho de re-integração e das manifestações no Rio de Janeiro, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, não conseguiram sua re-integração. Com isso, o Estado ficou desguarnecido, porque não conta com os seus trabalhadores responsáveis pelo combate das endemias rurais. O fato é que está aí agora a endemia e o mais grave é que, no dia 24 de janeiro deste ano, os trabalhadores da FNS acamparam em frente à Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, à noite, a Guarda Municipal chegou ao acampamento e os expulsou violentamente, à base de cacetetes e canhões policiais. Foram agredidos vários trabalhado-

res, alguns dos quais hospitalizados, com fraturas em braços e pernas, numa repressão violentíssima praticada pelos guardas municipais.

Os trabalhadores agredidos impetraram uma ação judicial, que passou pelo crivo de vários juízes, e finalmente obtiveram uma decisão em prol de sua reintegração. Esperamos que agora eles realmente consigam ser reintegrados e que a cidade do Rio de Janeiro possa ter efetivamente de volta aqueles que trabalham para combater o mosquito transmissor da dengue. No Estado do Rio de Janeiro, já começou a aparecer a chamada Dengue Hemorrágica, que é a chamada Dengue-3.

Essa questão é de grande importância para os 5.792.000 guardas de endemias da Fundação Nacional de Saúde, os chamados "mata-mosquitos", do Rio de Janeiro. Trata-se da decisão judicial da 2ª Vara do Rio de Janeiro que "determina a reintegração dos mencionados trabalhadores ao emprego, compagamento de salários atrasados e todas as demais obrigações, fixadas no contrato de trabalho firmado entre os contratantes desde a data da impretação até a realização do exame médico, previsto no art. 168, II da CLT." Na decisão, o juiz ressalta que reconhece apenas a nulidade do ato administrativo que pôs fim à relação de trabalho, e, consequentemente, determina a reintegração das pessoas demitidas para a realização do exame médico pretendido.

Além disso, quero denunciar a atitude da Guarda Municipal do Rio de Janeiro de retirar os cerca de 30 mata-mosquitos que há um ano e quatro meses estavam acampados em frente à Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. Os ex-funcionários da FNS que mantinham o acampamento no local resistiram à intervenção e houve pancadaria. Cinco mata-mosquitos ficaram feridos e foram levados para o hospital. O caso foi registrado na 5ª Delegacia de Polícia.

Sr. Presidente, Srás. e Srs. Senadores, estamos diante de um Governo que resiste em atender prontamente decisões judiciais, pois nos últimos anos os referidos funcionários da FNS lutam para garantir seus direitos por via judicial e o Governo Federal faz tudo para impedir que isso ocorra. Com isso, ao não acatar decisões judiciais, o Governo expõe de maneira irresponsável a população do Estado do Rio de Janeiro ao risco de contágio de dengue.

Segundo notícia do **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, de hoje, "foram notificados cerca de 329 casos de dengue no Rio de Janeiro este ano, sendo dez confirmados, nove de dengue clássica e um de hemorrágica, ocorrida na Vila da Penha". Além disso,

em 1999, a cidade do Rio de Janeiro registrou, segundo dados da FNS, 4.261 casos de dengue. Ainda de acordo com a Fundação Nacional de Saúde, nesse referido ano, o Brasil teve 82.504 ocorrências dessa doença.

Sr. Presidente, a situação do Rio de Janeiro é muito grave. Os guardas endêmicos estão há meses desempregados. Espero que essa decisão judicial seja respeitada pelo Governo e que seja feita justiça aos trabalhadores da FNS que foram demitidos de forma arbitrária pelo Governo. Junto a isso, é de fundamental importância que haja uma campanha contra a possível epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srás e Srs. Senadores, em dezembro de 2000, no meu último pronunciamento do ano, abordei o posicionamento do Brasil nas recentes disputas comerciais no âmbito do Mercosul, da OMC e da eventual formação de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em 2005 – ocasião em que registrei a importância de o Brasil ser muito prudente nas suas negociações diante da pressa dos Estados Unidos em logo formar a ALCA.

Nosso último contencioso na OMC vem sendo a disputa travada com o Canadá acerca dos subsídios dados à exportação de aeronaves no lado brasileiro para a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer –, e no lado canadense para o Grupo Bombardier.

O Canadá alegava, e ainda alega, que o Governo brasileiro estimula a venda externa da Embraer ou de aviões da Embraer através de programas de apoio à exportação em desacordo com os requisitos do Acordo de Subsídios da OMC. Nesse episódio, apesar de o Governo brasileiro ter questionado que os programas do Governo canadense, tais como o Technology Partnerships Canadá – conhecido como TPC –, o Canadá Account, e o apoio para o financiamento às exportações concedido pela Agência do Tesouro Canadense, Export Development Corporation – conhecida como EDC – não estão em conformidade com as obrigações da OMC. A organização julgou procedentes as alegações canadenses.

res, alguns dos quais hospitalizados, com fraturas em braços e pernas, numa repressão violentíssima praticada pelos guardas municipais.

Os trabalhadores agredidos impetraram uma ação judicial, que passou pelo crivo de vários juízes, e finalmente obtiveram uma decisão em prol de sua reintegração. Esperamos que agora eles realmente consigam ser reintegrados e que a cidade do Rio de Janeiro possa ter efetivamente de volta aqueles que trabalham para combater o mosquito transmissor da dengue. No Estado do Rio de Janeiro, já começou a aparecer a chamada Dengue Hemorrágica, que é a chamada Dengue-3.

Essa questão é de grande importância para os 5.792.000 guardas de endemias da Fundação Nacional de Saúde, os chamados "mata-mosquitos", do Rio de Janeiro. Trata-se da decisão judicial da 2ª Vara do Rio de Janeiro que "determina a reintegração dos mencionados trabalhadores ao emprego, compagamento de salários atrasados e todas as demais obrigações, fixadas no contrato de trabalho firmado entre os contratantes desde a data da impretação até a realização do exame médico, previsto no art. 168, II da CLT." Na decisão, o juiz ressalta que reconhece apenas a nulidade do ato administrativo que pôs fim à relação de trabalho, e, consequentemente, determina a reintegração das pessoas demitidas para a realização do exame médico pretendido.

Além disso, quero denunciar a atitude da Guarda Municipal do Rio de Janeiro de retirar os cerca de 30 mata-mosquitos que há um ano e quatro meses estavam acampados em frente à Câmara dos Vereadores, na Cinelândia. Os ex-funcionários da FNS que mantinham o acampamento no local resistiram à intervenção e houve pancadaria. Cinco mata-mosquitos ficaram feridos e foram levados para o hospital. O caso foi registrado na 5ª Delegacia de Polícia.

Sr. Presidente, Srás. e Srs. Senadores, estamos diante de um Governo que resiste em atender prontamente decisões judiciais, pois nos últimos anos os referidos funcionários da FNS lutam para garantir seus direitos por via judicial e o Governo Federal faz tudo para impedir que isso ocorra. Com isso, ao não acatar decisões judiciais, o Governo expõe de maneira irresponsável a população do Estado do Rio de Janeiro ao risco de contágio de dengue.

Segundo notícia do **Jornal do Comércio**, do Rio de Janeiro, de hoje, "foram notificados cerca de 329 casos de dengue no Rio de Janeiro este ano, sendo dez confirmados, nove de dengue clássica e um de hemorrágica, ocorrida na Vila da Penha". Além disso,

em 1999, a cidade do Rio de Janeiro registrou, segundo dados da FNS, 4.261 casos de dengue. Ainda de acordo com a Fundação Nacional de Saúde, nesse referido ano, o Brasil teve 82.504 ocorrências dessa doença.

Sr. Presidente, a situação do Rio de Janeiro é muito grave. Os guardas endêmicos estão há meses desempregados. Espero que essa decisão judicial seja respeitada pelo Governo e que seja feita justiça aos trabalhadores da FNS que foram demitidos de forma arbitrária pelo Governo. Junto a isso, é de fundamental importância que haja uma campanha contra a possível epidemia de dengue no Estado do Rio de Janeiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYC (Bloco/PT – SP). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srás e Srs. Senadores, em dezembro de 2000, no meu último pronunciamento do ano, abordei o posicionamento do Brasil nas recentes disputas comerciais no âmbito do Mercosul, da OMC e da eventual formação de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em 2005 – ocasião em que registrei a importância de o Brasil ser muito prudente nas suas negociações diante da pressa dos Estados Unidos em logo formar a ALCA.

Nosso último contencioso na OMC vem sendo a disputa travada com o Canadá acerca dos subsídios dados à exportação de aeronaves no lado brasileiro para a Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer –, e no lado canadense para o Grupo Bombardier.

O Canadá alegava, e ainda alega, que o Governo brasileiro estimula a venda externa da Embraer ou de aviões da Embraer através de programas de apoio à exportação em desacordo com os requisitos do Acordo de Subsídios da OMC. Nesse episódio, apesar de o Governo brasileiro ter questionado que os programas do Governo canadense, tais como o Technology Partnerships Canadá – conhecido como TPC –, o Canadá Account, e o apoio para o financiamento às exportações concedido pela Agência do Tesouro Canadense, Export Development Corporation – conhecida como EDC – não estão em conformidade com as obrigações da OMC. A organização julgou procedentes as alegações canadenses.

Isso decorreu, em boa parte, do fato de termos permitido que, quando da negociação na OMC sobre as normas das taxas de equalização de juros para créditos à exportação, o Brasil não fez prevalecer seus interesses, o que tornou nossos atuais estímulos às vendas externas proibidos, como no caso da venda de aviões.

Essa disputa comercial pelo mercado internacional de jatos regionais ganhou tonalidades que transcendem a racionalidade ética, política e econômica inerentes e necessárias às relações comerciais entre os países. Sem as devidas informações científicas, o Canadá embargou, na semana passada, as importações brasileiras de carne bovina, sob a acusação de que nosso rebanho poderia ser portador da patologia encefalopatia espongiforme bovina – ESB, conhecida como doença da "vaca louca".

Os Estados Unidos e o México acompanharam essa decisão canadense, causando, de acordo com o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, um prejuízo comercial às contas externas brasileiras. Por exemplo, as exportações de carne bovina não realizadas para os Estados Unidos totalizam, até agora, aproximadamente US\$2 milhões.

A resposta da sociedade brasileira frente a esse fato foi de grande indignação. Pressionado pela opinião pública, inclusive pela reação de inúmeros Senadores e Deputados, o Governo brasileiro iniciou uma reação visando solucionar o problema. É de importância fundamental que o Poder Executivo passe das palavras às ações, demonstrando que devemos ser tratados com mais respeito.

Foi essencial a iniciativa do Deputado Fernando Gabeira de propor que uma comissão de Senadores e Deputados fosse ao Canadá. E está sendo programada essa visita para o início da próxima semana, tendo sido constituída uma delegação do Congresso Nacional – composta, provavelmente, dos Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, entre outros. Gostaria até de estar informado a esse respeito. Quero dar todo o apoio à missão designada pelo Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque é importante nessa ocasião que haja o devido diálogo entre os membros dos Congressos Nacionais brasileiro e canadense.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, apenas informo a V. Ex^a e à Casa

que o Deputado Fernando Gabeira me procurou há pouco e marcamos uma reunião com o Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Marcos Vinícius Pratini de Moraes, para hoje às 18 horas, quando pretendemos discutir o posicionamento assumido até agora pelo referido Ministério e pelo Governo brasileiro. A minha posição é a seguinte: se a missão canadense, que desembarca no Brasil amanhã, resolver levantar o embargo até sexta-feira, suspenderíamos nossa missão ao Canadá. Caso até sexta-feira o problema não tenha sido resolvido, então o Deputado Fernando Gabeira irá, ainda nesta semana, ao Canadá para preparar as reuniões. O Senador Jonas Pinheiro irá no sábado e talvez eu vá apenas no domingo ou na segunda-feira, quando começarão as reuniões, para que possamos lá exigir, Senador Eduardo Suplicy, os direitos que foram arrancados do Brasil por essa medida canadense, intempestiva e totalmente arbitrária. Quis apenas fazer essa comunicação a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dar a minha integral solidariedade à missão dos Congressistas que irão ao Canadá. Salvo se houver a solução do problema, conforme V. Ex^a anuncia. O Senador Jonas Pinheiro me informou hoje, pela manhã, viajei com S. Ex^a de Cuiabá para Brasília, que tinha notícias do próprio Ministro Pratini de Moraes a respeito da possibilidade de, até o final da semana, com a chegada da missão canadense que estará trabalhando nesses dias aqui no Brasil, haver a suspensão desse embargo. Obviamente, assim as coisas estariam tomando um caminho de melhor relacionamento entre o Brasil e o Canadá.

Sr. Presidente, volto a ler.

Esse lamentável fato evidencia as reais regras do comércio internacional, em que os documentos oficiais nem sempre demonstram as práticas comerciais dos países. Na economia brasileira, após um intenso e rápido processo de abertura comercial, começa a ganhar forma a percepção de que é o momento de se reavaliar esse processo e de redefinir a estratégia de inserção do País na nova ordem econômica internacional.

Nos últimos anos, o projeto de construção do Mercosul vem sendo implementado com relativo sucesso, desde os anos 60, com o Tratado de Montevideu, passando pelos acordos setoriais dos anos 80. O Mercosul, com os devidos percalços, que tem sido capaz de esboçar os instrumentos necessários para o aprofundamento da integração e da compensação

dos desequilíbrios entre esses países, merece ser aprofundado.

Quando observamos nossa integração à economia internacional, constatamos que os países desenvolvidos, assim como alguns países em processo de rápida industrialização, continuam a praticar políticas muito restritivas em relação aos nossos produtos. Na realidade, nossa pauta de exportações tem sido dita da pelos interesses das grandes empresas dos países desenvolvidos mais do que resultado do esforço exportador de nossas empresas. As restrições às exportações brasileiras são evidentes na economia americana, justamente a maior e mais aberta em termos tarifários do comércio mundial. Todavia, habilmente, os americanos e os países desenvolvidos têm-se utilizado de barreiras não-tarifárias, tais como as barreiras fitosanitárias, trabalhistas e ambientais para impedir a entrada de nossos produtos.

As negociações para a criação da Alca começaram em dezembro de 94, em Miami, depois do esforço realizado antes pelo Presidente George Bush, o pai do atual Presidente, George W. Bush, com a Primeira Reunião de Cúpula das Américas. Após esse encontro, foram realizadas quatro reuniões ministeriais ocorridas em Denver (Estados Unidos), Cartagena (Colômbia), Belo Horizonte (Brasil) e San José (Costa Rica), além de inúmeras outras vice-ministeriais e grupos de trabalho. Desde a I Reunião de Cúpula, em Miami, as negociações de formação da Alca estão sendo marcadas pelas posições divergentes entre o Brasil e os Estados Unidos. Enquanto a posição americana é pela implementação de um cronograma de liberalização comercial mais abrangente e rápido, os negociadores brasileiros defendem uma integração mais lenta, sendo que o acesso aos mercados nacionais deveria ocorrer apenas na última etapa do processo.

Sr. Presidente, os recentes fatos envolvendo o Brasil, o Canadá e a OMC reforçam a posição nacional de que a formação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca deve ser repensada e negociada com mais vagar e, se possível, adiada para além de 2005. Pois a relações comerciais entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento têm sido pautadas apenas pelo respeito aos direitos e interesses dos mais ricos, sendo ultrajadas as necessidades da sociedade dos países mais pobres.

O Brasil tem uma presença marcante no cenário internacional, ao longo do século XX. Suas relações externas são pacíficas e respeitosas, visando à construção de um maior e melhor intercâmbio entre as na-

ções. No entanto, os recentes embargos aos produtos brasileiros e as retaliações comerciais pelos países ricos requerem uma resposta vigorosa do Governo. A Nação brasileira não deve se curvar aos interesses desse país e aceitar passivamente suas práticas restritivas, as quais têm sido gravosas aos nossos produtos.

Ao que tudo indica, a recente acusação, por parte do Canadá, de que o rebanho bovino brasileiro estaria contaminado pela patologia da Vaca Louca é uma retaliação do caso Embraer **versus** Bombardier. A **Veja**, de 14 de fevereiro de 2001, informou que "a Bombardier foi a principal financiadora do Partido Liberal, que elegeu o Primeiro-Ministro Jean Chrétien. O Presidente Executivo da empresa foi Vice-Ministro da Indústria e Comércio". De acordo com a **Veja**, as ligações entre o Governo canadense e a Bombardier chegam aos laços familiares, pois "o filho do Primeiro-Ministro canadense é casado com a filha do ex-Presidente da companhia". A soma desses fatos expõe uma faceta nada ética nessa disputa. Diante de tais acontecimentos, o Governo brasileiro tem de reagir de forma vigorosa, não apenas requerendo uma reparação financeira pelos danos causados pela denúncia infundada, mas, também, exigir do Canadá uma retratação perante a comunidade internacional.

O Brasil tem de demonstrar para a comunidade internacional que não apenas o comércio, mas todas as relações entre as nações ricas e pobres, de desenvolvidas e em desenvolvimento, centrais e periféricas, devem se pautar pelo respeito e pela ética. É de fundamental importância evidenciarmos a necessidade de que os acordos multilaterais promovam uma melhor distribuição da riqueza mundial.

Creio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se não houver a modificação de postura do Governo canadense, suspendendo o embargo da importação da carne brasileira, deve reavaliar a sua decisão de ir ao Canadá, em abril, a Quebec, para a reunião da Cúpula das Américas, aliás, seguindo a recomendação do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luis Marcos Suplicy Hafers.

A não ser que possa o governo do Canadá, à luz das informações que a missão canadense que chegará esta semana ao Brasil trouxer, levar a uma melhor conclusão, a uma solução de bom-senso, com a suspensão do embargo da importação da carne do Canadá, com respeito à carne brasileira, isso certamente contribuirá para que não haja a sucessão de outros embargos, suspensão de exportação, importação de outros produtos, tais como os sapatos que,

agora, passam também a ser prejudicados, ou até mesmo os produtos para agricultura brasileira que são produzidos pelo Canadá.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria ainda de dizer uma palavra a respeito da importantíssima decisão para a nossa instituição que todos tomaremos amanhã.

Creio ser da responsabilidade dos 81 Senadores pensarmos numa solução que represente o fortalecimento da nossa instituição, que represente o respeito por todos os partidos, que represente uma solução, a mais consensual possível, para os 81 Senadores e para todos os Partidos aqui representados.

Há duas semanas, sugeri que os candidatos à Presidência do Senado comparecessem ao plenário antes da reunião de amanhã, a fim de expor seus pontos de vista. O Senador Jefferson Péres, na semana passada, fez um pronunciamento que elevou o nível de debate a respeito de suas questões da Mesa do Senado Federal. O Senador mencionou seus princípios e objetivos de fortalecimento das instituições, desta Casa e do Congresso Nacional, e recebeu, em inúmeros apartes, o respeito de muitos dos Senadores, não só do Bloco de Oposição, mas também do PFL e do PMDB, o que foi muito importante.

Sendo assim, eu estava aguardando que também o Senador Jader Barbalho, como indicado por seu Partido, comparecesse ao plenário do Senado para expor seus objetivos e planos para a instituição. Gostaria que S. Ex^a pudesse vir ainda hoje para fazer sua exposição. Ao visitar seu gabinete na semana retrizada, fiz tal sugestão pessoalmente, e, em princípio, S. Ex^a pareceu havê-la acatado. Contudo, como não compareceu até o presente momento, imagino que talvez o Senador Jader Barbalho esteja fazendo reconsiderações sobre o que acontecerá amanhã.

S. Ex^a teve o respaldo de 23 dos 26 Senadores do PMDB para sua indicação para a Presidência do Senado. Depois disso, nos últimos dias e nas últimas horas, notamos uma movimentação intensa. Alguns dos Srs. Senadores têm procurado falar desse assunto entre si, nos gabinetes, nos telefonemas, nos encontros aqui dentro do Senado e em outros lugares, mas não usando tanto a tribuna. Todavia, avalio ser da maior importância que essas questões sejam tornadas abertas e transparentes para a opinião pública. Digo isso porque, nos últimos dias, estive não apenas no meu Estado, em São Paulo, mas também no Pará, em Mato Grosso, em Minas Gerais, e as pessoas de todos os lugares me perguntam sobre o que ocorrerá amanhã aqui no Congresso Nacional. Estejam certos

de que os brasileiros estão muito atentos às nossas decisões e querem que o Senado encaminhe a melhor solução possível para todos nós.

Qual seria essa solução? Avalio que a responsabilidade está conosco e o esforço precisa ser feito. Por isso, faço um apelo aos 26 membros do PMDB, ao Presidente e Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, no sentido de que ouçam os anseios da população e de todos os Senadores. Se, na percepção do Senador Jader Barbalho – conforme explicou-me –, S. Ex^a foi levado a uma situação limite, de beco sem saída, em função dos acontecimentos havidos desde abril, será muito importante que S. Ex^a tenha a sensibilidade e a percepção para encontrar um caminho, nomeadamente o possível, que seja aceitável para o maior número possível de Senadores. Se houver um diálogo aprofundado entre nós até a tarde de amanhã, será possível encontrar uma solução que tenha o voto de mais de 70 Senadores, quem sabe até dos 81 Senadores. Estou muito empenhado nisso, disposto a dialogar com todos os Senadores para chegar a essa solução.

O PMDB tem extraordinária responsabilidade, assim como cada um dos Partidos. O PFL, que se reuniria hoje à tarde, anunciou que deixou para amanhã a sua decisão, que estamos aguardando. O Bloco de Oposição já se reuniu há mais de três semanas – estando presentes nossa Líder, a Senadora Heloísa Helena, e todos os Senadores da Oposição – e chegamos a um consenso: indicamos o Senador Jefferson Péres para a Presidência do Senado, em virtude de sua história, de seu equilíbrio, da maneira ética e digna como S. Ex^a tem sempre desempenhado seu trabalho nesta Casa. Ao mesmo tempo, acatando uma sugestão do Senador Roberto Freire, fizemos a designação do Senador Jefferson Péres com possibilidade de abertura: se porventura o Partido maior, o PMDB, vier a indicar uma opção consensual, nesse caso – e somente nesse caso – estaremos dispostos, bem como o Senador Jefferson Péres, a apoiar a solução. Reitero que esse é o caminho proposto pelo Bloco da Oposição. E o Senador Jefferson Péres, que tem tido todo o nosso respaldo e apoio, estaria propenso a contribuir para uma solução dessa natureza. Quero concluir que todos os nossos Partes que façam um esforço no sentido de chegarmos a um caminho único.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ouvi com atenção o pronunciamento de V. Ex^a, e queremos comunicar a V. Ex^a, assim como aos demais Senadores aqui presentes, que o PFL, há vinte minutos, assumiu um compromisso público com o Senador Arlindo Porto, que lançou formalmente a sua candidatura, contando com o apoio, além de outros Partidos, do PFL. O Senador Arlindo Porto é uma pessoa que, pelo seu passado, certamente merecerá a atenção especial de todos os Senadores. Ex-Ministro da Agricultura, ex-Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, certamente entra nessa disputa com grande possibilidade de vitória. Era essa a comunicação que queria fazer.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Moreira Mendes, estou sabendo por V. Ex^a a respeito dessa indicação do PFL, já que, pelo noticiário, tinha conhecimento de que o Partido havia adiado essa decisão para amanhã. Isso significa uma nova postura, que guarda relação com outras tentativas formuladas pelo PFL, tal como a indicação do Senador Jorge Bornhausen no final da semana passada.

O que observamos é que a indicação do Presidente do PFL mostrou um caminho possível, quando constatada aqui a disposição dos demais Senadores e Partidos, mas ainda não havia chegado a um consenso. Agora, V. Ex^a nos dá a notícia de que o Senador Arlindo Porto, hoje o único representante do PTB, seria a indicação feita pelo PFL.

Por estar nesta tribuna, não consultei os membros do Bloco da Oposição e a sua Líder, Senadora Heloísa, mas gostaria de transmitir que, conhecendo o pensamento tanto da Senadora quanto do Bloco, digo que essa solução ainda não nos satisfaz. O Senador Moreira Mendes informa que o Senador Arlindo Porto foi indicado pelo PFL. Essa solução não condiz com o que foi expresso pelo Bloco de Oposição. Apesar do respeito que temos pelo Senador Arlindo Porto e de sua seriedade, parece-nos ser preciso encontrar uma solução consensual dentro da maior Partida desse Casa, o PMDB. Se a solução apresentada até agora pelo PMDB não é consenso no Senado, precisamos encontrar outra, o que demandará maiores esforços.

Considero muito importante que o Senador Arlindo Porto se apresente como candidato à Presidência do Senado e que, de pronto, compareça a esta Casa para expor a sua plataforma, tal como fez o Se-

nador Jefferson Péres. Assim, teremos a oportunidade de conhecer as suas idéias. Será muito mais saudável para a instituição e para o fortalecimento do Congresso Nacional que o povo brasileiro saiba exatamente o que pretendem aqueles que desejam presidir o Senado. Desse modo, sugerimos que os candidatos à Presidência apresentem abertamente seus planos para receberem a reação de todos nós.

Aproveito a oportunidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, para agradecer e registrar a atenção que V. Ex^a sempre teve comigo, como Senador do Bloco de Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

Mantivemos, ao longo de todo o tempo em que V. Ex^a foi Presidente, um diálogo de respeito crescente. Inclusive, pude conhecê-lo melhor e respeitá-lo. Tive maior estima por V. Ex^a nesse período e sempre pude dizer com muita franqueza eventuais concordâncias e discordâncias em relação ao seu modo de proceder. Por exemplo, disse algumas vezes que gostaria que a Mesa se reunisse com maior freqüência.

Em muitas ocasiões, V. Ex^a agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal, inclusive quando fez questão de mostrar que esta Casa deveria estar, por exemplo, dedicando-se ao exame de uma melhor forma de combater a pobreza. Tivemos diferenças na constituição do Fundo de Combate à Pobreza, mas a batalha ainda continua. Pretendo aperfeiçoá-lo, mas um passo foi dado nessa direção.

V. Ex^a teve um papel fundamental na instalação da CPI do Judiciário, que foi importante para o País nestes últimos dois anos e que trouxe fatos marcantes para a história do Senado.

V. Ex^a também soube interagir conosco, do Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores, nem sempre acatando tudo o que gostaríamos. V. Ex^a sempre nos ouviu, e isso foi muito importante, porque alguns passos fundamentais foram dados, inclusive com relação aos nossos objetivos de continuar lutando para que o Brasil se torne uma sociedade mais justa e civilizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as palavras finais do Senador Eduardo Suplicy, porque tratei igualmente os membros do Bloco de Oposição e os colegas da área do Governo, sendo que, com alguns deles tive uma relação estreita, embora com as diferenças ideológicas que todos conhecem, mas que sempre respeitei bastante.

Há um traço do Senador Eduardo Suplicy que realmente merece ser ressaltado: a sua tenacidade

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ouvi com atenção o pronunciamento de V. Ex^a, e queremos comunicar a V. Ex^a, assim como aos demais Senadores aqui presentes, que o PFL, há vinte minutos, assumiu um compromisso público com o Senador Arlindo Porto, que lançou formalmente a sua candidatura, contando com o apoio, além de outros Partidos, do PFL. O Senador Arlindo Porto é uma pessoa que, pelo seu passado, certamente merecerá a atenção especial de todos os Senadores. Ex-Ministro da Agricultura, ex-Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, certamente entra nessa disputa com grande possibilidade de vitória. Era essa a comunicação que queria fazer.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Moreira Mendes, estou sabendo por V. Ex^a a respeito dessa indicação do PFL, já que, pelo noticiário, tinha conhecimento de que o Partido havia adiado essa decisão para amanhã. Isso significa uma nova postura, que guarda relação com outras tentativas formuladas pelo PFL, tal como a indicação do Senador Jorge Bornhausen no final da semana passada.

O que observamos é que a indicação do Presidente do PFL mostrou um caminho possível, quando constatada aqui a disposição dos demais Senadores e Partidos, mas ainda não havia chegado a um consenso. Agora, V. Ex^a nos dá a notícia de que o Senador Arlindo Porto, hoje o único representante do PTB, seria a indicação feita pelo PFL.

Por estar nesta tribuna, não consultei os membros do Bloco da Oposição e a sua Líder, Senadora Heloísa, mas gostaria de transmitir que, conhecendo o pensamento tanto da Senadora quanto do Bloco, digo que essa solução ainda não nos satisfaz. O Senador Moreira Mendes informa que o Senador Arlindo Porto foi indicado pelo PFL. Essa solução não condiz com o que foi expresso pelo Bloco de Oposição. Apesar do respeito que temos pelo Senador Arlindo Porto e de sua seriedade, parece-nos ser preciso encontrar uma solução consensual dentro da maior Partida desse Casa, o PMDB. Se a solução apresentada até agora pelo PMDB não é consenso no Senado, precisamos encontrar outra, o que demandará maiores esforços.

Considero muito importante que o Senador Arlindo Porto se apresente como candidato à Presidência do Senado e que, de pronto, compareça a esta Casa para expor a sua plataforma, tal como fez o Se-

nador Jefferson Péres. Assim, teremos a oportunidade de conhecer as suas idéias. Será muito mais saudável para a instituição e para o fortalecimento do Congresso Nacional que o povo brasileiro saiba exatamente o que pretendem aqueles que desejam presidir o Senado. Desse modo, sugerimos que os candidatos à Presidência apresentem abertamente seus planos para receberem a reação de todos nós.

Aproveito a oportunidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, para agradecer e registrar a atenção que V. Ex^a sempre teve comigo, como Senador do Bloco de Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

Mantivemos, ao longo de todo o tempo em que V. Ex^a foi Presidente, um diálogo de respeito crescente. Inclusive, pude conhecê-lo melhor e respeitá-lo. Tive maior estima por V. Ex^a nesse período e sempre pude dizer com muita franqueza eventuais concordâncias e discordâncias em relação ao seu modo de proceder. Por exemplo, disse algumas vezes que gostaria que a Mesa se reunisse com maior freqüência.

Em muitas ocasiões, V. Ex^a agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal, inclusive quando fez questão de mostrar que esta Casa deveria estar, por exemplo, dedicando-se ao exame de uma melhor forma de combater a pobreza. Tivemos diferenças na constituição do Fundo de Combate à Pobreza, mas a batalha ainda continua. Pretendo aperfeiçoá-lo, mas um passo foi dado nessa direção.

V. Ex^a teve um papel fundamental na instalação da CPI do Judiciário, que foi importante para o País nestes últimos dois anos e que trouxe fatos marcantes para a história do Senado.

V. Ex^a também soube interagir conosco, do Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores, nem sempre acatando tudo o que gostaríamos. V. Ex^a sempre nos ouviu, e isso foi muito importante, porque alguns passos fundamentais foram dados, inclusive com relação aos nossos objetivos de continuar lutando para que o Brasil se torne uma sociedade mais justa e civilizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as palavras finais do Senador Eduardo Suplicy, porque tratei igualmente os membros do Bloco de Oposição e os colegas da área do Governo, sendo que, com alguns deles tive uma relação estreita, embora com as diferenças ideológicas que todos conhecem, mas que sempre respeitei bastante.

Há um traço do Senador Eduardo Suplicy que realmente merece ser ressaltado: a sua tenacidade

nas suas lutas e, sobretudo, a sua boa educação no trato com todos. O Senador Eduardo Suplicy é um exemplo de Parlamentar educado, que defende as suas idéias – que nem sempre são as nossas. S. Ex^a é sempre um **gentleman** no trato com os seus companheiros, o que faz com que todos dispensem o melhor tratamento a S. Ex^a e a seus colegas de Bancada, inclusive a essa figura notável do Senador Lauro Campos, ao meu prezado amigo – com quem ainda há pouco queriam me intrigar – Senador José Eduardo Dutra e à sua Líder. Convivemos bem, e o Parlamento ganhou com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje falo porque a lei moral que há em mim não permite que eu me silencie. Estou há vários dias perplexo, nesse momento crucial da existência do Parlamento, nesse momento de uma das mais importantes eleições que o País conhece – talvez tão importante quanto a eleição do Presidente da República –: a dos Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

A menos de vinte e quatro horas dopleito, o meu silêncio e o de meus companheiros incomoda-me muito. Deveríamos estar aqui, como propôs em duas ocasiões o companheiro Eduardo Suplicy, ouvindo e debatendo com os candidatos à Presidência do Senado o seu programa, a sua colocação diante dos outros Poderes, o seu posicionamento diante das relações internacionais que se estão manifestando, inclusive por meio da vaca louca. As tantas e importantes manifestações deste mundo globalizado têm aqui, no Senado Federal, um dos eixos fundamentais para a orientação da população.

Gostaria, realmente, que o ambiente fosse outro. Gostaria que os telespectadores deste Brasil afora não ficassem perplexos diante do nosso silêncio. Que silêncio é este? Será que ficamos todos velhos de uma hora para outra? Perdemos a capacidade de escutar e de reagir? Perdemos a capacidade de nos inflamar, que se teria concentrado apenas na figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães? Alguns acham que há um certo exagero nas suas atitudes, mas, pelo menos, há de se reconhecer essa vontade, essa lei moral que existe dentro de nós, que nos incendeia algumas vezes. Portanto, devemos compreender os excessos para reafirmar, abençoar e compartilhar desse impulso ético, desse impulso de moralização.

O que me traz aqui, hoje, é essa insopitável vontade de fazer, pelo menos, uma catarse, porque não aguento mais esse silêncio, esse tergiversar, essas conversinhas, esses discursos em torno de nada. Parece que não estamos escutando o som do vendaval que se aproxima. Parece que não vai acontecer, também, amanhã, absolutamente nada.

O **day after** vem aí. Amanhã, vamos começar a tomar consciência do que realmente fizemos, cometemos e praticamos.

O apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy de que, pelo menos, parlássemos, parlamentássemos, falássemos alguma coisa. Só há cochichos, conciliábulos secretos, tititi. Isso não é digno do Senado Federal!

À falta de algo melhor para fazer, incapaz de mover o mundo e de mudar as decisões medrosas, covardes, indecisas – e o povo está vendo esse vale das indecisões, do silêncio em que nos encontramos –, estou aqui, de certa forma, à espera de um milagre. Contudo, não queria esperar em silêncio, mas, pelo menos, rezando, para que o milagre viesse nos salvar, ou estamos perdidos definitivamente?

Os instrumentos usados nessas decisões mostram a importância delas. Não é à toa que o Partido do Presidente da República ou um de seus aliados compra alguns deputados, de maneira inegável, descarada – isso, por acaso, foi gravada também. Mas crime é a gravação ou a continuidade daqueles processos? Certa vez ouvi Sua Excelência, o Presidente da República, dizer: "Não recorremos mais a essas medidas pouco assépticas, sujas, entre o Executivo e o Legislativo". Eu escutei isso três vezes, com palavras e sinônimos muito elegantes e diferentes. Masserá que mudou alguma coisa ou será que se agravou a situação, diante de um conjuntura econômica-financeira internacional que se torna cada dia, claramente, mais grave?

Cheguei a esta Casa e, entre outras coisas, não gostaria de deixar de registrar que observei muito a conduta do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Peguem os discursos que fiz e, em alguns deles, há crítica dirigida a S. Ex^a bastante acerba; mas tenho que fazer justiça, e já disse muitas vezes e repito que S. Ex^a, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, tem agido aqui, neste Se não, mais ou menos como o treinador do time. S. Ex^a quer ver o time acertar, que ver o time ser aplaudido, quer ver o time melhorar.

Tenho que reconhecer, e reconheço há muito tempo, que a preocupação de S. Ex^a, ao dirigir os nossos trabalhos, foi talvez como os exageros a que

nas suas lutas e, sobretudo, a sua boa educação no trato com todos. O Senador Eduardo Suplicy é um exemplo de Parlamentar educado, que defende as suas idéias – que nem sempre são as nossas. S. Ex^a é sempre um **gentleman** no trato com os seus companheiros, o que faz com que todos dispensem o melhor tratamento a S. Ex^a e a seus colegas de Bancada, inclusive a essa figura notável do Senador Lauro Campos, ao meu prezado amigo – com quem ainda há pouco queriam me intrigar – Senador José Eduardo Dutra e à sua Líder. Convivemos bem, e o Parlamento ganhou com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje falo porque a lei moral que há em mim não permite que eu me silencie. Estou há vários dias perplexo, nesse momento crucial da existência do Parlamento, nesse momento de uma das mais importantes eleições que o País conhece – talvez tão importante quanto a eleição do Presidente da República –: a dos Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

A menos de vinte e quatro horas dopleito, o meu silêncio e o de meus companheiros incomoda-me muito. Deveríamos estar aqui, como propôs em duas ocasiões o companheiro Eduardo Suplicy, ouvindo e debatendo com os candidatos à Presidência do Senado o seu programa, a sua colocação diante dos outros Poderes, o seu posicionamento diante das relações internacionais que se estão manifestando, inclusive por meio da vaca louca. As tantas e importantes manifestações deste mundo globalizado têm aqui, no Senado Federal, um dos eixos fundamentais para a orientação da população.

Gostaria, realmente, que o ambiente fosse outro. Gostaria que os telespectadores deste Brasil afora não ficassem perplexos diante do nosso silêncio. Que silêncio é este? Será que ficamos todos velhos de uma hora para outra? Perdemos a capacidade de escutar e de reagir? Perdemos a capacidade de nos inflamar, que se teria concentrado apenas na figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães? Alguns acham que há um certo exagero nas suas atitudes, mas, pelo menos, há de se reconhecer essa vontade, essa lei moral que existe dentro de nós, que nos incendeia algumas vezes. Portanto, devemos compreender os excessos para reafirmar, abençoar e compartilhar desse impulso ético, desse impulso de moralização.

O que me traz aqui, hoje, é essa insopitável vontade de fazer, pelo menos, uma catarse, porque não aguento mais esse silêncio, esse tergiversar, essas conversinhas, esses discursos em torno de nada. Parece que não estamos escutando o som do vendaval que se aproxima. Parece que não vai acontecer, também, amanhã, absolutamente nada.

O **day after** vem aí. Amanhã, vamos começar a tomar consciência do que realmente fizemos, cometemos e praticamos.

O apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy de que, pelo menos, parlássemos, parlamentássemos, falássemos alguma coisa. Só há cochichos, conciliábulos secretos, tititi. Isso não é digno do Senado Federal!

À falta de algo melhor para fazer, incapaz de mover o mundo e de mudar as decisões medrosas, covardes, indecisões – e o povo está vendo esse vale das indecisões, do silêncio em que nos encontramos –, estou aqui, de certa forma, à espera de um milagre. Contudo, não queria esperar em silêncio, mas, pelo menos, rezando, para que o milagre viesse nos salvar, ou estamos perdidos definitivamente?

Os instrumentos usados nessas decisões mostram a importância delas. Não é à toa que o Partido do Presidente da República ou um de seus aliados compra alguns deputados, de maneira inegável, descarada – isso, por acaso, foi gravada também. Mas crime é a gravação ou a continuidade daqueles processos? Certa vez ouvi Sua Excelência, o Presidente da República, dizer: "Não recorremos mais a essas medidas pouco assépticas, sujas, entre o Executivo e o Legislativo". Eu escutei isso três vezes, com palavras e sinônimos muito elegantes e diferentes. Masserá que mudou alguma coisa ou será que se agravou a situação, diante de um conjuntura econômica-financeira internacional que se torna cada dia, claramente, mais grave?

Cheguei a esta Casa e, entre outras coisas, não gostaria de deixar de registrar que observei muito a conduta do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Peguem os discursos que fiz e, em alguns deles, há crítica dirigida a S. Ex^a bastante acerba; mas tenho que fazer justiça, e já disse muitas vezes e repito que S. Ex^a, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, tem agido aqui, neste Se não, mais ou menos como o treinador do time. S. Ex^a quer ver o time acertar, que ver o time ser aplaudido, quer ver o time melhorar.

Tenho que reconhecer, e reconheço há muito tempo, que a preocupação de S. Ex^a, ao dirigir os nossos trabalhos, foi talvez como os exageros a que

S. Ex^a se permitiu há alguns dias, o exagero de quem quer salvar, de quem quer afastar e exorcizar a catástrofe.

Entre os candidatos que até agora se apresentaram, poderíamos até ter aberto mão da candidatura do modelar companheiro Senador Jefferson Péres, homem de uma compostura, uma atitude, um comportamento, uma prática exemplares. Poderíamos fazer esse sacrifício também em nome da salvação da Casa, neste momento crucial e decisivo para o Congresso Nacional e para o País. Contudo, infelizmente, até agora, essa possibilidade sequer surgiu.

Tendo em vista a formação e o estofo do nosso companheiro Senador Jefferson Péres, tenho absoluta certeza de que S. Ex^a abriria mão, seria o primeiro a abrir mão – como, aliás, já disse que isso poderia ocorrer. O nobre Senador não tem ambições individuais, não tem a vontade do poder que cega alguns, portanto, S. Ex^a poderia, tranquilamente, deixar de ser um obstáculo à realização de uma coalizão salvadora. Mas parece que os ouvidos ficaram moucos e que as consciências – algumas delas – não perceberam o que acontecerá amanhã, a importância do dia da eleição de nosso Presidente.

Realmente, eu gostaria que não houvesse um **day after**; gostaria que o Presidente assumisse com tranquilidade esta Casa tranquila e que não permitisse a existência de acerto de contas, perseguição, entrancheiramento para a vendeta, que receio venha a ocorrer. O poder do Senado Federal é muito maior do que as pessoas pouco atentas possam imaginar.

Em um dos momentos de crítica a esta Instituição e ao funcionamento dos três Poderes, cheguei a dizer e a procurar demonstrar que o Presidente do Senado no Brasil representa uma espécie de ditador pela metade. "Há uma ditadura compartilhada", disse eu. E não pedi desculpas ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Estou agora, na hora da saída, dizendo que o Senado e sua Presidência são tão poderosos que agem, algumas vezes, como uma espécie de ditador que compartilha com o verdadeiro ditador – o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso – essa ditadura disfarçada e compartilhada.

Isso não atingiu o Presidente Antonio Carlos Magalhães ou por não conter uma verdade ou por outro motivo qualquer. No entanto, estou repetindo o assunto apenas para mostrar como tenho consciência do poder desta Casa. E este poder, se por acaso não estiver em mãos serenas, como, por exemplo, as do Senador Jefferson Péres, se não estiver em mãos que não desejam passar a limpo as suas frustrações

pessoais e o seu desejo de vingança individual, passaremos a limpo outras coisas, como as nossas derrotas internas e os nossos conflitos intestinos. Será um verdadeiro desastre. Gostaria muito de contribuir o mínimo que fosse para que essa tragédia não acontecesse.

Desse modo, o desastre de depois de amanhã pode ser maior ainda e com muito mais vítimas do que o de amanhã. Não quero ser catastrofista, como costumam algumas vezes afirmar que sou. Por isso estou fazendo essa catarse verbal neste momento. Gostaria muito – e daria para isso boa parte da minha existência – que a situação se resolvesse nesta Casa, que sempre treinou alianças, educação e a origem.

O Senado Federal é campeão dessas virtudes. Só nos menos virtuosos nessas questões parlamentares.

Quem sabe se nós, ainda, teremos uma saída honrosa? Estamos sendo observados, estamos sendo cobrados. O nosso silêncio é muito estranho pelo menos, condonável, principalmente num momento em que consciências são compradas e portas de Partidos são abertas à custa do vil metal. Mais uma vez, essas relações espúrias continuam a inquinar a nossa dignidade. Dessa forma, não poderia ficar silencioso, não pode ria ficar calado, pelo menos para traduzir, nestas palavras mal-enjambradas, aquilo que eu não poderia silenciar, para não contrariar a lei moral que há em mim.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Concedo um aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Lauro Campos, quero apenas, de maneira modesta, contribuir como grande professor e grande Senador que se constitui a figura de V. Ex^a na Casa, dizendo que essa opressão precordial, que não é enfarte, não é isquemia, eu também a sinto neste momento da vida parlamentar. Especialmente no Senado Federal, ela está dividida entre alguns Senadores. O pronunciamento de V. Ex^a desperta o sentimento de que estamos envolvidos em uma grande discussão, bem como nas consequências que dela advirão. Este é um momento de alta responsabilidade para esta Casa. Não gostaria de, em minha caminhada parlamentar, levar a imagem de que pode ser o **day after** da maneira como V. Ex^a define aqui. Iria externar algumas palavras ao Senador Antonio Carlos Magalhães após a saída de S. Ex^a da Presidência da Casa, quando já es-

tivesse na "planície", como é costume dizer-se no Congresso Nacional. Todavia, soube que há uma possibilidade real de vitória – e não foi S. Ex.^a quem me disse – de um ou outro grupo que não o que se vislumbrava na grande imprensa. Assim, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para dar o meu testemunho do que representou a figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães no Senado Federal. Quando, no dia da posse, na primeira semana, tivemos uma reunião para discutir a escolha do nome do Presidente do Senado Federal, participei – com a convicção de quem saía do movimento estudantil, de um movimento popular, em 1980, e, naquele momento, a imagem do Senador Antonio Carlos Magalhães se diferenciava de maneira radical do nosso projeto político – e reprovei o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães em reunião do nosso Partido. V. Ex^a concordou de certa forma com a minha opinião, externando o respeito da convivência. Naquele momento, a decisão da Bancada, após embates internos, foi a de que o Partido dos Trabalhadores não votaria. Esse era o ponto de vista de alguém que não pertencia ao Parlamento e convivia com uma personalidade política. E após esses dois anos de testemunho da presença do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, seria uma injustiça, um ato de covardia, não reconhecer que, no exercício da Presidência do Senado, o Senador Antônio Carlos Magalhães observou o mais alto respeito por todos os Senadores, por todos os Partidos políticos. Como já externei em reuniões nossas do PT aqui, não sei, Se na dor Lauro Campos, se outro Parlamentar na Presidência desta Casa teria coragem de enfrentar o Judiciário, como fez o Senador Antonio Carlos Magalhães; teria coragem de autorizar ao Senado a cassação de um Senador da República. Entendo este testemunho como um ato de justiça, um ato de respeito. Não comprehendo como alguns, que àquela época defendiam a Presidência do Senado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje o hostilizam nos bastidores de maneira tão ranheta. S. Ex^a não mudou. Não conheço um ato público que o desabone de dois anos para cá na vida pública do País. Se há uma imagem pesada, do ponto de vista democrático, ela é anterior a esse seu exercício da Presidência do Senado. Então, o que mudou foi a versão de alguém que não aceita essa presença política agora como um reconhecimento de justiça. Repito: eu iria fazer este testemunho após a saída de S. Ex^a da Presidência da Casa, mas o faço em favor de um mandato que quero que caminhe serenamente. Sou daqueles que entendem que política e honra são compatíveis. Não imagino política e honra como água

e óleo. Sinceramente, espero que o **day after** não contribua para que eu perca o ânimo e a esperança de ser um jovem Senador da República que acredita em seu País e neste Senado Federal. Assumi, com tanto entusiasmo, meu mandato e espero levá-lo até o final, honrando cada voto que me foi dado, a minha consciência e a minha determinação pela ética na vida pública. Parabéns, V. Ex^a é uma referência de vida, não só da vida pública, não só da vida educativa, mas uma referência de vida que vou levar como lembrança.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço muito o aparente de V. Ex^a. Sei que V. Ex^a não poderia ser uma das vozes silenciosas, das vozes que faltaram aqui neste plenário até este momento.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a apenas dez segundos apenas para reafirmar toda a coerência do Partido dos Trabalhadores com o Senador Jefferson Péres.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Não poderia deixar de ser de outra forma, porque o relacionamento com V. Ex^a significou um desses grandes encontros que tive no Senado Federal. A sua fidelidade às idéias, o seu amor à vida e à proteção dela, e a sua dedicação à Medicina continuam nesta Casa. Como não poderia deixar de ser, V. Ex^a é fiel à vida, é fiel aos gestos que protegem Eros, que protegem a vida em todas as suas manifestações, principalmente a vida humana.

Agradeço muito a sua delicada intervenção e faço votos para que V. Ex^a, tão jovem, continue assim. O fato de apenas continuar significará para todos nós uma alegria e uma honra muito grande tê-lo conhecido e acompanhado em seu rastro luminoso.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, gosto sempre de pedir desculpas e agora devo estar precisando fazê-lo, mas acredito que não devo desculpas, por exemplo, a V. Ex^a, que algumas vezes tem feito referências à minha pessoa, a familiares meus inclusive, de público, o que demonstra que, se não castiga nem muito V. Ex^a, se não o deformarem demais por meio de pressões insuportáveis, V. Ex^a continuará a ser, para tristeza de seus opositores, um conquistador. V. Ex^a é um conquistador: V. Ex^a sabe utilizar a sua inteligência, a sua simpatia, a sua lanura, mas também sabe利用ar o outro lado, para expulsar os vendilhões do templo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada poderia ser mais comovente para mim

do que ouvir a palavra do Senador Lauro Campos e, ao mesmo tempo, do Senador Tião Viana.

Um homem experiente, com uma tradição de vida notável, filho de grande figura brasileira e, ao mesmo tempo, um Senador que se destacou por sua coerência ideológica e dignidade na vida pública. O Senador Lauro Campos é um exemplo para todos nós. Pode até parecer mais idoso do que eu, mas é mais jovem.

Entretanto, em todo o período em que esteve aqui, em nenhum dia descumpriu os seus deveres, em nenhum dia deixou de honrar o mandato que o povo de Brasília lhe conferiu. V. Ex^a, com o seu testemunho, se já havia ganho, há muito tempo, o meu respeito, ganha agora também o meu coração. De modo que agradeço a V. Ex^a.

O Senador Tião Viana, tão jovem, tão brilhante, aqui só tem mostrado trabalho e seriedade, lutando contra muitos abutres que não respeitam sequer a dignidade do seu Estado.

Quero, nesta hora, congratular-me com V. Ex^a. Somos de Partidos diferentes, geralmente estamos em campos opostos, mas V. Ex^a ainda tem muitos caminhos na vida a percorrer, e desejo que V. Ex^a os percorra com o êxito que tem obtido no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, permita V. Ex^a que eu lhe dirija a palavra neste momento para dizer do pensamento que tenho, da análise que faço do mandato exercido por V. Ex^a.

Hoje é praticamente o dia derradeiro do exercício do seu mandato, e me sinto na obrigação de fazer esse registro. Alguns poderão dizer: "Mas o Senador Fogaça não pode elogiar o Presidente Antonio Carlos porque o seu Líder, Presidente do seu Partido, é candidato à Presidência do Senado e há um litígio, um confronto." Muito bem, isso é verdade. Mas, por outro lado, também se ria uma enorme injustiça se, por causa disso, se pela existência dessa adversidade, eu deixasse de registrar o que penso. Portanto, sou aquelas pessoas que entendem que quando há uma verdade que se apresenta e se expressa de maneira invencível não há pressão externa que possa alterar o conceito que dela faço. Se é um prejuízo ou se é um favor para terceiros, isso não me interessa; o que interessa é que tenho o dever de aqui registrar o meu pensamento.

E o meu pensamento, Presidente, é que V. Ex^a deu aqui uma demonstração, ao longo desses anos, de que realmente é possível exercer a Presidência do Senado garantindo à Oposição o direito de fazer oposição e, ao mesmo tempo, garantindo ao Governo o direito de viabilizar-se como governo e, portanto, viabilizar os seus projetos. Resolvi falar porque fui testemunha, na última sessão do Congresso Nacional, do momento em que Líderes nacionais como Aloizio Mercadante, José Genoíno, Miro Teixeira e tantos outros ilustres representantes da Oposição a V. Ex^a se dirigiram com respeito e admiração. Há pouco, ouvimos as palavras dos Senadores Tião Viana e Lauro Campos.

Neste País que já viveu sob um regime autoritário, neste País que alguns fazem uma distinção de épocas e que até, de alguma forma, colocam a figura de V. Ex^a nesse outro período autoritário vivido no Brasil. O que posso dizer é que se as medidas provisórias, por exemplo, continuarem a ser editadas e reeditadas neste País, se continuarem a ser abundantes como são, de forma totalmente desconhecida pelo Congresso, que não as examina, não as debate, não as emenda, não as analisa; o Congresso, num determinado momento, sem conhecimento de causa, sem conhecimento dos Senadores, sem conhecimento dos Deputados, sem avaliação técnica ou política, apenas vota a medida provisória de uma maneira absolutamente abrupta e às vezes até sem nenhuma profundidade. Se isso continuar, se as medidas provisórias continuarem como são, Sr. Presidente, pode-se responsabilizar qualquer cidadão do País, qualquer membro do Congresso, menos V. Ex^a, que foi diligente, operoso, comprometido e inquebrantável na determinação de mudar o regime de medidas provisórias no País.

Diga-se, a bem da verdade: V. Ex^a arrostou dificuldades, enfrentou problemas e conseguiu vencer uma maré negativa que não aceita mudanças na medida provisória. Não faço acusações a ninguém. Mas a verdade é que desde 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, há movimentos sucessivos para se modificar esse instituto da medida provisória. Houve iniciativas no período do Governo Sarney, houve iniciativas no período do Governo Collor, do Governo Itamar Franco e agora no Governo Fernando Henrique Cardoso. Nenhum Presidente de Congresso tinha sequer conseguido fazer essa emenda constitucional sair das Comissões; V. Ex^a conseguiu fazer

com que essa emenda constitucional fosse aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados. Depois, a referida emenda retornou a esta Casa para uma segunda revisão e agora está novamente na Câmara dos Deputados para ser votada. Talvez, só por uma questão de data, só por uma questão de dias, V. Ex^a não sairá da Presidência com essa emenda constitucional aprovada. Mas, se em algum lugar do mundo houver um galardão para quem sustentou isso com firmeza e convicção, esse galardão é de V. Ex^a. Se as medidas provisórias forem limitadas no Brasil, esse mérito é de V. Ex^a.

Sr. Presidente, ingressei na Câmara dos Deputados em 1982, quando fui indicado Sub-Relator do Projeto do Código Civil. Aqui, durante 10, 15 anos estive como Relator do Projeto do Código Civil, até que surgiu V. Ex^a na Presidência e decidiu levar a cabo a tramitação do Projeto do Código Civil. O Código Civil fora votado no Congresso Nacional apenas em 1916. Depois, o Presidente Jânio Quadros iniciou uma reforma do projeto. Caiu Jânio Quadros; veio João Goulart. Houve a crise institucional; veio o Governo militar. Vieram os governos sucessivos, democráticos. Passaram-se, de 1961 a 2001, 40 anos, Sr. Presidente. Pois, nesses 40 anos, quem teve a determinação de resolver o problema, nomear os relatores, tocar para frente e dar consequência efetiva a esse trabalho foi V. Ex^a. Se o Código Civil está promulgado e em vigor, gerando benefícios e direitos para cidadãos menores de idade, mulheres, homens, crianças, que tinham um Código Civil defasado e quase inteiramente inaplicável, tudo isso se deve, claro, ao trabalho técnico e parlamentar dos Srs. Parlamentares, que contribuíram notavelmente, mas, sem uma vontade política poderosa, férrea, determinada, não se chegaria a uma conclusão.

A história passa, a vida passa. E às vezes deixa-se de fazer registro de que há elementos não rotineiros da vida que não estão embutidos naturalmente na sucessão dos acontecimentos. Há coisas que só se realizam quando a vontade humana emerge límpida, decidida, em favor de uma causa, e esse é o poder do homem de mudar o curso da história. Portanto, faço este registro: o Código Civil está, sob nova forma, gerando benefícios, direitos e proteção social a milhares de mulheres abandonadas e desprotegidas e a crianças sem tutela. Isso graças, evidentemente, à determinação de V. Ex^a.

Quando no Congresso Nacional se tentou alterar a imunidade parlamentar? Estou aqui há quase 20 anos e não me lembro disso. V. Ex^a tomou a iniciativa

de apoiar a emenda constitucional que altera o regime da imunidade parlamentar simplesmente para dizer que prática de crime comum não é objeto de imunidade parlamentar. V. Ex^a, com a capacidade de comando que possui, estimulou, induziu e empurrou para aprovarmos no Senado essa matéria, que hoje está na Câmara, pendente de votação. Acusem qualquer um, menos V. Ex^a de que isso não ocorreu, ou seja, de que a imunidade parlamentar não foi modernizada, reformada como deveria ser.

Eu poderia discorrer sobre um rosário de exemplos, todos eles sempre nessa mesma direção. Não farei isso, pois seria evidentemente muito exaustivo. Mas uso esses exemplos porque quero dizer que aprendi a ter e adquiri um grande respeito pelo trabalho de V. Ex^a, e ao final de seu mandato não poderia deixar de registrar isso, justamente pelo fato de V. Ex^a não pertencer ao meu Partido. É justamente o fato de poder mostar divergências no campo político ou partidário que me dá o direito de fazer este registro e dizer que eu gostaria que um Presidente de Senado fosse assim: sempre capaz de garantir ao Governo o direito de ser Governo, de viabilizar-se como Governo, mas garantir à Oposição o mais pleno e amplo direito de exercer totalmente a sua condição intrínseca de Oposição.

Aí é que está a explicação para as referências feitas a V. Ex^a por homens como Lauro Campos ou Tião Viana. Não porque V. Ex^a os tenha beneficiado nas ideias políticas que defendem, porque não são as mesmas de V. Ex^a. O que V. Ex^a fez, parafraseando Voltaire, foi garantir a eles o direito de discordarem de V. Ex^a, garantindo em plenitude, na mais longa extensão que esse direito possa ter. Só isso justifica o mandato de Presidente do Senado. Tudo isso foi público e aberto. Mas não posso deixar de dizer que vi, registrei e acompanhei V. Ex^a na conduta interna da Casa. Situações e momentos que não eram matéria de jornal não seriam publicados porque poderiam, eventualmente, ser meras questões administrativas. Porém, a mão de V. Ex^a, dura e implacável no cumprimento da lei, muitas vezes, foi usada com a força necessária para evitar ou até restringir a ação de pessoas. Disso talvez, em muitos casos, não tenha havido registro externo, ou até sejam situações pequenas, administrativas, de pouca extensão, mas que, no dia-a-dia, demonstram um caráter ferreamente apegado a uma certa rigidez de comportamento que, confesso, produziu em mim uma grande admiração pelo comportamento de V. Ex^a. Nesse sentido, faço o registro final: quem é Oposição sentiu-se no direito pleno de exer-

cer essa condição; quem foi e é Situação também não pode dizer que V. Ex^a tenha obstruído, dificultado, inviabilizado ou prejudicado.

Outro questionamento que pode ser feito é: V. Ex^a sai dessa cadeira deixando uma grande realização? Talvez V. Ex^a não deixe nenhuma obra material importante, mas deixa o salário mí nim o num patamar muito mais elevado e um Programa de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil que, até então, nunca tinha acontecido.

Creio que de um político deve-se perguntar isso: qual a grande obra que realizou? Qual o grande movimento que abraçou? Qual o grande empenho que fez em torno de uma grande causa? É isso que se deve perguntar de um político, e quem perguntar isso de V. Ex^a terá sempre boas respostas.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter exercido o mandato da forma que exerceu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Queria agradecer ao Senador José Fogaça as palavras que proferei a você com respeito. Generosas, é verdade, mas cheias de um sentimento que lhe é próprio, o de justiça.

Realmente trabalhei, e muito do que consegui foi graças ao apoio que recebi do Senador José Fogaça, um das maiores e melhores figuras do Parlamento brasileiro. É um homem público notável e que nunca deixou de atender aos apelos da Presidência nas questões mais difíceis, para conseguir êxito nas Comissões e no Plenário desta Casa.

Quando se tinha um problema grave para resolver, não só a Liderança como a Presidência procuravam sempre ouvir V. Ex^a. E a sua voz norteou muito da minha atuação nesta Casa.

Não nos conhecíamos sequer quando aqui chegamos; hoje, conhecemos-nos bem. Se não temos intimidade maior, temos a intimidade que desejamos: a do respeito mútuo e, sobretudo, a da admiração que tenho por V. Ex^a, que é muito grande.

Agradeço as suas palavras, Senador José Fogaça, e sei que o Senado e o Rio Grande do Sul ainda terão muito a lucrar com a sua inteligência, com a sua integridade e competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, está é a última sessão de trabalho, deste período, pre-

sidida por V. Ex^a. Amanhã, depois da eleição da Mesa, V. Ex^a volta à planície. Poucos Presidentes do Senado deixaram a Mesa com uma aprovação quase unânime e consensual dos seus pares.

Pessoalmente, aprecio seu comportamento transparente, emotivo, emocional e aberto. São essas, a meu juízo, as qualidades que faltam aos homens públicos. Nada de comportamentos sinuosos, de opiniões obscuras e de falta de presença e verdade em momentos importantes da sua vida e da vida política dos nossos Partidos e de nosso País.

Divergências políticas nós as mantemos, pois estamos em Partidos diferentes, embora estes hoje quase que se confundam.

Enquanto o Senador José Fogaça falava, lembra-me de uma carta escrita por Victor Hugo a um amigo. Ele iniciava o texto lamentando por tê-la escrita tão longa, por não ter tido tempo de escrevê-la curta. Se rei bem mais breve que o Senador José Fogaça.

Jovem, Senador Bello Parga, escutava com grande repetição a palavra "psicodélico". 'Psico-' de **psyché**, alma; **de los**, do oráculo que revela a verdade; ao que se acrescenta o sufixo '-ico', que transforma o substantivo em adjetivo; daí, "psicodélico": aquele que revela a sua alma.

Penso que poderia descrevê-lo, neste momento, como o Presidente "psicodélico" do Senado nos últimos anos, com as qualidades já expostas à exaustão pelos Senadores da Situação e da Oposição. Seja bem-vindo à planície com o reconhecimento do trabalho feito pelos seus pares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado Senador Roberto Requião. Sabe V. Ex^a da admiração que tenho pelo seu comportamento, pela sua cultura e pela sua inteligência. V. Ex^a é uma figura que, por isso mesmo, destaca-se no Senado. Sempre muito franco, muito aberto, as suas palavras têm expressivo valor para mim.

Na planície eu não diria que estaremos, porque este Senado não coloca ninguém na planície; todavia, no lugar onde me encontrar, espero estar sempre na companhia de V. Ex^a para que possa de vez voltar melhor os meus raciocínios, tendo sempre a meu lado a cultura e a inteligência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a nobre Senador Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço licença a V. Ex^a

para, neste último dia, perder a rigidez com que V. Ex^a, nesses quatro anos, cumpriu o Regimento.

Os Senadores que me antecederam lhe abraçaram, em abraços sonoros de vozes que traduziam, mais que emoções, convicções e demonstrações de respeito a V. Ex^a. Esses abraços todos me fizeram lembrar que, na pouca experiência que tenho, eu talvez não me lembre de todos os abraços que recebi nos dias em que iniciei minhas missões, mas me recordo dos abraços que recebi nos dias em que as conclui.

Lembro-me das palavras de V. Ex^a, sentado nessacadeira, quando desci desta tribuna no dia 4 de janeiro de 1999. Naquele dia, pelas razões que se sabem, eu havia sido derrotado na eleição para o Governo do Distrito Federal e, por consequência dessa eleição e das circunstâncias, eu deixava a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Naquele momento, V. Ex^a fez questão de dirigir-me palavras que nunca mais esquecerei. Os abraços da conclusão das missões que cumprimos nas nossas vidas são palavras que marcam muito mais.

Já disseram aqui que V. Ex^a, como Presidente do Congresso, lega ao País, pela sua luta e determinação, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Só isso basta para marcar a gestão de qualquer Presidente do Congresso Nacional. Já a partir deste ano, dez milhões de brasileiros entre sete e quatorze anos receberão a bolsa-escola e tudo isso com a metade dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que vai irrigar todos os outros programas de erradicação da miséria no Brasil. Isso basta para marcar, de forma indelével, a passagem de V. Ex^a pela Presidência do Congresso Nacional.

Mas ouso dizer que há uma variável, uma característica de V. Ex^a que vai, na história, registrar com cores ainda mais fortes essa sua trajetória. Talvez por estar desse os anos 50 na vida pública, portar exercido um sem-número de mandatos parlamentares e executivos, V. Ex^a soube compreender, como poucos souberam na história republicana, a relevância desta Casa. Algumas vezes, movido pela paixão exageradamente, V. Ex^a sublinhou sempre o respeito que tem e que todos temos de ter pelo papel do Congresso Nacional.

Dou o meu testemunho. Algumas vezes como Líder, e mesmo sendo um Líder que tem o privilégio de tê-lo como amigo, discordamos. Algumas vezes, V. Ex^a não atendeu às minhas questões de ordem. Algumas vezes, V. Ex^a não coloca numa pauta matérias que eu entendia que deveriam ser colocadas pela

vontade da maioria. Chegou a hora de reconhecer, Sr. Presidente, que, mesmo quando V. Ex^a discordava dessas posições, V. Ex^a tinha duas características. Em primeiro lugar, fazia-o de frente, de forma clara e transparente. Segundo, V. Ex^a assimagiava para preservar o direito das minorias.

Esta sessão, talvez, ficará marcada menos pelo meu pronunciamento, ou do Senador José Fogaça ou de outros eminentes Senadores da base de sustentação do Governo; esta sessão ficará marcada por aqueles que, vindos dos partidos de Oposição, saem a reconhecer a grandeza de V. Ex^a e a correção no trato das matérias que aqui tramitaram.

A convivência suprapartidária, que V. Ex^a soube conduzir nesta Casa, também gerou momentos que fizeram com que o Senado Federal fosse o pólo de atração das atenções de todos os que têm espírito público e acompanham a política nacional. Sr. Presidente, mesmo nos momentos mais duros, nos momentos de confronto e de discordância, pela forma com que V. Ex^a imprime sua atuação política, o Congresso Nacional cresceu. Esse é o meu testemunho.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras, cumprimentando-o. Hoje, pela manhã, V. Ex^a inaugurou o Interlegis. E o que isso significa? Trata-se do primeiro ato concreto de transformação da democracia representativa para a participativa. A democracia brasileira cresceu com a presença de V. Ex^a na Presidência desta Casa.

Concluo, Sr. Presidente – porque todas as homenagens justas e legítimas lhe foram prestadas –, com palavras que não vêm da razão, mas da emoção. Repito o que já disse na sessão do Congresso: aprendi muito com V. Ex^a e quero ser para o povo de Brasília, que me elegeu, o que V. Ex^a é para o povo da Bahia. Esse é o norte da minha vida pública.

Sr. Presidente, perdoe-me a ousadia de chamar mais uma vez pela sua emoção. Num momento como este, vejo-o neste plenário, bem ali atrás das últimas cadeiras – porque o espírito pode ser visto e Drummond disse que a alma sai em fotografia. Nos momentos mais importantes da vida pública de V. Ex^a, ele ficava ali, de pé. Ele está aqui. V. Ex^a, com a sua atuação, tem a mesma grandeza donossoines que cível amigo Luís Eduardo Magalhães, que está, neste momento, junto com V. Ex^a, abraçando-o, como sempre fez, nos momentos mais importantes da vida dos dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Roberto Arruda, o testemunho

de V. Ex^a para mim é extremamente valioso, menos pela amizade que temos do que pelo trabalho que V. Ex^a realiza nesta Casa.

V. Ex^a, por circunstâncias políticas que não quis declarar, deixou a Liderança do Governo. Foi bom. Foi bom para que o Governo visse que precisava de V. Ex^a outra vez como Líder e que jamais teria um Líder que pudesse atuar como V. Ex^a atuou em favor do Poder Executivo. Daí por que a sua recondução é fruto do seu trabalho, da sua inteligência, da sua operosidade.

As suas palavras me comovem sempre, e hoje me comoveram profundamente, sobretudo neste final. Porque eu já disse e repito aqui, agora, que a inspiração de todos os meus atos na vida, depois de 21 de abril de 1998, é o meu filho, é o Luís Eduardo. O êxito que tive aqui devo muito aos conselhos que ele me dava, e V. Ex^a tocou realmente no ponto que é mais sensível à minha alma, que é a memória do Luís.

Quero agradecer-lhe pelas suas palavras e dizer que V. Ex^a é um vitorioso. O Governo Fernando Henrique Cardoso deve muito ao trabalho de V. Ex^a. Ele, em conversa comigo, muitas vezes, tem dito isso agora. Todavia, por mais que diga, não diz tanto o quanto V. Ex^a fez de trabalho eficiente e, sobretudo, cavalheiro com os seus Colegas, mesmo os da Oposição.

Temos que conviver com todos e a única exigência que devemos fazer para a convivência é a presença da moralidade. O Senado tem que dar um exemplo ao Brasil de que a moralidade é a linha de condução do seu destino. Por isso é que agradeço as palavras de V. Ex^a. Tenho certeza de que, qualquer que seja o resultado, estarei ali bem perto do meu querido Colega Paulo Souza, não só ouvindo como também verberando sempre contra os atos, injustos ou imorais, que sejam praticados por quem quer que seja.

Ninguém neste País vai crescer mais abandonando a ética e a moralidade. A ética e a moralidade levam o indivíduo às alturas. Ao contrário, por mais que se pareça vitória, os que não são éticos e que não são de boa moralidade descem a cada dia e se aprofundam na lama da corrupção, que não eleva ninguém. É difícil sair. E os que ajudam nisso também vão ficar marcados, não por nós, mas na sua consciência. Os que votaram errado, vão votar com problema na consciência. Quando chegar ao lar, na hora de dizerem aos filhos como votaram e porque votaram, terão a maldição. Daí por que agradeço as palavras de V. Ex^a de todo coração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, eu não precisava dizer nada no dia de hoje. O que eu gostaria de dizer, tenho dito ao longo desses quatro anos. Durante esse período fui seu Vice-Presidente. Como disse ontem, não me deixei atacar pela síndrome presidencial que às vezes acomete os Vice-Presidentes. Sempre soube ou procurei distinguir bem qual era o meu papel. Pertencendo a Partidos diferentes, sempre entendi que as posições de natureza político-partidárias eu deveria discutir no meu Partido, e nas questões que dissessem respeito ao comando do Senado Federal, eu deveria ouvir a palavra daquele que foi escolhido pelos meus Pares para comandá-lo. Assim agi. E, durante esses quatro anos, aprendi com V. Ex^a. Aprendi mais do que esperava aprender, não apenas a realizar a reforma que nos incumbe, mas eu, que o conhecia de uma certa distância, fui, aos poucos, passo a passo, aproximando-me de um homem cercado de controvérsias, amado por uns, odiado por outros, mas um homem de quem se pode dizer tudo, menos que não seja uma das figuras mais eminentes da política deste País.

Para mim, Presidente Antonio Carlos, foi um privilégio trabalhar ao seu lado. Foram oportunidades que se seguiram, desde assistir ao desvelo com que V. Ex^a se debruçava sobre os problemas grandes e pequenos do dia-a-dia do Congresso Nacional e testemunhá-los até nos momentos da suprema emoção, quando, ao seu lado, partilhei do seu sofrimento, num corredor de hospital, testemunha do seu olhar triste, vendo sucumbir não apenas o filho, não apenas alguém depositário da sua ternura, do seu carinho e do seu amor, mas vendo sucumbir muitos dos sonhos que o colocaram tão ereto e tão de pé ao longo da vida e até àquela hora.

Não posso omitir, nesta oportunidade, uma expressão que V. Ex^a teve, simples, singular, num dia que foi um momento emocional que o País viveu após a morte de Luís Eduardo, quando todos nos encontrávamos em Salvador, na inauguração do monumento que o povo baiano ergueu em sua memória. V. Ex^a sintetizou, com palavras de rara felicidade, o que de fato sentia. V. Ex^a disse: "Sou um homem feliz dentro do meu sofrimento". Na realidade, nunca vi alguém poder se cercar de força, de carinho, de calor, de tanta ternura, de tanta emoção, de tanta saudade e

transformar o sofrimento que o abatia em troféu. Era como se o País inteiro lhe dissesse que, por curta que fosse a vida de Luís Eduardo, ela havia representado tanto para o País que este de sejava agradece-lhe por haver oferecido ao Brasil a figura, o trabalho e a contribuição de seu filho. E tal contribuição ele não tirou do ar, do espaço, deve tê-la recebido, na capacidade que revelou de servir o Brasil, tijolo por tijolo, a longo da vida, desde os primeiros momentos, quando balbuciou as primeiras palavras, quando deu os primeiros passos, quando tropeçou nas primeiras cadeiras, ele deve ter começado a aprender na mão segura em que se apoiava; ele deve ter começado a aprender com o pai a forma de escolher o seu destino. Portanto, se hoje o País aplaude a memória, a presença de Luís Eduardo, o País reconhece o vulto que ele foi, nasceu da inspiração que teve e das lições que recebeu do pai que a vida lhe reservou.

Afora isso, desejo dizer-lhe, Presidente Antonio Carlos, que uma das melhores coisas que levo desses quatro anos, não é o conjunto de lições e de experiências de trabalho, mas o fato de que penso que posso dizer que nesse período conquistei um amigo valioso cuja amizade desejo preservar, cuja figura desejo homenagear, cujo papel desejo reconhecer e proclamar, e a quem eu devo publicamente agradecer, pela forma como, na sua caminhada e na sua trajetória, soube ter ao seu lado alguém que foi descobrindo nele as virtudes, os talentos e os defeitos que fazem parte da biografia de um homem, de um ser complexo, como complexas sempre foram todas as personalidades importantes na história da humanidade.

Eu também não posso esconder de V. Ex^a que nesses quatro anos, nos momentos em que a sua ânsia de defender os seus pontos de vista e suas posições me faziam subir a essa cadeira e administrar o cenário que se criava, não posso deixar de registrar que, muitas vezes, isso me deu bastante trabalho. Mas isso fez parte do aprendizado, que hoje agradeço.

Quero, portanto, que este momento seja de reconhecimento, e uma declaração de que o meu papel nesses quatro anos, Presidente, foi o de procurar interpretar suas diretrizes e, cada vez que me coubesse representá-lo, substituí-lo em algum lugar, eu procurava buscar inspiração no seu exemplo e, à minha maneira, procurava fazer as coisas da forma mais próxima daquele que eu sabia que V. Ex^a faria naquele momento.

Procurei ser um colaborador modesto, discreto, uma pessoa que durante quatro anos procurou não

ter muita visibilidade. Procurei apenas oferecer a minha contribuição à realização de um trabalho cuja importância eu sabia qual era.

Agora, juntos estamos terminando. Já lhe agradeço, renovo meu agradecimento, e apenas vou repetir uma expressão que já usei aqui no Senado em outra oportunidade, mas ela nunca foi tão oportuna como hoje.

A passagem de S. Ex^a pela presidência do Senado e do Congresso termina. A partir de amanhã, cada minuto, cada segundo que passar, vai permitir que uma nova perspectiva de história se crie. Percebemos que o Congresso Nacional não será o mesmo depois que Antonio Carlos Magalhães exerceu sua Presidência. O Congresso Nacional é um patrimônio de todos nós, é o fiador da liberdade do nosso povo. Com as suas virtudes e os seus defeitos, é a garantia que temos de que as liberdades, no passado suprimidas, penetram a casa de cada um, com seu direito ao grito, com seu direito à palavra livre, com suas tribunas abertas. O Congresso é a Casa por meio da qual o povo brasileiro respira, e grita quando quer gritar. Uma instituição como essa precisa ser protegida, sua imagem precisa ser resguardada. A confiança do nosso povo nesta Casa precisa crescer. Nossa povo precisa saber que somos humanos e que temos os defeitos de todos os seres humanos, mas estamos cumprindo o papel de consolidar a democracia neste País. A democracia custou muito a todos os brasileiros, em todos os recantos do País. E é preciso saber que, se alguém tem responsabilidade com este Congresso, como toda a sociedade tem, a maior delas é nossa. Pois V. Ex^a foi, a longo desses quatro anos como Presidente do Congresso, alguém que mostrou completa consciência do papel do Congresso Nacional na construção da democracia e da liberdade no Brasil.

Por isso repito o que disse aqui uma vez. A história da sua passagem pela Presidência do Congresso terminou. Só sabemos se uma vida foi boa, quando ela termina. Até o último minuto, alguma coisa que entra tristeza, que marque, que insira a tragédia na nossa vida pode acontecer. Só quando ela termina, sabemos se foi boa ou não.

A sua história à frente do Congresso Nacional termina amanhã. E eu tenho certeza, Presidente, de que, quando um dia se escrever a história dos tempos atuais do País, tão ricos, tão transformadores, tão fecundos, tão cheios de criação, de esperança e de inovação, nesse dia é que se saberá que a vida deste Presidente do Congresso, a vida desta Presidência do Congresso, que se encerra amanhã, para continu-

ar o Congresso a ter a sua contribuição como Senador da República, foi uma vida boa, bonita, e da qual nós Congressistas, nós brasileiros podemos nos orgulhar.

Eu tinha o dever de prestar esse depoimento a V. Ex^a em presença do meu País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Geraldo Melo, eu poderia dizer que V. Ex^a fez o seu auto-elogio, porque em tudo que fiz contei com seu apoio, com sua colaboração decisiva, com sua inteligência, com sua maneira discreta de proceder e, sobretudo, com sua lealdade. Quantas e quantas vezes V. Ex^a me substituiu, não só aqui como no estrangeiro, com a capacidade que lhe é própria! De maneira que o elogio que V. Ex^a faz ao seu colega e amigo é também elogio a V. Ex^a.

Nós partilhamos, principalmente eu, V. Ex^a e os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio, de uma Mesa que só fez coisas certas, honestas e dignas neste Senado. E quantas vezes tinha os conselhos de V. Ex^a! E quantas vezes trabalhamos juntos para que, nesses quatro anos, com todo respeito, pudéssemos merecer também o respeito de nossos concidadãos! Digo sempre, na minha Bahia, onde sou muito querido, que quero ser querido e respeitado. Mas, se não puder ser querido, quero ser respeitado. Ter o respeito dos meus concidadãos é mais importante do que ter, até mesmo, o afeto e a estima deles.

Na Bahia, tenho as duas coisas, mas, no Senado, eu tive, pelo menos, o respeito dos homens de bem desta Casa – entre esses, V. Ex^a.

Não tenho palavras para agradecer. V. Ex^a me emocionou bastante, relembrando fatos da nossa Presidência e do acontecimento que tanto feriu a minha vida. Mas sempre encontrei V. Ex^a a meu lado para me dar a mão, para me segurar, como encontrei – a verdade se diga – toda esta Casa para me sustentar naquele momento difícil.

Daí por que V. Ex^a receba, agora sim, os meus agradecimentos por tudo que fez pelo Senado, comigo, na Mesa Diretora desta Casa.

Muito obrigado, e cumpra a sua missão aqui e no seu Estado, onde V. Ex^a foi um grande Governador e que ainda espera muito de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM . Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, meu caro Presidente Antonio Carlos Magalhães, a grande dificuldade para os oradores que sucedem aqueles que têm inteligência e brilhantismo é exatamente o que ocorre comigo agora. É a dificuldade de ser repetitivo, o que espero não ocorra, para alguém que tem a ousadia própria de quem cultiva a amizade.

Todos os discursos que V. Ex^a acaba de ouvir talvez consagrem uma administração, mas quero chamar a atenção para um ponto que talvez para muitos te nhas passado despercebido na tarde de hoje. Fui integrante de uma organização e dela presidente e não lembro que alguma autoridade tenha recebido daquela entidade o que V. Ex^a recebeu hoje da Ordem dos Advogados do Brasil. O curioso é que a festa do início de quem toma posse, momento propício para os encômios, nem sempre tem na despedida o mesmo tom. Por que é curioso? Porque geralmente na despedida, o sol está se pondo, e muita gente imita o abissínio, que atira pedra no sol que está-se pondo.

Vejam a diferença de seus colegas de Senado. Todos, sem exceção, dos que usaram a tribuna e dos que ainda a usarão, cortam esta frase de cima a baixo. V. Ex^a não comete o pecado do contorcionalismo político. O curioso é que, para receber um elogio da Ordem dos Advogados, em sendo médico, o recebeu de um Advogado. E o Advogado é o cirurgião plástico do fato, sem nenhuma dúvida. Ele consegue chegar aonde quer; aponta o caminho; indica a solução.

V. Ex^a sai do Senado – e agora falo mais uma vez a linguagem da Medicina Legal, que diz que as impressões digitais são eternas –, deixando na Casa e lá no Congresso Nacional as suas impressões digitais, que não podem ser removidas, que irão ou não. Elas aí ficarão para marcar uma administração.

Veja nas minhas palavras, Sr. Presidente, no momento em que V. Ex^a sai do topo, e vem para a nossa Bancada, como é bom que eu não esteja ou não tenha estado ao seu lado na Mesa, como tantos. É que, muito de lado, muito de perto, muito de próximo não se consegue ver o tamanho da montanha. É preciso que dela se afaste para se ver o topo. Nós, daqui, estamos vendo o topo da sua administração. Por isso mesmo, sem nenhuma outra palavra para acrescentar, tantos já foram os elogios que não quero repeti-los, mas eu não gostaria de sair desta tribuna sem dizer que a sua administração vai ser reconhecida não apenas pelos seus amigos, não apenas pelos seus Colegas de Partido, não pelos seus companheiros de Senado, mas por uma população que está a reclamar por ética e por seriedade.

Seja feliz na volta aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a que é um dos vultos maiores desta Casa, que foi o Relator da Constituinte, V. Ex^a sempre se salientou como advogado. Na Ordem dos Advogados do Brasil, seu nome está marcado de forma indelével. E isso V. Ex^a não esquece porque continua sendo o advogado das boas causas, principalmente do Amazonas. Sua paixão pela sua terra junto à sua capacidade de jurista formam uma personalidade de escol. Mais do que isso, V. Ex^a é um homem muito amigo. Tenho sua amizade há muito tempo. No senado, a estreitamos mais, o que é uma honra para mim. Daí por que suas palavras ecoaram muito e muitas vezes no meu coração e na minha consciência.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira e, depois, ao Senador Edison Lobão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, amanhã, Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães, será seu primeiro dia, o dia da liberdade, o dia da consagração, o dia do amor, o dia da admiração ao seu vulto, à sua dimensão, à sua coragem cívica, à claridade dos seus olhos, à firmeza do seu passo. Amanhã será o seu primeiro dia!

Nesta hora, permita-me V. Ex^a o tom da intimidade. V. Ex^a me chama de França, mesmo quando está na Mesa, falando baixo, e mesmo quando V. Ex^a está na Mesa eu o chamo de Toninho. Pois são essas consagrações nominais que nos identificam como seres políticos e humanos diferentes no mesmo patamar.

Confesso a V. Ex^a que a minha grande admiração por V. Ex^a está na honradez. Quem não é honrado não tem coragem. Quem não pratica honradez não tem o destemor que V. Ex^a tem. V. Ex^a gosta de viver perigosamente. Índio é assim – índio da Bahia, índio de Minas –, índio gosta de viver perigosamente.

E a minha convicção é a de que amanhã é que será o seu primeiro dia, porque V. Ex^a viverá muito mais perigosamente no plenário desta Casa do que à Mesa que preside a Casa de Rui Barbosa.

Quero dizer a V. Ex^a que somos mineiros e baianos. A mineiridade e a baianidade, dizia Gilberto Freire, são fundamentais para a destinação do Brasil. É claro que a baianidade de V. Ex^a não se ajusta muito à

chamada mineiridade, mas é verdade que a nossa mineiridade guarda no gatilho a oportunidade para disparar, para tirar e assumir posições que só os baianos foram capazes de assumir perante a História. Por isso mesmo é que mineiros e baianos – e de Ouro Preto saiu o Libertador do Brasil – sempre se entendem, não apenas pela configuração física das nossas fronteiras, mas também pela sua presença não sómente na fronteira mineira com a Bahia, mas nas 900 cidades mineiras, nos 18 milhões de mineiros, nas 100 cidades metrópoles que há em Minas, tocando profundamente o coração de Minas, porque Minas gosta dos homens de coragem.

V. Ex^a é polêmico. Faz da polêmica uma forma de viver. E V. Ex^a não sabe viver fora dela. Quando não está polemizando, V. Ex^a não é propriamente nem o Antonio Carlos, nem o Toninho, até porque, em todos os instantes da vida, talvez até dormindo, polemiza.

V. Ex^a conseguiu algo fantástico: a glória de ser baiano, viver dentro daquela Bahia imensa, cujas cidades conheço, em face da minha posição partidária anos atrás. V. Ex^a é admirado não apenas pelos cultores, poetas, artistas, mas também pelo baiano pobre, lutador, que faz de V. Ex^a um caminho para a veneração. Por isso mesmo é que essa aproximação entre nós, embora em estilos diferentes, é permanente. E cheguei aqui não por acaso, porque eu imaginava que hoje seria o primeiro ou o começo do primeiro dia de V. Ex^a. Confesso a V. Ex^a que não gostaria de falar de alguém; gostaria de evitar falar no seu menino, no seu garoto, no seu jovem Luís Eduardo Magalhães. Um tormento! É uma dor! Pior do que a morte é a dor e a dor é eterna. Na verdade, os homens públicos deviam desaparecer instantaneamente, e Luís Eduardo desapareceu instantaneamente. Estava eu em Belo Horizonte quando o telefone tocou e alguém disse: Luís Eduardo morreu. Peguei o avião e fui diretamente para o aeroporto, no pressuposto de que ele não estava morto, mas estava saindo para São Paulo. Não encontrei ninguém nos hangares e fui para o hospital. E chegando lá encontrei V. Ex^a sentado, com um lenço nas mãos. Eu, quase que de joelhos, perante V. Ex^a, perante o amigo, ouvia-o atentamente que dizia: Por que não eu? Por que logo Luís Eduardo? E V. Ex^a apertava as minhas mãos. O destino estava traçado. Mas, naquele momento, a grandeza de V. Ex^a em ultrapassar a fronteira da Bahia e tornar-se um nome nacional, respeitado nacionalmente, fez com que a Bahia, mais uma vez, desse ao Brasil um dos homens mais ilustres desta Pátria.

Meu caro Antonio Carlos Magalhães, meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, meu querido amigo, Toninho, sei que já dei alguns momentos de felicidade a V. Ex^a. No momento em que tomamos decisões, todas no sentido de conduzir o Brasil à democracia, trabalhamos juntos, eu, V. Ex^a, Petrônio Portella, Marco Maciel, Jorge Bornhausen; todos enfrentamos, com coragem e determinação, sob a inspiração do Presidente Ernesto Geisel, a tarefa de reconduzir este País à democracia ele o fez e, por isso mesmo, é respeitado até hoje.

Quero lhe dizer, portanto, em nome de 18 milhões de mineiros – e confesso a V. Ex^a que posso falar o porquê de Minas Gerais ter o dom do recomeço –, do meu amor, da minha paixão, da minha admiração, na discordância ou na concordância, pela trajetória de vida de V. Ex^a, do amigo que sempre foi e é.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Francelino Pereira, eu o admiro há muito tempo. V. Ex^a me deu uma grande alegria no dia 15 de abril de 1975, quando foi escolhido Presidente do nosso Partido. Eu estava na Bahia e, aproximadamente às 10 horas e 15 minutos da manhã, tive essa notícia. Fiquei feliz, porque sabia que íamos ter um bom timoneiro. V. Ex^a foi um grande Presidente de Partido. Daí, partiu para sua Minas Gerais.

Fico muito feliz que V. Ex^a tenha lembrado o nome do Presidente Ernesto Geisel, que sempre foi nosso amigo e merece o nosso respeito e o do Brasil.

Nós partimos para governar os nossos Estados e V. Ex^a, com muita competência, conquistou o apoio dos mineiros. Os mineiros o admiravam e o admiram, porque V. Ex^a trabalha por eles incessantemente. E, até exageradamente mineiro, não pelos métodos, mas pelo amor a Minas Gerais, V. Ex^a presta grandes serviços a sua terra. V. Ex^a é homem de grandeza e, todo dia, dá passos de grandeza.

Por sua Minas Gerais, V. Ex^a ainda hoje partiu para a indicação de um candidato de sua terra. Isso é extremamente importante, porque só os grandes são capazes de gestos como esse.

Aqui, no Senado, V. Ex^a também tem trabalhado intensamente nas Comissões, sempre produzindo pareceres magníficos.

Queria dizer que muito do que tenho feito é inspirado também em V. Ex^a, e meu amor à Bahia é comparável ao seu amor por Minas. Daí por que cada vez nós nos identificamos mais, fazemos mais unidos os nossos Estados e abolimos as fronteiras.

Espero sempre observarem V. Ex^a, neste Senado ou onde quer que se encontre, a sua coragem cívica e, sobretudo, o seu bom senso, próprio da terra que V. Ex^a ama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Presidente Antonio Carlos Magalhães, com esta sessão estamos apenas prosseguindo as homenagens que se iniciaram na sessão do Congresso Nacional. Houve ali tantos e tantos oradores, sobretudo da Oposição, que nós, seus amigos mais chegados, preferimos até nem falar para que outros tivessem a oportunidade de fazê-lo.

Hoje, esta sessão segue homenageando um grande homem, uma grande figura da vida pública brasileira. Lembro-me de que, quando V. Ex^a se candidatou a Presidente do Senado – a primeira vez há quatro anos –, houve quem pensasse que o Senador Antonio Carlos Magalhães deveria esperar um pouco mais e não se lançar a uma disputa naquele momento. Entretanto, ao dizer-me isso aquele companheiro, lembrei-me das lições de João Quim Nabuco para quem as vitórias que vêm tarde já chegam frias. V. Ex^a precisava daquela conquista não para se servir do mandato elevado de Presidente do Senado Federal, mas para, com ele, engrandecer as instituições e o Brasil inteiro. Assim fez V. Ex^a.

Na Presidência do Senado, V. Ex^a tinha uma causa que era a do bem público, ou seja, do povo. Por essa causa lutou e obteve relevantes vitórias. Não pretendo dissertar sobre elas porque o Senador José Fogaça e outros companheiros já o fizeram. Apenas digo que a causa foi cumprida até o final quanto disse ao longo dos quatro anos – e inclusive pelo que não disse em benefício do sossego nacional.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a é um líder e tem esse traço. O líder é aquele ser afável, solidário e paciente. Ele sabe ouvir, mas é firme quando precisa ser. Não conheço grupos sociais, instituições, Estados nem Nações que tenham obtido grandes triunfos sem alguém para liderá-los com a temperança que V. Ex^a sempre demonstrou.

Amanhã, V. Ex^a descerá as escadas dessa Presidência, mas não descerá a escada da liderança, porque o líder que V. Ex^a sempre foi continua a ser o mesmo. Por muito tempo, V. Ex^a nos tem conduzido na vida pública e nas ações mais importantes que o seu Partido e seus companheiros têm tomado. Por muito tempo ainda esta liderança se exercerá.

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, há cinco minutos, telefonou-me o Presidente José Sarney, lastimando que, por razões desaúde, não tivesse podido estar aqui para nos acompanhar nesta homenagem a V. Ex^a, mas me pediu que lhe dissesse que a administração Antonio Carlos Magalhães foi uma administração vitoriosa. Tudo quanto S. Ex^a iniciou e não concluiu, V. Ex^a, com grandeza, concluiu. Tudo quanto na administração de S. Ex^a se concluiu, V. Ex^a consolidou. E mais: V. Ex^a ampliou o que havia sido feito nos diversos campos de ação do Parlamento brasileiro.

S. Ex^a pede-me ainda dizer-lhe que, amigo de 40 anos, V. Ex^a é detentor do apreço, da estima e da amizade eternos dele.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a é um dos símbolos da grandeza deste poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Meu querido Senador Edison Lobão, sou um observador e, na sessão do Congresso, vi quanto interesse V. Ex^a demonstrava em dizer algumas palavras a seu amigo que presidia a sessão. V. Ex^a, ao lado de sua esposa, só saiu do microfone quando o Senador Hugo Napoleão falou, e V. Ex^a, provavelmente, se reservou, para hoje dar um depoimento ao seu amigo Presidente que está deixando esta Presidência.

V. Ex^a é um homem inteligente, culto, preparado. Chegou à política por seus próprios passos e fez uma sólida amizade com o Presidente José Sarney, a quem V. Ex^a neste instante representa, trazendo-me palavras de tanta afetividade, próprias de uma amizade minha com ele de 40 anos. Ao Presidente Sarney, transmita a minha gratidão por ter servido com ele no Governo e de ter aprendido com ele a presidir esta Casa.

José Sarney é um estadista, mas V. Ex^a é um Parlamentar dos mais brilhantes desta Casa. O que estou lhe dizendo agora tenho lhe dito particularmente, mas queria externar de público: V. Ex^a é no debate uma figura notável; não assisti a nenhum debate aqui em que V. Ex^a se saísse mal, e, desta posição, podemos assistir melhor às sessões do que das poltronas dos nossos queridos colegas. Daí por que a sua palavra para mim tem muito valor, e tenho certeza de quanto V. Ex^a ainda vai fazer na vida pública pelo Maranhão e pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, meu amigo Antonio Carlos Magalhães, poucas pessoas do Senado sabem da nossa amizade e do tempo em que ela persiste. Conhecemos-nos há quase 30 anos, e nasceu daquele momento uma empatia recíproca, que corre esses anos todos.

Jamais estivemos distanciados desta amizade. Mesmo em outras fronteiras, eu em São Paulo, V. Ex^a na Bahia, como Prefeito, como Governador, fui algumas vezes à Bahia para visitá-lo como cívil, como seu amigo. Em nenhum momento, mesmo em trincheiras às vezes diferentes, esta amizade arrefeceu.

Queria dizer, Sr. Presidente, que hoje V. Ex^a colhe aqui neste plenário os mesmos frutos que, pela sua capacidade, pela sua inteligência, pelo seu esforço pela dignificação desta Casa, colheu dos Deputados no Congresso Nacional há alguns dias. Naquela ocasião, V. Ex^a foi aclamado pelos seus companheiros, pelos seus amigos e até pelos seus adversários.

V. Ex^a deu exemplo de como se preside o Congresso Nacional, na forma como orientou os momentos difíceis por que passou esta Nação, como se conduziu, ora apoiando, ora divergindo, mas sempre pensando no bem melhor, que é o nosso País.

Aprendi com V. Ex^a, Sr. Presidente, a defender também o meu Estado. Sem pre-lhe disse que era seu discípulo na defesa intransigente do meu Estado de São Paulo, como V. Ex^a o era do seu: um leão defendendo seus filhotes, sua fêmea, agarrado à sua terra, ao seu chão, às suas raízes, defendendo o que achava melhor.

E segui o seu exemplo. Nos meus embates aqui nesta Casa, até às vezes com o Senador Paulo Souza, bati-me pela independência, pelo que achava melhor para o meu Estado. Às vezes até podia não ser, mas aprendi com V. Ex^a.

Tenho pela Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, um carinho especial. Hoje tenho até interesses grandes naquele Estado. Tenho interesses maiores ainda na amizade dos Parlamentares, na amizade dos Senadores que representam nesta Casa o Estado da Bahia. E tenho também, Presidente Antonio Carlos Magalhães, uma alegria muito grande, porque V. Ex^a é recebido no meu Estado como se na Bahia estivesse. Cheguei até a brincar com V. Ex^a. Estou dando aqui um tom de alegria e de futuro, Sr. Presidente, e não de passado. Vamos pensar, porque caminharemos para frente. Quando V. Ex^a vai a São Paulo, é recebido como um Senador paulista. E já lhe disse:

se fizer uma campanha para o Senado por São Paulo, quero andar um pouco com V. Ex^a pelo Parque do Ibirapuera para conseguir os votos dos baianos, de todos os nordestinos que lá estão, dos quais nós, paulistas, orgulhamo-nos.

Queria repetir, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que Fernando Pessoa dizia: "Navegar é preciso; viver não é preciso." V. Ex^a navegou no limite de suas forças. Lutou por elas. Navegou até o limite da sua saúde. Navegou no limite de tudo o que pôde fazer por este País.

Tenho orgulho de ser seu amigo amizade que se consolidou ainda mais neste plenário. Mesmo que possamos divergir, tenho orgulho da sua amizade, com a qual desejo contar sempre aqui, na Bahia ou em São Paulo, em qual quer lugar, até o fim de nossos dias, Senador.

Seja feliz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Piva, V. Ex^a é uma unanimidade nesta Casa. Ninguém talvez tenha essa unanimidade, pela maneira cavalheira e elegante com que V. Ex^a trata os colegas e pela vontade que V. Ex^a traduziu muito bem e que tem sido muito útil ao seu Estado de defender São Paulo.

Assim como defendo a Bahia, V. Ex^a defende São Paulo. Assim como os baianos que vivem em São Paulo adoram São Paulo, os paulistas agora estão invadindo a Bahia. De modo que, a cada dia, a nossa amizade se consolida. Conhecemos-nos há mais ou menos 30 anos. Daí para cá, nunca tivemos divergências pessoais.

Eu queria agradecer a V. Ex^a pelas palavras carinhosas, afetuosas, que são fruto muito de sua generosidade. Aqui neste plenário, todos sabem que V. Ex^a, entre nós, talvez seja o mais generoso. E isso lhe faz não apenas um cidadão de São Paulo, mas um cidadão do País, porque esta Casa representa todo o Brasil.

Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, pela primeira vez estou usando o microfone de sua cadeira. Eu estava no meu gabinete, assistindo à sessão, quando parei e pensei que não podia deixar de vir ao plenário para tentar expressar um pouco do meu sentimento neste momento.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Ex^a e aos Srs. Senadores pela maneira como fui acolhido neste plenário. Perto de seis meses se passaram, e eu aqui dentro ouvindo V. Ex^a, acompanhando os seus trabalhos. Quero dizer a V. Ex^a que, no resto do meu mandato que Deus vai me ajudar a cumprir aqui, vou me esforçar para que os seis meses em que estive acompanhando os seus trabalhos.

V. Ex^a é um homem de coragem. O Brasil precisava ter mais pessoas iguais a V. Ex^a.

Recorro-me do dia 21 de abril de 1998. Eu estava sentado próximo da Torre de Televisão, por volta das 17 horas, quando ouvi pelo rádio a notícia da morte do Luís Eduardo. Veio-me logo à cabeça que o Brasil e os brasileiros haviam perdido um homem que seria o nosso Presidente da República, um homem que tinha valor, que tinha trânsito em todos os Partidos e que lutava por este Brasil. Fui correndo ao Hospital Santa Lúcia, tentar conhecê-lo pessoalmente, mas não consegui entrar. Passei aquela noite vendo seu sofrimento e nunca imaginei que V. Ex^a fosse ter tanta força para enfrentar aquele fato.

Sr. Presidente, deixo registrada a minha admiração pelo trabalho de V. Ex^a. Se Deus quiser, vou desenvolver um excelente trabalho nesta Casa, pelo que aprendi com V. Ex^a durante estes seis meses que aqui estou.

Muito obrigado pela acolhida de V. Ex^a e dos demais Senadores.

Boa sorte, Sr. Presidente. V. Ex^a merece muito mais ainda. Tenha a certeza de que o Brasil ainda necessita muito de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Valmir Amaral, V. Ex^a chegou a esta Casa num momento difícil. Com certa humildade, talvez até excessiva, conquistou seus colegas por seu procedimento, por sua coerência, por sua correção. Suas palavras raramente sensibilizaram. Apesar das divergências partidárias, tenho muito apreço por V. Ex^a. Tenho certeza de que, jovem como é, galgará ainda muitos postos na política do Distrito Federal. Congratulo-me com V. Ex^a. Seja sempre essa pessoa agradável, simpática, que merece a consideração e o respeito de todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tirei algumas conclusões da vida, como um homem oriundo do Estado de Minas Gerais, que já exerceu a atividade de produtor

rural, de homem do campo e de Ministro da Agricultura.

Veio-me à mente a frase "Feliz daquele que consegue plantar, cultivar e depois colher". Há quatro anos, V. Ex^a assumia a Presidência desta Casa e se meava uma forma de presidir, respeitando a democracia e a possibilidade de participação de todos. Paralelamente, houve uma busca intransigente da defesa da Constituição e do Regimento desta Casa. A partir daí, V. Ex^a impôs um sistema sério, dinâmico, corajoso, audacioso, firme, para a tomada de suas posições, semeando, a mês e a mês, condições de oportunidades a todos.

Ouvimos, hoje e na semana passada no plenário do Congresso Nacional, quando V. Ex^a encerrava aquela memorável sessão, as manifestações dos amigos que cultivou nesse semear ao longo desse tempo. Como foi difícil o cultivo ao longo desse tempo, quantas intempéries, quantas dificuldades, quantas idas e vindas, quantos confrontos. Mas V. Ex^a sempre administrou de maneira correta e definida, com respeito a esta Instituição. V. Ex^a foi e é um democrata e conseguiu elevar o nome desta Casa do Poder Legislativo acima de qualquer interesse, seja ele pessoal ou qualquer outro que pudesse macular a imagem desta Casa.

Por ter cultivado tão bem, hoje V. Ex^a colhe o respeito dos seus Pares, recebe manifestação de Parlamentares de todos os Partidos, colhe a consciência tranquila do dever cumprido. V. Ex^a, depois de amanhã, deixará essa cadeira que com muita honra ocupou durante estes quatro anos, mas estará aqui, neste plenário, continuando a defender os interesses da Bahia – a nossa querida Bahia – e do Brasil. Nessa condição, nessa consciência da responsabilidade que V. Ex^a sabe que tem, V. Ex^a deverá continuar ao nosso lado, na busca intransigente do que todos desejamos: oportunidade no processo democrático e respeito às instituições, para que Oposição e Situação, divergindo no processo ideológico e conflitando nos interesses partidários, possam transformar o Brasil numa nação que todos queremos mais justa, mais séria, mais legítima, mais autêntica; e num País que todos desejamos progressista e que possa colocar, em primeiro plano e em principal ação, a possibilidade da participação de todos.

Parabenizo V. Ex^a. Que a sua consciência esteja sempre na linha de quem cultiva, porque aquele que semeou e cultivou merece colher. Boa colheita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Arlindo Porto, V. Ex^a é um homem muito querido nesta Casa. Participando da Bancada de um só, V. Ex^a tem o respeito de todos, e isso é muito importante.

Ressalto em V. Ex^a uma situação: sua atuação no Ministério da Agricultura. V. Ex^a foi um excelente Ministro da Agricultura, e a maneira como tratava todos seus colegas, sem exceção, o fazia e o faz merecedor do respeito e da amizade de todos. V. Ex^a deixou o Ministério, e lhe foi oferecido outro. Mas V. Ex^a, coerente com sua consciência, não o aceitou.

V. Ex^a voltou a esta Casa sem nenhuma mágoa, sem nenhum sentimento de vingança em relação ao Governo. Ao contrário, mostrou-se um Senador independente, votando com sua consciência quando o Governo estava certo e votando contra quando V. Ex^a julgava errado. Essa característica o credenciou bastante entre os seus colegas e marca a sua personalidade. Nenhum colega esquece, hoje, amanhã ou enquanto V. Ex^a estiver nesta Casa, a sua competência, a sua humildade mineira e a sua sabedoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, no primeiro discurso que fiz nesta Casa, citei V. Ex^a como o único que tinha representação no governo da revolução que teve a coragem de ir ao enterro do Presidente Juscelino Kubitschek. Aquela atitude muito me marcou, quando eu ainda não era político.

Depois, V. Ex^a teve uma atuação decisiva na virada democrática deste País, quando se apresentou no momento das eleições diretas, na Frente Liberal, conseguindo fazer com que este País voltasse à democracia. O País não tem como esquecer isso.

Quem somos nós para falar a respeito das suas qualidades, se o povo da Bahia o elegeu com tanta expressividade, por tantos mandatos, na sua terra natal? V. Ex^a é um grande líder.

No momento, lideranças do meu Partido passam por um litígio com V. Ex^a, mas creio que isso será mínimo na história brilhante da atuação firme e decidida que V. Ex^a tem tido na nossa República e na construção da democracia brasileira.

Obrigado, Presidente Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Mauro Miranda, damo-nos muito

bem há muito tempo por esse traço comum de afeto e de respeito à memória de Juscelino Kubitschek.

Quantas vezes brinquei com V. Ex^a dizendo que quando o olhava via a figura de Juscelino, que V. Ex^a tinha muitos traços pessoais do Presidente Kubitschek. Com os goianos desta Casa sempre tive amizade e afeto e desejo inclusive o êxito de todos eles.

Formamos aqui, partidariamente, algumas posições diferentes, mas tenho certeza de que Goiás está muito bem representado por seus três Senadores, que aqui também defendem o interesse do Brasil.

V. Ex^a merece minha amizade, meu respeito e minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço desculpas ao meu querido amigo Moreira Mendes, que inclusive estava inscrito para fazer outro discurso e não me foi permitido lhe dar a palavra. Concedo-lhe agora a palavra. Peço que releve não lhe ter dado a palavra com a anterioridade que lhe era devida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador, Presidente Antonio Carlos Magalhães, eu realmente tinha uma comunicação importante a fazer à Casa a respeito do meu Estado. Mas deixarei de fazê-lo, porque penso que, neste momento, nada é mais importante do que manter o brilho desta homenagem prestada, com muita justiça, a V. Ex^a na tarde de hoje.

Quero aqui, com muita alegria, por ser o último a usar da palavra, registrar também o meu apreço. Por que fico feliz por ser o último a usar da palavra? Porque espero que, na memória de V. Ex^a, possa valer aquele velho ditado de que os últimos serão os primeiros. Pois tantos foram os que me antecederam, amigos de longas lutas e caminhadas, que usaram da palavra com muitobrilihantismo que eu, seguramente, modesto advogado de aldeia, como disse em certa ocasião, vindo do modesto Estado de Rondônia, ficarei muito feliz por ser o último a registrar aqui o meu apreço.

E o faço com muita determinação, porque ao chegar a esta Casa lugar aonde nunca imaginei pudesse um dia chegar, mas para o qual o destino acabou me trazendo, vindos substituir, com muita honra, o ex-Senador e hoje Governador do meu Estado, José Bianco, uma das primeiras mãos que me foram estendidas foi exatamente a de V. Ex^a. Digo isso, sem me descurar, entretanto, que outros eminentes Senadores sempre tiveram muito apreço por mim. Estão aqui os Senadores Edison Lobão, Bernardo Cabral, Ro-

meu Tuma e tantos outros que me auxiliaram. Mas foi V. Ex^a lembro-me bem da primeira visita que fiz ao seu gabinete, quando ainda nem havia assumido, junto com o Governador José Bianco – que me ensinou as primeiras regras de boa conduta dentro desta Casa, para que eu conquistasse, com muita humildade, este espaço e para que eu fosse hoje reconhecido pelo trabalho que aqui realizei de forma muito clara e transparente.

Quantas vezes ouvi V. Ex^a, nessa cadeira, rugir como um leão na defesa das suas idéias, das suas posições, mas quantas vezes também, Sr. Presidente – isto me marcou profundamente –, vi V. Ex^a se transformar num menino e até chorar. Isso demonstra efetivamente que V. Ex^a é uma pessoa diferente, que consegue, ao mesmo tempo, ser um leão e uma criança. Pode ter certeza de que aprendi muito.

Sendoo último orador, espero poder me recer de V. Ex^a, quando ocupar seu lugar na Bancada do Estado da Bahia, sua amizade e poder um dia conquistar espaço igual ao de tantos outros que me antecederam, como seu verdadeiro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não posso concordar com o Senador Moreira Mendes. O último tem que ser o mais humilde, o mais simples, o menos preparado, o menos intelectualizado.

Mesmo sendo o mais simples ou menos preparado, quero, por isso mesmo, patentear aquilo que já foi dito por todos: V. Ex^a é unanimidade nesta Casa.

Todos nós reconhecemos o seu talento, a sua liderança, a sua coragem, a sua ousadia, enfim, reconhecemos que V. Ex^a conduziu esta Casa com muita sabedoria.

V. Ex^a soube interpretar os sentimentos do povo brasileiro quando apoiou, de forma corajosa, a CPI do Judiciário, e deu no que deu; quando V. Ex^a apoiou, de forma destemida, a Comissão visando erradicar a fome e a pobreza no Brasil. Criou-se então o fundo de combate à pobreza neste Brasil que resultou na aprovação de R\$ 4 bilhões, ainda para este ano, para os mais pobres, os mais humildes, os desempregados, os excluídos do nosso País.

V. Ex^a agiu com firmeza, com determinação, quando nos propusemos relatar a medida provisória

que tratava do esporte brasileiro, impedindo a entrada desacarada do capital externo na compra de clubes brasileiros. Hoje, o patrimônio de todos os clubes brasileiros está protegido. Multinacional nenhuma, banco nenhum pode comprar mais do que 49% das ações de qualquer clube profissional do Brasil.

V. Ex^a. agiu de forma determinada em todas as CPIs. Apoiou decididamente todas as comissões, inclusive de las partícipei, ou como Presidente, ou como Relator.

V. Ex^a. exerceu, realmente, uma liderança muito grande. Foi um Presidente extremamente democrático, permitiu que Senadores de todos os Partidos tivessem aqui independência.

V. Ex^a soube – repito – corresponder aos anseios da Nação. O Brasil, esta Casa e todas as instituições precisam de homens determinados, corajosos, ousados e que tenham, de fato, amor a este País, a esta Pátria.

Tive oportunidade de conhecê-lo quando eu ainda era Vice-Governador de Goiás e V. Ex^a, Governador da Bahia. Fui ao seu gabinete, visando dirimir dúvidas a respeito dos conflitos entre goianos e baianos, no tocante às divisas dos nossos Estados. V. Ex^a recebeu aquele humilde Vice-Governador com muita educação, cortesia, e discutimos transparentemente os problemas que envolviam os nossos Estados.

Na Câmara Federal, fui colega do seu irmão Ângelo Magalhães e de seu filho Luís Eduardo Magalhães, grande amigo que tive naquela Casa. Tenho motivos demais para admirá-lo como político, que já havia entrado para a História do Brasil mesmo antes de presidir esta Casa. Agora, mais do que nunca, estará na História do País como um homem realmente determinado, firme, corajoso, que sabe o que quer e que quis o melhor para o Senado Federal.

Deixo aqui registrados os meus agradecimentos a V. Ex^a pelo trabalho magistral que desenvolveu em favor do Senado e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

Tem V. Ex^a uma liderança incontestável juntamente com o Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda no seu Estado. Acompanho a sua vida política há muito tempo, nem sempre ficava torcendo por V. Ex^a na disputa que travava com Tasso Jereissati e Paulo Souto pelo título de melhor Governador do Brasil – eu era um torcedor natural do Paulo Souto. Mas sempre V. Ex^a se destacava, como ele se destacou como Governador, e o Tasso Jereissati, no Ceará. De modo que daí fizemos uma amizade. E, no Senado, o que caracterizou

V. Ex^a foi a sua independência, que, às vezes, eu até pedia uma certa calma, porque V. Ex^a vinha sempre com aquele espírito de defender Goiás mais do que tudo. E é por isso que V. Ex^a é querido na sua terra.

Agradeço muito suas palavras e espero que a nossa convivência continue por muito tempo aqui e fora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, todos os Estados da Federação gostariam de possuir um homem público como Antonio Carlos Magalhães.

Como representante de um Estado vizinho da Bahia e militando muito em uma região próxima do seu Estado, que é o norte de Minas, conheço muitos baianos que lá chegam e traçam aforça que V. Ex^a imprime àquele povo. Por isso, todo o Brasil o admira e o respeita.

V. Ex^a merece a admiração de todos os brasileiros também pela forma com que defende as cores do Brasil e pela sensibilidade social que demonstra em tudo que faz. Aqui, no Senado, V. Ex^a deu provas absolutamente incontestáveis dessa sensibilidade social aguda. Além disso, V. Ex^a representa aquela probidade de que tanto o Brasil carece no exercício da vida pública. Assim, V. Ex^a tem sido alvo da admiração e do respeito desta Casa. Comecei a enxergar isso a partir do momento em que aqui cheguei. Por tudo isso, tenho grande admiração por V. Ex^a. E mais ainda: pelo amor, pela emoção que demonstra quando alguém lembra de seu estimado filho. Essa emoção é uma prova do seu valor como chefe de família, como pai extremoso. V. Ex^a também nunca deixou de dizer que recebia conselhos de seu filho, Luís Eduardo Magalhães.

Não tive a oportunidade de conviver aqui, no Congresso Nacional, com Luís Eduardo Magalhães, mas, em Minas Gerais, todos sempre exaltaram o valor dele, como um estadista que nascia.

Então, é realmente admirável participar desta Casa, assistindo a tudo isso, que nos ensina que a vida pública é exercida com amor, com paixão, com dedicação, com probidade. Isso é absolutamente inerente à personalidade de V. Ex^a.

Dessa forma, eu também não poderia deixar de trazer a minha palavra, ainda que tudo que poderia ser dito provavelmente já o foi. Eu não poderia, também, deixar de trazer o meu testemunho e a minha

admiração especialmente pela sua lhaneza. V. Ex^a é uma figura corajosa da vida pública brasileira, mas é lhano. V. Ex^a sempre nos trata com carinho, lhaneza, educação, bondade e ternura.

Por tudo isso, não poderia deixar de trazer a V. Ex^a o testemunho de um Senador recém-chegado, do PMDB – que não é o Partido de V. Ex^a –, e, independentemente da coloração partidária, devoto a V. Ex^a todo o meu apreço e toda a minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Alencar, muito obrigado pelas suas generosas palavras. V. Ex^a, mais do que ninguém, sabe que a admiração é recíproca.

Desde que V. Ex^a aqui chegou, todos os seus companheiros o admiraram. V. Ex^a é um homem vitorioso como empresário e dá grandes passos na política, conquistando também vitórias. Daí por que o seu testemunho é importantíssimo para mim. V. Ex^a conhece todos os lados da atividade humana não só como político, mas como empresário e homem de Minas Gerais.

Queria agradecer-lhe e dizer que foi um prazer muito grande, como Presidente do Senado, receber-l-o e conviver com V. Ex^a. Sempre estivemos juntos – não muitas vezes no gabinete –, mas as poucas vezes representaram momentos muito agradáveis de troca de impressão e eu sempre aprendendo o outro lado que não conhecia e que V. Ex^a conhece.

Agradeço a V. Ex^a as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa e, em seguida, vamos encerrar.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Senadores, é compreensível que, como Senador pela Bahia, eu me sinta altamente confortado, alegre e por que não dizer vaidoso pelas manifestações que V. Ex^a tem recebido. Isso não só nos envia de ce, aquino Se na do e na Câ mara, ou seja, os representantes da Bancada baiana, mas também vai mais longe e alcança os milhões de eleitores de V. Ex^a.

O relacionamento entre V. Ex^a e o seu eleitorado hoje não é apenas eleitoral, político, é, sim, um relacionamento afetuoso, é um caso de amor. O eleitorado da Bahia ama V. Ex^a. O casamento de V. Ex^a com a Bahia não é como esses casamentos de hoje que são "separáveis", é um casamento indissolúvel, e aí está o segredo e a razão do aplauso, do apoio e da consideração que V. Ex^a tem tido no nosso Estado. Além disso, merece um louvor especial, por ter saído consagrado em tantas eleições. Só esse detalhe, consi-

derando-se as eleições que V. Ex^a tem enfrentado, lhe dá uma dimensão muito grande e muito ampla. Por quê? Porque ao político vale ser julgado pelo eleitorado ao se submeter a eleições, e V. Ex^a nesse aspecto, não há dúvida, tem nota dez, considerando-se os demais políticos. Entretanto, V. Ex^a não se distingue apenas pela disputa nas eleições. Basta que se considerem os aplausos, o apoio, a consideração, a homenagem que V. Ex^a tem recebido não só desta Casa como da Câmara dos Deputados. É, realmente, Sr. Presidente, um recorde, e isso não é por acaso. V. Ex^a fez por merecer das duas Casas, acima dos Partidos, uma consagração. É, portanto, altamente dignificante que V. Ex^a assim tenha procedido. Mas sendo indiscutivelmente homenageado pelo seu trabalho como Presidente do Senado não é menos dignificante, nem menos importante a atuação de V. Ex^a como Senador. Examine-se a atuação de V. Ex^a como Presidente do Senado, e o louvor é unânime; examine-se a atuação de V. Ex^a como Senador, e o louvor é unânime. É realmente um privilégio. Vale também ressaltar, Sr. Presidente, que V. Ex^a desce dessa cadeira maior do que entrou, maior do que subiu a essa para nela assumir a Presidência da Casa. V. Ex^a desceu mais engravidado. Entretanto, é salutar que se sublinhe que V. Ex^a se fixou nesta Casa desde o primeiro instante quando assomou à tribuna para expor dificuldades, desacertos e mazelas de certa parte do Poder Judiciário. V. Ex^a não entrou aqui por acaso; veio já sabendo o que iria fazer e, naquela oportunidade, a celeuma foi também grande. Mas o certo é que V. Ex^a saiu daqui o Poder Judiciário, e não há dúvida de que deu nova dimensão a esse Poder sem perturbar, sem perturbar, sem dificultar a atuação do Judiciário, sem discriminá-lo, ou seja, na sua movimentação, alcançou todo o Poder Judiciário. Prosseguindo nessa sua campanha, V. Ex^a partiu para a CPI do Judiciário, que, no princípio, também sofreu diversas alterações. Mas no fim foi o coroamento, foi aplauso, foi também uma etapa que valeu sobre modo, porque acordou, despejou e fez com que o Judiciário verificasse que havia problemas, mazelas, dificuldades em seu seio. V. Ex^a não se conforma, e é justo que isso seja compreensível com o marasmo, com a paralisação. V. Ex^a é um inovador, e para ser um inovador, para modificar, para se atualizar, é preciso vencer obstáculos, e V. Ex^a os tem vencido.

Sinto-me, portanto, Sr. Presidente, altamente gratificado, como representante da Bahia, porque V. Ex^a não só se projeta, mas projeta seus amigos, projeta seus correligionários, projeta o seu Estado. E não é

exagero dizer, pelas manifestações, pelos aplausos que tem recebido, que V. Ex^a é um homem da maior expressão nacional. A Bahia agradece a V. Ex^a, por meu intermédio, por um trabalho altamente dignificador e patriótico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Djalma Bessa, V. Ex^a é o mais antigo companheiro político que tenho. Começamos juntos na Assembléia Legislativa do Estado, nos idos de 1955. Fomos eleitos em 54. Daí para cá, V. Ex^a, ou como Deputado Estadual ou Federal, sempre se destacou. Depois, veio como suplente para o Senado e está honrando a cadeira do titular, que é o Ministro Waldeck Ornelas. Hoje, V. Ex^a traz a paixão da Bahia, como ontem no Congresso o Senador Paulo Souto o fez. A Bahia agradece aos seus representantes.

Hoje já chegaram e amanhã, para nossa alegria, centenas de prefeitos baianos também chegarão a Brasília para me confortar na hora em que deixo a Presidência do Congresso e ratificarei apoio que eles, em sofridas cidades do interior, me oferecem. Alguns estão ali; outros tantos já estiveram, mais de 100, hoje, no meu gabinete. Todas as homenagens que colho levo para o meu Estado, a Bahia, que é a razão da nossa vida.

Mas, neste instante, eu queria dizer aos Senadores – amanhã farei a minha fala oficial de despedida – que vivi momentos de muita alegria na Presidência do Senado. Cheguei, como salientou Edison Lobão, muito rapidamente à Presidência: na primeira parte do primeiro mandato. Isso foi coisa rara, que talvez só tenha acontecido uma vez no Parlamento brasileiro. Mas o que posso dizer aos Senadores é que cumprí meu dever. Cumprí meu dever com a paixão que dedico a tudo que faço. Falhas tantas devem ter ocorrido. Aquelas que não foram justas eu me desculpo. Os excessos que foram justos eu os mantengo. E os mantenho na certeza de que estava e estou trilhando o bom caminho.

Seja como for, esta Casa cresce a cada dia aos olhos da Nação. Vamos trabalhar por ela, para que ela se engrandeça cada vez mais e todos nós possamos voltar aos nossos Estados, nas ocasiões dos pleitos eleitorais, com a cabeça erguida por termos cumprido os nossos deveres. Isso acontece agora no Senado. E eu, deixando amanhã a Presidência, o faço feliz, porque vou descer aqueles degraus convencido de que não desonrei o mandato do povo baiano e muito menos a confiança dos meus dignos Colegas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14-A, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 (Complementar), que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário como exercício financeiro.

Sala da Sessões, de fevereiro de 2001. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Maguito Vilela e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desejo registrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção do Japão, através de sua Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar mais um corredor ecológico no Cerrado Brasileiro – provavelmente no Vale do Paraná, no Estado de Goiás ou na região do Jalapão, abrangendo parte do Estado do Tocantins, do Maranhão e da Bahia.

O registro deve vir acompanhado por alguns comentários que desejo sejam considerados por esta Casa.

O primeiro deles refere-se à importância das regiões dos Cerrados para o Brasil, uma importância que vai muito além da que lhe é dada pelo país em termos de investimentos, considerando-se, de um modo especial, a necessidade de investir em pesquisa e em infra-estrutura, de modo a permitir, através da pesquisa, o máximo de produtividade aliado ao máximo de sustentabilidade e, através das condições de infra-estrutura, o escoamento da produção, integrando esta imensa região produtiva aos mercados de consumo internos e externos.

exagero dizer, pelas manifestações, pelos aplausos que tem recebido, que V. Ex^a é um homem da maior expressão nacional. A Bahia agradece a V. Ex^a, por meu intermédio, por um trabalho altamente dignificador e patriótico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Djalma Bessa, V. Ex^a é o mais antigo companheiro político que tenho. Começamos juntos na Assembléia Legislativa do Estado, nos idos de 1955. Fomos eleitos em 54. Daí para cá, V. Ex^a, ou como Deputado Estadual ou Federal, sempre se destacou. Depois, veio como suplente para o Senado e está honrando a cadeira do titular, que é o Ministro Waldeck Ornelas. Hoje, V. Ex^a traz a paixão da Bahia, como ontem no Congresso o Senador Paulo Souto o fez. A Bahia agradece aos seus representantes.

Hoje já chegaram e amanhã, para nossa alegria, centenas de prefeitos baianos também chegarão a Brasília para me confortar na hora em que deixo a Presidência do Congresso e ratificarei apoio que eles, em sofridas cidades do interior, me oferecem. Alguns estão ali; outros tantos já estiveram, mais de 100, hoje, no meu gabinete. Todas as homenagens que colho levo para o meu Estado, a Bahia, que é a razão da nossa vida.

Mas, neste instante, eu queria dizer aos Senadores – amanhã farei a minha fala oficial de despedida – que vivi momentos de muita alegria na Presidência do Senado. Cheguei, como salientou Edison Lobão, muito rapidamente à Presidência: na primeira parte do primeiro mandato. Isso foi coisa rara, que talvez só tenha acontecido uma vez no Parlamento brasileiro. Mas o que posso dizer aos Senadores é que cumprí meu dever. Cumprí meu dever com a paixão que dedico a tudo que faço. Falhas tantas devem ter ocorrido. Aquelas que não foram justas eu me desculpo. Os excessos que foram justos eu os mantengo. E os mantenho na certeza de que estava e estou trilhando o bom caminho.

Seja como for, esta Casa cresce a cada dia aos olhos da Nação. Vamos trabalhar por ela, para que ela se engrandeça cada vez mais e todos nós possamos voltar aos nossos Estados, nas ocasiões dos pleitos eleitorais, com a cabeça erguida por termos cumprido os nossos deveres. Isso acontece agora no Senado. E eu, deixando amanhã a Presidência, o faço feliz, porque vou descer aqueles degraus convencido de que não desonrei o mandato do povo baiano e muito menos a confiança dos meus dignos Colegas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 14-A, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000 (Complementar), que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para uniformizar os mandatos dos dirigentes de órgãos do Poder Judiciário como exercício financeiro.

Sala da Sessões, de fevereiro de 2001. – Senador **Lúcio Alcântara**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá, Leomar Quintanilha, Maguito Vilela e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, desejo registrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a intenção do Japão, através de sua Agência Japonesa de Cooperação – JICA, de implantar mais um corredor ecológico no Cerrado Brasileiro – provavelmente no Vale do Paraná, no Estado de Goiás ou na região do Jalapão, abrangendo parte do Estado do Tocantins, do Maranhão e da Bahia.

O registro deve vir acompanhado por alguns comentários que desejo sejam considerados por esta Casa.

O primeiro deles refere-se à importância das regiões dos Cerrados para o Brasil, uma importância que vai muito além da que lhe é dada pelo país em termos de investimentos, considerando-se, de um modo especial, a necessidade de investir em pesquisa e em infra-estrutura, de modo a permitir, através da pesquisa, o máximo de produtividade aliado ao máximo de sustentabilidade e, através das condições de infra-estrutura, o escoamento da produção, integrando esta imensa região produtiva aos mercados de consumo internos e externos.

Desejo, apenas como lembrança oportuna, voltar a dizer que os Cerrados cobrem quase 2 milhões de Km², ou seja, quase $\frac{1}{4}$ do território nacional. Constituem também uma das maiores reservas de biodiversidade do Planeta somando, juntamente com a Amazônia, em torno de 50% de sua biodiversidade.

A ocupação dos Cerrados tem ocorrido de forma quase espontânea, à margem de políticas oficiais, exceção talvez ao extraordinário esforço de pesquisa da Embrapa, com bons resultados, porém resultados setoriais e locais onde sua atuação foi possível. Esta imensa região, apesar de algumas iniciativas, continua, como a Amazônia, sem uma rede adequada de transportes que lhe permita expandir sua produção, em níveis adequados à sua potencialidade.

No entanto, Sr. Presidente, se pensarmos em ocupar produtivamente 30% da área dos Cerrados, poderíamos produzir alí mais de cem milhões de toneladas de alimentos, mais do que o dobro da atual produção agrícola do País atualmente.

É necessário, em consequência, da mesma forma como para o imenso patrimônio da Amazônia, que os Governos Federal e Estaduais, em cooperação, formulam planos globais de desenvolvimento que contemplam seu aproveitamento máximo e sustentável.

Produtividade e sustentabilidade constituem, Sr. Presidente, eixos essenciais para ocupação urgente e necessária deste imenso Brasil, o que implica em um plano global de pesquisa, incluindo:

– áreas de preservação, como são os referidos corredores, como garantia de sobrevivência da fauna e da flora dos cerrados.

– áreas de ocupação e produção intensiva.

– áreas de manejo misto onde determinadas atividades passam a ser promovidas através do desenvolvimento e aplicação de modelos de ocupação e de tecnologias apropriadas.

Para isto não faltará, pela dimensão planetária dos recursos da Amazônia e do Cerrado, a cooperação internacional no pressuposto de um plano concreto de desenvolvimento, que o país infelizmente não possui.

A existência deste plano seria, inclusive, a resposta brasileira às ameaças continuamente denunciadas à soberania do país, ameaças que se revelam dessa forma por falta de uma proposta brasileira de cooperação dirigida nos sentidos da produção sustentável de alimentos.

A cooperação oferecida pelo Japão, através da JICA, é apenas um programa de cooperação interna-

cional, entre outros referentes aos Cerrados e à Amazônia. Mas como outras propostas, é apenas localizada e setorial. Serão US\$ 250 mil da JICA como contrapartida a igual quantia que deverá ser investida pelo governo brasileiro.

É motivo de satisfação este registro. Mas, evidentemente, é pouco, muito pouco em relação à dimensão dos recursos, às potencialidades do Cerrado, sua preservação ou ocupação sustentada, em favor do Brasil e das necessidades do Planeta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é lugar-comum dizer que o futuro é dos jovens e das crianças; no entanto, neste caso, a idéia-festa corresponde à realidade. Nós, que nos ocupamos da gerência da coisa pública, tudo o que fazemos é administrar, por breve tempo, o patrimônio que haveremos de entregar às próximas gerações.

Nesse sentido, é de todo natural que as crianças e os jovens figurem entre nossas prioridades políticas. Precisamos nos preocupar não sómente em promover seu bem-estar hoje, o que é óbvio, mas também em prepará-los para nos sucederem nessa condição de curadores dos bens dos pôsteros.

Ora, constitui verdade igualmente óbvia a assertão segundo a qual, para desenarmos uma política eficaz em benefício de todos os brasileiros, ou de determinado segmento populacional, precisamos conhecer com exatidão suas necessidades e demandas reais. De duas aparentes platitudes, portanto, chegamos necessariamente à conclusão de que a informação sobre a população jovem é essencial à nossa atividade de parlamentares comprometidos com a Nação e com seu futuro.

A essa tarefa de, pelo fornecimento de dados e análises estatísticas, fazer-nos conhecer nossa população em geral e os jovens em particular, em seus potenciais, carências e sua tendência de crescimento ou decrescimento relativo ao todo da população, dedica-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da informação bruta obtida nos censos nacionais e nas Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (Pnad), esses dados e análises são postos em disponibilidade para todos os que se interessam pelo conhecimento da realidade demográfica do País.

É precisamente para os dados e análises contidos em uma publicação recente daquele órgão, chamada População jovem no Brasil, pertencente à série "Estudos e pesquisas", que desejo chamar a

Desejo, apenas como lembrança oportuna, voltar a dizer que os Cerrados cobrem quase 2 milhões de Km², ou seja, quase $\frac{1}{4}$ do território nacional. Constituem também uma das maiores reservas de biodiversidade do Planeta somando, juntamente com a Amazônia, em torno de 50% de sua biodiversidade.

A ocupação dos Cerrados tem ocorrido de forma quase espontânea, à margem de políticas oficiais, exceção talvez ao extraordinário esforço de pesquisa da Embrapa, com bons resultados, porém resultados setoriais e locais onde sua atuação foi possível. Esta imensa região, apesar de algumas iniciativas, continua, como a Amazônia, sem uma rede adequada de transportes que lhe permita expandir sua produção, em níveis adequados à sua potencialidade.

No entanto, Sr. Presidente, se pensarmos em ocupar produtivamente 30% da área dos Cerrados, poderíamos produzir alí mais de cem milhões de toneladas de alimentos, mais do que o dobro da atual produção agrícola do País atualmente.

É necessário, em consequência, da mesma forma como para o imenso patrimônio da Amazônia, que os Governos Federal e Estaduais, em cooperação, formulam planos globais de desenvolvimento que contemplam seu aproveitamento máximo e sustentável.

Produtividade e sustentabilidade constituem, Sr. Presidente, eixos essenciais para ocupação urgente e necessária deste imenso Brasil, o que implica em um plano global de pesquisa, incluindo:

– áreas de preservação, como são os referidos corredores, como garantia de sobrevivência da fauna e da flora dos cerrados.

– áreas de ocupação e produção intensiva.

– áreas de manejo misto onde determinadas atividades passam a ser promovidas através do desenvolvimento e aplicação de modelos de ocupação e de tecnologias apropriadas.

Para isto não faltará, pela dimensão planetária dos recursos da Amazônia e do Cerrado, a cooperação internacional no pressuposto de um plano concreto de desenvolvimento, que o país infelizmente não possui.

A existência deste plano seria, inclusive, a resposta brasileira às ameaças continuamente denunciadas à soberania do país, ameaças que se revelam dessa forma por falta de uma proposta brasileira de cooperação dirigida nos sentidos da produção sustentável de alimentos.

A cooperação oferecida pelo Japão, através da JICA, é apenas um programa de cooperação interna-

cional, entre outros referentes aos Cerrados e à Amazônia. Mas como outras propostas, é apenas localizada e setorial. Serão US\$ 250 mil da JICA como contrapartida a igual quantia que deverá ser investida pelo governo brasileiro.

É motivo de satisfação este registro. Mas, evidentemente, é pouco, muito pouco em relação à dimensão dos recursos, às potencialidades do Cerrado, sua preservação ou ocupação sustentada, em favor do Brasil e das necessidades do Planeta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é lugar-comum dizer que o futuro é dos jovens e das crianças; no entanto, neste caso, a idéia-fixa corresponde à realidade. Nós, que nos ocupamos da gerência da coisa pública, tudo o que fazemos é administrar, por breve tempo, o patrimônio que haveremos de entregar às próximas gerações.

Nesse sentido, é de todo natural que as crianças e os jovens figurem entre nossas prioridades políticas. Precisamos nos preocupar não sómente em promover seu bem-estar hoje, o que é óbvio, mas também em prepará-los para nos sucederem nessa condição de curadores dos bens dos pôsteros.

Ora, constitui verdade igualmente óbvia a assertão segundo a qual, para desenhamos uma política eficaz em benefício de todos os brasileiros, ou de determinado segmento populacional, precisamos conhecer com exatidão suas necessidades e demandas reais. De duas aparentes platitudes, portanto, chegamos necessariamente à conclusão de que a informação sobre a população jovem é essencial à nossa atividade de parlamentares comprometidos com a Nação e com seu futuro.

A essa tarefa de, pelo fornecimento de dados e análises estatísticas, fazer-nos conhecer nossa população em geral e os jovens em particular, em seus potenciais, carências e sua tendência de crescimento ou decrescimento relativo ao todo da população, dedica-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da informação bruta obtida nos censos nacionais e nas Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (Pnad), esses dados e análises são postos em disponibilidade para todos os que se interessam pelo conhecimento da realidade demográfica do País.

É precisamente para os dados e análises contidos em uma publicação recente daquele órgão, chamada População jovem no Brasil, pertencente à série "Estudos e pesquisas", que desejo chamar a

atenção de meus Pares e do público em geral neste pronunciamento.

A primeira consideração a ser feita incide sobre a definição do que é a população chamada "jovem", para efeito desta pesquisa. Trata-se de questão controvertida: muitas possibilidades teóricas oferecem para esse recorte, conforme se avancem ou recuem, segundo critérios médicos, psicológicos, sociológicos ou de outra ordem, a idade mediana de passagem da infância para a adolescência – ou "juventude" – e a desta para a idade adulta. O IBGE optou, para o estudo dessa questão demográfica, pela camada de pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade, e é a ela que se referem todas as informações publicadas no trabalho a que me refiro.

Alguns marcos conceituais estão envolvidos nessa escolha. Em primeiro lugar, 14 anos é a idade mínima constitucional para o ingresso no mercado de trabalho; aos 16, o cidadão adquire o direito ao voto; a maioridade penal chega-lhe aos 18, a civil aos 21. Os 24 anos, por fim, constituem a idade-limite para os filhos capazes serem mencionados como dependentes de seus pais ou responsáveis nas declarações de Imposto de Renda. Essa faixa de idade, portanto, abrange os principais marcos de passagem da minoridade para a cidadania e capacidade plena das pessoas em nosso País.

Constatados esses marcos, torna-se claro que essa camada etária é a que, efetivamente, pressiona a economia para a criação de novos postos de trabalho, desde os que buscam o mercado de empregos uma vez concluído o 1º grau do ensino, até os que sóodemanda mapósotérmino de algum curso superior. Isso, porsi, já seria suficiente para nos obrigar a dirigir nossa atenção para essa gente. Em tempos de desemprego, esses jovens que, sem experiência de trabalho, buscam seu primeiro emprego, são provavelmente as pessoas que encontram maior dificuldade de colocação.

E não pode haver, Sras e Srs. Senadores, coisa socialmente mais danosa que a existência de uma legião de jovens que de se juntam sempre no setor formal da economia e não o conseguem. Na melhor das hipóteses, cairão no subemprego e na informalidade; na pior, o crime organizado está ali mesmo na esquina, de braços abertos para recebê-los.

Há, porém, dois outros aspectos socialmente muito relevantes a respeito dessa faixa etária. Em primeiro lugar, é nela, entre os indivíduos do sexo masculino, que se encontram as mais altas taxas de mortalidade por causas violentas – homicídios e acidentes

em geral. A criminalidade e a consequente inssegurança das periferias das grandes cidades é a grande causa desse verão de holocausto. Outro aspecto refere-se às moças: é essa faixa etária a que mais contribui para a taxa de fecundidade geral das mulheres brasileiras. É cada vez maior o número de adolescentes grávidas e de mães jovens, que, além de incidi rem em grande risco, vêm-se afinal forçadas a abandonar os estudos, o que haverá de agravar, certamente, suas dificuldades de entrada no mercado de trabalho em boa condição.

São dois problemas sociais da mais alta gravidade, que temos a responsabilidade de abordar, e a que temos a obrigação de dar solução. Esses jovens precisam de segurança, de uma educação que os capacite para um mercado competitivo de trabalho, de oportunidade real de emprego e de informação correta sobre sexualidade responsável e contracepção. Tudo isso cabe ao Estado, seja por prescrição legal, seja em face da desarticulação atual das estruturas familiares, às quais caberia, em princípio, essas informações de orientação comportamental. E esse Estado, Sras e Srs. Senadores, que precisa agir sobre esse quadro, nos inclui, como legisladores federais, responsáveis pelas leis e pelos orçamentos nacionais que orientarão a ação pública nos próximos anos.

O número de jovens aumentou, entre o censo de 1991 e a contagem populacional de 1996, à taxa de 1,7 por cento ao ano. Esse valor é aproximadamente igual ao do crescimento vegetativo de nossa população total, em contraste com a faixa populacional acima de 65 anos, que cresceu à taxa de 3,5 por cento ao ano e com a faixa populacional abaixo de 14, que cresceu à taxa de 0,6 por cento ao ano – negativas, portanto – no mesmo período. Os atuais jovens entre 15 e 24 anos, constata-se facilmente, representam a onda demográfica dos nascidos no período anterior à acentuada queda da taxa de natalidade verificada no Brasil a partir de 1980.

Essa população jovem é majoritariamente cidadina. Cerca de 79 por cento de seus integrantes residem em zona considerada urbana, segundo os critérios utilizados pelo IBGE. Registra-se, ainda, uma pequena maioria para o sexo feminino, com um índice de 99,2 rapazes para cada cem moças. Essa taxa, na verdade, cai de 100,1 na faixa entre 15 e 19 anos, para 98,2, na faixa entre 20 e 24 anos. Isso se deve ao fato mencionado anteriormente, de que nessa faixa etária é elevado o índice de mortes por causas violentas entre os indivíduos do sexo masculino.

Para se ter uma idéia mais exata, esse índice cai de cerca de 102, aos quinze anos, para cerca de 95, à idade de 25 anos, índice que se mantém estável até os 50 anos, quando torna a cair, pela maior incidência das doenças do sistema cardiovascular sobre a população masculina, a partir da meia-idade. Mas esse não é o assunto deste pronunciamento.

Grave mesmo, Srs e Srs. Senadores, é o que acontece entre os 15 e os 25 anos, faixa em que nenhum problema de saúde poderia explicar esse diferencial entre as mortalidades de homens e mulheres. Os números revelados pelo IBGE indicam que muita coisa precisa ser feita para conter essa sangria de nossos moços.

No que diz respeito ao que é certo, o IBGE registra, nessa faixa etária, um crescimento relativo da população considerada negra. De acordo com os dados dos censos, os jovens brancos eram 54,7 por cento em 1980 e caíram para 49,2 por cento em 1991; os negros, por sua vez, passaram de 44,8 para 50,5 por cento.

Esses números, entretanto, devem ser lidos com certa cautela. Se, por um lado, é certo que a taxa de fertilidade das mulheres negras vem se mantendo acima da taxa das brancas, é também verdade que se operou, nesse tempo, uma mudança de mentalidade, com forte estímulo cultural para a afirmação da negritude. Isso quer dizer que muitas pessoas de ascendência africana, mas de pele clara, podem estar se declarando negras agora, o que talvez não fizessem antes. De todo modo, parece estar havendo mesmo um "escurecimento" da população, sensível nos dados relativos aos jovens.

Se considerarmos a correlação usual entre renda no País, essa mudança pode estar expressando também um aumento da demanda relativa de educação e saúde públicas, utilizadas pela população mais pobre, com implicações evidentes para a política social.

Em termos espaciais, o Norte é a região que apresenta, de longe, a maior taxa de crescimento anual da população jovem, com o índice de 3,3 por cento ao ano. Mais abaixo vem o Centro-Oeste, com 2,2 por cento. Em torno da média nacional de 1,7 por cento ao ano estão o Sudeste, com 1,8 por cento, e o Nordeste, com 1,6 por cento. Em decrescimento relativo à média nacional está a Região Sul, com taxa de crescimento de 0,8 por cento ao ano.

O que se preende imediatamente dessa informação é que as Regiões Norte e Centro-Oeste devem receber atenção especial no que diz respeito a

políticas para os jovens. Nelas devem ser concentradas as ações públicas nesse sentido, mesmo que os valores absolutos da contagem da população jovem ainda sejam maiores no Sudeste. É nessas regiões que o crescimento desse contingente se faz explosivo, pressionando mais fortemente os serviços sociais a ele dirigidos, como escola, treinamento profissional e postos de trabalho para iniciantes.

Uma palavra final cabe ser dita a respeito das jovens dessa faixa etária. Do mesmo modo que as mulheres em geral, as jovens entraram no mercado de trabalho, conquistando espaços antes impensáveis. No entanto, muitas dessas conquistas limitam-se à letra da lei: políticas discriminatórias são ainda regra; a informalidade e o subemprego ainda atingem mais agudamente a parcela feminina da população jovem. Mesmo as que conseguem emprego no setor formal da economia, muitas vezes, recebem vencimentos inferiores aos dos homens da mesma faixa etária e na mesma função.

Não devemos nos esquecer, ademais, que a prostituição ainda é a única opção de trabalho para muitas.

Outro problema é a alta taxa de fecundidade constatada nessa faixa etária. Isso é preocupante sobretudo quando se considera o aumento do número de jovens grávidas e mães abaixo dos 19 e mesmo dos 15 anos. Isso significa uma demanda extraordinária sobre os serviços sociais de saúde dirigidos à maternidade e à infância, por constituir, muitas vezes, gestações de risco. Além disso, a gravidez e a maternidade nessas idades significam a perda de oportunidades de estudo, de melhoria da qualificação profissional e até de colocação no mercado de trabalho formal, não somente porque este se torna cada vez mais exigente quanto à capacitação dos trabalhadores, mas também porque muitas empresas discriminam as mulheres com filhos.

Esse segmento demanda das autoridades nacionais, estaduais e municipais a imposição do cumprimento da lei nos casos, por exemplo, de empregadores que se recusem a observá-la. O direito das mães à disponibilidade de creches para seus filhos, por exemplo, deve ser observado, tanto pelo poder público ou organizações comunitárias, quanto pelas empresas com grande número de empregados.

Essas são apenas algumas das considerações inspiradas pela leitura da publicação do IBGE e que eu gostaria de trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores. O futuro do Brasil – nunca é demais repeti-lo – depende daquilo que formos capazes de oferecer aos

jovens. Das suas possibilidades de desenvolvimento pessoal.

Com o futuro de uma Nação não se brinca, Senhoras e Senhores! Nossos filhos e netos estarão aqui amanhã para louvar nossos acertos e lamentar nossos equívocos. É portanto, de certa forma, em nosso benefício que devemos cuidar de dar-lhes o melhor que pudermos. A História será um juiz implacável.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho, mais uma vez, ocupar lugar nesta tribuna para externar preocupação com o teor de matérias veiculadas no **Correio Braziliense**, nas edições de ontem e de hoje, relativas a uma técnica que promete revolução e desafia a ética da ciência: a clonagem humana.

O periódico publicou entrevista com os cientistas Panayotis Zavos e Severino Antinori, norte-americano e italiano respectivamente, que garantem que, em dois anos, em algum país mediterrâneo, irão clonar casais que não podem ter filhos nem pelas vias naturais nem por fertilização *in vitro*.

O Dr. Zavos é PhD em Reprodução Humana há 23 anos, pela Universidade de Minnesota, e possui mais de 500 artigos publicados nas revistas mais importantes da área de reprodução assistida; tem 30 anos de carreira e é o diretor clínico do Instituto de Andrologia da América, em Lexington, nos Estados Unidos.

O médico italiano Severino Antinori é um renomado especialista em reprodução humana e um dos pioneiros nas técnicas de fertilização *in vitro* – principalmente para tratamento de mulheres que estão na menopausa.

O médico norte-americano comunicou ao **Correio** que tem dez casais cadastrados com problemas de fertilidade que se apresentaram como voluntários para a experiência, e alegou que, mesmo sendo a clonagem humana uma técnica proibida em todo o mundo, já há grupos de pesquisadores tentando realizá-la na surdina. Sua proposta é de fazer clones sem impedimentos legais, atendendo a anseios de pessoas que querem ter seu próprio filho biológico sem ter que utilizar os óvulos ou o esperma alheio.

Os pesquisadores pretendem utilizar uma técnica parecida com a usada no processo de duplicação, em 1997, que resultou na ovelha Dolly.

O anúncio dividiu as opiniões dos especialistas em reprodução assistida e em bioética, porque exis-

tem inúmeras e inquietantes questões técnicas e éticas a serem respondidas nesse campo.

A primeira delas, por exemplo, reacende a polêmica sobre a idade dos seres duplicados. Eles teriam a idade celular da mãe ou do pai?

É necessário clonar um ser humano e produzir uma criança que terá os mesmos problemas genéticos do pai ou da mãe?

A revista **Nature Genetics** aponta que os experimentos precisam ainda ser aprofundados, a partir da avaliação da clonagem da ovelha Dolly. Os cientistas admitem que a clonagem pode gerar seres com malformações e riscos de morte prematura. A publicação indica, ainda, anomalias no funcionamento do coração e defeitos no sistema imunológico.

Há poucos meses, o Instituto Roslin, de Edimburgo, na Escócia, admitiu não ter feito nenhum progresso significativo na clonagem de animais desde o nascimento da ovelha Dolly. Mas nega estar abandonando as experiências, como noticiou a imprensa britânica, depois que um cientista que participou da criação de Dolly declarou à revista **Science** que a clonagem é “muito cara” e não há perspectivas de torná-la comercialmente viável.

Como a maioria das tentativas posteriores resultou em morte ou aberrações, a clonagem de tecidos humanos para fins terapêuticos ainda é um sonho. “No atual nível de conhecimento, a clonagem humana reprodutiva seria um crime”, diz a revista.

O Dr. Harry Griffin, diretor-científico-adjunto do Instituto Roslin, afirmou que, para gerar Dolly, foram necessários 400 ovos que resultaram em 277 embriões manipulados e apenas um deu certo. O pesquisador reconheceu que o índice de sucesso da clonagem de mamíferos é de cerca de 1%. Em outras palavras, foram necessárias 400 mortes para a obtenção de apenas um embrião clonado, conforme destaca a pesquisadora Mayana Zatz.

Embora outros mamíferos tenham sido clonados por diferentes laboratórios, as razões dos escassos sucessos ainda fogem ao domínio da ciência. Segundo o jornal inglês **The Observer**, isso levou diversos cientistas a abandonarem suas tentativas.

O professor Keith Campbell, da Universidade de Nottingham, na Inglaterra, que participou do projeto Dolly disse que, depois de Dolly, vários cientistas pensaram que em breve seria possível produzir clones em série. Descobriram, mais tarde, que o processo é muito mais complicado. Há inúmeras dúvidas, por exemplo, sobre os tipos de células a serem usadas e o ambiente mais adequado para desenvolvê-las.

jovens. Das suas possibilidades de desenvolvimento pessoal.

Com o futuro de uma Nação não se brinca, Senhoras e Senhores! Nossos filhos e netos estarão aqui amanhã para louvar nossos acertos e lamentar nossos equívocos. É portanto, de certa forma, em nosso benefício que devemos cuidar de dar-lhes o melhor que pudermos. A História será um juiz implacável.

Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, venho, mais uma vez, ocupar lugar nesta tribuna para externar preocupação com o teor de matérias veiculadas no **Correio Braziliense**, nas edições de ontem e de hoje, relativas a uma técnica que promete revolução e desafia a ética da ciência: a clonagem humana.

O periódico publicou entrevista com os cientistas Panayotis Zavos e Severino Antinori, norte-americano e italiano respectivamente, que garantem que, em dois anos, em algum país mediterrâneo, irão clonar casais que não podem ter filhos nem pelas vias naturais nem por fertilização *in vitro*.

O Dr. Zavos é PhD em Reprodução Humana há 23 anos, pela Universidade de Minnesota, e possui mais de 500 artigos publicados nas revistas mais importantes da área de reprodução assistida; tem 30 anos de carreira e é o diretor clínico do Instituto de Andrologia da América, em Lexington, nos Estados Unidos.

O médico italiano Severino Antinori é um renomado especialista em reprodução humana e um dos pioneiros nas técnicas de fertilização *in vitro* – principalmente para tratamento de mulheres que estão na menopausa.

O médico norte-americano comunicou ao **Correio** que tem dez casais cadastrados com problemas de fertilidade que se apresentaram como voluntários para a experiência, e alegou que, mesmo sendo a clonagem humana uma técnica proibida em todo o mundo, já há grupos de pesquisadores tentando realizá-la na surdina. Sua proposta é de fazer clones sem impedimentos legais, atendendo a anseios de pessoas que querem ter seu próprio filho biológico sem ter que utilizar os óvulos ou o esperma alheio.

Os pesquisadores pretendem utilizar uma técnica parecida com a usada no processo de duplicação, em 1997, que resultou na ovelha Dolly.

O anúncio dividiu as opiniões dos especialistas em reprodução assistida e em bioética, porque exis-

tem inúmeras e inquietantes questões técnicas e éticas a serem respondidas nesse campo.

A primeira delas, por exemplo, reacende a polêmica sobre a idade dos seres duplicados. Eles teriam a idade celular da mãe ou do pai?

É necessário clonar um ser humano e produzir uma criança que terá os mesmos problemas genéticos do pai ou da mãe?

A revista **Nature Genetics** aponta que os experimentos precisam ainda ser aprofundados, a partir da avaliação da clonagem da ovelha Dolly. Os cientistas admitem que a clonagem pode gerar seres com malformações e riscos de morte prematura. A publicação indica, ainda, anomalias no funcionamento do coração e defeitos no sistema imunológico.

Há poucos meses, o Instituto Roslin, de Edimburgo, na Escócia, admitiu não ter feito nenhum progresso significativo na clonagem de animais desde o nascimento da ovelha Dolly. Mas nega estar abandonando as experiências, como noticiou a imprensa britânica, depois que um cientista que participou da criação de Dolly declarou à revista **Science** que a clonagem é “muito cara” e não há perspectivas de torná-la comercialmente viável.

Como a maioria das tentativas posteriores resultou em morte ou aberrações, a clonagem de tecidos humanos para fins terapêuticos ainda é um sonho. “No atual nível de conhecimento, a clonagem humana reprodutiva seria um crime”, diz a revista.

O Dr. Harry Griffin, diretor-científico-adjunto do Instituto Roslin, afirmou que, para gerar Dolly, foram necessários 400 ovos que resultaram em 277 embriões manipulados e apenas um deu certo. O pesquisador reconheceu que o índice de sucesso da clonagem de mamíferos é de cerca de 1%. Em outras palavras, foram necessárias 400 mortes para a obtenção de apenas um embrião clonado, conforme destaca a pesquisadora Mayana Zatz.

Embora outros mamíferos tenham sido clonados por diferentes laboratórios, as razões dos escassos sucessos ainda fogem ao domínio da ciência. Segundo o jornal inglês **The Observer**, isso levou diversos cientistas a abandonarem suas tentativas.

O professor Keith Campbell, da Universidade de Nottingham, na Inglaterra, que participou do projeto Dolly disse que, depois de Dolly, vários cientistas pensaram que em breve seria possível produzir clones em série. Descobriram, mais tarde, que o processo é muito mais complicado. Há inúmeras dúvidas, por exemplo, sobre os tipos de células a serem usadas e o ambiente mais adequado para desenvolvê-las.

Muitos animais morrem pouco depois do nascimento ou têm anormalidades. No caso de vacas, mais de 25% dos clones são exageradamente grandes. E simplesmente os cientistas não sabem por que isso acontece. Os interesses econômicos envolvidos nas pesquisas impedem que os cientistas se reúnam para discutir esses problemas, porque as empresas que financiam os projetos exigem sigilo e segurança.

Quanto à viabilidade comercial, o diretor do Instituto Roslin afirma que tudo depende do "tipo de aplicação" da tecnologia. Mas, se esse tipo de técnica fosse autorizada, criaria um mercado de US\$ 10 bilhões por ano. A PPL Therapeutics, empresa que financiou e detém os direitos sobre a tecnologia de Dolly, está certa de que é possível clonar porcos para produzir órgãos para seres humanos. Mas serão necessários pelo menos cinco anos para isso.

No ano passado, o Governo britânico, ao permitir as pesquisas de clonagem humana para uso médico, estimulou uma das mais polêmicas áreas da ciência, que é a produção de tecidos humanos sob medida.

Os benefícios são imensos, como chances de curar doenças como câncer, diabetes e mal de Alzheimer. Mas há um desafio colossal: decidir entre o direito à vida de embriões e o de pessoas doentes que lutam para não morrer.

No Brasil, a discussão está no início, mas os avanços dessa tecnologia não devem ser desprezados.

Cientistas acreditam que a própria clonagem perderá terreno para uma área ainda mais revolucionária: a transformação de células-tronco de adultos em qualquer tecido humano, ponto fim à disputa por embriões. Células-tronco são progenitoras de todas as células que existem no organismo. Há até pouco tempo pensava-se que só células-tronco de embriões originavam diferentes tecidos. Pesquisas recentes, todavia, mostraram que o mesmo é válido para as células de adultos, quando cultivadas num meio especial.

Mas há riscos. Um dos maiores desafios da ciência é descobrir como controlar as substâncias que fazem com que as células-tronco se transformem em células de tecidos específicos. Um passo em falso pode ter consequências desastrosas. Teoricamente, um erro pode levar, por exemplo, a células do cérebro a formar dentes. Já se sabe que isso acontece na natureza e não se pode arriscar que aconteça na cabeça dos pacientes. Certos problemas no início da gestação causam erros de diferenciação celular que fazem com que se desenvolva uma massa disforme de ossos, músculos, dentes e outros tecidos no lugar do

feto. É um problema chamado teratoma. Cerca de mil fatores de diferenciação celular já foram descobertos, porém devem existir mais de dez mil. E não basta saber quais são, é preciso saber como utilizá-los.

Para alguns cientistas, o uso de células-tronco do próprio adulto vai tornar a clonagem uma técnica do passado. Não será mais preciso usar embriões. A ciência começa a descobrir como transformar as células-tronco de pessoas adultas em diferentes tecidos do corpo. Companhias de pesquisa de ponta, como a Geron, já desistiram da clonagem de embriões e começaram a investir no estudo de células de adultos.

O emprego das células-tronco, como uma alternativa à clonagem, é apenas mais um exemplo dos inumeráveis pontos de discussão da matéria.

Quais as motivações por trás destas questões? Progresso da ciência? Amor à humanidade? Altruismo? Vaidade? Lucro? Ganância? Narcisismo? Auto-promoção? Medo da impermanência? O que mais poderíamos enumerar?

Na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não podemos nos furtar de conhecimentos que podem ser benéficos para a humanidade.

A matéria publicada no **Correio Braziliense** nos enche de preocupação porque os entrevistados não apontam para uma utopia distante. Ao contrário, denunciam pesquisas feitas na surdina, no campo in-controlável da Biotecnologia, e buscam aliados em países que possuem legislação favorável aos seus interesses.

Trago, mais uma vez, esta questão ao Senado porque sei que a ciência gera conhecimento, mas é nosso papel, enquanto legisladores, aprofundarmos uma reflexão crítica acerca dos limites para o uso desse conhecimento e da necessidade da proteção da sociedade contra o mau emprego da tecnologia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com o retorno dos trabalhos da CPI do Futebol e a proximidade da data final para que entre em vigor a Lei do Passe, vários temas ligados à Lei do Esporte voltam ao centro das atenções, provocando manifestações as mais diferenciadas. Algumas bem abalizadas, outras desinformadas e outras totalmente fora de sintonia com a realidade do esporte e do futebol brasileiro, o que causa algumas preocupações.

Leio nos jornais de hoje a iniciativa do ministro dos Esportes, Carlos Melles, de angariar o apoio do ex-ministro Pelé para a tese de ampliação do prazo de

Muitos animais morrem pouco depois do nascimento ou têm anormalidades. No caso de vacas, mais de 25% dos clones são exageradamente grandes. E simplesmente os cientistas não sabem por que isso acontece. Os interesses econômicos envolvidos nas pesquisas impedem que os cientistas se reúnam para discutir esses problemas, porque as empresas que financiam os projetos exigem sigilo e segurança.

Quanto à viabilidade comercial, o diretor do Instituto Roslin afirma que tudo depende do "tipo de aplicação" da tecnologia. Mas, se esse tipo de técnica fosse autorizada, criaria um mercado de US\$ 10 bilhões por ano. A PPL Therapeutics, empresa que financiou e detém os direitos sobre a tecnologia de Dolly, está certa de que é possível clonar porcos para produzir órgãos para seres humanos. Mas serão necessários pelo menos cinco anos para isso.

No ano passado, o Governo britânico, ao permitir as pesquisas de clonagem humana para uso médico, estimulou uma das mais polêmicas áreas da ciência, que é a produção de tecidos humanos sob medida.

Os benefícios são imensos, como chances de curar doenças como câncer, diabetes e mal de Alzheimer. Mas há um desafio colossal: decidir entre o direito à vida de embriões e o de pessoas doentes que lutam para não morrer.

No Brasil, a discussão está no início, mas os avanços dessa tecnologia não devem ser desprezados.

Cientistas acreditam que a própria clonagem perderá terreno para uma área ainda mais revolucionária: a transformação de células-tronco de adultos em qualquer tecido humano, ponto fim à disputa por embriões. Células-tronco são progenitoras de todas as células que existem no organismo. Há até pouco tempo pensava-se que só células-tronco de embriões originavam diferentes tecidos. Pesquisas recentes, todavia, mostraram que o mesmo é válido para as células de adultos, quando cultivadas num meio especial.

Mas há riscos. Um dos maiores desafios da ciência é descobrir como controlar as substâncias que fazem com que as células-tronco se transformem em células de tecidos específicos. Um passo em falso pode ter consequências desastrosas. Teoricamente, um erro pode levar, por exemplo, a células do cérebro a formar dentes. Já se sabe que isso acontece na natureza e não se pode arriscar que aconteça na cabeça dos pacientes. Certos problemas no início da gestação causam erros de diferenciação celular que fazem com que se desenvolva uma massa disforme de ossos, músculos, dentes e outros tecidos no lugar do

feto. É um problema chamado teratoma. Cerca de mil fatores de diferenciação celular já foram descobertos, porém devem existir mais de dez mil. E não basta saber quais são, é preciso saber como utilizá-los.

Para alguns cientistas, o uso de células-tronco do próprio adulto vai tornar a clonagem uma técnica do passado. Não será mais preciso usar embriões. A ciência começa a descobrir como transformar as células-tronco de pessoas adultas em diferentes tecidos do corpo. Companhias de pesquisa de ponta, como a Geron, já desistiram da clonagem de embriões e começaram a investir no estudo de células de adultos.

O emprego das células-tronco, como uma alternativa à clonagem, é apenas mais um exemplo dos inumeráveis pontos de discussão da matéria.

Quais as motivações por trás destas questões? Progresso da ciência? Amor à humanidade? Altruismo? Vaidade? Lucro? Ganância? Narcisismo? Auto-promoção? Medo da impermanência? O que mais poderíamos enumerar?

Na verdade, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, não podemos nos furtar de conhecimentos que podem ser benéficos para a humanidade.

A matéria publicada no **Correio Braziliense** nos enche de preocupação porque os entrevistados não apontam para uma utopia distante. Ao contrário, denunciam pesquisas feitas na surdina, no campo in-controlável da Biotecnologia, e buscam aliados em países que possuem legislação favorável aos seus interesses.

Trago, mais uma vez, esta questão ao Senado porque sei que a ciência gera conhecimento, mas é nosso papel, enquanto legisladores, aprofundarmos uma reflexão crítica acerca dos limites para o uso desse conhecimento e da necessidade da proteção da sociedade contra o mau emprego da tecnologia.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com o retorno dos trabalhos da CPI do Futebol e a proximidade da data final para que entre em vigor a Lei do Passe, vários temas ligados à Lei do Esporte voltam ao centro das atenções, provocando manifestações as mais diferenciadas. Algumas bem abalizadas, outras desinformadas e outras totalmente fora de sintonia com a realidade do esporte e do futebol brasileiro, o que causa algumas preocupações.

Leio nos jornais de hoje a iniciativa do ministro dos Esportes, Carlos Melles, de angariar o apoio do ex-ministro Pelé para a tese de ampliação do prazo de

adaptação dos clubes à Lei do Passe e do tempo mínimo de vigência do primeiro contrato.

Acho louvável a preocupação do ministro, embora, no primeiro ponto, eu concorde com a posição defendida por Pelé. A Lei do Passe foi promulgada em 1998. Os clubes tiveram três anos para se adaptarem. Se ainda não fizeram é porque não vão fazer nunca. Não tem cabimento um novo adiamento.

A Lei Pelé foi aprovada pelo Congresso há três anos. No capítulo concernente à questão do passe, foi referendada em julho do ano passado por uma nova comissão mista do Congresso. Seria no mínimo um casuísmo retardá-la uma vez mais em função de casos isolados de um ou outro clubes que se dizem prejudicados.

Não podemos ficar nesse eterno ir e vir, sob pena de ficarmos desmoralizados e o futebol continuar afundado em problemas. Se a lei tivesse sido aprovada de forma precipitada, tudo bem. Mas não. Ela foi exaustivamente discutida por congressistas e desportistas em duas ocasiões, chegando-se a mesma conclusão. A Lei do Passe é arcaica e promove o atraso no futebol, na medida em que não obriga os clubes a buscarem alternativas para se sustentarem, como, por exemplo, investindo na qualidade do espetáculo e na exploração da marca do clube. Precisa mesmo ser extinta, sem mais delongas.

Por outro lado, concordo com a vontade do ministro Melles em mudar o artigo da lei, estabelecendo um prazo maior para a vigência do primeiro contrato do atleta profissional. Mudança essa, é bom frisar, que já tinha sido proposta por nós no projeto de conversão da medida provisória do governo, em julho do ano passado. Propusemos aumentar de dois para quatro anos o prazo do primeiro contrato, mas este artigo foi vetado, de forma equivocada, pelo presidente Fernando Henrique.

Tanto foi uma decisão equivocada que o próprio ministro dos Esportes propõe agora esta mudança, que já poderia estar em vigor. Uma modificação importante, para que o clube formador do atleta tenha um mínimo de garantia e de aproveitamento sobre um atleta em que ele investiu e trabalhou para formar. Se não levarmos isso em consideração correremos o sério risco de vermos fechadas tantas escolinhas de futebol país afora, instituições que, além de revelarem craques, cumprem também um importante papel social. O próprio Pelé admite apoiar essa mudança, rejeitada pelo governo que, agora, felizmente, pensa em voltar atrás.

Mas esse assunto me leva a outro, levantado ontem pelo senador Geraldo Althoff, que tão bem vem relacionando a CPI do Futebol aqui no Senado. Preocupou-me a colocação do senador propondo novas alterações na Lei do Esporte.

Preocupou-me primeiro porque a Lei foi aprovada há pouco mais de seis meses. O Congresso Nacional trabalhou duramente, ouvi centenas de desportistas, dirigentes, cronistas e profissionais ligados ao setor. E fez uma lei, a meu ver, totalmente sintonizada com a realidade e as necessidades do desporto nacional.

Propor novas mudanças, que podiam ter sido apresentadas há seis meses, é atrair para o Congresso Nacional críticas assentadas em despreparo, desconhecimento do assunto e improvisação. As leis não podem ser mudadas todos os dias, em função de interesses de ocasião.

Fiquei preocupado também com o principal item aventado pelo senador Althoff: retomar a exigência de que todos os clubes se transformem em empresas. Trata-se de uma exigência tão absurda quanto querer que todas as empresas se transformem em clubes.

Além disso, mais do que o fim da lei do passe, esse artigo sim provocaria desemprego no setor, com o fechamento de milhares de clubes de futebol no interior do Brasil. Centenas deles não teriam a mínima condição de obedecer tal exigência. A grande maioria funciona em função do idealismo e da paixão de seus dirigentes e torcedores. Se querem possuir renda ou lucro. Pelo contrário, são quase todos deficitários e, repeti, sobrevivem com a ajuda de pessoas apaixonadas pelo futebol, desenvolvendo um grande trabalho social e de revelação de jogadores. Aí eu pergunto: como estruturas como essa vão conseguir manter-se como empresas? Simplesmente não vão conseguir.

Não encontra-se aí o foco das irregularidades no futebol. Pelo que a CPI tem apurado, elas estão centradas numa minoria de grandes clubes, cuja transformação em empresas também não resolveria o problema. Ou alguém acredita que a entrega desse patrimônio a grandes multinacionais que visam única e tão somente o lucro financeiro vá resultar em moralização? Claro que não. A prova disso está nítida nos recentes escândalos europeus de transferência de jogadores, passaportes falsos e tantos outros.

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores.

No ano passado, trabalhamos duro na elaboração de uma Lei do Esporte. Uma comissão mista do Senado e da Câmara debruçou-se sobre o tema por

mais de 100 dias. Ouvimos especialistas de todas as áreas, atletas, dirigentes, juristas. A nova lei ganhou repercussão positiva na maioria da crônica especializada do país, foi aprovada por unanimidade no Congresso e teve a sanção imediata do presidente, com poucos vetos. Um deles, que deverá ser revisto por iniciativa do próprio governo.

Mantivemos a base da Lei Pelé, mudando alguns pontos que a prática mostrou estarem em desacordo com a nossa realidade. Formulamos uma lei moderna, que estimula investimentos internacionais no esporte, sobre tudo no futebol, sem que isso implique em simplesmente entregar esse patrimônio nacional à ganância de investidores de outros países, que, pelo texto anterior, poderiam fazer do nosso futebol o que bem entendessem.

A exploração de marcas e patrocínios continua livre, sem nenhuma restrição. Os clubes, porém, devem continuar sob o comando de seus associados, que ficam com o poder para decidir o destino de suas agremiações. Essa foi uma tese apoiada por ampla maioria, pois permite a entrada de recursos sem que os interesses meramente comerciais venham a sobrepuxar o interesse esportivo.

Referendamos o fim da famigerada Lei do Passe, criando garantias para o clube formador do atleta, como a possibilidade de assinar o primeiro contrato e a preferência na renovação. Queríamos, inclusive, que o primeiro contrato tivesse quatro anos e não apenas dois, artigo que, como já disse, foi vetado pelo governo e deve agora ser revisto.

Recriamos o Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A existência de um tribunal superior, de caráter recursivo, evitará que problemas de ordem desportiva cheguem à Justiça Comum, evitando transtornos como o que tivemos no ano passado, que acabou resultando no fracasso que foi a Copa João Havelange.

Pela minha experiência de longos anos na área esportiva, tenho a convicção de que estalei espelha a vontade e o entendimento da maioria dos representantes do esporte nacional. Foi um projeto criado a partir da manifestação de todos os setores do desporto brasileiro, que tem todas as condições de ser um elemento protetor e impulsionador do nosso esporte. Um projeto consistente, que tem tudo para ser eficiente e duradouro.

Sempre fui avesso a radicalismos. E é claro que estou aberto a novas discussões. Acredito, no entanto, que propor mudanças estruturais numa lei aprovada há seis meses, com o respaldo obtido por ela, não seria uma boa coisa nem para o Congresso e muito menos para o esporte. Principalmente por que vejo nessa tentativa não um nobre interesse no desporto, mas o atendimento a interesses minoritários de ocasião.

O esporte brasileiro, bem como o Congresso Nacional, não podem se mover levados por interesses e modismos sazonais. Não é porque determinado clube de futebol ou um ou outro órgão de imprensa quer, que as leis devam ser indefinidamente modificadas. Até porque, daqui a pouco se rão esses os primeiros a nos criticar por adotarmos medidas impensadas e precipitadas.

De qualquer forma, devemos estar sempre abertos ao diálogo construtivo. Essa semana, estarei me encontrando com o ministro Carlos Melles para discutir essas questões.

Mas temos sempre que ter em mente, como objetivo principal e inarredável, o avanço do esporte e a imagem do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a gravidade dos problemas relativos à concentração da propriedade fundiária no Brasil é bem conhecida. Temos, ainda hoje, vastas extensões de terras inaproveitadas e um grande número de brasileiros que desejam viver da produção agropecuária mas não têm acesso à terra. As aspirações não realizadas desse segmento populacional geram graves tensões sociais, situação que se torna tanto mais preocupante na medida em que pode ser instrumentalizada com objetivos políticos.

A falta de oportunidades no campo acarreta, também, seriíssimas repercussões no meio urbano. Expulsas da zona rural, vagas de migrantes deslocam-se para as cidades em busca de emprego. Quase sempre com pouquíssima ou nenhuma qualificação, esses ex-agricultores praticamente não têm chance no disputado mercado de trabalho de nossos dias. Acabam, portanto, engrossando o cinturão de miséria, favelado em torno das cidades de médio e grande porte, aumentando a pressão por equipamen-

mais de 100 dias. Ouvimos especialistas de todas as áreas, atletas, dirigentes, juristas. A nova lei ganhou repercussão positiva na maioria da crônica especializada do país, foi aprovada por unanimidade no Congresso e teve a sanção imediata do presidente, com poucos vetos. Um deles, que deverá ser revisto por iniciativa do próprio governo.

Mantivemos a base da Lei Pelé, mudando alguns pontos que a prática mostrou estarem em desacordo com a nossa realidade. Formulamos uma lei moderna, que estimula investimentos internacionais no esporte, sobre tudo no futebol, sem que isso implique em simplesmente entregar esse patrimônio nacional à ganância de investidores de outros países, que, pelo texto anterior, poderiam fazer do nosso futebol o que bem entendessem.

A exploração de marcas e patrocínios continua livre, sem nenhuma restrição. Os clubes, porém, devem continuar sob o comando de seus associados, que ficam com o poder para decidir o destino de suas agremiações. Essa foi uma tese apoiada por ampla maioria, pois permite a entrada de recursos sem que os interesses meramente comerciais venham a sobrepuxar o interesse esportivo.

Referendamos o fim da famigerada Lei do Passe, criando garantias para o clube formador do atleta, como a possibilidade de assinar o primeiro contrato e a preferência na renovação. Queríamos, inclusive, que o primeiro contrato tivesse quatro anos e não apenas dois, artigo que, como já disse, foi vetado pelo governo e deve agora ser revisto.

Recriamos o Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A existência de um tribunal superior, de caráter recursivo, evitará que problemas de ordem desportiva cheguem à Justiça Comum, evitando transtornos como o que tivemos no ano passado, que acabou resultando no fracasso que foi a Copa João Havelange.

Pela minha experiência de longos anos na área esportiva, tenho a convicção de que esta lei espelha a vontade e o entendimento da maioria dos representantes do esporte nacional. Foi um projeto criado a partir da manifestação de todos os setores do desporto brasileiro, que tem todas as condições de ser um elemento protetor e impulsionador do nosso esporte. Um projeto consistente, que tem tudo para ser eficiente e duradouro.

Sempre fui avesso a radicalismos. E é claro que estou aberto a novas discussões. Acredito, no entanto, que propor mudanças estruturais numa lei aprovada há seis meses, com o respaldo obtido por ela, não seria uma boa coisa nem para o Congresso e muito menos para o esporte. Principalmente por que vejo nessa tentativa não um nobre interesse no desporto, mas o atendimento a interesses minoritários de ocasião.

O esporte brasileiro, bem como o Congresso Nacional, não podem se mover levados por interesses e modismos sazonais. Não é porque determinado clube de futebol ou um ou outro órgão de imprensa quer, que as leis devam ser indefinidamente modificadas. Até porque, daqui a pouco se rão esses os primeiros a nos criticar por adotarmos medidas impensadas e precipitadas.

De qualquer forma, devemos estar sempre abertos ao diálogo construtivo. Essa semana, estarei me encontrando com o ministro Carlos Melles para discutir essas questões.

Mas temos sempre que ter em mente, como objetivo principal e inarredável, o avanço do esporte e a imagem do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a gravidade dos problemas relativos à concentração da propriedade fundiária no Brasil é bem conhecida. Temos, ainda hoje, vastas extensões de terras inaproveitadas e um grande número de brasileiros que desejam viver da produção agropecuária mas não têm acesso à terra. As aspirações não realizadas desse segmento populacional geram graves tensões sociais, situação que se torna tanto mais preocupante na medida em que pode ser instrumentalizada com objetivos políticos.

A falta de oportunidades no campo acarreta, também, seriíssimas repercussões no meio urbano. Expulsas da zona rural, vagas de migrantes deslocam-se para as cidades em busca de emprego. Quase sempre com pouquíssima ou nenhuma qualificação, esses ex-agricultores praticamente não têm chance no disputado mercado de trabalho de nossos dias. Acabam, portanto, engrossando o cinturão de miséria, favelado em torno das cidades de médio e grande porte, aumentando a pressão por equipamen-

tos urbanos. Muitas vezes, a absoluta falta de perspectiva conduz os filhos desses migrantes à marginalidade criminosa, contribuindo para compor o quadro de alarmante insegurança em que todos vivemos.

Essa problemática, que pode ser observada nas mais diversas regiões do País, é vivida de forma particularmente aguda pelo Estado do Paraná, apesar da grande pujança da agricultura local, responsável pela maior produção de grãos do País. As mudanças estruturais da economia rural, associadas à política de estímulo à exportação de grãos em detrimento da produção de alimentos por pequenos proprietários, tornaram o Paraná palco daquele que tem sido nada mais, nada menos do que o mais intenso êxodo rural do mundo, no menor espaço de tempo.

Os números são, de fato, impressionantes, caracterizando uma verdadeira diáspora, identificada em estudos de instituições acadêmicas e órgãos governamentais de pesquisa. Só na década de 70, dois milhões, seiscentas e cinqüenta mil pessoas abandonaram o campo no Paraná. Quase um milhão e meio delas foram empurradas para as periferias das médias e grandes cidades do Estado, onde vivem em péssimas condições, sendo o restante jogado em direção às fronteiras agrícolas do Oeste do Brasil. E, apenas nas duas décadas e meia, entre 1970 e 1995, a população rural do Estado foi reduzida em mais de 50%, enquanto a população urbana quase triplicou. E, ainda mais estarrecedor: segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, de 1995 para 1996 o número de propriedades rurais caiu de 466 mil 397 para 371 mil 881! Um decréscimo superior a 20% em apenas um ano!

Um dos resultados desse processo foi a criação da figura do trabalhador rural volante, o chamado "bôia-fria", que migra nas entressafas à procura de trabalho e geralmente encaminha-se para centros urbanos. Privado de um rendimento regular a longo de todo o ano, o "bôia-fria" fica despojado de condições dignas de vida. Hoje, eles representam nada menos que 27% da população rural paranaense, um vasto segmento social que até recentemente não havia merecido um programa especial voltado às suas necessidades de cidadãos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, confrontado com esse gravíssimo problema social, o Governador Jaime Lerner, ao iniciar seu primeiro mandato,

em janeiro de 1995, lançou o Programa Vila Rural, que combina habitação e produção agrícola.

Partindo do entendimento de que é impossível dissociar os problemas urbanos dos problemas do campo, e de que é necessário atuar simultaneamente sobre os efeitos e as causas do processo migratório, começou-se a colocar em prática um programa em que assentamentos humanos estão associados a atividades econômicas, visando a assegurar terra, moradia, educação, sustento, trabalho e bem-estar à comunidade.

Ao evitar a dissociação entre os problemas urbanos e os rurais, o Poder Público garantiu condições para realizar um planejamento global que vincula moradia e trabalho para as famílias; geração de empregos e aquecimento das economias dos Municípios no setor da construção civil; e, ainda, localização ideal dos núcleos rurais em função do planejamento urbano de cada cidade em que se instala. Contribuindo para diminuir o êxodo rural, o Programa confere tempo às cidades para melhor responder às pressões por equipamentos urbanos.

O programa das Vilas Rurais caracteriza-se como uma reforma agrária moderna, eficaz e não traumática, ao proporcionar ao trabalhador rural e sua família, além de uma habitação e um pedaço de terra, um processo de reeducação e de valorização de sua dignidade humana.

Uma ampla variedade de cursos e treinamentos vêm sendo oferecidos nos Centros de Convivência Familiar instalados nas Vilas Rurais, objetivando capacitar as famílias não apenas para obterem maior produtividade agrícola, como também aumento de seus rendimentos, mediante o aprendizado de técnicas de transformação da sua produção. Além de alimentos, as Vilas Rurais vêm produzindo vassouras, chinelos, temperos e artesanatos de todo tipo, entre outros produtos. São resultados da transformação dos produtos primários, que garantem uma renda complementar às famílias. Na agricultura de subsistência e também para a venda de excedentes, são produzidoshortaliças, arroz, feijão, milho, ovos, carne suína, mandioca e outros alimentos.

A elevação dos padrões de consumo, juntamente com a melhoria da higiene e o abastecimento de água tratada, já se reflete em uma sensível me-

Ihora nos níveis de saúde dos moradores dos núcleos. Já como o objetivo de assegurar um mercado estável para a colocação dos produtos das Vilas Rurais, a coordenação agrícola e social do Programa trabalha para fechar a cadeia produtiva, estabelecendo acordos com agroindústrias e com o setor de comércio alimentício.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a implantação das Vilas Rurais pelo Governo do Paraná é feita em parceria com as prefeituras de Municípios onde mais intensamente manifesta-se o problema do êxodo rural. As Vilas criam um chão para que o trabalhador rural volte a ter suas raízes na terra, asseguram sustento para a família – garantindo trabalho durante todo o ano – e representam uma alternativa na qual a manutenção do homem no campo ocorre com respeito à sua dignidade.

Os lotes que compõem as Vilas Rurais são definidos e têm cerca de 5 mil metros quadrados, com um módulo de moradia inicial de 44 metros quadrados. A proposta é que o morador faça, com tempo e em medida de suas possibilidades e necessidades, ampliações de acordo com seu gosto pessoal, planejamento familiar e a cultura construtiva de cada região.

Nas Vilas Rurais, o trabalhador tem abrigo e trabalho, tendo todas as condições de trabalhar nas safras como diarista e de, nas entre-safras, cuidar de sua própria atividade, produzindo alimento para sua família e comercializando os excedentes. Para garantir seu sucesso nesse novo modo de vida, os trabalhadores e suas famílias recebem assistência técnica, treinamento para capacitação e insumos, mediante ações de que participam, principalmente, quatro Secretarias de Estado: Habitação; Agricultura e Abastecimento; Criança e Assuntos da Família; e Trabalho.

Uma aspecto que evidencia a inteligente formulação do Programa é o fato de que as Vilas Rurais, sempre que possível, ficam localizadas próximas a distritos rurais, aproveitando a infra-estrutura comercial, escolar e de saúde já existente, como forma de não sobrecarregar as prefeituras com a construção de novos equipamentos e também a fim de garantir trocas sociais na convivência com outros núcleos habitados. A implantação do programa orienta-se, prioritariamente, para regiões com grande concentração de mão-de-obra rural temporária, como o são as re-

giões produtoras de algodão e cana-de-açúcar, por exemplo.

As vantagens desse sistema de autogestão garantem a geração de empregos no mercado de trabalho de cada região, bem como o aquecimento das economias municipais com a venda de materiais de construção. Nos três primeiros anos de funcionamento do Programa Vila Rural, foram gerados 126 mil empregos na construção civil habitacional, e o aquecimento dos mercados locais de materiais ficou entre 20% e 30%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a iniciativa recebeu premiações, como as conferidas, em 1997, pelas Fundações Ford e Getúlio Vargas. Entre 300 projetos brasileiros de gestão pública e cidadania, o Programa Vila Rural foi premiado como um dos 20 melhores do País. As Vilas Rurais também foram consideradas pelo Programa Comunidade Solidária como um exemplo a ser seguido.

De fato, o Programa Vila Rural não representa apenas o primeiro projeto massivo de habitação rural do Brasil. Mais do que isso, ele aponta um caminho para qualquer Unidade da Federação que deseje revitalizar sua vocação agrícola, ao mesmo tempo em que busca a consolidação de novas alternativas econômicas e trabalha no sentido de assegurar uma convivência social mais harmoniosa, como via para o desenvolvimento e o bem-estar de sua população.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o processo de concentração fundiária no País aprofunda-se cada vez mais e vai alcançando proporções dramáticas, com repercussões gravíssimas não apenas para os excluídos do campo, mas também para a qualidade de vida nas cidades. É urgente que se faça algo antes que seja tarde. O Programa Vila Rural, ao associar assentamentos humanos e atividades produtivas, dentro de uma proposta economicamente racional, com cunho humanístico e democrático, aparece como uma excelente opção para o enfrentamento desse sério problema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM SEU PRONUNCIAMENTO:



*As Vilas
Rurais, um novo
horizonte*

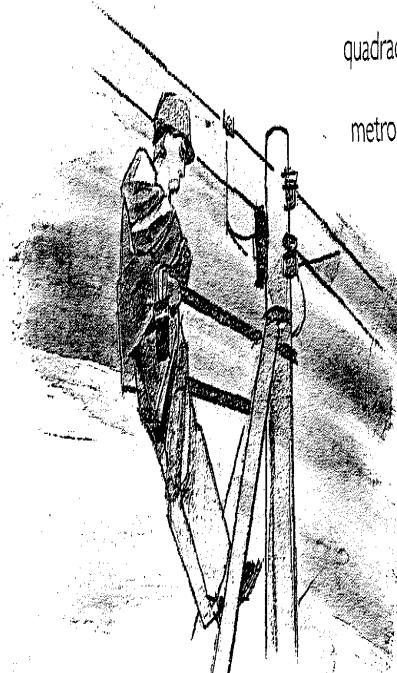
In a partnership with the municipalities where the rural exodus problem is a fact, the government of Paraná is implementing Rural Villages. They provide soil for migrant farmhands to once more take root, granting sustenance to their families, "holding" them in the fields with dignity and year-round work. The Rural Villages have defined lots averaging 5 thousand square meters and an initial 44 square meter house module, so that dwellers may eventually enlarge it according to their needs, tastes and regional usage.

In Rural Villages, families ensured shelter and work cultivate their land in the off-season. To guarantee the success of this new direction in life, workers and their families receive technical support, training and input, through multidisciplinary efforts that involve mainly four State Secretariats: Housing, Agriculture and Supply, Children and Family Affairs, and Labor. To qualify for the program, the head of the family must be 55 at most, having lived in the municipality for over three years, have no real property, and work as a temporary farmhand earning between one and three minimum wages. Rural Villages are built, on average, within six months.

apresentam lotes definidos em torno de 5.000 metros quadrados e com um módulo de moradia inicial de 44 metros quadrados, para que o morador faça, com tempo e na medida de suas necessidades, suas próprias ampliações, de acordo com seu gosto pessoal e costumes regionais.

Nas Vilas Rurais, as famílias, com abrigo e trabalho, plantam na sua terra nos períodos de entressafra. Para garantia do sucesso desse novo sentido de vida, os trabalhadores e suas

famílias recebem assistência técnica, treinamento para capacitação e insumos, através de ações multidisciplinares que envolvem principalmente quatro Secretariats de Estado: Habitação, Agricultura e Abastecimento, Criança e Assuntos da Família e Trabalho.



m parceria com as prefeituras de municípios onde o problema do êxodo rural existe, o governo do Paraná vem implantando as Vilas Rurais. Elas criam um chão para que o trabalhador rural volte a ter suas raízes na terra, asseguram sustento para a família, "seguram" com dignidade o homem no campo e garantem trabalho durante todo o ano. As Vilas Rurais

Para participar do programa, o chefe da família deve ter no máximo 55 anos, ser morador do município há mais de três anos, não ser proprietário de qualquer imóvel e exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais, tendo renda entre um e três salários mínimos. As Vilas Rurais são construídas, em média, em seis meses. A partir de sua ocupação, através de um contrato de comodato com a família selecionada, durante 30 meses é cobrada uma taxa de permanência para que o trabalhador tenha tempo suficiente para preparar sua terra, fazer a semeadura e colheita, consolidando o novo horizonte de vida. A partir desse prazo, desde que a família tenha se adaptado, é assinado um contrato de financiamento por 25 anos, com prestações que não devem ultrapassar 15% da renda familiar.



As Vilas Rurais, sempre que possível, ficam localizadas próximas a distritos rurais, aproveitando a infraestrutura existente, como escola, posto de saúde, comércio, para não sobrecarregar as prefeituras com a construção de novos equipamentos e também para garantir trocas sociais na convivência com outros núcleos habitados. O programa vem sendo implantado, preferencialmente, em regiões com grande concentração de mão-de-obra rural temporária, como são as regiões produtoras de algodão e cana-de-açúcar, por exemplo. Para participar do programa, a prefeitura interessada deve viabilizar a doação da área necessária, aprovada após estudos de viabilidade técnica e agrícola.

After being admitted, under a loan for use agreement, families pay a permanence fee for 30 months, so they have time enough to till the land, sow and harvest, within their new horizon. After that period, families that have adapted sign a 25-year credit agreement, to be repaid in installment not above 15% of the family income.

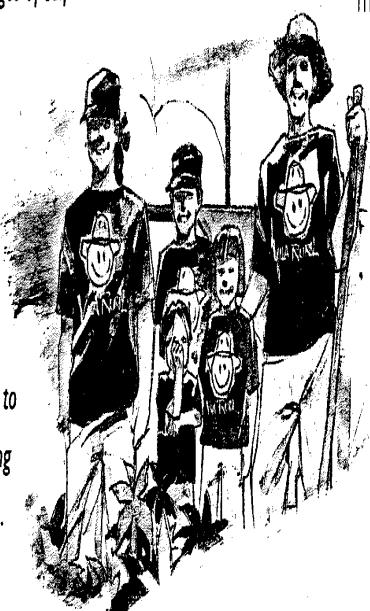
Rural Villages, whenever possible, are located close to rural districts, taking advantage of the existing infrastructure, such as schools, health care centers, and shops, so as not to overburden municipalities with the construction of new facilities, and also to ensure social exchange with other inhabited nuclei. The program is being implemented preferably in areas with a high concentration of temporary rural labor, as the cotton- and sugar cane-producing regions.

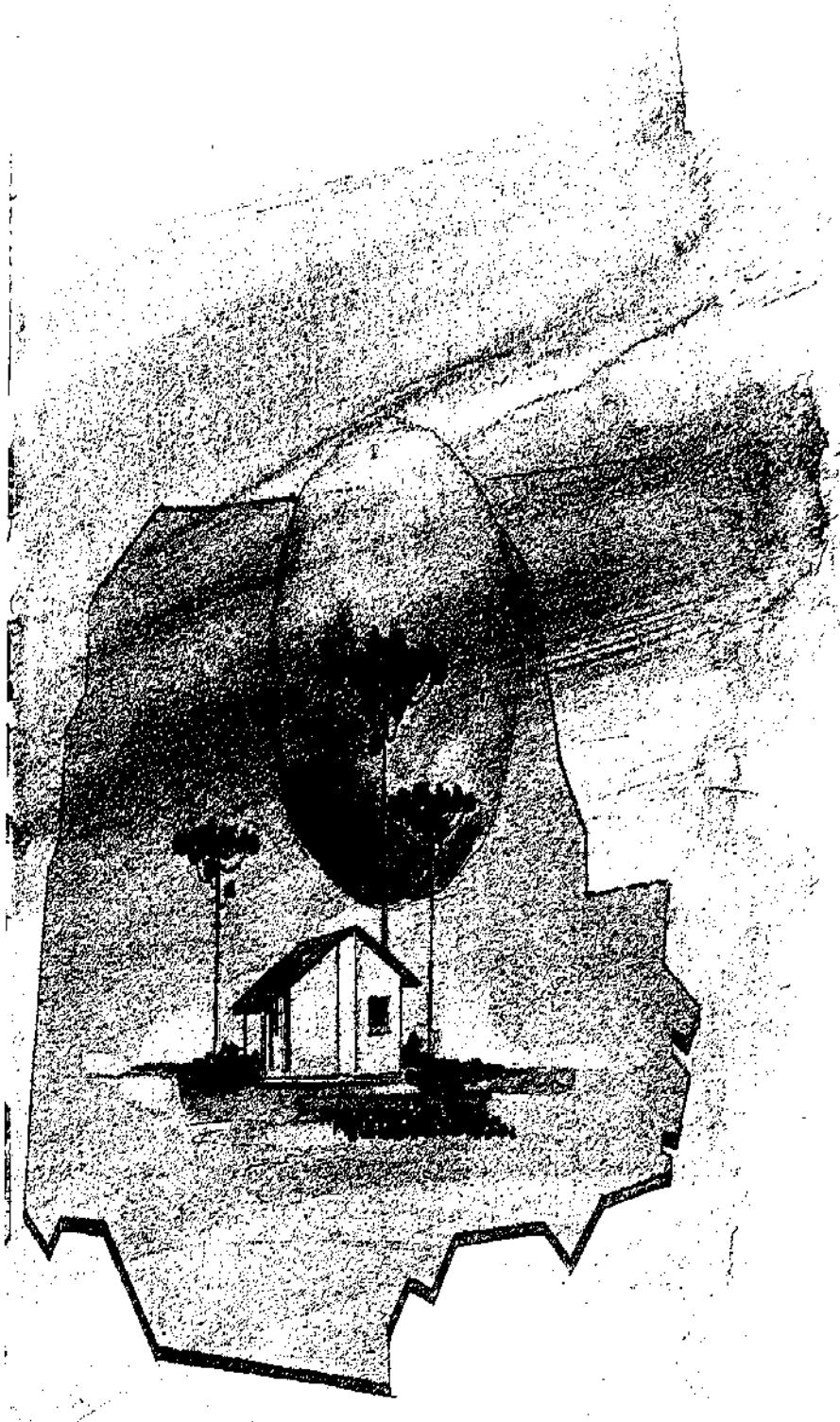
To participate in the program the municipality must grant the land needed, after approved by technical and agricultural feasibility studies. The purchase of the land is funded by the State Government by passing on to the municipality 75% of the land price, payable in 48 installments after a grace period of one year. The 25% balance corresponds to the State counterpart funds. Infrastructure works are provided by state agencies, such as CODAPAR (streets), COPEL (electricity) and SANEPAR (water and sewerage).

The municipality provides machinery and, when needed, labor. SEAB provides each Rural Village with a chicken coop and a shed to store tools and produce. Houses are built in the self-managed system, allowing future dwellers to define their own house. In this system, selected families know which lot and house will be theirs, because they are drawn before works start. Self-management is based on human nature, leading human beings to take better care of what they possess. Thus, future dwellers are entitled to choose their plot in the Rural Village area, as well as the plan of their choice. They may use the building material they like, buy it where convenient and employ the labor needed. The module alternative plans were devised to allow different locations and future additions in any direction of the plot. Other advantages of self management is job generation in each regional labor market, as well as the warming up of municipal economies with the sale of building materials. In three years, the Government of Paraná generated 126 thousand jobs in housing and a 20% to 30% warm-up of the local building materials markets.

A compra dessas áreas é financiada pelo governo do Estado, com 75% do valor da terra repassado ao município com um ano de carência, podendo ser amortizado em 48 prestações. O saldo de 25% corresponde à contrapartida do Estado. As obras de infra-estrutura são executadas por órgãos governamentais, como Codapar (arraamento), Copel (energia elétrica) e Sanepar (água e esgoto). A prefeitura apóia com máquinas e, quando necessário, com mão-de-obra. A Seab equipa cada lote da Vila Rural com um galinheiro e uma tulha para armazenamento de ferramentas e produção. As moradias são construídas pelo sistema de autogestão, com o objetivo de permitir que o futuro morador defina a sua casa.

Nesse sistema, a família selecionada sabe de antemão qual será seu lote e sua casa, pois o seu sorteio é a primeira providência antes do início das obras. A autogestão está baseada na natureza humana, que leva o ser humano a cuidar melhor do que é seu. Assim, o futuro morador tem o direito de escolher o seu terreno na área destinada à Vila Rural, bem como o projeto do seu agrado. Pode utilizar o material de construção que quiser, comprar onde preferir e utilizar a mão-de-obra de que necessitar. As alternativas de projetos dos módulos foram pensadas para permitir a sua variada localização, além de ampliações futuras em qualquer direção no terreno. Outras vantagens da autogestão são a geração de empregos no mercado de trabalho, de cada região, bem como o aquecimento das economias municipais com a venda de materiais de construção. Em três anos, o governo do Paraná gerou 126 mil empregos na construção civil da área de habitação e promoveu o aquecimento em 20% a 30% dos mercados locais de materiais.





O reconhecimento
e a certeza de
trilhar o melhor
caminho

Rural Villages were acknowledged as the main effort of the current administration in Paraná, after the implementation of automobile plants in the state, according to a poll of 40 thousand citizens. This acknowledgement is also shown by mayors, regional leaders, institutions and, above all, by those benefited by the program. This high level of satisfaction is mirrored in awards, as happened last year with Ford and Getúlio Vargas foundations. Among 300 Brazilian examples of public administration and citizenship programs, the Rural Villages program was chosen as one of the top 20 in the country. Rural Villages were also highlighted by the federal Supportive Communities program as an example to be followed. The program, by the way, points to a path Paraná believes to be the right one to maintain its agricultural vocation, consolidate new economic alternatives (a diversified, bold and competitive industrial park) and provide healthy living conditions so that its people may develop, in all senses. This is an example Paraná wants to have debated, analyzed, questioned and, if possible, adopted by all those who deem it viable in the short, medium and long term.

Before it is too late.

As Vilas Rurais também foram consideradas pelo programa federal das Comunidades Solidárias como um exemplo a ser seguido. O programa, aliás, indica um caminho que o Paraná acredita ser o certo para manter sua vocação agrícola, consolidar novas alternativas econômicas (um parque industrial diversificado, ousado e competitivo) e tornar sua convivência saudável para, sobretudo, buscar o desenvolvimento, em todos os sentidos, das pessoas que vivem em seu território. Um exemplo que o Paraná quer ver discutido, analisado, questionado e, se possível, adotado por todos aqueles que o entenderem viável, a curto, médio e longo prazo. Antes que seja tarde.

s Vilas Rurais foram reconhecidas como a principal ação da atual administração do Paraná depois da implantação da indústria automobilística no Estado, segundo pesquisa realizada com 40 mil paranaenses. É o reconhecimento demonstrado também por prefeitos, lideranças regionais, instituições, mas principalmente pelos beneficiados pelo programa. Este grau de satisfação tem-se refletido em premiações, como aconteceu no final do ano passado com as Fundações Ford e Getúlio Vargas.

Entre 300 exemplos brasileiros de gestão pública e cidadania, o programa das Vilas Rurais foi premiado como um dos 20 melhores do país.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Mais que sangue, esperança

JAIME LERNER

A PRIMEIRA obrigatoriedade de um religioso é com a verdade. E o Evangelho diz que "só a verdade vos libertará".

Artigo publicado por Frei Betto, ontem, nesta Folha, atribuiu a mim responsabilidade pelo lamentável assassinato do militante Sebastião de Maia, ocorrido no último dia 21 de novembro, durante a terceira invasão patrocinada pelo MST na fazenda Água da Prata, em Querência do Norte (PR). O autor fala em 16 vítimas de um "regime de terror implantado na zona rural do Paraná, desde 1995". A afirmação é absolutamente falsa. Pior que a crítica é a estatística equivocada.

O governo do Estado tem buscado incessantemente o diálogo para a solução dos problemas agrários, frequentemente atuando como mediador entre as partes envolvidas. Assim, a parceria com o Incra e com o governo federal assegurou, desde 1995, o assentamento de 11.570 famílias no Paraná, em 205.000 hectares de terra — 74% de tudo o que se fez no Estado desde o início do programa de reforma agrária, há 14 anos.

Apenas no ano passado foram assentadas 3.046 famílias, em 65 projetos do Incra. Neste ano, mais 1.200 famílias receberam terra para trabalhar. Outras 500 receberam títulos de posse definitiva e 2.545 foram beneficiadas com eletrificação rural.

De outro lado, o Banco da Terra viabilizou o assentamento de 349 famílias e deve liberar amanhã verba para atendimento de mais 959 famílias inscritas no programa.

Com o programa Vila Rural, o governo do Estado promove o atendimento a um segmento até então esquecido, os trabalhadores rurais volantes, os chamados "bóias-friás". Com essa iniciativa, já foram assentadas 11.322 famílias desde 1995, em 301 vilas rurais. Outras 94 vilas estão em construção ou sendo projetadas, e vão atender mais 3.952 famílias.

A estrutura fundiária do Paraná não é baseada no latifúndio. Ao contrário, das 369 mil áreas rurais cadastradas no Estado, 92% são pequenas propriedades, com até cem hectares de extensão. Outros 7% possuem entre cem e mil hectares. Só 17 propriedades, todas produtivas, possuem mais de 10.000 hectares.

Sabemos que é preciso avançar mais na reforma agrária. Mas sabemos também que o caminho a ser trilhado deve ser balizado pelo respeito à lei. Nesse sentido, o cumprimento de ordens judiciais para reintegração de posse de propriedade tem recebido críticas por parte de lideranças do MST. Como se a lei desse ser ignorada. Neste ano, a Polícia Militar auxiliou o trabalho de oficiais de Justiça, garantindo-lhes a sua integridade no cumprimento do dever, na desocupação de 38 propriedades produtivas.

O assentamento de novas famílias e o cumprimento da lei na garantia do direito de propriedade fez com que o MST reduzisse o número de novas invasões no Estado. Até agora, foram dez invasões este ano, contra 64 ano passado.

Levantamento desta Folha, na semana passada, aponta que em 2000 foram registradas 12 mortes em conflitos en-



É preciso avançar na reforma agrária, mas o caminho a ser trilhado deve ser balizado pelo respeito à lei

volvendo sem-terra no país, dois casos no Paraná. Ambos, incluída a morte de Sebastião de Maia, estão sendo investigados em inquéritos policiais para os quais determinei formalmente ao secretário da Segurança Pública o máximo rigor na apuração, para a punição dos culpados.

Há vários inquéritos abertos pela Polícia Civil para esclarecer denúncias envolvendo sem-terra no Paraná. Um dos casos mais graves é a morte de uma família de dissidentes do MST, em Rio Bonito do Iguaçu, no centro-oeste do Paraná. No dia 12 de abril deste ano, o agricultor Aldenir Almeida de Souza, de 34 anos, a mulher dele, Noemi Marconsoni, 24, e os filhos Roni, 3, e Paulo Antônio, 5, foram mortos com tiros de espingarda e depois degolados. Militantes do MST foram detidos e são apontados como os principais suspeitos do crime.

Com relação à morte de Sebastião de Maia, as investigações desencadeadas pela Polícia Civil do Paraná, com a participação da Polícia Federal e do Ministério Público, estão encontrando dificuldades neste momento, pela falta de colaboração das testemunhas indicadas pelo MST. Tudo indica que o MST preferiu acobertar o assassino para lançar a culpa nos governos estadual e federal. É mais uma vez, o uso da técnica da victimização, com propósitos inconfessáveis.

Todos sabemos que só nos totalitarismos a falsidade das versões é mais forte do que a verdade dos fatos. Mais importante que jogar uns contra os outros é trazer o povo dentro de si.

Também tenho sede de justiça e quero uma reforma agrária eficiente. Tenho o sonho de ver a questão fundiária no Brasil despidas de máscaras e alucinações ideológicas, que só servem ao atraso. Tenho também a convicção de que esse sonho será concretizado, com respeito à lei e aos direitos das pessoas e, principalmente, com o triunfo da verdade sobre a mentira.

No Paraná, a verdade é que os programas de assentamento já garantiram, no meu governo, 24.200 novos proprietários rurais.

Jaime Lerner, 62, é governador do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando as Sras e os Srs. Senadores para a Primeira Reunião Preparatória da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Quintagésima Primeira Legislatura, a realizar-se amanhã, dia 14 do corrente, às 15 horas, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o biênio 2001/2002.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.)

**ATA DA 2ª REUNIÃO, REALIZADA
EM 2 DE JUNHO DE 2000**

(Publicada no DSF de 3 de junho de 2000)

RETIFICAÇÃO

À página nº 11.478, 1ª coluna, na Emenda nº 15-CAE, constante do Parecer nº 565, de 2000, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 646, de 1999 – Complementar,

Onde se lê:

Emenda nº 15-CAE

Art. 43. (...)

A ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim

como a ação de quebra de sigilo fiscal, bancário e de correspondência, só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove irregularidade fiscal." (NR)

.....
.....

Leia-se:

Emenda nº 16-CAE

Art. 43. (...)

A ação penal contra o contribuinte, pela eventual prática de crime contra a ordem tributária, assim como a ação de quebra de sigilo fiscal, bancário e de correspondência, só poderão ser propostas após o encerramento do processo administrativo que comprove a irregularidade fiscal." (NR)

.....
.....

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL, SENADOR
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

13-2-2001
Terça-feira

11h – Inauguração da sede do Programa Interlegis
Via N2 – Anexo E do Senado Federal
15h20 – Senhor Jaime Gama, Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal
15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.084-71, ADOTADA EM 25 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO REFERENTE AO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM E AO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDAS N.ºS
Deputado CLEMENTINO COELHO.....	016 017 018 019.

EMENDAS CONVALIDADAS: 015
EMENDAS ADICIONADAS: 004
TOTAL DE EMENDAS: 019



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.084-71

000016

DATA 31/01/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-71/01			
AUTOR DEPUTADO CLEMENTINO COELHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01/01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se à alínea "a" do inciso I do art. 16 do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, inserida pela Medida Provisória em epígrafe, a seguinte redação:

"Art. 16.

"I -

"a) a empresas brasileiras de navegação interior, cem por cento do valor do projeto aprovado, e a empresas brasileiras de navegação, até noventa por cento do valor do projeto aprovado:
....."

JUSTIFICAÇÃO

O fomento ao transporte hidroviário é da maior importância, pois contribuirá para reverter a atual matriz de transportes brasileira, que privilegia o transporte rodoviário, barateando os custos do transporte de carga no País.

ASSINATURA

100630-b

Serviço de Comissões Mistas

nº ____ de 49



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.084-71
000017

DATA 31/01/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-71/01			
AUTOR DEPUTADO CLEMENTINO COELHO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01/01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Suprime-se:

1) do § 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, conforme redação dada pela Medida Provisória em epígrafe, a expressão "exceto sobre cargas de granéis líquidos, transportadas no âmbito das regiões Norte e Nordeste".

2) o inciso III do art. 3º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, conforme redação dada pela Medida Provisória em epígrafe.

JUSTIFICAÇÃO

Não há porque excetuar o transporte de granéis líquidos, fundamentalmente combustíveis, do benefício da isenção do adicional de frete. Em primeiro lugar, trata-se favorecer a redução de preço de uma mercadoria que é da maior importância para o desenvolvimento de todos os setores da economia. Em segundo lugar, é uma maneira de fomentar o transporte hidroviário, evitando a concorrência predatória do transporte rodoviário. No caso do inciso III do art. 3º, a supressão deve ser feita apenas para fazer a conciliação o texto.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.084-71

000018

DATA 31/01/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-71/01			
AUTOR DEPUTADO CLEMENTINO COELHO			Nº PRONTUÁRIO	
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (x) ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 01/01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 16 do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, conforme redação dada pela Medida Provisória em epígrafe, o seguinte § 3º:

"Art. 16.

"§ 3º Os financiamentos concedidos a título de apoio financeiro reembolsável terão prazo de carência de amortização de 5 (cinco) anos, durante o qual incidirão juros remuneratórios de 3 (três) por cento ao ano."

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de importante incentivo à construção e ao reparo de embarcações, estimulando a indústria naval e a marinha mercante brasileiras.

ASSINATURA

100630-4

Serviço de Comunicações Mídias

nº _____	de 10
Pa	60



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.084-71

000019

DATA 31/01/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.084-71/01		
AUTOR DEPUTADO CLEMENTINO COELHO		Nº PRONTUÁRIO	
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 01/01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se à alínea "c" do inciso I do art. 16 do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, inserido pela Medida Provisória em epígrafe, o seguinte item 3:

"Art. 16.
 "I -
 "c)
"3. destinadas a empresas brasileiras de navegação interior, cem por cento do seu preço de venda;
 "....."

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo para a produção de embarcações destinadas a empresas brasileiras de navegação vai permitir incrementar a produção nacional e, em decorrência, a frota de embarcações empregadas no transporte fluvial. Isto certamente terá reflexos positivos no custo do transporte de cargas em nosso País, barateando o preço final dos produtos.

ASSINATURA

**EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº. 2.062-62, DE 26 DE JANEIRO DE 2001 E
PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO QUE “ALTERA A
LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

CONGRESSISTA

DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

EMENDAS NÚMEROS

006, 007, 008, 009, 010, 011, 012.

Emendas Apresentadas: 05

Emendas Adicionadas: 07

TOTAL DE EMENDAS: 12

REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 31/01/2001	Proposição Medida Provisória nº 2062-62, de 2001
Autor DEPUTADO MOREIRA FERREIRA	
nº do prontuário	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo 3º Parágrafo 1º, 2º e 3º
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Suprimam-se os parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 3º da MP 2062-62 de 27 de janeiro de 2001.

JUSTIFICATIVA

A supressão do parágrafo 1º impõe-se face sua flagrante constitucionalidade, por ferir frontalmente os Princípios Constitucionais da anterioridade fiscal e da anualidade a seguir transcritos:

"Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, do DF e aos Municípios:

III – cobrar tributos:

- a) *em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;*
- b) *no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;"*

Como o dispositivo que se propõe a supressão aumenta a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de royalties de qualquer natureza de 15% para 25% para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2001, e a Medida Provisória em análise foi editada em 27 de janeiro do presente exercício, é inquestionável sua constitucionalidade.

A supressão dos parágrafos 2º e 3º, ocorre em consequência da supressão do parágrafo 1º, por aqueles se referem a este.

PARLAMENTAR

Brasília, de janeiro de 2001.



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001Autor
DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo § 5º

Inciso III

Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprime-se o inciso III, do § 5º, do artigo 3º, da MP nº 2062-62 de 27 de janeiro de 2001.

JUSTIFICATIVA

A manutenção deste dispositivo não tem mais sentido, uma vez que a Política Governamental prevê a manutenção dos critérios e benefícios fiscais, atualmente estabelecidos na Lei 8.661/93 e suas alterações posteriores (incisos V e VI do art. 4º da Lei 8.661/93; e art. 2º da lei 9.532/97).

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de janeiro de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62
000008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001

Autor

DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo § 5º

Inciso II

Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao inciso II, do parágrafo 5º do artigo 3º da MP nº 2062-62 de 27 de janeiro de 2001, suprimindo-lhe a parte final:

"Art. 3º.....
.....
§ 5º.....
.....

II) será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores, relativas a royalties.

JUSTIFICATIVA

Propõe-se supressão da expressão "durante o periodo de realização do programa" por referir-se exclusivamente aos programas PDTI e PDTA, já que a intenção da política governamental é conceder o crédito a todas empresas indistintamente.

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de janeiro de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001Autor
DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página Artigo 3º Parágrafo § 4º Inciso Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o parágrafo 4º, do artigo 3º da MP 2062-62, de 27 de janeiro de 2001, atribuindo-lhe a seguinte redação:

"Art. 3º.....

.....
§ 4º. É concedido crédito incidente sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, aplicável às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas para o exterior a título de royalties de qualquer natureza."

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de garantir impacto tributário neutro com a instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativamente às importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título royalties de qualquer natureza, é concedido crédito incidente sobre a referida contribuição.

O aumento da carga tributária decorrente da criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, prevista na Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, ao elevar o custo do acesso à novas tecnologias, representaria um novo e importante obstáculo à capacidade competitiva do setor produtivo brasileiro.

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de janeiro de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62
000010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001

Autor

DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo § 5º

Inciso I

Alinéas a, b e c

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se às alíneas a, b e c do inciso I, do parágrafo 5º do art. 3º da MPV 2062-62, de 27 de janeiro de 2001, a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
§ 5º.....
I.....

a) **cem por cento**, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2003;

b) **setenta por cento**, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008;

c) **trinta por cento**, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.

JUSTIFICATIVA

A instituição de crédito de cem por cento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, no período de 1º de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2003, objetiva desonerar a aquisição de tecnologias.

A graduação do crédito, diminuindo-o ao longo do período previsto para a extinção de incentivos fiscais em 2013, visa adequar esta legislação à Política Governamental.

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de janeiro de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62

000011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001Autor
DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

- 1 Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo 3º

Parágrafo

Inciso

Alíneas

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Adicione-se ao “caput” do artigo 3º da MP 2062-62, de 27 de janeiro de 2001, a seguinte expressão: “..., de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica”, passando aquele dispositivo a contar com a seguinte redação:

“Art. 3º Fica reduzida para quinze por cento a alíquota do imposto de renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de royalties, de qualquer natureza, de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica.”

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 2.978/00, que deu origem à Lei nº 10.168/2000, na proposta originalmente formulado pelo Poder Executivo, com vistas a garantir impacto tributário neutro com a instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, previa a redução da alíquota do Imposto de Renda incidente na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas ao exterior a título de remuneração de serviços técnicos e de assistência técnica.

Esta emenda visa restabelecer aquela redação, com o objetivo de não elevar a carga tributária.

PARLAMENTAR

Brasília, de janeiro de 2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2062-62
000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data
31/01/2001Proposição
Medida Provisória nº 2062-62, de 2001

Autor

DEPUTADO MOREIRA FERREIRA

nº do prontuário

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página

Artigo

Caput

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se na MPV 2062-62 de 27 de janeiro de 2001, onde for cabível, o seguinte dispositivo:

"Art. O Comitê Gestor, coordenador das atividades do Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o apoio à inovação, criado pela Lei nº 10.168 de 29 de dezembro de 2000, deverá contar com representantes do governo, setor produtivo e do segmento acadêmico-científico."

JUSTIFICATIVA

Esta emenda supre a inadequação do modelo de gestão do Fundo Verde-Amarelo cujo objetivo é tornar mais integrada a atuação das universidades e das empresas no campo da produção tecnológica, enquanto a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, não prevê a participação de representantes do setor produtivo e do segmento acadêmico-científico na composição do Comitê Gestor.

PARLAMENTAR

Brasília, 31 de janeiro de 2001

ATA DE COMISSÃO

12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol, realizada em 13 de dezembro de 2000.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Seção Brasileira)

50ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (Instalação e Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto)

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, às dez horas e trinta e sete minutos, no Plenário do Senado Federal, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira), para eleição do Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto. O livro de presença registrou o comparecimento dos seguintes Senhores Senadores: José Sarney – Presidente do Senado Federal, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin e Emilia Fernandes, titulares; Pedro Simon e Benedita da Silva, suplentes; e dos Senhores Deputados: Paulo Bornhausen, Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; José Carlos Vieira, Yeda Crusius e Luiz Mainardi. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça e Osmar Dias, titulares; Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto e Rogério Silva, titulares; Antônio Ueno, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda o Senhor Hugo Napoleão e o Deputado Inocêncio Oliveira. Os trabalhos foram abertos pelo Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. O Senador Casildo Maldaner pediu explicações sobre os critérios adotados na constituição da chapa. O Presidente José Sarney, explicou que os critérios são proporcionalidade e os nomes indicados conforme acordo de lideranças, aproveitou o momento fazendo também um relato histórico do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) desde a assinatura do Tratado de Assunção em 26 de março de 1991, passou, em seguida, a presidência a deputado Franco Montoro, na qual lida de de o mais idoso membro da

Comissão. O Presidente José Sarney alegando que sua função já estava cumprida se retirou do Plenário. O Deputado Franco Montoro deu início ao processo de votação chamando primeiro os parlamentares titulares e em seguida os suplentes. Convidou o Senador Esperidião Amin e o Deputado Paulo Ritzel para servirem como escrutinadores. Fimda votação, foi constatada a coincidência entre o número de sobrecartas e o número de votantes – 13 (treze) no total. Procedida a apuração, o Presidente anunciou o seguinte resultado: para Presidente, Deputado Paulo Bornhausen; para Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner; para Secretário-Geral, Senador Lúdio Coelho e para Secretário-Geral Adjunto, Deputado Rogério Silva; todos foram eleitos com 13 (treze) votos, não houve votos em branco ou nulos. A seguir o Deputado Franco Montoro convidou o Deputado Paulo Bornhausen a assumir a presidência, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Paulo Bornhausen convidou os outros parlamentares eleitos para comporem a Mesa, declarando-os empossados. Convidou também para comporem a Mesa o Senador Hugo Napoleão, Líder do PFL no Senado Federal; o Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL na Câmara dos Deputados; o Deputado Franco Montoro, Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. O Presidente facultou a palavra aos presentes. Falou o Deputado Miguel Rossetto, que além de cumprimentar os membros eleitos apresentou sugestões para o trabalho da Comissão. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às onze horas e vinte e oito minutos, o Presidente encerrou os trabalhos informando que faria chegar aos congressistas a data da próxima reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para tratar de assuntos internos. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Casildo Maldaner, Secretário-Geral; Senador Lúdio Coelho e Senadora Emilia Fernandes, titulares; e os Deputados Luciano Pizzatto, Júlio Reckere, Dilceu

Sperafico, titulares; Elias Abrahão, Rivaldo Macari e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Gonzaga Patriota, Carlos Cardinal, Wilson Branco e Itamar Serpa. Após a leitura e discussão dos itens da pauta: 1 – Captação de sugestões para o funcionamento da Comissão; 2 – Elaboração da agenda de atividades para 1995; 3 – Outros assuntos de interesse da Comissão; dentro deste item foram abordados os seguintes temas: – a) Composição das Subcomissões, – b) Preparação para a Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta, a realizar-se em Assunção, Paraguai, de acordo com a Resolução Nº 9/94. O Deputado Júlio Redecker propôs a constituição de uma Comissão Especial da Seção Brasileira para análise das Constituições Nacionais dos Países Membros do Mercosul, com vistas à identificação dos pontos a serem harmonizados. Após leitura e discussão a proposição foi aprovada. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: os Senadores Casildo Maldaner, Lúdio Coelho, Joel de Holanda e Emilia Fernandes; e os Deputados Elias Abrahão, Carlos Cardinal, Rivaldo Macari e Júlio Redecker. O Presidente, Deputado Paulo Bornhausen, procedeu a leitura de dois ofícios: 1 – da Liderança do PPR, indicando o Deputado Júlio Redecker como membro titular para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta, em substituição ao Deputado Rogério Silva. 2 – do Senador Casildo Maldaner, comunicando a desistência do cargo de Vice-Presidente da Comissão e ao mesmo tempo, conforme combinado com a Liderança do PMDB, indicando o nome do Senador José Fogaça para o cargo. Em vista desses novos fatos o Presidente às quinze horas e trinta e três minutos encerrou a reunião, convocando imediatamente uma reunião extraordinária para eleição dos cargos de Vice-Presidente e Secretário-Geral Adjunto. Nada mais havendo a tratar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

3ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA)

Aos trinta dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e cinco, às quinze horas e trinta e cinco minutos, no Plenário nº 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira) reuniu-se, em caráter extraordinário, para eleição dos cargos de Vice-Presidente e Secretário-Geral Adjunto, em razão de terem ficado vagos após a desistência do cargo de Vice-Presidente pelo Senador Casildo Maldaner e da indicação, pela Liderança do PPR, do Deputado Júlio Redecker, como titular, para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em substituição ao Deputado Rogério Silva, que ocupava o cargo de Secretário-Geral Adjunto. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; os Senadores Casildo Maldaner e Lúdio Coelho e a senadora Emilia Fernandes, titulares; os Deputados Luciano Pizzatto, Júlio Redecker e Dilceu Sperafico, titulares; Elias Abrahão, Rivaldo Macari e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes deputados: Gonzaga Patriota, Carlos Cardinal, Wilson Branco e Itamar Serpa. O Presidente submeteu ao Plenário a escolha dos nomes do Senador José Fogaça e do Deputado Júlio Redecker para ocupar os cargos de Vice-Presidente e Secretário-Geral Adjunto, respectivamente, o que foi aprovado unanimemente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

4ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e cinco, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, no Plenário nº 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta

do Mercosul (Seção Brasileira), tendo como convidado palestrante o Senhor Oavaldo Moreira Douat, Diretor do Conselho de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria, Diretor do Conselho Industrial do Mercosul e Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que expôs sobre "As perspectivas da Indústria Brasileira no Mercosul". Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Paulo Bornhausen, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; e Dilceu Sperafico, titular; José Carlos Vieira, Elias Abrahão e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro, Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Compareceram ainda os seguintes Deputados: Luiz Gushiken, Cunha Lima, Itamar Serpa, Pedro Wilsone, Paulo Bauer. O Presidente Paulo Bornhausen iniciou a reunião fazendo um breve apresentação do convidado, em seguida, passou a palavra ao mesmo que após a sua exposição foi interpellado pelos seguintes Deputados: Elias Abrahão, Dilceu Sperafico e Júlio Redecker. Terminados os debates sobre o tema exposto pelo palestrante, passou-se à discussão sobre a formação das Subcomissões, conforme escolha feita previamente pelos Parlamentares. Foram então constituídas duas Subcomissões: a de Assuntos Comerciais composta pelo Senador Joel de Holanda e pelo Deputado Paulo Ritzel; a de Assuntos Culturais composta pelo Senador Elias Abrahão. O Deputado Paulo Bornhausen na qualidade de Presidente submeteu à apreciação da Comissão uma proposta que dispõe sobre a instituição da Presidência de Honra da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, sugerindo o nome do Senador José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, para preencher este cargo, o que foi aprovado unanimemente. Naquele momento fizeram uso da palavra os Deputados Júlio Redecker e Elias Abrahão. Solicitou ainda aos Parlamentares a sugestão de temas para futuras discussões na Comissão. Nada mais havendo a tratar, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente encerrou a reunião, agradeceu a presença e a contribuição do palestrante, Dr. Osvaldo Moreira Douat, bem como a presença dos representantes do Itamaraty que parti-

ciparam da reunião: Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães e Secretário Haroldo Ribeiro. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

5ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e sete dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário nº 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), tendo como convidado o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores que proferiu palestra sobre "Os novos Desenvolvimento do Mercosul, a partir de janeiro de 1995". Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; o Senador Joel de Holanda, suplente; e os Deputados: Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro, Dilceu Sperafico, Miguel Rossetto, titulares; José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, Yeda Crusius e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto e Júlio Redecker, titulares; Antônio Ueno, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Cunha Bueno, Silas Brasileiro, Wilson Branco e Luiz Gushiken. Após a exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Franco Montoro, José Carlos Vieira, Valdir Collato, Paulo Ritzel, Wilson Branco, Elias Abrahão, Joel de Holanda e Wilson Branco. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às quinze horas e trinta e cinco minutos, o Presidente encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

6ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário nº 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira), tendo como convidado palestrante o Embaixador José Botafogo Gonçalves, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, do Ministério das Relações Exteriores que fez uma exposição sobre os resultados da VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Assunção, República do Paraguai, nos dias 4 e 5 do corrente. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; os Senadores Casildo Maldaner, titular; e Joel de Holanda, suplente; os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; e Luiz Mainardi, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, titular; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti, e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Roberto Fontes, Delfim Neto, João Coser, Hugo Lagranha, Simara Ellery e Hugo Biehl, Jaime Martins Filho, Roberto Campos, Ricardo Gomyde, Adelson Salvador, Nelson Marchezan, Maria Elvira, Augusto Viveiros, Zullete Cobra. Após a exposição do palestrante, deu-se início aos debates e fizaram uso da palavra os seguintes parlamentares: Paulo Ritzel, Miguel Rossetto, Delfim Neto, Casildo Maldaner, Franco Montoro, Nelson Marchezan e Júlio Redecker. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às dezesseis horas e vinte minutos, o Presidente encerrou os trabalhos, agradeceu a presença de todos, inclusive a participação dos Ministros Renato Luis Rodrigues Marques e Carlos Alberto Simas Magalhães do Ministério das Relações Exteriores. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen Presidente.

7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos trinta dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, às nove horas e quinze minutos horas, no Plenário nº 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário Geral; os Senadores Romero Jucá e Emilia Fernandes, titulares; e Joel de Holanda, suplente; e os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Franco Montoro e Miguel Rossetto, titulares; Yeda Crusius, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Esperidião Amin, e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e o Deputados Luciano Pizzatto, Júlio Redecker e Dilceu Sperafico, titulares; Antonio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, João Pizzolatti, Augustinho Freitas e Luiz Mainardi, suplentes. Esteve presente ainda o Dr. Fernando Gasparian, Diretor Executivo do Parlamento Latino-Americano. O Presidente Deputado Paulo Bornhausen presidiu a reunião e iniciou os trabalhos procedendo a leitura da pauta da qual constavam os seguintes itens: 1 – Avaliação da Vª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar Conjunta realizada em Assunção nos dias 2 a 5 de agosto de 1996. 2 – Composição das Subcomissões da Seção Brasileira da CPC à luz do Regimento Interno aprovado na Reunião de Assunção em agosto/96. 3 – Apreciação do Projeto Preliminar do Regimento Interno da Seção Brasileira da CPC. Foi distribuído o Calendário de Atividades da Seção Brasileira da CPC para o segundo semestre de 1995. Durante os debates usaram a palavra os seguintes parlamentares: os Senadores Lúdio Coelho, Emilia Fernandes e Joel de Holanda; e os Deputados Valdir Colatto, Miguel Rossetto, Franco Montoro e Paulo Ritzel. Antes de encerrar a reunião o Presidente, Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a presença do Doutor Fernando Gasparian facultando-lhe a palavra, o qual para colocar a Sede do Parlamento, instalada em São Paulo, à disposição da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul para realização de suas reuniões. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às dez horas e cinqüenta minutos, o Presidente encerrou os trabalhos, agradeceu a presença de todos, inclusive a participação dos Ministros Renato Luis Rodrigues Marques e Carlos Alberto Simas Magalhães do Ministério das Relações

Exteriores. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, às nove horas e vinte minutos, no Plenário nº 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir a Palestra do Dr. Juan Manuel Quirós, Coordenador Executivo da Comissão Interna para Assuntos do Mercosul da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, sobre “As novas oportunidades para a indústria do Mercosul”. Bem como para votar o Regimento Interno da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta, e colher sugestões para o cumprimento da Agenda de Atividades prevista para o segundo semestre de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário Geral; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Emilia Fernandes, titular; Joel de Holanda e Geraldo Melo, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Franco Montoro e Dilceu Sperafico, titulares; Elias Abrahão, Yeda Crusius, e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos; os Deputados Valdir Colatto e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Rivaldo Macari, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes parlamentares: Roberto Fontes, Wilson Branco, Betinho Rosado e Paes de Andrade. O Presidente Deputado Paulo Bornhausen iniciou a Reunião apresentando o palestrante, Dr. Juan Manuel Quirós. Antes de dar a palavra ao convidado passou à votação do Regimento Interno da Seção Brasileira da CPC. Após breves considerações feitas pelo Deputado Paulo Bornhausen, iniciou-se o processo de votação, do Regimento Interno, o qual foi aprovado unanimemente. A respeito das sugestões para o cumprimento das atividades previstas para o segundo semestre de 1996, falaram o Presidente Deputado Paulo Bornhausen, Senador Lúdio Coelho e o Deputado Paulo Ritzel. Em seguida

foi dada a palavra ao Dr. Juan Manuel Quirós que discorreu sobre a posição da indústria no Mercosul. Após a palestra o debate foi aberto e dele participaram os seguintes parlamentares: Senadores: Lúdio Coelho, Joel de Holanda, Romero Jucá e Geraldo Melo e Deputados: Paulo Ritzel e Franco Montoro. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às onze horas e cinquenta minutos, o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

50ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Casildo Maldaner, titular; e os Deputados Paulo Ritzel e Dilceu Sperafico, titulares; Deputada Yeda Crusius, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Valdir Colatto, Franco Montoro, Júlio Redecker e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, João Pizzolatti, Augustinho Freitas e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda: Deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), representando o Deputado Gilney Viana, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputada Marta Suplicy (PT-SP); Deputado José Coimbra (PTB-SP); Deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA). Palestrantes: Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor e Nelson Faria Lins d' Albuquerque Jr., Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Convidados especiais: Deputado José Luis Cuevas, representante da Seção Paraguaia da Comissão Parlamentar Conjunta, Deputado José Carlos Cardoso, representante da Seção Uruguai da Comissão Parlamentar Conjunta e o Se-

Exteriores. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, às nove horas e vinte minutos, no Plenário nº 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir a Palestra do Dr. Juan Manuel Quirós, Coordenador Executivo da Comissão Interna para Assuntos do Mercosul da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, sobre “As novas oportunidades para a indústria do Mercosul”. Bem como para votar o Regimento Interno da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta, e colher sugestões para o cumprimento da Agenda de Atividades prevista para o segundo semestre de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário Geral; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Emilia Fernandes, titular; Joel de Holanda e Geraldo Melo, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Franco Montoro e Dilceu Sperafico, titulares; Elias Abrahão, Yeda Crusius, e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos; os Deputados Valdir Colatto e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Rivaldo Macari, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes parlamentares: Roberto Fontes, Wilson Branco, Betinho Rosado e Paes de Andrade. O Presidente Deputado Paulo Bornhausen iniciou a Reunião apresentando o palestrante, Dr. Juan Manuel Quirós. Antes de dar a palavra ao convidado passou à votação do Regimento Interno da Seção Brasileira da CPC. Após breves considerações feitas pelo Deputado Paulo Bornhausen, iniciou-se o processo de votação, do Regimento Interno, o qual foi aprovado unanimemente. A respeito das sugestões para o cumprimento das atividades previstas para o segundo semestre de 1996, falaram o Presidente Deputado Paulo Bornhausen, Senador Lúdio Coelho e o Deputado Paulo Ritzel. Em seguida

foi dada a palavra ao Dr. Juan Manuel Quirós que discorreu sobre a posição da indústria no Mercosul. Após a palestra o debate foi aberto e dele participaram os seguintes parlamentares: Senadores: Lúdio Coelho, Joel de Holanda, Romero Jucá e Geraldo Melo e Deputados: Paulo Ritzel e Franco Montoro. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às onze horas e cinquenta minutos, o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

50ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Casildo Maldaner, titular; e os Deputados Paulo Ritzel e Dilceu Sperafico, titulares; Deputada Yeda Crusius, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Valdir Colatto, Franco Montoro, Júlio Redecker e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, João Pizzolatti, Augustinho Freitas e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda: Deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), representando o Deputado Gilney Viana, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputada Marta Suplicy (PT-SP); Deputado José Coimbra (PTB-SP); Deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA). Palestrantes: Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor e Nelson Faria Lins d' Albuquerque Jr., Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Convidados especiais: Deputado José Luis Cuevas, representante da Seção Paraguaia da Comissão Parlamentar Conjunta, Deputado José Carlos Cardoso, representante da Seção Uruguai da Comissão Parlamentar Conjunta e o Se-

cretário Michel Arslanian, representando o Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães, Chefe da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores. Abertura pelo Deputado Paulo Bornhausen apresentando e convidando a Deputada Laura Carneiro, Deputado José Luis Cuevas, Deputado José Carlos Cardoso, Senhora Marilena Lazzarini, Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e o Secretário Michel Arslanian para fazerem parte da mesa, passando a palavra à Deputada Laura Carneiro. Em seguida foram proferidas palestras pelo Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e pela Senhora Marilena Lazzarini, usaram também a palavra os demais componentes da mesa que fizeram pequenos pronunciamentos. Às dezessete horas deu-se início à segunda fase da reunião passando-se ao debate do tema, sendo os seguintes os debatedores: Deputada Laura Carneiro, Deputado José Carlos Cardoso, Deputado José Luis Cuevas, Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e Senhora Marilena Lazzarini. Participaram ainda do debate: Cláudia Lima Marques, Diretora da Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Políticas e Direito do Consumidor e Aneli Dacas Franzmann, funcionária da Representação do Estado de Santa Catarina em Brasília. O Deputado Paulo Bornhausen encerrou a reunião às dezessete horas e dez minutos, agradecendo a presença de todos. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, às dez horas e trinta e cinco minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para preparar a VIIIª Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que se fará realizar na cidade de San Luis-Argentina, nos dias 23 a 25 de junho de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Emilia Fernandes, titular; os Deputados Paulo Ritzel e Valdir Colatto, titulares; Luiz Mainardi, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaca, Lúdio Coelho, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romeo Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Ho-

landa, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos; os Deputados Luciano Pizzatto, Franco Montoro, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes parlamentares: Antônio Carlos Pannunzio, Mauro Lopes, Marta Suplicy, Luiz Gushiken, Moreira Franco e Renato Johnsson. A reunião contou ainda com a presença dos seguintes convidados especiais da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores: Conselheiro Paulo Bosi, Subchefe; Secretário Haroldo Ribeiro, Assessor e Luciano Mazza de Andrade, Assessor. O Presidente da Comissão, Deputado Paulo Bornhausen, iniciou os trabalhos colocando em votação as atas das oito reuniões ocorridas no ano de 1995 e da 1ª reunião de 1996. Dispensada a leitura das mesmas, a pedido da Senadora Emilia Fernandes, foram unanimemente aprovadas. Em seguida colocou-se em votação os convênios de cooperação técnica firmados entre a Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta e as seguintes entidades: Caixa Econômica Federal, Instituto Brasil Século XXI, Instituto Friedrich Naumann, Universidade Latino-americana do Caribe, Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto. Aprovados. O Deputado Paulo Bornhausen comunicou também que a Seção Argentina da Comissão Parlamentar Conjunta, que neste semestre está exercendo a Presidência *Pro Tempore* da Comissão, tendo como seu presidente o Deputado Fernando Lahoz, assinou ontem em Bruxelas uma Declaração Conjunta de Cooperação entre a Comissão Parlamentar Conjunta e a Delegação para as Relações com os Países da América do Sul do Parlamento Europeu, representada pelo seu Presidente o Eurodeputado Gerardo Galeote Quecedo. Dando continuidade à reunião o Deputado Paulo Bornhausen convidou os representantes do Itamaraty para comporem a Mesa a fim de iniciar a discussão sobre os itens constantes da pauta que são os seguintes: a) Incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados-Membros do Mercosul; b) Institucionalização de um Tribunal Arbitral Permanente do Mercosul como sistema de solução de controvérsias; c) Estabelecer mecanismos de comunicação e diálogo entre a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul; d) Relações do Mercosul com os distintos esquemas de integração

da Comunidade Internacional; e) Leide Segurança de Fronteiras e problemáticas fronteiriças; f) Problemática da Ciudad del Este e g) Acompanhamento da evolução das negociações do GMC a respeito dos projetos de regulamentos sobre antidumping e salvaguardas. Estes itens foram abordados pelos representes do Itamaraty para os quais foi passada a palavra, em seguida iniciaram-se os debates e usaram da palavra os seguintes parlamentares: a Senadora Emilia Fernandes e os Deputados Paulo Bornhausen, Paulo Ritzel, Júlio Redecker, Moreira Franco e Mauro Lopes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às doze horas e cinco minutos, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo aos representantes do Itamaraty, comunicando que a Comissão irá se reunir em San Luiz-Argentina, nos dias 23 a 25 do mês corrente, ocasião na qual o Brasil estará assumindo a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

3ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e seis, às quinze horas e vinte minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir o Embaixador José Botafogo Gonçalves, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores para ouvir a exposição sobre os temas em negociação no Mercosul. Constam também da pauta da reunião os seguintes itens: a) Aprovação do Projeto de Resolução Nº 3, de 1996-CN que "Dispõe sobre a representação brasileira na Comissão Parlamentar que Conjunta do Mercosul"; b) VIIIª Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta que será realizada em Fortaleza, nos dias 15 a 17 de dezembro do corrente; c) Acolhimento de sugestões para a Reunião de Fortaleza; d) Avaliação da Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta com a Mesa Diretora da Delegação para as Relações com os Países da América do Sul do Parlamento Europeu, ocorrida em Florianópolis, no dia 31 de outubro próximo passado. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; a Senadora Sandra Guide, titular; a Senadora Marluce Pinto, suplente; os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto, titulares. Deixaram de comparecer os seguintes Parlamentares: os Se-

nadores José Fogaça, Henrique Loyola, Vilson Kleinrubing, Romero Jucá, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Franco Montoro, Júlio Redeker, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Pedro Wilson, José Pimentel, Gonzaga Mota, Nedson Micheletti, Sandro Mabel, Maria Valadão, José Coimbra, Claudio Cajado, Nelson Meurer. Após a leitura da Pauta o Deputado Paulo Bornhausen passou a palavra ao Embaixador José Botafogo Gonçalves que depois de sua exposição solicitou ao Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães, Chefe da Divisão do Mercosul do Ministério da Relação e Exteriores que fizesse uma complementação de sua exposição. O Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a explanação dos representantes do Itamaraty e solicitou ao Deputado Paulo Ritzel que assumisse a presidência dos trabalhos pois precisou ausentar-se. O Deputado Paulo Ritzel abriu os debates colocando a palavra a disposição. Fizeram uso da palavra o Senhor Francisco Eugênio Arcanjo, Consultor Legislativo do Senado Federal; Deputada Maria Valadão e a Senadora Marluce Pinto. Neste momento o Deputado Paulo Bornhausen retomou a Presidência dos trabalhos passando novamente a palavra ao Embaixador Botafogo para as considerações finais. O Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a participação dos representantes do Itamaraty. Após as comunicações feitas sobre os ítems constantes da pauta, o Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, ficando a próxima reunião marcada para os dias 15 a 17 de dezembro do corrente na Cidade de Fortaleza-Ceará. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Seção Brasileira)

50ª LEGISLATURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mer-

Exteriores. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, às nove horas e vinte minutos, no Plenário nº 14 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir a Palestra do Dr. Juan Manuel Quirós, Coordenador Executivo da Comissão Interna para Assuntos do Mercosul da Federação das Indústrias de São Paulo – FIESP, sobre “As novas oportunidades para a indústria do Mercosul”. Bem como para votar o Regimento Interno da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta, e colher sugestões para o cumprimento da Agenda de Atividades prevista para o segundo semestre de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário Geral; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Emilia Fernandes, titular; Joel de Holanda e Geraldo Melo, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Franco Montoro e Dilceu Sperafico, titulares; Elias Abrahão, Yeda Crusius, e Luiz Mainardi, suplentes. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos; os Deputados Valdir Colatto e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Rivaldo Macari, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes parlamentares: Roberto Fontes, Wilson Branco, Betinho Rosado e Paes de Andrade. O Presidente Deputado Paulo Bornhausen iniciou a Reunião apresentando o palestrante, Dr. Juan Manuel Quirós. Antes de dar a palavra ao convidado passou à votação do Regimento Interno da Seção Brasileira da CPC. Após breves considerações feitas pelo Deputado Paulo Bornhausen, iniciou-se o processo de votação, do Regimento Interno, o qual foi aprovado unanimemente. A respeito das sugestões para o cumprimento das atividades previstas para o segundo semestre de 1996, falaram o Presidente Deputado Paulo Bornhausen, Senador Lúdio Coelho e o Deputado Paulo Ritzel. Em seguida

foi dada a palavra ao Dr. Juan Manuel Quirós que discorreu sobre a posição da indústria no Mercosul. Após a palestra o debate foi aberto e dele participaram os seguintes parlamentares: Senadores: Lúdio Coelho, Joel de Holanda, Romero Jucá e Geraldo Melo e Deputados: Paulo Ritzel e Franco Montoro. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às onze horas e cinquenta minutos, o Presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

50ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Aos vinte e oito dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e seis, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Casildo Maldaner, titular; e os Deputados Paulo Ritzel e Dilceu Sperafico, titulares; Deputada Yeda Crusius, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; e os Deputados Luciano Pizzatto, Valdir Colatto, Franco Montoro, Júlio Redecker e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, João Pizzolatti, Augustinho Freitas e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda: Deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), representando o Deputado Gilney Viana, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; Deputada Marta Suplicy (PT-SP); Deputado José Coimbra (PTB-SP); Deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA). Palestrantes: Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor e Nelson Faria Lins d' Albuquerque Jr., Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça. Convidados especiais: Deputado José Luis Cuevas, representante da Seção Paraguaia da Comissão Parlamentar Conjunta, Deputado José Carlos Cardoso, representante da Seção Uruguai da Comissão Parlamentar Conjunta e o Se-

cretário Michel Arslanian, representando o Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães, Chefe da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores. Abertura pelo Deputado Paulo Bornhausen apresentando e convidando a Deputada Laura Carneiro, Deputado José Luis Cuevas, Deputado José Carlos Cardoso, Senhora Marilena Lazzarini, Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e o Secretário Michel Arslanian para fazerem parte da mesa, passando a palavra à Deputada Laura Carneiro. Em seguida foram proferidas palestras pelo Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e pela Senhora Marilena Lazzarini, usaram também a palavra os demais componentes da mesa que fizeram pequenos pronunciamentos. Às dezessete horas deu-se início à segunda fase da reunião passando-se ao debate do tema, sendo os seguintes os debatedores: Deputada Laura Carneiro, Deputado José Carlos Cardoso, Deputado José Luis Cuevas, Senhor Nelson Faria Lins d'Albuquerque Jr. e Senhora Marilena Lazzarini. Participaram ainda do debate: Cláudia Lima Marques, Diretora da Secretaria-Geral do Instituto Brasileiro de Políticas e Direito do Consumidor e Aneli Dacas Franzmann, funcionária da Representação do Estado de Santa Catarina em Brasília. O Deputado Paulo Bornhausen encerrou a reunião às dezessete horas e dez minutos, agradecendo a presença de todos. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos treze dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e seis, às dez horas e trinta e cinco minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para preparar a VIIIª Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que se fará realizar na cidade de San Luis-Argentina, nos dias 23 a 25 de junho de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Emilia Fernandes, titular; os Deputados Paulo Ritzel e Valdir Colatto, titulares; Luiz Mainardi, suplente. Não estiveram presentes os Senadores José Fogaca, Lúdio Coelho, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romeo Jucá, Esperidião Amin e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Ho-

landa, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos; os Deputados Luciano Pizzatto, Franco Montoro, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Elias Abrahão, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Augustinho Freitas, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes parlamentares: Antônio Carlos Pannunzio, Mauro Lopes, Marta Suplicy, Luiz Gushiken, Moreira Franco e Renato Johnsson. A reunião contou ainda com a presença dos seguintes convidados especiais da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores: Conselheiro Paulo Bosi, Subchefe; Secretário Haroldo Ribeiro, Assessor e Luciano Mazza de Andrade, Assessor. O Presidente da Comissão, Deputado Paulo Bornhausen, iniciou os trabalhos colocando em votação as atas das oito reuniões ocorridas no ano de 1995 e da 1ª reunião de 1996. Dispensada a leitura das mesmas, a pedido da Senadora Emilia Fernandes, foram unanimemente aprovadas. Em seguida colocou-se em votação os convênios de cooperação técnica firmados entre a Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta e as seguintes entidades: Caixa Econômica Federal, Instituto Brasil Século XXI, Instituto Friedrich Naumann, Universidade Latino-americana do Caribe, Associação de Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto. Aprovados. O Deputado Paulo Bornhausen comunicou também que a Seção Argentina da Comissão Parlamentar Conjunta, que neste semestre está exercendo a Presidência *Pro Tempore* da Comissão, tendo como seu presidente o Deputado Fernando Lahoz, assinou ontem em Bruxelas uma Declaração Conjunta de Cooperação entre a Comissão Parlamentar Conjunta e a Delegação para as Relações com os Países da América do Sul do Parlamento Europeu, representada pelo seu Presidente o Eurodeputado Gerardo Galeote Quecedo. Dando continuidade à reunião o Deputado Paulo Bornhausen convidou os representantes do Itamaraty para comporem a Mesa a fim de iniciar a discussão sobre os itens constantes da pauta que são os seguintes: a) Incorporação das normas do Mercosul aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados-Membros do Mercosul; b) Institucionalização de um Tribunal Arbitral Permanente do Mercosul como sistema de solução de controvérsias; c) Estabelecer mecanismos de comunicação e diálogo entre a Comissão Parlamentar Conjunta e o Foro Consultivo Econômico e Social do Mercosul; d) Relações do Mercosul com os distintos esquemas de integração

da Comunidade Internacional; e) Leide Segurança de Fronteiras e problemáticas fronteiriças; f) Problemática da Ciudad del Este e g) Acompanhamento da evolução das negociações do GMC a respeito dos projetos de regulamentos sobre antidumping e salvaguardas. Estes itens foram abordados pelos representes do Itamaraty para os quais foi passada a palavra, em seguida iniciaram-se os debates e usaram da palavra os seguintes parlamentares: a Senadora Emilia Fernandes e os Deputados Paulo Bornhausen, Paulo Ritzel, Júlio Redecker, Moreira Franco e Mauro Lopes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às doze horas e cinco minutos, o Presidente encerrou a reunião, agradecendo aos representantes do Itamaraty, comunicando que a Comissão irá se reunir em San Luiz-Argentina, nos dias 23 a 25 do mês corrente, ocasião na qual o Brasil estará assumindo a Presidência *Pro Tempore* do Mercosul. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

3ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e seis, às quinze horas e vinte minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir o Embaixador José Botafogo Gonçalves, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores para ouvir a exposição sobre os temas em negociação no Mercosul. Constam também da pauta da reunião os seguintes itens: a) Aprovação do Projeto de Resolução Nº 3, de 1996-CN que "Dispõe sobre a representação brasileira na Comissão Parlamentar que Conjunta do Mercosul"; b) VIIIª Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta que será realizada em Fortaleza, nos dias 15 a 17 de dezembro do corrente; c) Acolhimento de sugestões para a Reunião de Fortaleza; d) Avaliação da Reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta com a Mesa Diretora da Delegação para as Relações com os Países da América do Sul do Parlamento Europeu, ocorrida em Florianópolis, no dia 31 de outubro próximo passado. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; a Senadora Sandra Guide, titular; a Senadora Marluce Pinto, suplente; os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto, titulares. Deixaram de comparecer os seguintes Parlamentares: os Se-

nadores José Fogaça, Henrique Loyola, Vilson Kleinrubing, Romero Jucá, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Franco Montoro, Júlio Redeker, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Rivaldo Macari, Yeda Crusius, João Pizzolatti e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Pedro Wilson, José Pimentel, Gonzaga Mota, Nedson Micheletti, Sandro Mabel, Maria Valadão, José Coimbra, Claudio Cajado, Nelson Meurer. Após a leitura da Pauta o Deputado Paulo Bornhausen passou a palavra ao Embaixador José Botafogo Gonçalves que depois de sua exposição solicitou ao Ministro Carlos Alberto Simas Magalhães, Chefe da Divisão do Mercosul do Ministério da Relação e Exteriores que fizesse uma complementação de sua exposição. O Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a explanação dos representantes do Itamaraty e solicitou ao Deputado Paulo Ritzel que assumisse a presidência dos trabalhos pois precisou ausentar-se. O Deputado Paulo Ritzel abriu os debates colocando a palavra a disposição. Fizeram uso da palavra o Senhor Francisco Eugênio Arcanjo, Consultor Legislativo do Senado Federal; Deputada Maria Valadão e a Senadora Marluce Pinto. Neste momento o Deputado Paulo Bornhausen retomou a Presidência dos trabalhos passando novamente a palavra ao Embaixador Botafogo para as considerações finais. O Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a participação dos representantes do Itamaraty. Após as comunicações feitas sobre os ítems constantes da pauta, o Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, ficando a próxima reunião marcada para os dias 15 a 17 de dezembro do corrente na Cidade de Fortaleza-Ceará. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Seção Brasileira)

50ª LEGISLATURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mer-

cosul (Seção Brasileira), para apreciação, discussão e votação do Relatório do Senador Lúdio Coelho ao PDS Nº 24/97, que "aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia", celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Fortaleza nos dias 16 e 17 de dezembro de 1996. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário-Geral; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; Senador Casildo Maldaner, titular; os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; Yeda Cruzius, suplente. Deixaram de comparecer os Senadores José Fogaça, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin, Emília Fernandes e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto e Franco Montoro, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, João Pizzolatti e Luiz Mainardi, suplentes. Compareceu ainda o Deputado José Carlos Aleluia. O Presidente, Deputado Paulo Bornhausen iniciou a Reunião colocando em votação a ata da Reunião Ordinária realizada em vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e seis, a qual após dispensa de leitura, foi aprovada unanimemente. O Deputado Miguel Rossetto pediu à Presidência informação a respeito do prazo de representação dos parlamentares nesta Comissão. O Deputado Paulo Bornhausen informou já ter falado sobre o assunto com a Presidência da Câmara tendo ficado acertado que a renovação dos membros da Comissão se dará provavelmente no próximo mês de maio. Em seguida passou a palavra ao Senador Lúdio Coelho para a leitura do relatório ao PSD 24/97. Após a leitura o Presidente agradeceu ao Relator e aproveitou para registrar o momento histórico, pois este foi o primeiro relatório apreciado pela Comissão após a Resolução nº 1, de 1996, do Congresso Nacional "que dispõe sobre a Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul", a qual no seu Artigo 2º, I, dá à Comissão a competência de "apresentar relatório sobre todas as matérias de interesse do Mercosul que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional". Em seguida passou a condução dos trabalhos da Reunião ao Deputado Júlio Redecker, para proceder a discussão e votação. Não havendo inscritos para a discussão, procedeu-se a votação do relatório, o qual foi aprovado unanimemente. O Presidente informou aos parlamentares que esta Comissão realizará uma Reunião de Audiência Pública no dia 2 de abril do cor-

rente, às 15:00 horas com a presença do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, que fará uma exposição sobre Mercosul, Alca e União Européia. Não havendo mais nada a tratar, às nove horas e quarenta e seis minutos, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

2ª REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Aos dois dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (Seção Brasileira), para ouvir o Embaixador José Botafoogo Gonçalves, Subsecretário-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior do Ministério das Relações Exteriores que fará exposição sobre os temas em negociação no Mercosul, esta reunião será, também, preparatória para a VIIIª Reunião Quadripartite da CPC, prevista para os dias 15 e 16 de dezembro do corrente, em Fortaleza-CE. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário Geral; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; os Deputados Luciano Pizzatto, Valdir Colatto e Dilceu Sperafico, titulares; Deixaram de comparecer os seguintes Parlamentares: os Senadores José Fogaça, Vice-Presidente; Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin, Emília Fernandes e Osmar Dias, titulares; Marluce Pinto, Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Paulo Ritzel, Franco Montoro, e Miguel Rossetto, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Yeda Cruzius, João Pizzolatti e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Severiano Alves, Edson Andrade, Luiz Gushiken, Ricardo Heráclio, Hélio Bicudo, Oscar Goldone, Zaire Rezende, Orcino Gonçalves, Zulaiê Cobra, Aracely de Paula, Paulo Lima, Maria Valadão, Marilú Guimarães, Augusto Nardes, Elias Murad, Joana D'Arc, Dalila Figueiredo, Confúcio Moura, Octávio Elísio, Moisés Benesby e Cláudio Chaves. O Presidente, Deputado Paulo Bornhausen, iniciou a Reunião e antes de passar a palavra ao palestrante, Embaixador Luis Felipe Lampreia, solicitou aos senhores parlamentares que fizessem a inscrição para os debates que se iniciariam após a exposição do Ministro das Relações Exteriores, informou também, que cada parlamentar ins-

crito teria o prazo de até três minutos para formular suas considerações ou pedido de esclarecimento, dispondo o expositor domesmo tempo para resposta. Após a palestra, o Deputado Paulo Bornhausen falou da alegria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul ao receber o Ministro Luis Felipe Lampreia, reafirmando, mais uma vez, o relacionamento harmônico do Poder Legislativo com o Executivo. Em seguida o debate foi aberto e dele participaram os seguintes Deputados: Luiz Guschiken, Cláudio Chaves, Confúcio Moura, Octávio Elísio, José Carlos Aleluia, Severiano Alves, Moisés Bennesby, Maria Valadão, Padre Roque, Augusto Nardes e Alceste Almeida. Não havendo mais inscritos para o debate o Embaixador Luis Felipe Lampreia, agradeceu a oportunidade de trocar idéias com os senhores parlamentares e afirmou estar o Itamaraty à disposição para esclarecer tudo o que for do interesse do Congresso Nacional. Antes de finalizar o Deputado Paulo Bornhausen agradeceu a presença da Coordenadora Regional do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Doutora Branca Moreira Alves, que veio trazer um convite a esta Comissão para participar do Segundo Seminário Mulher no MERCOSUL, que vai acontecer em São Paulo entre os dias 29 e 30, no Parlamento Latino-Americano. Esta Comissão se fará representar e agradece desde já o convite. Não havendo mais nada a tratar, às onze horas e cinco minutos, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, la vrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

50^a LEGISLATURA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

3^a REUNIÃO CONJUNTA (De Audiência Pública)

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte e cinco minutos, no Plenário nº 5 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniram-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio e a Comissão de Finanças e Tributação, com a presença dos seguintes convidados: Ministro José Alfredo Graça Lima, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, representando o Embaixador José Botafogo Gonçalves, da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração de Comércio Exterior do Mi-

nistério das Relações Exteriores, Doutor José Augusto Fernandes, Diretor-Executivo da Confederação Nacional da Indústria e Doutor Osvaldo Moreira Douat, Presidente do Conselho de Integração Internacional da Confederação Nacional da Indústria para uma Reunião Conjunta de Audiência Pública destinada a apreciar a marcha das negociações para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. Estiveram presentes: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente, Senador Lúdio Coelho, Secretário-Geral; a Senadora Marluce Pinto, titular; e os Deputados Valdir Colatto e Miguel Rossetto, suplentes. Deixaram de comparecer: os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amim, Emilia Fernandes, Osmar Dias, titulares; Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Paulo Ritzel, Franco Montoro, Júlio Redecker, Dilceu Sperafico, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, Yeda Crusius, João Pizzolatti, Luiz Mainardi, suplentes. Compareceram ainda os alguns deputados membros das Comissões que conjuntamente realizaram este evento. O Presidente, Deputado Rubem Medina, deu por abertos os trabalhos, cumprimentou a todos, e chamou para tomar assento à Mesa os Presidentes das Comissões: de Finanças e Tributação, Deputado Luiz Carlos Hauly; Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Paulo Bornhausen; de Agricultura e Política Rural, Deputado Hugo Biehl e os convidados acima citados. O Deputado Rubem Medina, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, autor do requerimento de realização desse evento, deu por aberto os trabalhos, e chamou para tomar assento à mesa os presidentes das Comissões: de Finanças e Tributação, Deputado Luiz Carlos Hauly; Parlamentar Conjunta do Mercosul, Deputado Paulo Bornhausen; de Agricultura e Política Rural, Deputado Hugo Biehl e os convidados acima citados. O Presidente, Deputado Rubem Medina, saudou os palestrantes e parlamentares presentes, destacando a importância da reunião. Após algumas considerações sobre o tema proposto para a reunião, o Presidente passou o microfone ao Deputado Paulo Bornhausen que parabenizou-o pela iniciativa da reunião, dirigiu algumas palavras aos presentes sobre a matéria e, finalizando, fez um apelo a todos para que se unissem, para que as negociações para a implantação da Área de Livre Comércio se resolvam, da melhor maneira possível, para nosso País, para os brasileiros. O Deputado Paulo Bornhausen pediu licença para ausentar-se e convidou o Senador Lúdio Coelho para ocupar o seu lugar à Mesa. O Presidente colocou o microfone à disposição do Ministro José Alfredo Graça Lima, seguindo-se os Senhores José Augusto Fernandes e Osvaldo Moreira Douat,

para prestar esclarecimentos sobre o tema para o qual foram convidados a discorrer, e, após o tempo estipulado, os Deputados inscritos: Lima Netto, Antonio Balhmann, Luiz Carlos Hauly, João Pizzolatti, Hugo Biehl, Francisco Horta, Luiz Gushiken e Germano Rigotto, fizeram suas interpelações. Encerramento: Antes de encerrar, o Presidente, Deputado Rubem Medina, agradeceu a presença de todos. O inteiro teor da reunião foi gravado, devendo ser transscrito e publicado, passando a fazer parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, às doze horas e cinquenta e cinco minutos, encerrou os trabalhos. E para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que será assinada pelo Presidente e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

4ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos sete dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas e oito minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Seção Brasileira), para apreciar, discutir e votar o Relatório do Deputado Júlio Redecker ao PDS 19/97, que “aprova o texto do acordo por troca de notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao art. 5º do acordo para construção da ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Argentina”. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Senador Lúdio Coelho, Secretário-Geral e Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; a Senadora Marluce Pinto, suplente; os Deputados Paulo Ritzel, Dilceu Sperafico e Miguel Rossetto, titulares; a Deputada Yeda Crusius e o Deputado Luiz Mainardi, suplentes. Deixaram de comparecer os seguintes Parlamentares: os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Esperidião Amin, Emilia Fernandes e Osmar Dias, titulares; Roberto Requião, Joel de Holanda, Júlio Campos, Geraldo Melo, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy e Lauro Campos, suplentes; os Deputados Luciano Pizzatto, Valdir Colatto e Franco Montoro, titulares; Antônio Ueno, José Carlos Vieira, e João Pizzolatti, suplentes. Havendo número regimental o Presidente, Deputado Paulo Bornhausen, declarou aberto os trabalhos da Reunião colocando em votação as atas das seguintes reuniões: Reunião Ordinária realizada em

vinte de maio de mil novecentos e noventa e sete e Reunião de Audiência Pública realizada em dois de abril de mil novecentos e noventa e sete. O Deputado Júlio Redecker solicitou a dispensa da leitura das referidas atas, o Plenário acatou a solicitação e o Presidente colocou as mesmas em votação. Aprovadas unanimemente. Em seguida passou-se a apreciação do Relatório do Deputado Júlio Redecker oferecido ao PDS N° 19/97, tendo sido solicitada a dispensa de leitura do mesmo pelo próprio relator, a solicitação foi aceita pelo Plenário, passando-se em seguida a votação. Aprovado unanimemente. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às quinze horas e dez minutos, o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

50ª LEGISLATURA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

5ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos dezenas de dias do mês de julho de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e quarenta e três minutos, no Plenário nº 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Secretário-Geral Adjunto; o Senador Joel de Hollanda, os Deputados Paulo Ritzel, Valdir Colatto e Miguel Rossetto, titulares; José Carlos Vieira, Luiz Mainardi e a Deputada Yeda Crusius, suplentes. Deixaram de comparecer os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Romero Jucá, Lúdio Coelho, Esperidião Amin, Osmar Dias e a Senadora Emilia Fernandes, titulares; Roberto Requião, Júlio Campos, Geraldo Melo, Eduardo Suplicy, Lauro Campos e as Senadoras Marluce Pinto e Benedita da Silva, suplentes. Havendo número regimental o Presidente deu por aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia sete de maio de mil novecentos e noventa e sete, aprovada unanimemente. Ordem Do Dia: Apresentação,

discussão e votação de Relatório, oferecido como subsídio, à Proposição distribuída à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução 1/96-CN. 1) Mensagem Presidencial nº 401/97, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais, entre os Governos da República Argentina, da República da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai," celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro de 1996. Relator: Deputado Júlio Redecker. Relatório: Favorável. Participaram da discussão os seguintes parlamentares: Deputado Miguel Rossetto e Senador Joel de Hollanda. Em votação, foi aprovado unanimemente o Relatório. Antes de encerrar a Reunião o Presidente, Deputado Paulo Bornhausen teceu algumas considerações sobre a eleição da nova Mesa Diretora, prevista para o mês de agosto, e também sobre uma agenda de trabalho para a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Paulo Bornhausen, Presidente.

6ª REUNIÃO (Eleição de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto)

Aos quatro dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, às nove horas e trinta minutos, no Plenário nº 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira), para eleição do Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto. O livro de presença registrou o comparecimento dos seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho e Senadora Emilia Fernandes, titulares; os Deputados Paulo Bornhausen, Júlio Redecker, Germano Rigotto, Celso Russomano, Miguel Rossetto, titulares; Confúcio Moura, Nelson Marchezan e Renato Jonhsson, suplentes. Deixaram de comparecer os Senadores José

Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e a Senadora Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin, suplentes; os Deputados Valdomiro Meger, Benito Gama, Robson Tuma e Luiz Mainardi, suplentes. Estiveram presentes ainda os seguintes Deputados: Valdir Colatto, Luiz Gushiken e a Deputada Marinha Raupp. O Deputado Paulo Bornhausen, na qualidade de o mais recente Presidente da Comissão, assumiu a condução dos trabalhos e declarou aberta a reunião destinada à eleição da Mesa Diretora da Comissão, na forma do art. 23 do Regimento Interno da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. O Deputado Celso Russomano pediu a palavra e sugeriu que a eleição fosse feita por aclamação, considerando que havia um acordo de lideranças quanto à formação da Mesa Diretora da Comissão. O Presidente da Reunião, Deputado Paulo Bornhausen, submeteu ao Plenário a sugestão do Deputado Celso Russomano, não houve objeção, passou-se então à leitura da chapa. Para Presidente, Senador Lúdio Coelho-PSDB, para Vice-Presidente, Deputado Júlio Redecker-PPB, para Secretário-Geral, Deputado Paulo Bornhausen-PFL e para Secretário-Geral Adjunto, Deputado Germano Rigotto-PMDB. Submetida ao Plenário, a chapa foi eleita unanimemente por aclamação. O Deputado Paulo Bornhausen despediu-se, agradeceu a todos e passou a presidência dos trabalhos ao Senador Lúdio Coelho, parabenizou-o, bem como aos demais membros eleitos para compor a Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Manifestaram-se também os Deputados Franco Montoro, Germano Rigotto, Júlio Redecker. Em seguida o Presidente, Senador Lúdio Coelho declarou empossados os outros membros da Mesa Diretora, agradeceu, pediu a colaboração de todos para o melhor desempenho das suas atribuições como Presidente da Comissão. Fez ainda uso da palavra o Deputado Celso Russomano. Encerramento: Não havendo mais quem quisesse se manifestar o Presidente, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos

dos integrarão esta Ata. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

7ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e três dias do mês de setembro de mil novecentos e noventa e sete, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Deputado Germano Rigotto, Secretário-Geral Adjunto; os Senadores: Waldeck Ornelas, titular e Joel de Hollanda, suplente; os Deputados José Carlos Aleluia, Titular; Confúcio Moura e Renato Jonhsson, suplentes. Deixaram de comparecer: os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Levy Dias, José Eduardo e a Senadora Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e a Senadora Emília Fernandes, suplentes; os Deputados Edison Andriano, Franco Montoro, Celso Russomano e Miguel Rossetto, titulares; Valdomiro Meger, Benito Gama, Robson Tuma, Nelson Marchezan e Luiz Mainardi, suplentes. ORDEM DO DIA: Apreciação, discussão e votação dos Relatórios, oferecidos como subsídio, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução 1/96-CN. 1) MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 744/97 – do Poder Executivo que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países Membros do Mercosul”, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. RELATOR: Deputado JÚLIO REDECKER. RELATÓRIO: Favorável. Em votação, aprovado. 2) MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 745/97 – do Poder Executivo que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul”, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. RELATOR: Deputado PAULO RITZEI. RELATÓRIO: Favorável. Em votação, aprovado. 3) MENSAGEM PRESIDENCIAL Nº 746/97 – do Poder Executivo que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul”, concluído em Fortaleza, em 16 de

dezembro de 1996. Relator: Senador Joel de Hollanda. Relatório: Favorável. Em votação, aprovado. Fizeram uso da palavra o Deputado Júlio Redecker e o Senador Waldeck Ornelas. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu e encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e um dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e sete, às onze horas e vinte minutos, na Sala da Presidência da Secretaria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sala T-24 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira), tendo como convidado o Secretário Celso Pereira, da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores. Participaram também o Senhor Diógenes Oliveira do Grupo de Estudo Técnicos do Itamaraty. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Deputado Germano Rigotto, Secretário-Geral Adjunto; Senador Waldeck Ornelas e Senadora Benedita da Silva, titulares; Emilia Fernandes, suplente; Deputado Edison Andriano; titular. Deixaram de comparecer os seguintes parlamentares: os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Levy Dias e José Eduardo, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira E Esperidião Amin, suplentes; os Deputados José Carlos Aleluia, Franco Montoro, Celso Russomano e Miguel Rossetto, titulares; Valdomiro Meger, Benito Gama, Confúcio Moura, Nelson Marchezan, Renato Jonhsson e Luiz Mainardi, suplentes. O Presidente, Senador Lúdio Coelho, iniciou a reunião dando a palavra ao Senhor Diógenes Oliveira para fazer sua exposição e em seguida ao Secretário Celso Pereira. Participaram dos debates os seguintes Parlamentares: o Senador Waldeck Ornelas e as Senadoras Emilia Fernandes e Benedita da Silva e os Deputados Germano Rigotto, Paulo Bornhausen e Júlio Redecker. O presidente confirmou que a Comissão fará outras reuniões com a presença do Itamaraty, pelo menos uma vez por mês, e em convocação extraordinária quando houver um assunto relevante. Agradeceu a presença dos representantes do

Itamaray , dos Parlamentares e da Imprensa. Nada mais havendo a tratar às doze horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e sete, às quinze horas, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Deputado Germano Rigotto, Secretário-Geral Adjunto; Senador Waldeck Ornelas, titular; Roberto Requião e a Senadora Emilia Fernandes, suplentes; os Deputados José Carlos Aleluia e Miguel Rossetto, titulares; e Nelson Marchezan, suplente. Esteve presente ainda o Deputado Pedro Wilson. Deixaram de comparecer os seguintes Parlamentares: os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Lúdio Coelho, Levy Dias, José Eduardo e a Senadora Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira e Esperidião Amin, suplentes; os Deputados Franco Montoro e Celso Russomano, titulares; Valdomiro Meger, Benito Gama, Confúcio Moura, Nelson Harter, Renato Jonhsson e Luiz Mainardi, suplentes. O Deputado Edison Andriño informou que não poderá participar de reuniões da Comissão durante o período de 23/11/97 a 07/12/97 pois estará viajando em Missão Oficial da Câmara dos Deputados no exterior. O Vice-Presidente, Deputado Júlio Redecker iniciou a Reunião dando conhecimento da correspondência do Deputado Werner Wanderer, solicitando que na próxima reunião quadripartite da Comissão seja incluída a proposta de tornar Curitiba capital do Paraná, capital financeira do Mercosul, o Deputado Miguel Rossetto sugeriu que o autor estivesse presente na próxima reunião da Comissão para justificar seu pleito; acusou também a correspondência do Deputado Édson Andriño, sugerindo a esta Comissão que realize um encontro com as associações e sindicatos de polícias federais para debaterem os temas: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de menores, mercado da prostituição e outros ilícitos. Em votação, aprovado. O Deputado Júlio Redecker fez um breve

relatório da reunião de integração da Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul com a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul da qual participou como representante da Presidência desta Comissão. Foi solicitado sugestão de temas com vista à elaboração de projetos de recomendação, que serão apresentados pela seção Brasileira na X Reunião Quadripartite da Comissão Parlamentar do Mercosul, nos dias 13 a 15 de dezembro de 1997 em Montevidéu-Uruguai. O Deputado Miguel Rossetto sugeriu a Presidência que quando da presença do Embaixador Renato Marques na reunião preparatória do dia 4 de dezembro, conte com seu informe, preferencialmente por escrito, o impacto das recentes medidas do Governo Federal em relação ao Mercosul, tanto no que se refere à TEC, a alterações na Tarifa Externa Comum, à fixação da taxa de embarque de 90 dólares, bem como um informe sobre a situação política do Paraguai. O Senhor Presidente alertou os Senhores Parlamentares da premente necessidade de se fazer cumprir o art. 4º da Resolução nº 1/96, do Congresso Nacional, pois até o presente momento a Comissão não dispõe de uma estrutura administrativa e que vem funcionando de forma improvisada, pois não possui os cargos e os serviços necessários para a realização de seus trabalhos. ORDEM DO DIA: Requerimento nº 01/97, do Deputado Nelson Marchezan, solicitando que seja realizada reunião de audiência pública para discutir a questão do tráfego aéreo dos aeroportos brasileiros, especialmente da Região Sul, tendo em vista a sua utilização por aeronaves dos países signatários do Mercosul, após a discussão o Senhor Presidente informou que já foi concluído um acordo sobre serviços aéreos sub-regionais e que está tramitando aqui no Congresso; Em votação, aprovado. Apreciação, discussão e votação dos Relatórios, oferecidos como subsídio, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/96-CN). Mensagem Presidencial nº 977/97 – do Poder Executivo, que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL, assinado em Fortaleza em 17 de dezembro de 1996, bem como o respectivo anexo, assinado em Assunção em 18 de junho de 1997. Relator: Senador Waldeck Ornelas. RELATÓRIO: Favorável. Em Votação, aprovado. Em seguida o Senador Waldeck Ornelas discorreu sobre a reunião realizada nos dias 30 de outubro a 1º de novembro de 1997 em La Paloma-Uruguai, da qual participou como representante da Presidência desta Comissão. 2) Projeto

de Lei nº 55/96 – do Poder Executivo, que "torna obrigatória a inclusão da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, e seu apensado, de nº 38/95. RELATOR: Senadora Emilia Fernandes. RELATÓRIO: Favorável. Em votação, aprovado. Fizeram uso da palavra o Deputado Germano Rigotto e o Senador Roberto Requião. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, às três horas e trinta e cinco minutos, o Presidente dos trabalhos agradeceu e encerrou a reunião. Para constar, eu Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente.

10ª REUNIÃO (AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e dez minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniram-se a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira) e a Comissão Especial da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) com a presença dos seguintes convidados: Senadora Emilia Fernandes, representando a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Deputado Octávio Elísio, representando a Comissão Especial da ALCA; Engenheiro Civil Esdra dos Santos Magalhães Filho, representando o COMFEA; Arquiteta Maria Elisa Meira e o Arquiteto Osny Schroeder, representando o Comitê Executivo da CIAM/Brasil, para uma Reunião Conjunta de Audiência Pública destinada a discutir funções, atribuições e trabalhos desenvolvidos no âmbito do Legislativo pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela Comissão Especial da ALCA. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Germano Rigotto, Secretário-Geral Adjunto; Senadora Benedita da Silva, Titular; Senador Joel de Holanda; Deputado Waldomiro Meger e Deputado Nelson Marchezan, Suplentes. Estiveram presentes ainda os Deputados: Francisco Horta, Octávio Elísio, Aldo Rebelo e Alexandre Ceranto. Deixaram de Comparecer os seguintes Parlamentares: Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias

e José Eduardo, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e Emilia Fernandes, suplentes; os Deputados José Carlos Aleluia, Edison Andriño, Franco Montoro, Celso Russomano e Miguel Rossetto, titulares; Benito Gama, Confúcio Moura, Nelson Harter, Renato Jonhsson e Luiz Mainardi, suplentes. O Presidente Senador Lúdio Coelho abriu os trabalhos da presente reunião, convidando para integrar a Mesa o Presidente do CONFEA, Engenheiro Esdras dos Santos Magalhães Filho e os Membros do Comitê Executivo da CIAM, Maria Elisa Meira e Osny Schroeder. Em seguida passou a palavra ao Presidente da Comissão Especial da ALCA, Deputado Germano Rigoto. Participaram dos debates: Senadora Emilia Fernandes, Deputado Octávio Elísio. Fizeram uso da palavra da Deputado Germano Rigoto, Senadora Emilia Fernandes, Deputado Octávio Elísio, Senadora Benedita da Silva, Deputado Aldo Rebelo, Engenheiro Civil Esdra dos Santos Magalhães Filho, Presidente do COMFEA, Arquiteta Maria Elisa Meira e o Arquiteto Osny Schroeder, Senador Joel de Hollanda, Deputado Francisco Horta, os senhores: José Chacom de Assis, Carlos Roberto Aguiar de Brito, Henrique Monteiro Alves, Kelson Serra e Carlos Pietá Filho. Após os debates foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica entre a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CONFEA. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente dos trabalhos, Senador Lúdio Coelho agradeceu a presença de todos e às onze horas e quarenta e cinco minutos encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

11ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos quatro dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e vinte e cinco minutos, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira) para ouvir o Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, Diretor-Geral do Departamento de Integração Latí-

no-Americano do Ministério das Relações Exteriores e Celso Pereira, Secretário do Ministério das Relações Exteriores. Estiveram presentes os Parlamentares: Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Celso Russomano, titulares; Waldomiro Meger, Confúcio Moura, Nelson Harter e Nelson Marchezan, suplentes. Esteve presente ainda o Deputado Octávio Elídio. Deixaram de Comparecer os Senadores Lúdio Coelho, Presidente, José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e Emília Fernandes, suplentes; os Deputados Germano Rigotto, Secretário-Geral-Adjunto, José Carlos Aleluia, Edison Andriño, Franco Montoro e Miguel Rossetto, titulares; Benito Gama, Renato Jonhsson e Luiz Mainardi, suplentes. O Deputado Edison Andriño informou que não poderá participar de reuniões da Comissão, pois estará viajando em Missão Oficial da Câmara dos Deputados no exterior. O Vice-Presidente Deputado Júlio Redecker deu por aberto os trabalhos da presente Reunião Preparatória para a X Reunião Plenária da Comissão Parlamentar do Mercosul, que será realizada nos dias 12 a 15 de dezembro de 1997, em Montevidéu-Uruguai. Antes de passar a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, colocou em discussão as atas das reuniões realizadas nos dias 16 de julho, 28 de agosto, 4 de setembro, 23 de setembro e 21 de outubro do corrente ano. O Deputado Paulo Bornhausen pediu a dispensa da leitura das atas, em votação, aprovada. Em votação as atas, aprovadas. O Presidente dos trabalhos, Deputado Júlio Redecker passou a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques para que fosse feita a sua exposição aos parlamentares presentes. Participaram dos debates os Deputados: Paulo Bornhausen, Nelson Harter, Celso Russomano e o Secretário do Ministério das Relações Exteriores, Celso Pereira. Encerramento: Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente dos trabalhos, Deputado Júlio Redecker agradeceu a presença e a Exposição feita pelo Embaixador e às onze horas e trinta e sete minutos, encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação

no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente.

51ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, às onze horas e quinze minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Vice Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral, Deputado Germano Rigotto Secretário-Geral Adjunto, titular; Deputado Miguel Rossetto e José Carlos Aleluia; suplentes: Deputado Luiz Mainardi, Nelson Marchezan e Confúcio Moura. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e Emília Fernandes, suplentes; os Deputados: Edison Andriño, Franco Montoro e Celso Russomano, titulares; Waldomiro Meger, Benito Gama, Nelson Harter, Renato Jonhsson e Fernando Ribas Carli, suplentes. O Presidente Senador Lúdio Coelho deu por aberto os trabalhos da presente Reunião Ordinária, antes de iniciar a ordem do dia colocou em discussão as atas das reuniões realizadas nos dias 25 de novembro, 2 de dezembro e 4 de dezembro de 1997. O Deputado Paulo Bornhausen pediu a dispensa da leitura das atas, em votação a dispensa de leitura, aprovada. Em votação as atas, aprovadas. ORDEM DO DIA: 1) Projeto de Lei nº 3000/97 - "Que autoriza os residentes nas cidades limítrofes aos estados integrantes do Mercosul a circular em território Nacional com veículos emplacados nesses Países e dá outras providências". RELATOR: Deputado Confúcio Moura. RELATÓRIO: Contrário. O Deputado Confúcio Moura teve que se ausentar da Reunião e o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Paulo Bornhausen que fizesse a leitura do relatório. Em votação, aprovado. O Senador Lúdio Coelho sugeriu adiamento do item 2 da pauta para depois da reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar do Mercosul, que será realizada em Washington-EUA, nos próximos dias 24 a 26 do corrente. Fizeram uso da palavra os Deputados Paulo Bornhausen e Germano Rigotto. Encerramento: Não havendo mais quem quisesse fa-

no-Americano do Ministério das Relações Exteriores e Celso Pereira, Secretário do Ministério das Relações Exteriores. Estiveram presentes os Parlamentares: Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral; Celso Russomano, titulares; Waldomiro Meger, Confúcio Moura, Nelson Harter e Nelson Marchezan, suplentes. Esteve presente ainda o Deputado Octávio Elídio. Deixaram de Comparecer os Senadores Lúdio Coelho, Presidente, José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e Emília Fernandes, suplentes; os Deputados Germano Rigotto, Secretário-Geral-Adjunto, José Carlos Aleluia, Edison Andriño, Franco Montoro e Miguel Rossetto, titulares; Benito Gama, Renato Jonhsson e Luiz Mainardi, suplentes. O Deputado Edison Andriño informou que não poderá participar de reuniões da Comissão, pois estará viajando em Missão Oficial da Câmara dos Deputados no exterior. O Vice-Presidente Deputado Júlio Redecker deu por aberto os trabalhos da presente Reunião Preparatória para a X Reunião Plenária da Comissão Parlamentar do Mercosul, que será realizada nos dias 12 a 15 de dezembro de 1997, em Montevidéu-Uruguai. Antes de passar a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, colocou em discussão as atas das reuniões realizadas nos dias 16 de julho, 28 de agosto, 4 de setembro, 23 de setembro e 21 de outubro do corrente ano. O Deputado Paulo Bornhausen pediu a dispensa da leitura das atas, em votação, aprovada. Em votação as atas, aprovadas. O Presidente dos trabalhos, Deputado Júlio Redecker passou a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques para que fosse feita a sua exposição aos parlamentares presentes. Participaram dos debates os Deputados: Paulo Bornhausen, Nelson Harter, Celso Russomano e o Secretário do Ministério das Relações Exteriores, Celso Pereira. Encerramento: Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente dos trabalhos, Deputado Júlio Redecker agradeceu a presença e a Exposição feita pelo Embaixador e às onze horas e trinta e sete minutos, encerrou a reunião. Para constar, eu, Lourdes Melo Nunes de Carvalho, Secretária, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação

no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente.

51ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos dezessete dias do mês de março de mil novecentos e noventa e oito, às onze horas e quinze minutos, no Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Júlio Redecker, Vice Presidente; Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral, Deputado Germano Rigotto Secretário-Geral Adjunto, titular; Deputado Miguel Rossetto e José Carlos Aleluia; suplentes: Deputado Luiz Mainardi, Nelson Marchezan e Confúcio Moura. Deixaram de comparecer os Senadores: José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinubing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares; Pedro Simon, Roberto Requião, Joel de Hollanda, Júlio Campos, José Ignácio Ferreira, Esperidião Amin e Emília Fernandes, suplentes; os Deputados: Edison Andriño, Franco Montoro e Celso Russomano, titulares; Waldomiro Meger, Benito Gama, Nelson Harter, Renato Jonhsson e Fernando Ribas Carli, suplentes. O Presidente Senador Lúdio Coelho deu por aberto os trabalhos da presente Reunião Ordinária, antes de iniciar a ordem do dia colocou em discussão as atas das reuniões realizadas nos dias 25 de novembro, 2 de dezembro e 4 de dezembro de 1997. O Deputado Paulo Bornhausen pediu a dispensa da leitura das atas, em votação a dispensa de leitura, aprovada. Em votação as atas, aprovadas. ORDEM DO DIA: 1) Projeto de Lei nº 3000/97 - "Que autoriza os residentes nas cidades limítrofes aos estados integrantes do Mercosul a circular em território Nacional com veículos emplacados nesses Países e dá outras providências". RELATOR: Deputado Confúcio Moura. RELATÓRIO: Contrário. O Deputado Confúcio Moura teve que se ausentar da Reunião e o Senhor Presidente solicitou ao Deputado Paulo Bornhausen que fizesse a leitura do relatório. Em votação, aprovado. O Senador Lúdio Coelho sugeriu adiamento do item 2 da pauta para depois da reunião da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar do Mercosul, que será realizada em Washington-EUA, nos próximos dias 24 a 26 do corrente. Fizeram uso da palavra os Deputados Paulo Bornhausen e Germano Rigotto. Encerramento: Não havendo mais quem quisesse fa-

zer uso da palavra, o Presidente dos trabalhos agradeceu a presença de todos e às onze horas e vinte e seis minutos, encerrou a presente reunião. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os Trabalhos foram gravados e apóstraduzidos integrando esta Ata. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 15 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar Conjunta (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente; Deputado Germano Rigotto, Secretário-Geral, titular; Deputados Celso Russomanno e Edson Andrino, titulares. Senadora Emilia Fernandes, suplente. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados José Carlos Aleluia, Paulo Bornhausen, Franco Montoro, Júlio Redecker e Miguel Rossetto, e os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinunbing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares. O Presidente Senador Lúdio Coelho deu por aberto os trabalhos da presente Reunião Ordinária, destinada a firmar convênio com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de dar conhecimento mais amplo à Nação e aos empresários brasileiros dos assuntos que dizem respeito ao Mercosul. O Senhor Stefan Bogdan Salej, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais usou da palavra para apontar a importância da Comissão do Mercosul no sentido do fortalecimento do bloco econômico formado pela parceria dos países integrantes do Cone Sul, tecendo elogios aos Presidentes Sarney e Raúl Alfonsín pelo seu empenho na criação do Mercosul. ENCERRAMENTO: O Presidente Senador Lúdio Coelho agradeceu a presença do representante da Federação das Indústrias de Minas e após a assinatura do convênio com a FIEMG, encerrou a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

3ª REUNIÃO CONJUNTA (De Audiência Pública)

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e oito, às catorze horas e trinta minutos, no Plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira) em conjunto com a Comissão Especial da Alca, sob a presidência do Deputado Paulo Bornhausen. Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Deputado Paulo Bornhausen, Secretário-Geral, Germano Rigotto, Secretário-Geral Adjunto, Deputados: José Carlos Aleluia, Edson Andrino, Franco Montoro e Celso Russomanno, titulares, Confúcio Moura, Nelson Marchezan, Fernando Ribas Carli, suplentes, Senador Casildo Maldaner, titular. Deixaram de comparecer: Senador Lúdio Coelho, Presidente, Deputado Júlio Redecker, Vice-Presidente, Deputado Miguel Rossetto, titular e os Senadores: José Fogaça, Vilson Kleinunbing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares. Comparecem ainda, os seguintes Deputados: Roberto Paulino, Geraldo Pastrana, Gonçaga Patriota, Maria Elvira, Paulo Ritzel, Valdir Colatto, Adroaldo Streck, Mariu Guimarães, Aldo Rebelo, Eu-rico Miranda, Odelmo Leão, Inocêncio Oliveira, Yeda Crusius, José Mendonça e Fetter Júnior. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados José Carlos Aleluia, Paulo Bornhausen, Franco Montoro, Júlio Redecker e Miguel Rossetto, e os Senadores José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinunbing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo e Benedita da Silva, titulares. O Presidente Deputado Paulo Bornhausen deu por aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência Pública, destinada a ouvir o Senhor Mário Bernardo Garnero sobre o tema: Brasil e Mercosul, Competitividade nas Exportações Frente à Desvalorização das Moedas Asiáticas. O Presidente passou a palavra ao Senhor Mário Garnero, que iniciou sua exposição saudando o Deputado Franco Montoro como um pioneiro do processo integracionista das Américas e abordou tanto as possibilidades futuras de crescimento do Mercosul no contexto da globalização quanto a condição da economia brasileira como um potencial global player que tem de almejar tornar-se um global player. O Presidente passou à fase dos debates. Participaram dos debates, pela ordem, os Deputados Inocêncio Oliveira, Germano Rigotto, Franco Montoro, Maria Elvira, Valdir Colatto, e o Senhor Maurílio Ferreira Lima. ENCERRAMENTO: O Presidente Deputado Paulo Bornhausen, agradecendo a presença de todos, encerrou a reunião às dezessete horas e nove minutos. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo

Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

4ª REUNIÃO (De Audiência Pública)

Aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente. Deputados José Carlos Aleluia, titular, Senadora Benedita da Silva, titular. Deputados Confúcio Moura, Fernando Ribas Carli, Nelson Marchezan. Deixaram de comparecer: Deputados: Júlio Redecker, Vice-Presidente, Deputado Paulo Bornhausen e Germano Rigotto, Edson Andriño, Franco Montoro, Celso Russomano e Miguel Rossetto e os Senadores: José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinunbing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo, titulares. Compareceram ainda, o Deputado Severiano Alves e os convidados Renato Luiz Rodrigues Marques, Diretor do Departamento de Integração Latino-Americana, do Ministério das Relações Exteriores, Carlos da Fonseca, Terceiro-Secretário do Ministério das Relações Exteriores, Normando Batista Santos, Representante da ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Dulce Pereira, Representante da Fundação Cultural Palmares e Marta Simone Silva do Carmo, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O Presidente Senador Lúdio Coelho deu por aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência Pública, destinada a debater a Carta Social do Mercosul. O Presidente Senador Lúdio Coelho passou a palavra ao primeiro expositor, Embaixador Renato Marques e, em seguida, apresidênciados trabalhos à Senadora Benedita da Silva, que deu seqüência às exposições, pela ordem, aos participantes Carlos da Fonseca, Normando Batista Santos, Dulce Pereira, Marta Simone Silva do Carmo. A Presidente passou à fase dos debates. Participaram dos debates, os Deputados Severiano Alves e Confúcio Moura.

ENCERRAMENTO: A Presidente Senadora Benedita da Silva, agradecendo a presença de todos, encerrou a reunião às onze horas e onze minutos. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Lúdio Coelho Presidente.

51ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes)

Às 14 horas e 30 minutos do dia 28 de abril de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para a eleição do Presidente e Vice-Presidentes deste órgão técnico. Assumiu a Presidência dos trabalhos, na qualidade de Presidente, o Senador Lúdio Coelho. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados Ney Lopes, Santos Filho, Confúcio Moura, Nelson Marchezan, Feu Rosa, Júlio Redecker, Titulares; Luciano Pizzato, Edison Andriño, Antonio Carlos Pannunzio, Nárcio Rodrigues, Celso Russomano, Paulo Delgado, Suplentes; Senadores Jorge Bornhausen, Casildo Maldaner, Titulares; Senadores Pedro Simon, José Jorge, Suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Germano Rigotto, Luiz Mainardi, Maluly Netto, Osmar Serraglio e os Senadores José Fogaça, Roberto Requião, Geraldo Althoff, Álvaro Dias, Pedro Piva, Emilia Fernandes, Marluce Pinto, Amir Lando, Djalma Bessa, Antero de Barros, Luzia Toledo e Roberto Saturnino. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos candidatos eleitos por aclamação, aos cargos de Presidente, Deputado Júlio Redecker, de Vice-Presidente, Senador José Fogaça, Secretário-Geral, Senador Jorge Bornhausen e Secretário-Geral Adjunto, Deputado Feu Rosa. A seguir o Senador convidou o Deputado Júlio Redecker a assumir a presidência, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Júlio Redecker declarou empossados os Senadores José Fogaça como Vice-Presidente, Jorge Bornhausen como Secretário-Geral e o Deputado Feu Rosa como Secretário-Geral-Adjunto. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou reunião para o dia 05 de maio às 10 horas. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 15 horas e 20 minutos. para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Júlio Redecker, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Lúdio Coelho, Presidente.

4ª REUNIÃO (De Audiência Pública)

Aos quatorze dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e oito, às nove horas e trinta minutos, no Plenário 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação Brasileira). Estiveram presentes os seguintes Parlamentares: Senador Lúdio Coelho, Presidente. Deputados José Carlos Aleluia, titular, Senadora Benedita da Silva, titular. Deputados Confúcio Moura, Fernando Ribas Carli, Nelson Marchezan. Deixaram de comparecer: Deputados: Júlio Redecker, Vice-Presidente, Deputado Paulo Bornhausen e Germano Rigotto, Edson Andriño, Franco Montoro, Celso Russomano e Miguel Rossetto e os Senadores: José Fogaça, Casildo Maldaner, Vilson Kleinunbing, Waldeck Ornelas, Levy Dias, José Eduardo, titulares. Compareceram ainda, o Deputado Severiano Alves e os convidados Renato Luiz Rodrigues Marques, Diretor do Departamento de Integração Latino-Americana, do Ministério das Relações Exteriores, Carlos da Fonseca, Terceiro-Secretário do Ministério das Relações Exteriores, Normando Batista Santos, Representante da ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Dulce Pereira, Representante da Fundação Cultural Palmares e Marta Simone Silva do Carmo, Representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O Presidente Senador Lúdio Coelho deu por aberto os trabalhos da presente Reunião de Audiência Pública, destinada a debater a Carta Social do Mercosul. O Presidente Senador Lúdio Coelho passou a palavra ao primeiro expositor, Embaixador Renato Marques e, em seguida, apresidênciados trabalhos à Senadora Benedita da Silva, que deu seqüência às exposições, pela ordem, aos participantes Carlos da Fonseca, Normando Batista Santos, Dulce Pereira, Marta Simone Silva do Carmo. A Presidente passou à fase dos debates. Participaram dos debates, os Deputados Severiano Alves e Confúcio Moura.

ENCERRAMENTO: A Presidente Senadora Benedita da Silva, agradecendo a presença de todos, encerrou a reunião às onze horas e onze minutos. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Senador Lúdio Coelho Presidente.

51ª LEGISLATURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

1ª REUNIÃO (Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes)

Às 14 horas e 30 minutos do dia 28 de abril de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, para a eleição do Presidente e Vice-Presidentes deste órgão técnico. Assumiu a Presidência dos trabalhos, na qualidade de Presidente, o Senador Lúdio Coelho. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados Ney Lopes, Santos Filho, Confúcio Moura, Nelson Marchezan, Feu Rosa, Júlio Redecker, Titulares; Luciano Pizzato, Edison Andriño, Antonio Carlos Pannunzio, Nárcio Rodrigues, Celso Russomano, Paulo Delgado, Suplentes; Senadores Jorge Bornhausen, Casildo Maldaner, Titulares; Senadores Pedro Simon, José Jorge, Suplentes. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Germano Rigotto, Luiz Mainardi, Maluly Netto, Osmar Serraglio e os Senadores José Fogaça, Roberto Requião, Geraldo Althoff, Álvaro Dias, Pedro Piva, Emilia Fernandes, Marluce Pinto, Amir Lando, Djalma Bessa, Antero de Barros, Luzia Toledo e Roberto Saturnino. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e anunciou, conforme acordo de Lideranças, os nomes dos candidatos eleitos por aclamação, aos cargos de Presidente, Deputado Júlio Redecker, de Vice-Presidente, Senador José Fogaça, Secretário-Geral, Senador Jorge Bornhausen e Secretário-Geral Adjunto, Deputado Feu Rosa. A seguir o Senador convidou o Deputado Júlio Redecker a assumir a presidência, declarando-o empossado. O Presidente eleito, Deputado Júlio Redecker declarou empossados os Senadores José Fogaça como Vice-Presidente, Jorge Bornhausen como Secretário-Geral e o Deputado Feu Rosa como Secretário-Geral-Adjunto. Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente convocou reunião para o dia 05 de maio às 10 horas. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 15 horas e 20 minutos. para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado Júlio Redecker, Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Às 15 horas e 27 minutos do dia 9 de junho de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redeker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Luiz Mainardi, Santos Filho, Confúcio Moura, Nelson Marchezan, titulares; Edison Andriño, Celso Russomano e Antonio Carlos Pannunzio, suplentes; Senadores: Jorge Bornhausen, Secretário-Geral; Geraldo Althoff e Emília Fernandes, titulares. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Álvaro Dias e Pedro Piva, titulares; Amir Lando, Djalma Bessa, José Jorge, Antero Paes de Barros, Luzia Toletto e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Ney Lopes, Germano Rigotto, titulares; Maluly Netto, Luciano Pizzato, Osmar Serraglio, Nárcio Rodrigues e Paulo Delgado, suplentes; Justificaram suas presenças os Senadores Pedro Simon e Marluce Pinto. O Presidente, deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos e colocou em votação a Ata da reunião anterior. Aprovada. Em seguida passou a Ordem do Dia: Apreciação, discussão e votação dos Relatórios, oferecidos como subsídio, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/96-CN. 1) PDS nº 14/99 – do Poder Executivo que "Aprova o texto do Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Brasília, em 10/11/97". RELATOR: Senador Pedro Simon. RELATÓRIO: Favorável. O relatório foi lido pelo Deputado Santos Filho, que após lido foi colocado em votação, aprovado. 2) PDS nº 36/99 – do Poder Executivo que "Aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Vistos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em São Borja-RS, em 09/12/97". RELATOR: Deputado Feu Rosa. RELATÓRIO: Favorável. Após lido pelo Relator, o Relatório foi colocado em votação, aprovado. O presidente Júlio Redeker passou a Presidência dos trabalhos ao Secretário-Geral, Senador Jorge Bornhausen. 3) PDS Nº 21/99 - do Poder Executivo que "Aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, em 10/11/97". RELATORA: Senadora Emilia Fernandes. RELATÓRIO: Favorável. O Relatório foi lido pelo Deputado Júlio Redeker, que após lido foi colo-

cado em votação, aprovado. O deputado Júlio Redeker voltou a assumir a presidência dos trabalhos . 4) PL Nº 198/98 - do Senado Federal que "Autoriza a República Federativa do Brasil a Executar Projeto de Construção de Gasoduto internacional no trecho Argentina-Uruguaiana-Porto Alegre". RELATOR: Senador José Fogaça. RELATÓRIO: Favorável. O Relatório foi lido pelo Deputado Confúcio Moura, que após lido foi colocado em votação, aprovado. 5) PDL Nº 9/99 - do Poder Executivo que "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Buenos Aires, em 09/04/96". RELATOR: Deputado Edison Andriño. RELATÓRIO: Favorável. Após lido pelo Relator, o Relatório foi colocado em votação, aprovado. 6) PDL Nº 17/99 – do Poder Executivo que "Aprova o texto do Acordo de Integração Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, em Brasília, em 10/11/97. RELATOR: Deputado Paulo Delgado. RELATÓRIO: Favorável. O Relatório foi lido pelo Deputado Luiz Mainardi, que após lido foi colocado em votação, aprovado. A senadora Emilia Fernandes pediu uso da palavra para informar sua participação no V Encontro do Forum das Mulheres, realizado em..... e entregou ao Presidente os documentos do encontro. O deputado Júlio Redeker pediu a transcrição dos mesmos nos Anais da Casa e sugeriu que na reunião de Mesa Diretora fosse discutido "A participação da mulher no Mercosul". Ele agradeceu aos parlamentares que participaram, em Assunção, da reunião preparatória para a XIII Quadripartite, e especialmente ao deputado Feu Rosa por presidir a delegação brasileira, e solicitou ao mesmo que fizesse a leitura do Relatório da Viagem. O Deputado Feu Rosa leu o Relatório. O presidente chamou atenção para a falta de estrutura da CPCM. Antes de encerrar os trabalhos ele avisou que o próximo café da manhã será na Embaixada do Chile, no dia 23/06 e que está fazendo um rodízio com os parlamentares já que a Embaixada não pode enviar convite a todos. Lembrava ainda, da audiência pública, solicitada pelo deputado Nelson Marchezan, que será realizada no próximo dia 24 e que no segundo mestre a Representação Brasileira na CPCM, fará realizar vários seminários nos países limítrofes. Fizeram uso da palavra os Deputados Nelson Marchezan e Celso Russomano. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 16 horas e 28 minutos. Para constar, eu, Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada,

será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

3ª REUNIÃO (De Audiência Pública)

Às 10 horas e 40 minutos do dia 24 de junho de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 05 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Júlio Redecker. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Nelson Marchezan, Confúcio Moura e Luiz Mainardi, titulares, Senadora: Emília Fernandes, titular. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Malchner, Roberto Requião, Geraldo Althoff, Álvaro Dias e Pedro Piva, titulares; Os Deputados Ney Lopes, Germano Rigotto e Santos Filho, titulares. Compareceram ainda os deputados Cesar Schirmer e Osmar Serraglio. A reunião teve como objetivo a discussão sobre o Tráfego Áereo no Brasil e sua Utilização por Aeronaves dos Países que Participam do Mercosul, por solicitação do Deputado Nelson Marchezan. O Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Nelson Marchezan, que solicitou a convocação da presente reunião de audiência pública para atender pleito dos municípios de Santa Maria, São Borja e Bagé, no Rio Grande do Sul. Foram expositores os Senhores Marcos Antonio de Oliveira, Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Diretor-Geral do Departamento de Aviação Civil, Daniel Lins Menucci, Gerente-Geral de Postos e Aeroportos de Fronteiras, Antonio Gilberto da Costa, Representante da Receita Federal, Antonio Jorge Camardeli, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Secretário Celso de Tarso Pereira, da Divisão do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Carlos Azambuja, Prefeito de Bagé, Paulo Baron Maurer, Prefeito de São Borja e Paulo Appel, Representante da Prefeitura de Santa Maria. Concluídas as explanações dos convidados, o Presidente passou à fase dos debates. O Deputado Júlio Redecker passou a Presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Nelson Marchezan. Participaram dos debates, pela ordem, os Deputados Luiz Mainardi, Cesar Schirmer, Confúcio Moura, Feu Rosa e a Senadora Emilia Fernandes. Participaram ainda dos debates os Senhores Carlos Azambuja, Paulo Baron Maurer, Paulo Appel, Marcos Antonio de Oliveira, Antonio Gilber-

to da Costa, Daniel Lins Menucci, Celso de Tarso Pe-reira, Antonio Jorge Camardeli. O deputado Nelson Marchezan, Presidente, agradeceu a presença de to-dos afirmando que os trabalhos atingiram todos os seus objetivos e que encaminharia a todos os Ministé-rios as notificações gráficas dessa reunião, encerrando os trabalhos às 12 horas e 49 minutos. Para constar, eu Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será as-sinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

4^a REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Às 15 horas e 20 minutos do dia 10 de agosto de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Ney Lopes, Santos Filho, Confúcio Moura, Nelson Marchezan e Luiz Mainardi, titulares, Deputados Edson Andrino e Paulo Delgado, suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, titular. Marluce Pinto, suplente. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Álvaro Dias e Pedro Piva, titulares; Pedro Simon, Amir Lando, Djalma Bessa, José Jorge, Antero Paes de Barros, Luzia Toleto e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Germano Rigotto, titulares; Maluly Netto, Luciano Pizzato, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Pannunzio, Nárcio Rodrigues e Celso Russomano suplentes; O Presidente, Deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos e colocou em votação a Ata da reunião anterior. Aprovada. Em decorrência do Ato da Mesa nº 21/99 de 29/06/99 que criou a Estrutura Administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário os nomes dos Senhores Santiago Martin Gallo e José Everaldo Ramalho para ocuparem as vagas subdivididas de Assessor Técnico CNE-7 e Paulo de Tarso Peres Cademartori para ocupar a vaga de Assistente Técnico de Comissão (CNE-15), decorrente da subdivisão da função de Assistente Técnico (CNE-9), nos termos do Ato da Mesa nº 05/95, para assessorarem a presidência da Comissão. Em votação, a indicação dos nomes dos assessores foi aprovada unanimemente. O Presidente

dente passou a Ordem do Dia: Apreciação, discussão e votação dos Relatórios, oferecidos como subsídio, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/96-CN. 1) Mensagem nº 459/98 – do Poder Executivo que “Submete à Consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de São Luiz sobre Matéria de Responsabilidade Civil Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996, e da respectiva errata, feita em Assunção, em 19 de junho de 1997”. Relator: Deputado Confúcio Moura. Relatório: Favorável. O relatório foi lido pelo Deputado Edson Andriano, que após lido foi colocado em votação, aprovado. 2) PLS nº 31/97 – do Senado Federal que “Autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A. como participação na estrutura de organização do Banco Mercosul”. Relator: Deputado Confúcio Moura. Relatório: Favorável. O relatório foi lido pelo Senador Geraldo Alffonso, que após lido foi colocado em votação, aprovado. 3) PDL Nº 15/99 – do Poder Executivo que “Aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25/07/96”. Relator: Deputado Ney Lopes. Relatório: Favorável. Após lido pelo relator, foi colocado em votação, aprovado. O deputado Júlio Redecker fez um relato sobre sua viagem a Buenos Aires, nos dias 2, 3 e 4 de agosto do corrente, onde participou de diversas reuniões com o objetivo de encontrar soluções conjuntas para os problemas que afligem diretamente o relacionamento econômico entre o Brasil e a Argentina. Em seguida informou que será realizado no próximo dia 13 de agosto, na cidade de Montevidéu-Uruguai, uma reunião entre a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e Técnicos da OEA, onde a seção brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul será representada pelo Deputado Paulo Delgado e pelo Consultor Legislativo do Senado Federal Dr. Francisco Eugênio Arcanjo, que tem por objetivo definir modelo de rede de informações legislativas para os parlamentos do Mercosul. O Deputado Júlio Redecker informou ainda, que no dia 23 de agosto esta Comissão em conjunto com a Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG, estará realizando em Belo Horizonte, seminário sobre “Unicidade e Fortalecimento do Mercosul Rumo às Importações e Exportações do

Século XXI”. Dando continuidade ao café da manhã do Mercosul, o Presidente anunciou que o próximo será realizado no dia 26 de agosto na Embaixada do Uruguai. O Deputado Júlio Redecker passou a palavra ao Deputado Edson Andriano que leu o requerimento solicitando realização de audiência pública sobre pesca no Mercosul. O requerimento foi colocado em votação e aprovado unanimemente. Fizeram uso da palavra os Deputados Confúcio Moura e Paulo Delgado. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 16 horas e 15 minutos. Para constar, eu, Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

5ª REUNIÃO CONJUNTA (De Audiência Pública)

Às 10 horas e 25 minutos do dia 11 de agosto de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no plenário nº 03 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Antonio Carlos Pannunzio. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Santos Filho, Confúcio Moura e Luiz Mainardi, titulares, Deputados Antonio Carlos Pannunzio e Paulo Delgado, suplentes. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Geraldo Althoff, Álvaro Dias, Pedro Piva e Emilia Fernandes, titulares; Os Deputados Ney Lopes, Germano Rigotto, Nelson Marchezan, titulares; compareceram ainda deputados membros da Comissão que conjuntamente realizou este evento. A reunião teve como objetivo atender a convite do Presidente desta Comissão aos senhores Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores; e Dr. Clóvis de Barros Carvalho, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a fim de debater os recentes acontecimentos nas relações comerciais do Brasil com a Argentina e os impactos no âmbito do Mercosul. O Presidente passou a palavra ao Senhor Ministro Clóvis Carvalho, que inici-

ou sua exposição, seguido pelo Senhor Ministro Luiz Felipe Lampreia. Concluídas as explanações dos convidados, o Presidente passou à fase dos debates. Participaram dos debates, pela ordem, os Deputados Júlio Redecker, Aldo Rebelo, Paulo Delgado, José Thomaz Nonô, José Lourenço, João Herrmann Neto, Feu Rosa, Virgílio Guimarães, Luiz Mainardi e Confúcio Moura. O deputado Antonio Carlos Pannunzio, Presidente, encerrou os trabalhos às 12 horas e 55 minutos, tendo antes agradecido a presença dos convidados. Para constar, eu, Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

6ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Às 10 horas e 35 minutos do dia 22 de setembro de mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Santos Filho, Confúcio Moura, e Luiz Mainardi, titulares, Deputados Celso Russomano e Paulo Delgado suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, titular. Marluce Pinto, suplente. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Álvaro Dias e Pedro Piva, titulares; Pedro Simon, Amir Lando, Djalma Bessa, José Jorge, Antero Paes de Barros, Luzia Toleto e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Ney Lopes, Nelson Marchezan e Germano Rigotto, titulares; Maluly Netto, Luciano Pizzato, Edson Andrade, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Pannunzio e Nárcio Rodrigues suplentes; O Presidente, Deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos dando início a Ordem do Dia: discussão e votação dos Relatórios, oferecidos como subsídio, às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/96-CN. 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 20/98 – do Poder Executivo que “Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 06 de

maio de 1997”. RELATOR: Senador Pedro Piva. RELATÓRIO: Favorável. O Senador Geraldo Althoff fez a leitura do relatório, que após lido, foi colocado em votação, aprovado. O deputado Júlio Redecker colocou em votação a inversão de pauta. Aprovado. Item 3) Mensagem nº 547/99 – do Poder Executivo que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile, assinado em 24 de junho de 1998, por ocasião da XIV Reunião do Conselho do Mercado Comum. RELATOR: Deputado Luiz Mainardi. RELATÓRIO: Favorável. O relatório foi lido pela Senadora Marluce Pinto, que após lido foi colocado em votação, aprovado. 2) Mensagem nº 621/99 – do Poder Executivo que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul, concluído em Buenos Aires, aos 23 de julho de 1998”. RELATOR: Deputado Nelson Marchezan. RELATÓRIO: Favorável. O relatório foi lido pelo Deputado Feu Rosa, que após lido foi colocado em votação, aprovado. O Presidente Júlio Redecker informou que esta Comissão, junto com a seção Argentina, participará das discussões buscando resolver as controvérsias geradas nas disputas de mercado do setor de calçados por industriais dos dois países. O Presidente enfatizou que esta Comissão quer contribuir para melhorar o relacionamento comercial entre os dois países. Propôs, ainda, a participação desta Comissão na chamada Rodada do Milênio, que reunirá os países integrantes da Organização Mundial do Comércio – OMS, no dia 30 de novembro em Seattle (EUA). O Presidente anunciou também uma reunião da seção brasileira e a comissão argentina, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no próximo dia 29, às 16 horas, em Buenos Aires, onde os parlamentares brasileiros levarão suas preocupações quanto ao projeto de lei que está tramitando no Congresso Argentino, modificando a Lei do Regime Automotriz, em seu artigo 9º. O presidente colocou o seu nome, o do Senador Geraldo Althoff e do Deputado Luiz Mainardi em votação para que o Plenário aprovasse suas participações nestas reuniões. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 11 horas e 5 minutos. Para constar, eu Antônio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Os trabalhos foram gravados e após traduzidos integrarão esta Ata. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

51ª LEGISLATURA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA**1º REUNIÃO ORDINÁRIA (Audiência Pública)**

Às 14 horas e 22 minutos do dia 14 de março de dois mil, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário nº 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Júlio Redecker. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Confúcio Moura, Santos Filho, titulares, Deputados Luciano Pizzatto, Edison Andriño, suplentes, Senador Geraldo Althoff, titular. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Antero de Barros, Pedro Piva e Emília Fernandes, titulares. Deixaram de comparecer os Deputados Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Ney Lopes, Nelson Marchezan, Luiz Mainardi, titulares; Compareceram ainda os deputados Hugo Biehl, Paulo Kobayashi, Ronaldo Vasconcellos, Nelson Meurer, De Velasco, Fernando Gabeira, Bispo Wanderval, Luiz Carlos Heinze, Aloisio Santos, Ary Kara e Vicente Caropreso. A reunião teve como objetivo debate sobre o tema "O Turismo Rural, a Profissionalização e a Cooperação para o Desenvolvimento". O Presidente passou a palavra aos expositores convidados pela ordem: Rodrigo Rollemburg, Deputado Distrital; Udo Leibrecht, Presidente da Casa Brasil-Alemanha; Carmen Rocha Dias, Diretora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho; Waldir Giusti, Superintendente Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; Paulo Castanheira, Presidente da ASBRATER-DF; Chico Paraná, proprietário do Rancho Paraná; Gilmar Germano, Diretor Técnico da EPAG de Santa Catarina; Suzana Lopes, Gerente Técnica da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB do Distrito Federal; Marcelo Melo, Estudante; Renato Bravo, Presidente da Associação Brasileira do Turismo Rural – ABRATUR e Ana Maria Siens Forte, Chefe do Departamento de Projetos Especiais do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Concluídas as explanações dos convidados, o Presidente passou à fase dos debates. Antes de iniciarem a fase de debates o Deputado Júlio Redecker passou a presidência para o Senador Geraldo Althoff. Participaram dos debates, pela ordem, os Deputados Hugo Biehl, Fernando Gabeira, Luciano Pizzatto, e os Senhores Fábio André Ribeiro, Beatriz Guimarães, Valdir Colatto. Durante a fase de debates o Deputado Júlio Redecker reassumiu os trabalhos e na fase final passou os à presidência do Deputado Ronaldo Vasconcellos. O Deputado

Ronaldo Vasconcellos, Presidente, encerrou os trabalhos às 17 horas e 44 minutos, tendo antes agradecido a presença dos convidados. Para constar, eu Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

2ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Às 15 horas e 10 minutos do dia 21 de março de dois mil, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Senador Jorge Bornhausen, Secretário-Geral; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Deputados Confúcio Moura e Santos Filho, titulares; Deputado Luciano Pizzatto, suplente. Senadores: Geraldo Althoff e Emilia Fernandes titulares. Senadora Luzia Toledo, suplente. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Antero de Barros e Pedro Piva, titulares; Pedro Simon, Marluce Pinto, Amir Lando, Djalma Bessa, José Jorge, e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Ney Lopes, Germano Rigotto, Nelson Marchezan e Luiz Mainardi, titulares; Maluly Netto, Edison Andriño, Osmar Serraglio, Antonio Carlos Pannunzio, João Herrmann Neto, Celso Russomano e Paulo Delgado, suplentes; o Presidente, Deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos, colocando a ata da reunião anterior em discussão, não havendo quem a quisesse discutir, passou à votação: aprovada. Ordem do Dia: Aprovação da inversão de pauta passando à discussão do item nº 2. Leitura dos Relatórios, oferecidos como subsídios às Proposições distribuídas à Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, com base no art. 2º, II, da Resolução nº 1/96-CN. Item 1) Mensagem nº 1.456/99 (do Poder Executivo) - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL, celebrado em Assunção, em 14 de junho de 1999. Relatório: FAVORÁVEL. Relatora: Senadora Emilia Fernandes; que após lido pela relatora, foi colocado em votação: aprovado. Item 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 17/98 (do Poder Executivo) - que "aprova o texto do Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas, celebrado entre o Governo da República Fe-

derativa do Brasil e o Governo da República Argentina, no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1997. Relatório: FAVORÁVEL. Relator: Senador Geraldo Althoff; que após lido pelo relator, foi colocado em discussão, a Senadora Emilia Fernandes fez uso da palavra ressaltando a importância da matéria em discussão; em votação: aprovado. 3) Projeto de Lei nº 889/99 (do Sr. Feu Rosa) - que "Dispõe sobre a padronização e enumeração dos chassis dos veículos automotores fabricados ou montados no Brasil para a comercialização no mercado interno e Mercosul e dá outras providências". Relatório: FAVORÁVEL. Relator: Deputado Confúcio Moura; relatório lido pelo Senador Jorge Bornhausen, em seguida colocado em votação: aprovado. O Presidente Deputado Júlio Redecker colocou em votação o nome do senhor Marcelo Villela Amoroso, para assumir na Comissão o cargo de Assistente Técnico de Comissão - CNE-15 e da Sra. Hortência Maria Lima Pinheiro, para assumir na Comissão o cargo de Assistente Técnico de Comissão – CNE-15; em votação: aprovado. Comunicou, que haverá uma Conferência Internacional Rural 21, que tratará de desenvolvimento rural no mundo e que será realizada em Potsdam, na Alemanha, para qual solicita da Secretaria Executiva que receba a indicação de quatro membros da Comissão, sendo dois senadores e dois deputados, para representarem o Congresso Nacional na referida conferência; informou, ainda, que no próximo dia 26 de abril estará se apresentando no Salão Verde da Câmara dos Deputados, em homenagem aos 500 anos do descobrimento do Brasil, a Orquestra Municipal de Teutônia, do Município de Teutônia no Rio Grande do Sul. A Senadora Emilia Fernandes solicitou que fosse encaminhado aos membros da Comissão relação de nomes de todos os funcionários com os respectivos telefones para contato quando necessário. Fez uso da palavra ainda o Deputado Feu Rosa. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 15 horas e 55 minutos. Para constar, eu Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA (De Audiência Pública)

Às 15 horas e 15 minutos do dia 12 de abril de dois mil, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em parceria com as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Economia, Indústria e Comércio e

Agricultura e Política Rural no plenário nº 06 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Júlio Redecker. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Confúcio Moura e Germano Rigotto, titulares, Deputados Luciano Pizzato e João Herrmann Neto, suplentes. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Jorge Bornhausen Secretário-Geral, Casildo Maldaner, Roberto Requião, Geraldo Althoff, Antero de Barros, Pedro Piva e Emilia Fernandes, titulares; Os Deputados Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Ney Lopes, Santos Filho, Nelson Marchezan, Luiz Mainardi, titulares; Compareceram ainda deputados membros das Comissões que em parceria realizaram este evento. A reunião teve como objetivo atender convite do Deputado Júlio Redecker, com o propósito de ouvir o Embaixador Extraordinário para Assuntos do Mercosul, José Botafogo Gonçalves, sobre as Relações Bilaterais Brasil-Argentina. O Presidente passou a palavra ao Senhor Embaixador José Botafogo Gonçalves, que iniciou sua exposição, seguido do Terceiro Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, Deputado Ronaldo Caiado; do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Deputado Luiz Carlos Hauly e do Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, Deputado Enio Bacci. Concluídas as explanações dos convidados, o Presidente passou à fase dos debates. Participaram dos debates, pela ordem, os Deputados Luiz Carlos Heinze, Lucy Choinack, Germano Rigotto, Adão Preto, João Grandão. Fez uso da palavra, ainda, o Deputado Rubens Bueno, como autor do requerimento para realização desta reunião de Audiência Pública, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio. O Deputado Júlio Redecker, Presidente, encerrou os trabalhos às 17 horas e 15 minutos, tendo antes agradecido a presença dos convidados. Para constar, eu, Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

4ª REUNIÃO (Ordinária)

Às 15 horas e 15 minutos do dia 22 de novembro de dois mil, reuniu-se a Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, no plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes os seguintes Deputados: Júlio Redecker, Presidente; Deputado Feu Rosa, Secretário-Geral Adjunto; Deputado Nelson Marchezan, titular; Deputados Luciano Pizzato, Marisa Serrano, João Herrmann Neto e Celso Russomanno, suplentes. Senadores: Geraldo Althoff, Henrique Loyola e Roberto

Requião, titulares. Deixaram de comparecer os senhores Senadores José Fogaça, Vice-Presidente, Antero de Barros, Pedro Piva e Emílio Fernandes, titulares; Pedro Simon, Marluce Pinto, Amir Lando, Djama Bessa, José Jorge, e Roberto Saturnino, suplentes; Os Deputados Ney Lopes, Germano Rigotto, Luiz Mainardi, Santos Filho e Confúcio Moura, titulares; Maluly Netto, Edison Andriño, Osmar Serraglio e Paulo Delgado, suplentes; o Presidente, Deputado Júlio Redecker, abriu os trabalhos, colocando as atas das 1^a, 2^a e 3^a reuniões anteriores em discussão, não havendo quem a quisesse discutir, passou à votação: aprovadas. Ordem do Dia: 1) Discussão e votação do Relatório do Deputado Feu Rosa ao Projeto de Lei nº 910/99 (da Sra. Lídia Quinan) - que "dispõe sobre a aquisição de produtos lácteos pelo Governo Federal". Relatório: FAVORÁVEL. EM VOTAÇÃO: APROVADO. Inversão da Pauta, a pedido do Deputado Nelson Marchezan item 5) Discussão e votação do Relatório do Deputado Nelson Marchezan ao Projeto de Decreto Legislativo - PDS nº 129/00 (do Poder Executivo) - que "aprova o texto da Emenda, por Troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 04 de julho de 1947, celebrada entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile, em Brasília, em 03 de dezembro de 1998". Relatório: FAVORÁVEL. EM VOTAÇÃO: APROVADO 2) Discussão e votação do Relatório do Deputado Germano Rigotto à Mensagem nº 681/99 (do Poder Executivo) - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Extradição entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998". Relatório: FAVORÁVEL. Lido parecer pelo Senador Henrique Loyola em substituição ao relator. EM VOTAÇÃO: APROVADO. O Deputado Júlio Redecker, Presidente, solicitou a inversão de pauta para aguardar a chegada do Deputado João Herrmann Neto. 4) Discussão e votação do Relatório do Deputado Feu Rosa à Mensagem nº 661/00 (do Poder Executivo) - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 (ACE 35), celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999". Relatório: favorável. em votação: aprovado. O senador Roberto Requião fez uso da palavra para elogiar o relatório do Deputado Feu Rosa. O Deputado Júlio Redecker endossou as palavras do Senador Roberto Requião e solicitou consignação em ata 3) Discussão e votação do Relatório do Deputado João Herrmann Neto à Mensagem nº 750/00 (do Poder

Executivo) - que "submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, concluído em Montevidéu, em 15 de dezembro de 1997, acompanhado de seus quatro anexos Setoriais, adotados pela Decisão 9/98, do Conselho Mercado Comum, em 23 de julho de 1998 ". Relatório: favorável. em votação: aprovado. 6) Discussão e votação do Relatório da Deputada Marisa Serrano ao Projeto de Decreto Legislativo – PDS nº 132/00 (do Poder Executivo) – que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, celebrado em La Paz, em 26 de julho de 1999". Relatório: FAVORÁVEL. EM VOTAÇÃO: APROVADO. O Deputado Júlio Redecker fez elogio ao parecer da relatora. A Deputada Marisa Serrano usou da palavra para comunicar à comissão a realização de eventos na Comissão de Educação Cultura e Desporto da qual ela é vice-presidente. O Presidente Deputado Júlio Redecker coloca em votação o nome da senhora Isaura N. C. Monteiro, para assumir na Comissão o cargo de Assistente Técnico de Comissão - CNE-15; em votação: aprovado. O Deputado Júlio Redecker usou da palavra para fazer um relato da XVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul realizada em Porto Alegre nos dias 7, 8 e 9 de novembro corrente, solicitou também o empenho dos membros da comissão para comparecimento à XI Reunião de Mesa Diretora que será realizada em Florianópolis nos dias 13, 14 e 15 de dezembro próximo. Senador Henrique Loyola usou da palavra para agradecer o empenho do Deputado Júlio Redecker quando da realização da XVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e comentar sobre a mesma. O Senador Roberto Requião solicitou a mudança de horário das reuniões da comissão para a parte da manhã nas dependências do Senado Federal e para solicitar maior empenho junto à mesa do Senado Federal para a liberação de Senadores para participação em reuniões fora do Distrito Federal. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente reunião às 16 horas e 13 minutos. Para constar, eu Antonio Ferreira Costa Filho, Secretário, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário do Congresso Nacional. Deputado JÚLIO REDECKER Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 497, de 2000-SF “**Destinada a Investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol**”.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, às nove horas e cinquenta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Renan Calheiros, Maguito Vilela, Gilvan Borges, Gilberto Mestrinho, Gerson Camata, Edison Lobão, Geraldo Althoff, Bernardo Cabral, Jonas Pinheiro, Alvaro Dias, Antero de Barros, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Ney Suassuna, Valmir Amaral, Agnelo Alves, Romeu Tuma, José Roberto Arruda e Geraldo Cândido, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Compareceram ainda os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Hugo Napoleão, Carlos Wilson e José Agripino Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias declara aberto os trabalhos, indagando ao plenário se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do plenário é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Ricardo Terra Teixeira. A Presidência informa ao Plenário que o depoente assinou o Termo de Compromisso, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Logo após a Presidência passa a palavra ao Senhor Relator Senador Geraldo Althoff para dar início aos seus questionamentos. Em seguida, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação os seguintes requerimentos: req. nº 73, de autoria do Senador Geraldo Althoff, convocando os Srs. Rogério Luiz Viana e Utulante Vignola a prestar depoimento na Polícia Federal; req. nº 74, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos fiscal e bancário da empresa Lake Blue., req. nº 75, de autoria do Senador Geraldo Althoff, Requerendo à Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, cópia do processo criminal 98.289.68-2, req. nº 76, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência para a Secretaria da Receita Federal dos documentos abrangidos pelo sigilo bancário relativos à empresa Traffic, req. nº 77, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo ao Procurador Geral da República cópias dos processos instaurados com indícios de fraudes fiscais e cambiais na transferência de jogadores para o exterior, req. nº 78, de autoria do Senador Geraldo Althoff, re-

querendo cópias dos contratos de parceria e seus aditivos, firmados pelos Clubes de Futebol relacionados neste requerimento no total de quinze(15), req. nº 79, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo que seja convidado para prestar depoimento o Deputado Federal Robson Tuma, req. nº 80, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Carlos Eugênio Lopes, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 81, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Alfredo Nunes, ex – dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 82, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Antônio Osório Ribeiro Lopes da Costa, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 83, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. José Carlos Salim, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 84, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Ricardo Terra Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 85, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Marco Antônio Teixeira, ex- dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 86, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário das entidades relacionadas neste requerimento, no total de seis(06), req. nº 87, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, req. Nº 88, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Eduardo José Farah, Presidente da Federação Paulista de Futebol, req. nº 89, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Elmer Guilherme Ferreira, Presidente da Federação Mineira de Futebol, req. nº 90, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Emídio Odosio Perondi, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol, req. nº 91, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Onaireves Nilo Rolim de Moura, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, req. nº 92, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Weber Magalhães, Presidente da

Criada através do Requerimento nº 497, de 2000-SF “**Destinada a Investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol**”.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, às nove horas e cinquenta minutos, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, reúnem-se os Senhores Senadores Renan Calheiros, Maguito Vilela, Gilvan Borges, Gilberto Mestrinho, Gerson Camata, Edison Lobão, Geraldo Althoff, Bernardo Cabral, Jonas Pinheiro, Alvaro Dias, Antero de Barros, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Ney Suassuna, Valmir Amaral, Agnelo Alves, Romeu Tuma, José Roberto Arruda e Geraldo Cândido, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Compareceram ainda os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Hugo Napoleão, Carlos Wilson e José Agripino Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias declara aberto os trabalhos, indagando ao plenário se é necessário a leitura da Ata da reunião anterior, que com a anuência do plenário é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir o depoimento do Sr. Ricardo Terra Teixeira. A Presidência informa ao Plenário que o depoente assinou o Termo de Compromisso, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Logo após a Presidência passa a palavra ao Senhor Relator Senador Geraldo Althoff para dar início aos seus questionamentos. Em seguida, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação os seguintes requerimentos: req. nº 73, de autoria do Senador Geraldo Althoff, convocando os Srs. Rogério Luiz Viana e Utulante Vignola a prestar depoimento na Polícia Federal; req. nº 74, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos fiscal e bancário da empresa Lake Blue., req. nº 75, de autoria do Senador Geraldo Althoff, Requerendo à Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, cópia do processo criminal 98.289.68-2, req. nº 76, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência para a Secretaria da Receita Federal dos documentos abrangidos pelo sigilo bancário relativos à empresa Traffic, req. nº 77, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo ao Procurador Geral da República cópias dos processos instaurados com indícios de fraudes fiscais e cambiais na transferência de jogadores para o exterior, req. nº 78, de autoria do Senador Geraldo Althoff, re-

querendo cópias dos contratos de parceria e seus aditivos, firmados pelos Clubes de Futebol relacionados neste requerimento no total de quinze(15), req. nº 79, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo que seja convidado para prestar depoimento o Deputado Federal Robson Tuma, req. nº 80, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Carlos Eugênio Lopes, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 81, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Alfredo Nunes, ex – dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 82, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Antônio Osório Ribeiro Lopes da Costa, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 83, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. José Carlos Salim, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 84, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Ricardo Terra Teixeira, presidente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 85, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário do Sr. Marco Antônio Teixeira, ex- dirigente da Confederação Brasileira de Futebol, req. nº 86, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos fiscal e bancário das entidades relacionadas neste requerimento, no total de seis(06), req. nº 87, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, req. Nº 88, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Eduardo José Farah, Presidente da Federação Paulista de Futebol, req. nº 89, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Elmer Guilherme Ferreira, Presidente da Federação Mineira de Futebol, req. nº 90, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Emídio Odosio Perondi, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol, req. nº 91, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Onaireves Nilo Rolim de Moura, Presidente da Federação Paranaense de Futebol, req. nº 92, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Weber Magalhães, Presidente da

Federação Metropolitana de Futebol (Distrito Federal), req. nº93, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal dos clubes de futebol relacionados neste requerimento no total de quinze, req. nº94, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr.Paulo Rogério Amoretti, ex– Presidente do Sport Clube Internacional, req. nº95, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Pedro Paulo Zachia, ex– Presidente do Sport Clube Internacional, req. nº96, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fábio André Koff, ex– Presidente do Grêmio Football Porto Alegrense, req. nº97, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Edmundo dos Santos Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, req. nº98, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Kléber Leite , ex– Presidente do Clube de Regatas Flamengo, req. nº99, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Eurico Ângelo Miranda, Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, req. nº100, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Antônio Soares Calçada , ex– Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, req. nº101, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Carlos Augusto Montenegro, ex– Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, req. nº102, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr José Luiz Rolim, ex– Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas, req. nº103, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Álvaro Barcelos , ex– Presidente do Fluminense Futebol Clube, req. nº104, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr José Perrela de Oliveira Costa., ex– Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, req. nº105, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr César Masci, ex– Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, req. nº106, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Paulo Cury, ex– Presidente do Clube Atlético Mineiro, req. nº107, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos

sigilos bancário e fiscal do Sr Mustafá Contursi Goffar Majzoub, Presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras, req. nº108, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Fernando Casal de Rey, ex– Presidente do São Paulo Futebol Clube, req. nº109, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Samir Jorge Abdul-Hak, ex– Presidente do Santos Futebol Clube, req. nº110, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Alberto Dualib, Presidente do Sport Club Corinthians Paulista, req. nº111, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Luiz Roberto Zini , ex– Presidente do Guarani Futebol Clube, req. nº112, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr Mário Celso Petraglia, Presidente do Clube Atlético Paranaense, req. nº113, de autoria do Senador Geraldo Althoff, requerendo a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr João Jacob Mehl, ex– Presidente do Coritiba Football Club, req. nº114, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requerendo a transferência do sigilo telefônico , de todos os telefones , em nome dos Srs. J. Häßilla e Ricardo Terra Teixeira, req. nº115, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, requerendo a transferência do sigilo telefônico , de todos os telefones , em nome dos Srs. J. Häßilla e Ricardo Terra Teixeira, req. nº116, de autoria do Senador Romeu Tuma, requerendo cópia integral dos autos do Inquérito Policial registrado sob o número 555/00 no 9º Distrito Policial de São Paulo, req. nº117, de autoria dos Senadores Geraldo Althoff, Geraldo Mestrinho e Álvaro Dias, requerendo cópia do processo aberto para apurar as irregularidades na venda dos ingressos dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1998, req. nº118, de autoria do Senador Sebastião Rocha, requerendo que se convide para comparecer a esta Comissão um representante da Abert ou pessoa por ela indicada a fim de debater sobre as relações das empresas de rádio e televisão com os clubes brasileiros e com a CBF, req. nº119, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, requerendo que se solicite aos Srs. Viacheslav Koloskov e Alexander Tukmanov, esclarecimentos a cerca das negociações sobre o jogo entre a Seleção Brasileira e a Seleção Russa , realizada em 28/08/1996, req. nº120, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, requerendo a transferência do sigilo telefônico de todos os telefones em nome da empresa MJF Publicidade e Promoções S/C LTDA , bem como do nº 11

256– 0259, req. nº121,de autoria do Senador José Eduardo Dutra, requerendo identificar a secretaria da empresa MJF de nome Ana Lúcia ,um fax endereçando à União de Futebol da Rússia , em 03/06/1996, bem como que esta senhora seja convocada a prestar depoimento a esta Comissão, req. nº122,de autoria do Senador José Eduardo Dutra, requerendo a convocação do Sr. Juan Figer , para prestar depoimento a esta Comissão. Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. Não havendo nada mais a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Declaro aberta a 12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 497/2000, destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol.

Submetemos à apreciação dos Srs. Senadores a Ata da 11ª reunião, realizada no último dia 07 de dezembro.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião de hoje destina-se a ouvir o Sr. Ricardo Teixeira, 53 anos, residente no Rio de Janeiro.

O depoente assina o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Convidamos o Sr. Ricardo Teixeira para assumir o seu posto junto à Mesa para iniciarmos os trabalhos desta Comissão. (Pausa.)

Há uma sugestão do Relator, Senador Geraldo Althoff: há apresentação de requerimentos inicialmente. Gostaríamos, então, que o Dr. Ricardo Teixeira aguardasse na sala ao lado, para que o Relator possa apresentar os requerimentos que devem ser motivo de deliberação na reunião de hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, os requerimentos são sigilosos, com a sala fechada?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não, não são sigilosos.

Com a palavra, para a apresentação dos requerimentos, o Senador Relator Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tenho absoluta certeza de que, para a totalidade dos Srs. Senadores, que nos honram com suas presenças, o dia 23 de outubro de 1998 nada representa. Mas, para mim, é uma data que se tornou de significação, quer queira, quer não, porque, nesse dia, falecia o ex-Senador Vilson Pedro Kleinübing, que, pelas circunstâncias já referidas, coube a mim substituí-lo no Senado Federal.

Sempre me considerei, antes e depois de assumir e de estar investido como Senador da República, como um cidadão comum; e, como um cidadão comum, procuro exercitar a função de Senador da República, representando com dignidade o meu Estado.

É bom lembrar a imagem do ex-Senador Vilson Pedro Kleinübing, quando da sua passagem pelo Senado, como uma pessoa da mais alta credibilidade; uma pessoa que lutou intensamente para que a gasthança pública fosse cada vez menor e cada vez mais aqueles que tivessem a oportunidade de gerir o dinheiro público o fizesse com a mais extrema e a mais sensata responsabilidade.

Por razões partidárias, assumi a responsabilidade de ser o Relator da CPI do Futebol. E, como incumbência partidária, assumi essa responsabilidade, mas também assumi a responsabilidade de como um cidadão que quer exercitar, quer queira, quer não, em tendo uma oportunidade, da melhor maneira possível, a sua função parlamentar. E quando a Comissão Parlamentar de Inquérito é instalada, o legislador, o fiscalizador passa a ter também uma função de caráter investigativo. E não é só a minha pessoa que está investida dessa função, mas também a exercitam todos os Srs. Senadores que nos honram com sua participação nesta CPI.

Na primeira oportunidade, já como Relator dessa Comissão, li o que diz a Constituição brasileira com relação às CPI's. E vou me permitir, novamente, ler o que diz o artigo 58, §3º, da Constituição Federal:

§ 3º – As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regulamentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento

de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Quero lembrar, novamente, lendo aos eminentes Senadores, o que diz o requerimento, o teor do requerimento que instalou esta Comissão Parlamentar de Inquérito, encaminhado ao Sr. Presidente da Casa:

Requeremos a V. Ex^a, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e do artigo 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes (depois passados para treze), para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos:

1 – sonegação de recolhimento de contribuições da Previdência Social por clubes e outras entidades futebolísticas, conforme noticiado amplamente pela imprensa;

2 – sonegação de pagamento de imposto por renda por clubes, jogadores e técnicos de futebol, consoante vem sendo noticiado pela imprensa e investigado pela Receita Federal;

3 – irregularidades referentes a vendas de passes de jogadores brasileiros para o exterior, tendo o Banco Central já constatado problemas relativos a essas transações abrangendo cerca de US\$40 milhões;

4 – irregularidades envolvendo clubes de futebol e bingos;

5 – possíveis ilegalidades existentes no contrato de patrocínio firmado entre a Confederação Brasileira de Futebol e a empresa de artigos esportivos **Nike**.

Faço esta leitura da Constituição Federal e do requerimento de constituição desta CPI exatamente para embasar e levar aos Srs. Senadores os requerimentos que apresento, os quais vou expor neste momento.

Gostaria que a nossa assessoria fizesse a apresentação, colocando uma transparência. (Pausa.)

Este é o quadro que nos cabe, dentro da CPI de Futebol instalada no Senado Federal: avaliar e investigar de maneira clara e consistente.

A Confederação Brasileira de Futebol, como entidade jurídica, os seus dirigentes, aqueles que participam da sua diretoria, devem ser avaliados de maneira clara para o encaminhamento e o desejo daquilo que se propõe a CPI. Da mesma maneira, as Federações têm que ser investigadas e, por consequência e extensão, os seus respectivos presidentes.

Se fôssemos investigar as vinte e sete federações constituídas no Brasil, com certeza estaríamos entrando num processo de dificuldade pelo volume de encaminhamentos necessários para que tal fato acontecesse. Por essa razão, trouxemos o caráter investigativo para as cinco federações de futebol que envolvem a quase totalidade do futebol brasileiro. Com certeza, envolvem mais de 90% do futebol brasileiro, colocando a Federação do Estado do Rio de Janeiro, a Federação de São Paulo, a Federação de Minas Gerais, a Federação do Rio Grande do Sul e a Federação do Estado do Paraná.

Paralelamente a isso, pelo significado que tem a Federação de Brasília como entidade representativa indireta, quer queira, quer não, da própria Confederação Brasileira de Futebol, entendemos colocar e inserir neste contexto também a Federação de Futebol do Distrito Federal. Em consequência, faremos a proposição no sentido de que os respectivos presidentes dessas federações tenham a possibilidade de serem investigados por esta CPI.

No terceiro quadro, entramos exatamente nos clubes de futebol do Brasil. E, dessa maneira, catalogamos clubes de futebol no Brasil que representassem e tivessem vinculação direta com essas federações, com as cinco maiores federações do Brasil e que, de uma maneira ou de outra, em algum momento, possam ter algum tipo de indício de algum envolvimento no processo, ou que tenha tido, em algum momento, indícios de algum processo de ilegalidade com relação à transação ou outro tipo de ação dentro do futebol. Para isso, catalogamos os seguintes clubes de futebol: Internacional, Grêmio, Vasco, Flamengo, Botafogo, Fluminense, Cruzeiro, Atlético, Palmeiras, São Paulo, Santos, Corinthians, Guarani, Atlético Paranaense e Coritiba.

Dentro desse raciocínio e dentro desse processo lógico de investigação que nos propomos a fazer, catalogamos uma relação de dirigentes de futebol que, quer queiram, quer não, tenham tido algum tipo de envolvimento, em algum momento, com algum processo de indício de algum tipo de ilícito com relação ao processo do futebol. Procuramos, propondo a quebra do sigilo bancário e dos sigilos fiscais desses dirigentes, ter as informações necessárias para exercermos a função proposta a partir do momento da criação desta CPI.

Referenciamos a necessidade da quebra do sigilo fiscal para, dentro de uma amostragem, podemos avaliar cada cidadão antes e depois de ter exerci-

do qualquer tipo de função em um determinado clube de futebol.

Vamos avaliar, desse maneira, o seu crescimento ou não com relação àquilo que faz referência dentro do seu sigilo fiscal. Quebramos o seu sigilobancário com a finalidade de investigar. Devemos investigar todas as pessoas que, quer queiram quer não queiram, apresentem, no trânsito desta CPI ou externamente, indícios de ilícitos em relação ao futebol. Por essa razão, propomos a quebra do sigilo bancário e fiscal dos seguintes dirigentes de clubes de futebol: Sr. Paulo Rogério Amoretti e Sr. Pedro Paulo Zachia, do Sport Club Internacional; Sr. Fábio André Koff, do Grêmio; Sr. Eurico Ângelo Miranda e Sr. Antônio Soares Calçada, do Vasco; Sr. Edmundo dos Santos Silva e Sr. Kléber Leite, do Flamengo; o Sr. Carlos Augusto Montenegro e Sr. José Luiz Rolim, do Botafogo; o Sr. Álvaro Barcelos, do Fluminense; o Sr. José Perrela de Oliveira Costa e Sr. César Masci, do Cruzeiro; Sr. Paulo Cury, do Atlético Mineiro, Sr. Mustafá Contursi Goffar Majzoub, do Palmeiras; Sr. Fernando Casal de Rey, do São Paulo; Sr. Samir Jorge Abdul-Hak, do Santos; Sr. Alberto Dualib, do Corinthians; Sr. Luiz Roberto Zini, do Guarani; Sr. Mário Celso Petraglia, do Atlético Paranaense e Sr. João Jacob Mehl, do Coritiba.

Dentro desse raciocínio e dando continuidade à informação e ao encaminhamento que queremos dar à CPI, refiro que os empresários de futebol, aqueles que entendemos necessários, já tiveram o seu sigilo bancário e fiscal quebrados por parte desta CPI através de requerimento aprovado pelos Senadores que a compõem. Restaria, dentro desse raciocínio e dentro desse encaminhamento, a quebra, se necessário for, a busca da investigação sobre os jogadores de futebol. Entendemos que, no momento oportuno, a partir da continuidade da própria Comissão Parlamentar de Inquérito, poderemos fazer esse tipo de encaminhamento.

Colocado isso, Sr. Presidente, vou fazer a apresentação dos requerimentos.

O primeiro requerimento foi apresentado por este Relator para a convocação do Sr. Rogério Luís Vianna, dono da Imperial Tours, e do Sr. Utulante Vignola, proprietário de agência de turismo Cetemar Turismo e Passagens Ltda., junto à Polícia Federal, exatamente pelas informações e pela situação da venda dos ingressos da Copa de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Submeto à apreciação dos Srs. Senadores o requerimento apresentado pelo Relator, Senador Geraldo Althoff.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, requeiro à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos fiscal e bancário, no período de 1996 a 2000, da empresa Lake Blue.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Submeto o requerimento aos Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, há um outro requerimento.

Requeremos à Justiça Federal, no Estado do Rio Grande do Sul, a cópia do Processo Criminal nº98/289.68/2, oriundo do Inquérito da Polícia Federal nº647/98. Vale registrar que esse requerimento, ou esse processo criminal, diz respeito a informações publicadas na imprensa hoje e noticiadas ontem pela TV Globo com relação a envolvimentos de clubes gaúchos deixando dúvidas a respeito da possibilidade de evasão de divisas e crimes contra a ordem tributária.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência para a Secretaria da Receita Federal dos documentos abrangidos pelo sigilo bancário encaminhados a esta CPI relativos à empresa Traffic Assessoria e Comunicações Sociedade Civil Ltda.

Entendemos que as posições colocadas no de-poimento do Presidente dessa empresa devem a esta CPI, por consequência, subsidiar as investigações fiscais, no caso da Receita Federal, encaminhando essa documentação bancária.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminent Relator, não tenho nada que seja encaminhado contra à Secretaria da Receita Federal, apenas indagaria do Senador Geraldo Althoff se a Secretaria da Receita Federal oficiou solicitando que fosse encaminhado.

Se não solicitou, sugeriria a V. Ex^a para que ficássemos “arquivos”, como fizemos na CPI dos Precatórios, e que a iniciativa fosse deles para mostrar que esta Comissão está atenta.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Oficialmente não recebemos essa solicitação; de maneira ofíciosa, sim.

O SR. BERNARDO CABRAL – Então, diria a V. Ex^a que pode requerer que eles mandam oficialmente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Com certeza, e nos resguarda de eventuais adversidades futuras.

O SR. BERNARDO CABRAL – Exatamente.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Obrigado pela ponderação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que oprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeiro ao Procurador-Geral da República cópias dos processos instaurados relacionados com indícios de fraudes fiscais e cambiais na transferência de jogadores para o exterior.

O requerimento explica-se por si só.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que oprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, ontem a televisão mostrou alguns fatos de negociação no exterior e não o fechamento de processo cambial, declarados até por presidentes de clubes. Será que alguém manteve os no mês? Faz referência a esse requerimento?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Faz referência a esse requerimento que apresentamos e a esse processo.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito. Porque ontem foi muito claro e muito contundente. Ficou claro pelo próprio reconhecimento de quem fez a operação, entrou em dinheiro e não houve a operação cambial.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Muito obrigado pela sua colocação, Senador Romeu Tuma.

Requeiro cópia dos contratos de parcerias e seus aditivos firmados até o presente pelos seguintes

clubes de futebol: Clube de Regatas Vasco da Gama, Flamengo, Fluminense Futebol Clube, Botafogo Futebol Regatas, São Paulo Futebol Clube, Santos Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras, Esporte Clube Corinthians Paulista, Guarani Futebol Clube, Cruzeiro Esporte Clube, Clube Atlético Mineiro, Grêmio Futebol Porto-alegrense, Esporte Clube Internacional, Clube Atlético Paranaense, Curitiba Futebol Clube.

Os clubes de futebol vêm firmando contratos, e nós queremos ter informações basicamente a respeito desses contratos para melhor encaminhamento dos procedimentos a serem feitos pela CPI.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por último, nessa primeira pasta, nós requeremos que seja convidado para prestar depoimento nesta Comissão o Deputado Federal Robson Tuma. A justificativa do convite deve-se ao trabalho significativo que o Deputado Federal Robson Tuma fez na CPI do Narcotráfico numa subrelatoria de lavagem de dinheiro. Tivemos, durante a semana passada, conhecimento de relações de assuntos pertinentes a esta CPI e a CPI do Narcotráfico. Por consequência disso, nada mais pertinente do que o brilhante Deputado Robson Tuma estar aqui conosco, num momento oportuno, para avaliar esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Dentro desse escândalo apresentado, da necessidade de fazer um caráter investigativo de cima para baixo, já tendo sido quebrado os sigilos bancário e fiscal da Confederação Brasileira de Futebol, requeremos que sejam quebrados os sigilos bancários dos seguintes dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol.

Requeiro à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Ricardo Terra Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol. No mesmo teor, a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Marco Antônio Teixeira, ex-dirigente da Confederação Brasileira de Futebol. A transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. José Carlos Salim, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol.

ração Brasileira de Futebol. A transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Antônio Osório Ribeiro Lopes da Costa, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol. A transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Alfredo Nunes, ex-dirigente da Confederação Brasileira de Futebol. A transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Carlos Eugênio Lopes, dirigente da Confederação Brasileira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não havendo óbices da parte dos Srs. Senadores, colocamos em votação em bloco os requerimentos apresentados pelo Sr. Geraldo Althoff.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, queria um esclarecimento. Já foi quebrado o sigilo da instituição, agora pretende-se quebrar o sigilo dos dirigentes. O meu voto é contrário à quebra do sigilo fiscal dos dirigentes. Por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, uma colocação. Hoje vamos ouvir o Dr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF. Seria de bom senso, a não ser que algo justifique a emergência, a circunstância, que ouvíssemos primeiro o depoente para que depois esta CPI decidir se quebra ou não o sigilo fiscal dele e de quem mais houver necessidade. Essa é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Continua livre a palavra. Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Relator, Senador Geraldo Althoff, apresentou uma linha de raciocínio que está norteando a investigação da CPI que, a meu ver, não é exclusivamente do Relator. É uma linha de investigação que vem sendo referendada pelo Plenário da CPI. Eu acho que a CPI tem que tomar cuidado para não passar a impressão de que ela, com guns, adota um procedimento; com outros, outro procedimento. A CPI quebrou, com o voto, se não me engano, unânime do Plenário desta Comissão, o sigilo bancário e fiscal do Sr. Wanderley Luxemburgo, antes inclusive desse depoimento. Procedimento esse que foi fundamental na inquirição do Sr. Wanderley Luxemburgo. Nesse sentido não vejo porque a CPI não vai adotar o mesmo procedimento. Até porque existem indícios, suspeitas, notícias de possíveis vinculações desses dirigentes que estão sendo objeto desse requerimento, e também os outros, de clubes, com atividades ilícitas. Indícios, suspeitas que só poderão se confirmar ou não a partir exatamente da quebra do sigilo.

Nesse sentido, encaminho favoravelmente aos requerimentos propostos pelo Relator, porque entendendo que não há nenhuma justificativa, a não ser que a CPI resolva colocar o Sr. Wanderley Luxemburgo como o cristo, como alguém a ser imulado e adotar tratamento diferenciado com relação a outros sobre os quais recaem indícios, suspeitas exatamente idênticas aos que recaiam sobre o Sr. Wanderley Luxemburgo quando foi aprovado o requerimento de quebra dos sigilos bancário e fiscal dele.

Por isso, encaminho favoravelmente aos requerimentos do Relator.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, para encaminhar a votação.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, eu comprehendo a preocupação do Senador Bernardo Cabral.

Apenas para esclarecer o que tem ocorrido nesta CPI, a conduta do Relator e do Sr. Presidente. Nenhum dos depoimentos ou de providências solicitadas têm sido feitas no calor de uma discussão. Percebo de perto, talvez com um pouquinho de experiência em investigação policial, o cuidado de V. Ex^as em fazer os encaminhamentos de quebra de sigilo, os depoimentos, os interrogatórios, todos precedidos de uma investigação preliminar que, nos depoimentos, nas perguntas, se vê claramente que há um estudo anterior, tranquilo e que tenho certeza com o apoio daqueles que têm auxiliado esta CPI.

De forma que o Senador Geraldo Althoff tem um cuidado e um zelo, às vezes, nas conversas particulares, de não cometer injustiça. Tem, às vezes, uma preocupação angustiosa. Ontem, ainda, senti isso no café, quando conversava com S. Ex^a sobre a sua angústia em prever provisões. Porque o que S. Ex^a menos quer é praticar uma injustiça que expõe a alguém que não possa ser investigado, apenas pelo prazer de poder trazê-lo aqui, que não possa ter uma repercussão na mídia. Então, eu fico, sem dúvida nenhuma, com as propostas dos Senadores Geraldo Althoff e Bernardo Cabral, apesar de sabere conhecer profundamente as preocupações de ordem jurídica do Senador Bernardo Cabral. E todos os alertas que S. Ex^a sempre fez nas CPIs de que participou e também é zelando pelo bom resultado das mesmas.

De forma que tenho certeza de que há necessidade de quebra de sigilo de dirigentes que já assumiram publicamente que operaram, provavelmente por

aquelas razões do “Caixa II”, que paga jogador, recebe dinheiro de fora, não digo que por ignorância deixam de contabilizá-los ou de fechar contrato de câmbio, porque esse negócio de trazer em dinheiro 500 milhões, um bilhão, não sei o quê, não dá para ninguém trazer na carteira.

Então, queria mostrar como tem sido conduzida esta CPI.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem.

Como fui citado, gostaria de dar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, devo declarar, logo de saída, que eu não conheço nenhum desses dirigentes da CBF, à exceção do Presidente Ricardo Teixeira, com quem não tive vínculo maior de amizade, nunca freqüentei a sua casa – a CBF; estou aqui, Sr. Presidente, **ad cautelam**, para que não se misturem todos ao mesmo tempo.

Todos sabem da amizade que me une ao Senador Geraldo Althoff. Não posso atestar, porque não tenho, no sentido, a competência jurídica para isso, mas a idoneidade moral do Senador Geraldo Althoff está acima de qualquer circunstância.

O Senador Geraldo Althoff não está na relatoria para perseguir esta ou aquela pessoa. A minha cautela, Sr. Presidente, é exatamente a cautela do nobre Senador Renan Calheiros.

Por enquanto – e foi o que eu disse – que se aguarde.

Queria apenas dizer ao Senador José Eduardo Dutra que eu não tenho nada a opor a sua argumentação.

Mas antes de ouvir e de votar pela quebra do sigilo do técnico de futebol Luxemburgo, ouvir aqui, em caráter reservado, o depoimento que a senhora prestou e o Senador Geraldo Althoff me fez a justiça.

Se não tivesse sido uma interrogação, uma investigaçãominha, não teríamos chegado à quebra do sigilo dele. É a mesma cautela que estou tendo. Não quero que amanhã se leve a um pelourinho por antecipação quem não tenha nada com isso. Não tenho. Por mim, se quebrar o sigilo de todos. Mas, no momento oportuno

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª me concede um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero lembrar que V. Exª faz referência ao depoimento da ex-secretária de Wanderley Luxemburgo, mas também, em um depoimento, também secreto, do jornalista Juca Kfouri, ele passou informações para a CPI que, no meu entendimento, justificam a quebra desses sigilos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Foi quebrado o sigilo do jornalista Juca Kfouri? Não! É só o que eu queria saber.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Exª me permite um aparte rápido?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muito prazer.

O SR. RENAN CALHEIROS – Concordo inteiramente com o que foi colocado pelo Senador Bernardo Cabral e acho, Sr. Presidente, Sr. Relator, que se tivermos um fato discutível que justifique a quebra do sigilo bancário dessas pessoas, de pronto eu gostaria de dizer que concordo inteiramente. Se houver um fato, também gostaria de saber deste fato, para que possamos agora mesmo quebrar o sigilo dessas pessoas e de quantas outras pessoas houver necessidade de quebrarmos também o sigilo.

Agora, se não há um fato, se não há uma evidência, se já foi quebrado o sigilo fiscal e bancário da própria entidade ou das entidades envolvidas, e se vamos ouvir o depoente, nada mais prudente que possamos ouvir o depoente e, diante do que for colocado aqui, aprofundado evidentemente nos debates, possamos, claro, na sequência, quebrar o sigilo bancário dele ou de qualquer um.

Mas o bom senso não recomenda que façamos a inversão, a não ser que haja um fato. E se houver um fato, eu gostaria de saber. Seria importante também que todos soubessem nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para colocar a minha posição favorável ao caminhamento do Relator Geraldo Althoff e até dizer que eu próprio já havia, com relação a um desses dirigentes, solicitado na minha avaliação particular, porque os indícios eram e são mais do que públicos, sempre procurei, em vez de primeiro fazer uma solicitação oral aqui, conversar com o Relator, conversar com a Mesa dirigente. Sempre tive, de parte do Senador Geraldo Althoff, vários momentos de ponderação, no sentido de que se evitasse fazer a coisa fora do momento correto.

Foi dada aqui uma explicação a respeito. Creio que, ao se solicitar a quebra do sigilo, não se está por antecipação condenando absolutamente ninguém. Está-se solicitando a possibilidade de se ter um instrumento para dar consequência ao objeto desta CPI, à finalidade desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Entendo que isso é absolutamente necessário. Ninguém tem tratado essa questão do sigilo, no Senado, com levianidade. Isso não tem sido o caso. O sigilo é exclusivamente para facilitar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Votei a favor da quebra do sigilo da Sra Renata Alves, do Sr. Wanderley Luxemburgo e do empresário J. Hawilla, da Traffic. Acho que o noticiário que envolve esses dirigentes é público. Depoimentos de autoridades feitos aqui mostram indícios públicos de tentativa de se evitar o pagamento de contribuições devidas ao Erário.

Quero apoiar a proposta do Relator, Senador Geraldo Althoff, reconhecendo as ponderações daqueles que são contrários, mas entendendo que a quebra do sigilo é fundamental para a continuidade das investigações.

O SR. BERNARDO CABRAL – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho a impressão de que o Senador Renan Calheiros e eu não nos colocamos contrários à quebra do sigilo, mas sim no momento oportuno. Ouvi o Sr. J. Hawilla trazer a sua quebra espontaneamente.

Ainda há pouco, o Senador Camata me dizia que deveríamos ter cuidado, porque o Supremo derribou a quebra do sigilo de 12 cidadãos implicados com o narcotráfico. Na quebra do sigilo, não havia ficado determinado.

O que o Senador Renan Calheiros ponderou é que ouçamos e, a seguir, possamos decidir. Não estou aqui a favor de que se quebre ou não quebre o sigilo. Quero quebrar consciente do que estou fazendo. Não estou contra os meus companheiros que têm uma posição contrária. Quero externar a minha com toda a sinceridade.

Obrigado pelo aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Ex^a me concede um rápido aparte?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS – Novamente, Sr. Presidente, na linha do que foi colocado aqui pelo Senador Bernardo Cabral, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que não sou contra a quebra do sigilo bancário de nin-

guém. Esta CPI não pode impor-selos limites. Tudo o que for necessário fazer, no rumo da melhor investigação, sem dúvida tem que ser feito.

Seguindo a lógica do bom-senso, acho que devemos ouvir o depoente e, em seguida, se for necessário, quebrar o seu sigilo bancário ou de quantos forem necessários.

Acho que isso, na linha do que foi colocado com relação à eficácia jurídica da investigação, é fundamental. Porém, se houver um fato indiscutível, público, que, de antemão, justifique isso, uma denúncia robusta, consistente, com testemunhas, com fatos, com números, com desvios, com sonegação, é claro que temos que quebrar o sigilo. Acho que esse é o pensamento do Senador Bernardo Cabral. Mas se não houver isso, é recomendável, é de bom-senso que ouçamos as pessoas. Depois dessa reunião continua, para que possamos fazer, aí, sim, o que for necessário para o aprofundamento da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Continua com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, que havia concedido um aparte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Se o Senador Maguito quiser um aparte, eu o concedo com muita honra.

Na verdade, Sr. Presidente, trata-se de uma convicção. Tenho convicção de que o depoimento, aqui, do Sr. J. Hawilla, pela experiência que temos em relação aos acontecimentos no futebol brasileiro...

Eu trabalhei, durante muito tempo, na crônica esportiva do meu Estado, Mato Grosso. Tenho certeza absoluta de que qualquer emissora de rádio – não precisa ser de televisão não – de Cuiabá, capital do meu Estado, que tivesse aquele contrato de R\$250 mil por ano com a Confederação Brasileira de Futebol, teria lucro com uma partida da seleção brasileira em Cuiabá. Não seriam necessárias duas; bastaria uma, sem precisar de transmissão direta para o Brasil inteiro. Seria suficiente. Em qualquer capital é assim. E os cronistas esportivos do Brasil inteiro que assistem a mim sabem que é assim, sabem que isso é verdadeiro.

No depoimento aqui, na reunião secreta, do jornalista Juca Kfouri, também foram colocados fatos que não podemos comentar, mas são exageradamente suficientes. Mas isso é uma questão de fôrío íntimo e de convicção pessoal.

A minha convicção pessoal me impõe a favor da proposta do Senador Geraldo Althoff.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Apenas por dever de ofício, devo informar aos Srs. Senadores

que a iniciativa do Senador Althoff, de apresentar esse número significativo de requerimentos no dia de hoje, é exatamente para proporcionar à equipe que assessorá a CPI trabalhar durante o recesso, na busca de todas as informações para a agilização dos trabalhos desta CPI, a fim de que ela possa ter conclusão no tempo mais curto possível, já que é interesse do Senado apresentar uma proposta de legislação que possa vigorar imediatamente após os trabalhos desta Comissão.

Portanto, essa é a razão da apresentação em número elevado de requerimentos propondo provisões durante o recesso parlamentar.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, que a havia solicitado.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, apenas para tentar colaborar com os trabalhos da Mesa.

Todas as decisões aqui têm sido tomadas por unanimidade. Nesse caso, há dois Senadores que se opõem, por motivos óbvios e até comprehensíveis. Se esse requerimento for aprovado ou não, agora ou no final, não vai interferir em nada nos trabalhos desta CPI. Assim, gostaria de fazer um apelo à Mesa no sentido de colocar o requerimento no final, porque não vai resolver nada ele ser votado agora ou após a oitiva do Presidente Ricardo Teixeira.

Dessa forma, para que não se perca tanto tempo discutindo se isso se deve ou não, e em razão – volto a repetir – de que isso não alterará o andamento dos trabalhos da Comissão, faço um apelo ao bom senso para que ele seja colocado, então, após a oitiva do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço a colaboração do Senador Maguito Vilela, mas entendo que seria inoportuno adiar a deliberação desses requerimentos, já que todos nós sabemos que, ao final das reuniões, nunca há **quorum** para deliberação. Esses depoimentos duram, muitas vezes – como foi o caso do depoimento de Wanderley Luxemburgo – seis horas.

Portanto, lamentamos rejeitar essa solicitação do Senador Maguito Vilela, em razão do pragmatismo que deve conduzir os trabalhos desta CPI.

Com a palavra o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, comproendo as preocupações do Senador Bernardo Cabral e do Senador Renan Calheiros – inclusive, ambos foram Ministros da Justiça. O Senador Bernardo Cabral, com sua longa experiência, é uma pessoa zelosa, tem preocupação com

a CPI. Creio, no entanto, que aprovamos a quebra de sigilo bancário de várias pessoas, e foram aprovadas por unanimidade. O Senador Geraldo Althoff encaminhou a proposta para aprovar o requerimento de quebra de sigilo bancário de vários cidadãos, e foi aprovada pelos Srs. Senadores aqui.

De repente, o Senador José Eduardo Dutra tem razão, porque não podemos transformar isso aqui num fórum privilegiado de ninguém. Isso que ele colocou é verdade. Senão acaba acontecendo o seguinte: determinadas pessoas terão mais privilégios que outros.

Portanto, acho que a proposta do Senador José Eduardo Dutra procede e concordo com a proposta do Relator. Meu voto é favorável à quebra de sigilo bancário do Sr. Ricardo Teixeira antes de ouvi-lo, assim como aconteceu com os demais.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Solicitou a palavra também o Sr. Agnelo Alves.

O SR. AGNELO ALVES – Sr. Presidente, participo das preocupações dos Senadores Renan Calheiros e Bernardo Cabral. Porém, sou favorável 100% à quebra de sigilo bancário, inclusive de nós próprios, que decretamos quebrar o sigilo bancário de terceiros.

Não vejo como uma precipitação, a não ser de acordo com os esclarecimentos prestados por V. Ex^a, o receio de que, ao final, não tenhamos número, o que é lamentável para nós, porque uma decisão desse tipo deve ser tomada inclusive pelo voto nominal ao final da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Encerrada a discussão.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias) – Pois não, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, como membro desta Comissão, como alguém evidentemente que tem preocupação com o aprofundamento da investigação, e já que acabamos de ouvir os argumentos de V. Ex^a com muita convicção com relação à necessidade da inversão da ordem da pauta da reunião de hoje para que possamos quebrar sigilos bancários, eu gostaria, Sr. Presidente – talvez V. Ex^a ajudadas se no convencimento de cada um –, de saber quais os fatos que justificam isso. Se houver um fato que justifique isso, o Brasil evidentemente precisa saber, e esta Comissão muito mais ainda.

Vim com muita convicção na colocação de V. Ex^a; muita convicção. Então, V. Ex^a deve ter informações que talvez não tenhamos. Nós não temos, e eu não estou

aqui para evitar a quebra dos sigilos bancários e fiscais de ninguém; absolutamente de ninguém. Fiz uma ponderação para que fizéssemos isso depois do depoimento, mas se V. Exª tem um fato que justifique, sinceramente eu gostaria de saber. Nesse caso, concordo com a inversão da pauta da reunião, que foi convocada para que ouvíssemos o depoente. O Brasil também gostaria de saber. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Geraldo Althoff, autor desses requerimentos, apresentou uma rápida justificativa.

Consulto se deseja, em atenção às ponderações dos Senadores Renan Calheiros e Bernardo Cabral, apresentar as razões que o levaram a propor os requerimentos.

São várias justificativas.

O SR. RENAN CALHEIROS – Se V. Exª pudesse fazer a leitura da justificativa seria bom, porque nós não a conhecemos. A prática nas Comissões é no sentido de que os requerimentos sejam distribuídos com antecedência. Para muitos deles, é necessário que haja um parecer, por escrito, pelo próprio Relator – aliás, nós o obtivemos -, mas não conhecemos a justificativa. É importante que a conheçamos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Lerei a justificativa.

O requerimento de instalação desta CPI foi claro em elencar, como fato determinado, a apuração de irregularidades que estariam sendo praticadas pela gestão da CBF.

Os poderes constitucionais da CPI garantem a esta a possibilidade legal de investigar, a fim de apurar todos os seus fatos determinados.

A indissolúvel união entre o comportamento dos dirigentes da CBF e as diversas entidades do futebol torna essencial a transferência dos sigilos, ora requeridos, como elemento essencial para a efetiva instrução das investigações.

O Sr. Carlos Eugênio Lopes compõe a diretoria da CBF, sendo indispensável a análise de suas contas bancárias, bem como declarações fiscais, visto que somente com o cruzamento das informações dos diversos participantes da estrutura do futebol poderá-se conseguir estabelecer as conexões materiais entre os mesmos.

Quanto ao Sr. Alfredo Nunes.

O requerimento de instalação – aí repeete a mesma justificativa inicial... O Sr. Alfredo Nunes foi importante dirigente da CBF, sendo essencial a análise de suas movimentações bancárias, bem como declarações fiscais, visto que somente com o cruzamento

das informações dos diversos participantes da estrutura do futebol poderá-se conseguir estabelecer as conexões materiais entre os mesmos. As razões que motivaram o requerimento são as mesmas. Consulto o Senador Geraldo Althoff se deseja acrescentar mais informações além das apresentadas por escrito.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu me reportei, no início da minha fala, justificando a amplitude dos requerimentos propostos de que ao parlamentar cabe uma ação fiscalizadora e legisladora. Fiscalizadora do Poder Executivo e legisladora inerente à própria função. E de que, na excepcionalidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, veste-se o parlamentar do caráter investigativo, e é este o caráter que estamos dando com dificuldades, como disse o Senador Romeu Tuma, com angústias, mas esse encaminhamento e esse caráter investigativo seria comprometido a partir do momento em que nós tivéssemos inviabilizado a quebra do sigilo bancário das pessoas referidas e solicitadas.

E mais ainda, existem indícios de que eu não me permitiria neste momento tornar público, Senadores Renan Calheiros e Bernardo Cabral, mas faz-se necessário. Dêem um voto de confiança ao Sr. Relator, dêem um voto de confiança na responsabilidade com que estamos exercitando essa função e que há necessidade, para que o processo investigativo dos fatos determinados no requerimento de constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que nós tenhamos a quebra dos sigilos bancários e fiscais das pessoas referidas. Espero que nada encontremos. Espero que aquilo que temos como suspeita nada se concretize. Esse é o nosso desejo não só quanto a essas pessoas, mas também quanto a toda e qualquer pessoa que, porventura, tenhamos a necessidade de quebrar o seu sigilo bancário ou o seu sigilo fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Vamos colocar em votação nominal e, antes disso, quero aduzir às palavras do Senador Geraldo Althoff que a quebra do sigilo não implica em nenhum tipo de julgamento precipitado. Ao contrário, significa a oportunidade de se apresentar um diploma de correção àqueles que nada de vem. Tanto é que vários aqui nessa CPI já ofereceram o seu sigilo bancário à disposição desta Comissão.

Gostaria também de adiantar que nenhum sigilo bancário quebrado por esta Comissão, ou nenhum ponto de qualquer sigilo, nenhum item de qualquer movimentação bancária será transferido a terceiros.

Exemplo disso foi a solicitação do advogado do Sr. Wanderley Luxemburgo, nem mesmo ao advogado da pessoa envolvida esta CPI forneceu documentação solicitada.

É um compromisso que a assessoria técnica desta Comissão, especialmente o Relator, a quem cabe o contato permanente com a documentação que chega, é o compromisso da Mesa dirigente dos trabalhos desta CPI de não permitir qualquer tipo de vazamento de qualquer informação que possa ser privilégio desta Comissão.

Dito isto, Srs. Senadores, vamos colocar em votação, e o voto será nominal. Votaremos em bloco a quebra de sigilo solicitada pelo Senador Geraldo Althoff, referente aos dirigentes da CBF – os requerimentos foram aqui lidos.

Passa-se à votação nominal.

Senadores do PMDB. Senador Renan Calheiros, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, levando em consideração a posição adotada quanto a este assunto, eu gostaria de dizer, ao declarar o meu voto, que não sou contra a quebra de sigilo bancário ou fiscal de absolutamente ninguém. Como Ministro da Justiça, na Comissão que se ocupou da reforma do Poder Judiciário, na Câmara dos Deputados, defendi que não houvesse sigilo bancário no Brasil.

Não sou é favorável à precipitação – repito – de invertermos a ordem de uma reunião para quebrar o sigilo fiscal e bancário antes do próprio depoimento. Se eu fosse o Sr. Ricardo Teixeira ou qual quer um dos outros citados nos requerimentos, eu colocaria à disposição desta Comissão Parlamentar de Inquérito o meu sigilo fiscal e bancário. Acho isso fundamental.

Lamento, entretanto, que não tenhamos nenhum fato especificado, nem na justificativa nem no depoimento nem na defesa do nobre Relator, por quem temos o maior respeito. A única coisa palpável é o voto de confiança que ele pediu – aliás, ele sempre teve nesta Comissão, e é merecedor disso.

Gostaria de dizer que, nestas condições, sou contrário à quebra do sigilo fiscal e bancário. Gostaria de votá-lo depois, porque, depois deste depoimento, talvez decidamos que o melhor seja esperar pelo recesso, oportunidade em que teremos mais informações para aprofundar a investigação, a quebra de outros sigilos fiscais e bancários. Acho até que seria muito bom se isso acontecesse.

Sinceramente, não entendo o por quê da inversão da pauta da reunião para isso, a não ser que seja uma jogada de **marketing** ou algo que justifique uma

atitude dessas. O nosso papel aqui é, no próprio depoimento, cobrar do Dr. Ricardo Teixeira que ele coloque o seu sigilo à disposição da Comissão. Isso é óbvio, é natural. As perguntas que vamos fazer são todas na linha de colaborar com a investigação sobre ele e sobre os outros investigados.

Repetindo e deixando claro o meu voto: sou favorável, em regra geral, à quebra de sigilo de todo mundo; sou contra a inversão desta pauta e gostaria de votar a quebra do sigilo depois do depoimento que o depoente fará em breve.

Portanto, abstenho-me de votar.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Primeiramente, quero registrar o voto do Senador Renan Calheiros com sua declaração de abstenção.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, abstenho-me agora, já que não houve o fato – em havendo o fato, voto favoravelmente. Se deixarmos para votar depois e houver um fato que justifique, voto favoravelmente. Enquanto não houver, abstenho-me na linha da melhoria eficácia jurídica dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Abstenção.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem. A preliminar é prejudicial. O Senador Renan Calheiros levanta uma preliminar prejudicial. Ele quer votar pela quebra, mas ao final.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Quero, exatamente, esclarecer a questão da inversão de pauta. Na verdade, não houve uma inversão de pauta, uma vez que tem sido este o procedimento desta CPI em todas as reuniões. A deliberação se dá no momento em que é apresentado o requerimento em qualquer fase da reunião, desde que haja **quorum**. Em todas as reuniões, desde a primeira, esse foi o procedimento adotado e, sendo assim, firmou-se jurisprudência.

De outro lado, já iniciamos o processo de votação destes requerimentos e gostaríamos de dar continuidade a esse trabalho, com a compreensão de todos os Srs. Senadores e, especialmente, do Sr. Bernardo Cabral. Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Maguito Vilela. Como vota V. Ex^a?

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, vou votar favoravelmente, dizendo que, desde que fui candidato a governador de Goiás, quebrei o meu sigilo bancário, coloquei-o à disposição de todos os brasileiros. Acho, no entanto, que a Mesa está tomando uma decisão errônea e vou justificar meu ponto de vista.

Dois Senadores dois mais experientes nesta Casa, dois ex-ministros da Justiça, lançam mão de um argumento que, a meu ver, não prejudica em nada o andamento dos trabalhos desta Comissão e que, amanhã, poderá servir de argumento jurídico para que essa quebra seja sustada pelo Supremo Tribunal Federal. Por isso, quer insistir novamente no bom senso, para que V. Ex^a deixe, porque essa questão de ter ou não **quorum** é uma questão de responsabilidade.

Quero dizer que sou Senador desta Comissão e tenho participado de todas as reuniões. Sou o primeiro a chegar e o último a sair. Esta é uma questão de responsabilidade: ter **quorum** ou não. A responsabilidade nossa, como membros dessa CPI, é de estarmos aqui em todos os momentos, até para que não haja esse tipo de precipitação que prejudique o andamento da CPI.

Por isso, quero insistir, mesmo votando a favor, para que V. Ex^a coloque esse requerimento ao final dos trabalhos, justamente para que amanhã não haja nenhum prejuízo ao melhor andamento dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência sempre tem o maior prazer em acatar as solicitações tanto do Senador Maguito Vilela quanto dos demais Senadores, mas infelizmente nesse caso há impossibilidade. Já que estamos no processo de votação, não há como reverter uma situação já decidida de forma conclusiva. Iniciamos o processo de votação, e ele é irreversível.

E mais uma vez quero afirmar que é o procedimento adotado por essa CPI desta sua primeira reunião. Inclusive fez-se público o fato de que hoje votaríamos inúmeros requerimentos, dada a importância dessa deliberação na última reunião da CPI, a fim de que se proporcione à equipe que trabalhará durante o recesso a oportunidade de aprofundar as investigações.

O voto do Senador Maguito Vilela é, portanto, favorável. É claro que com a declaração de voto.

Gostaria de solicitar a compreensão dos Srs. Senadores, já que encerramos a discussão, para que o voto seja declarado sem maiores comentários, a menos que seja fundamental para...

Estou pedindo uma colaboração. Não estou proibindo, Senador Gilvam Borges. Apenas estou pedindo a colaboração, até porque temos um depoimento a ser colhido a seguir, mas V. Ex^a poderá justificar seu voto. Gostaria apenas que, com a sua compreensão, o fizesse de forma sintetizada para colaborar com os

trabalhos, já que V. Ex^a sempre colaborou, e bastante, com os nossos trabalhos.

Como vota o Senador Gilvam Borges?

O SR. GILVAM BORGES – Serei bem objetivo, bem...

Primeiro, Sr. Presidente, quero registrar os meus protestos. É lamentável que o depoente, seja ele qual for, não tenha a oportunidade de fazer as suas declarações e opinar. Sinto-me devidamente constrangido em votar, embora tenha a obrigação de votar agora porque a votação está em curso. Se há necessidade de quebrade sigo o banco de todas as investigações, de se fazer isso sumariamente, não há por que ouvir o depoente. Acho que ele teria o direito de ser ouvido e, ao final, votaríamos. Quero registrar os meus protestos aqui.

Sei que a maioria dos colegas protestam e votam "sim", porque levam em conta a imprensa, para dar uma satisfação, como falou aqui o Senador Renan Calheiros. Se é um problema de **marketing**, tudo bem. Em protesto, voto contra. Gostaria de ter ouvido o depoente antes para votar "sim", porque acho que o depoente teria esse direito. Caso contrário, não justificaria o depoente estar aqui, qualquer um deles.

Contra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Voto "não" de Gilvam Borges.

Apenas mais um esclarecimento em relação ao que foi dito anteriormente: a decisão da quebra do selo bancário será adotada democraticamente, não por imposição da Mesa, mas com a participação de todos os Srs. Senadores, pelo voto.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não. Desculpe, Sr. Presidente, mas havia uma prejudicial – e volto a falar – que não foi levada em conta. Antes de o Senador Renan Calheiros expor o seu voto, declarei que era uma prejudicial e que deveria ter sido colocada em votação. E não foi, Sr. Presidente. Ficamos apenas nisso que registrar o nosso voto. Peço a V. Ex^a – e o assunto está superado – que ficasse registrado em ata que consegui levar essa preliminar, que era a da prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Apenas, Senador Bernardo Cabral, com todo o respeito que V. Ex^a nos merece, por ser comprovadamente um grande jurista, conhecedor dos regimentos da Casa, já estávamos em processo de votação quando a preliminar foi suscitada pelo Senador Renan Calheiros.

O SR. BERNARDO CABRAL – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Por isso foi inviável qualquer deliberação sobre a preliminar.

O SR. RENAN CALHEIROS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar claro que a preliminar foi colocada durante a discussão do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Ex^a colocou a preliminar quando foi anunciar o seu voto.

O SR. RENAN CALHEIROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Quando nós colocamos em votação.

O SR. RENAN CALHEIROS – No meu voto, eu repeti pela terceira vez os argumentos.

Eu queria, Sr. Presidente, para encerrar e sem pretender tumultuar o processo de votação – não é esse o meu objetivo –, deixar claro o ineditismo em caminhamento desta votação. É a primeira vez que acontece isso aqui, no Senado Federal, numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque o bom senso diz o seguinte: ou ouvimos os depoentes, a partir do que os depoimentos colocarão, você quebra o sigilo para confrontar o depoimento com o sigilo, ou, então, você tem um fato e quebra o sigilo antes e aproveita os dados do sigilo para interrogar o depoente. É a lógica de qualquer investigação.

Eu queria apenas deixar claro o ineditismo.

O SR. AGNELO ALVES – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu gostaria de dizer que somente uma consulta às notas taquigráficas nos levaria à conclusão de ter sido a preliminar levantada antes ou depois. No entanto, creio que a melhor forma de decidir é pelo voto.

Se a Mesa concordar, se o Sr. Relator concordar, já que ele é o autor da proposta, nós submetemos a votação a preliminar. Não em razão do que alega o Senador Renan Calheiros: de que há ineditismo na condução deste processo.

Pode ocorrer aí dúvida em relação a se suscitar a preliminar durante o processo de votação ou antes do processo de votação.

Nós vamos colher então, rapidamente, o voto relativamente à preliminar, para que não paire dúvida sobre a forma isenta pela qual se deseja conduzir os trabalhos desta CPI. É preciso que isso fique claro.

E eu vou enfatizar mais uma vez: da mesma forma que respeitamos os Srs. Senadores, queremos a

retribuição do respeito. Não pode ficar dúvida alguma sobre a isenção com que queremos conduzir os trabalhos desta CPI. Não pode pairar dúvida a respeito da isenção com a qual trabalha o Senador Relator Geraldo Althoff.

Por isso, vamos submeter a preliminar do Senador Renan Calheiros a voto. E eu pediria, agora, que não houvesse declaração de voto sobre a preliminar, para que nós possamos agilizar os trabalhos desta CPI, no dia de hoje.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas para uma questão, Sr. Presidente.

V. Ex^a está anulando o início da votação?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Exata mente.

O SR. ROMEU TUMA – Está anulado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Anulamos o início da votação e retomamos a preliminar.

Senador Renan Calheiros, V. Ex^a vota sua proposta posterior ao depoimento?

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, votou favoravelmente à proposta nalinha de que o bom senso recomenda: ou quebramos o sigilo antes, diante de um fato...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Creio que seria dispensável essa declaração de voto, porque o Senador já justificou a sua proposta.

Senador Maguito Vilela, como vota V. Ex^a?

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, deixe-me votar!

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Ex^a já votou favoravelmente, já que a proposta é de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, estou concluindo!

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Então, con clua, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS – V. Ex^a está me cassando a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não. Aqui não há caçadores.

O SR. RENAN CALHEIROS – Aliás, eu não esperaria isso de V. Ex^a, até porque V. Ex^a é Presidente desta Comissão, inclusive em deferência ao meu Partido, o PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A quem já agradeci publicamente. Quanto a isso, V. Ex^a pode ter tranquilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS – Estou apenas lembrando quando V. Ex^a diz que não pode pairar dúvida sobre a isenção da Presidência, nós nunca tive-

mos dúvida disso, tanto que escolhemos V. Ex^a. Por isso, estamos discutindo o encaminhamento. E não se pode votar uma preliminar sem que se explique o que é uma preliminar, porque o País todo está nos acompanhando. Somos homens públicos. Qualquer posição que encaminharmos aqui será, necessariamente, uma posição pública. E é importante que as pessoas saibam.

Eu disse, Sr. Presidente, que se houver um fato que justifique a quebra, quebro desde já; se não houver, deixaria para depois do depoimento. E o bom senso recomenda que quebremos antes para confrontar o depoente com os dados do sigilo. Ou então que ouçamos o depoente e quebremos o sigilo para confrontar se o que o depoente diz é ou não é verdade.

Diante disso, sou pela preliminar de que ouçamos e quebremos depois.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Apenas para ficarclaro, Senador Renan Calheiros, talvez porque eu seja objetivo demais, pragmático demais e desejo a objetividade nos trabalhos desta CPI. Mas ele apenas repetiu os argumentos já apresentados anteriormente. Daí, Senador, a compreensão de V. Ex^a para a posição que adotei aqui tentando interromper seu discurso.

Como vota o Senador Maguito Vilela, pela preliminar ou contra a preliminar?

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, votei e voto a favor de toda quebra de sigilo bancário aqui e em qualquer Comissão, até porque, como político, tenho o meu sigilo bancário quebrado. E creio que todo homem público deveria quebrar o seu sigilo bancário. Toda pessoa que lida com dinheiro público, ou desenvolve função pública, deve ter o seu sigilo bancário quebrado.

Voto a favor. Mas eu gostaria de votar após o pronunciamento do Presidente da CBF. De qualquer forma, o meu voto é a favor da quebra de qualquer sigilo bancário aqui. Tendo em vista haver sido levantada a preliminar por dois Senadores, votarei com a preliminar para votar a quebra após o depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Para facilitar a votação: quem vota “sim” é antes; quem vota “não” é depois.

O Sr. Secretário anotará os votos.

O SR. BERNARDO CABRAL – O Secretário pode dizer isso. Mas quero dizer que quem vota “sim” vota pela preliminar, que é prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Então, inverte-se. O Secretário anota diferente. O resultado seria o mesmo. A ordem dos fatores não altera o produ-

to. Mas, de qualquer forma, vamos atender, mais uma vez, à solicitação do Senador.

Quem vota “sim” vota pela preliminar; quem vota “não” vota contra a preliminar.

Como vota V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho?

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sim, Sr. Presidente.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, há um Acórdão do Supremo Tribunal Federal a respeito do que se deve fazer numa CPI para quebrar o sigilo bancário. O que ouvimos aqui? Disse-nos o Relator que há fatos que S. Ex^a não pode nos dizer, mas que confiemos nele. Mas, logo a seguir, por sugestão do assessor, o Relator disse-nos que estava quebrando o sigilo bancário – e V. Ex^a repetiu – de todo esse pessoal, porque o Congresso Nacional entraria em recesso. Imaginem se um juiz resolve quebrar o sigilo bancário do País inteiro porque ele vai entrar em recesso! Isso não é motivo e certamente irá derrubar a quebra lá no Supremo. Vamos apagar essa gravação. Isso não serve de justificativa. A justificativa é a confiança que temos no Relator.

Voto pela quebra do sigilo bancário de todos eles, me nos do Presidente da CBF, que só voto de posse de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Ex^a vota “sim”.

O SR. GERSON CAMATA – Então, voto “sim”, pela quebra, depois de ouvir o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu gostaria de esclarecer, Senador Gerson Camata, que creio que certamente não sou um luminar. Não tenho, talvez, o Q.I. que o Senador Gerson Camata tem, mas ele também não pode subestimar, dessa forma, a minha inteligência. Essa não foi uma justificativa para a apresentação dos requerimentos. Apenas explicamos a razão da votação em bloco de uma série de requerimentos que estão justificados. Há fatos determinados que exigem a providência responsável do relator desta CPI. Então, fica esclarecido...

Infelizmente, temos que repetir as coisas, o que torna morosos os trabalhos desta CPI. Quando há necessidade, repetimos. Apenas gostaria, Senador Gerson Camata...

O SR. GERSON CAMATA – (Fora do microfone.) Foi o que pedi a V. Ex^a. Repita, agora, tem que apagar aquela outra parte da fita.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não há o que apagar, porque o que foi dito o foi corretamente. Apenas, V. Ex^a, provavelmente, não quis entender.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Prossegue a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Senador...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quando começamos a passar por cima do Regimento, acabamos gerando problemas como os que estamos vendo agora. O Senador Gerson Camata, na prática, está levantando uma outra preliminar, que já havia sido resolvida, porque V. Ex^a colocou: se não houver objeção, vamos votar os requerimentos em bloco. Então, essa questão já está superada.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Essa está resolvida. Evidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sinceramente, fiquei em dúvida sobre qual é a votação do Senador Gerson Camata em relação à preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Ele votou favorável à preliminar. Ele votou “sim”, pela preliminar, já que a votação é em bloco. Essa é uma questão vencida.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Para uma questão de ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Desculpe-me por não querer interromper, mas ficou aqui uma dúvida. Diante dessa preliminar, faço uma pergunta à Mesa: daqui por diante, se aprovada a preliminar, não será mais quebrado nenhum sigilo antes de ser convocado e ouvido o depoente? Deixo essa preliminar, porque se cria uma jurisprudência.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estamos votando, especificamente, esse bloco de requerimentos, referentes aos dirigentes da CBF.

Prossegue a votação.

Senador Edison Lobão, como vota?

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, eu me encontrava ausente e, em meu lugar, estava o Senador Romeu Tuma, em quem confiamos plenamente. Portanto, peço a V. Ex^a que considere, até este momento, a presença dele e recolha o voto dele em nome do nosso Partido.

O SR. ROMEU TUMA – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Senador Romeu Tuma vota “não”.

O Senador Edison Lobão pode votar, já que o Senador Romeu Tuma substitui o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, então, permita-me fazer um ligeiro comentário. Repito que não me encontrava presente; ouvi apenas uma última frase do relator. Ao ingressar nesta sala, o relator dizia: “Dê em-me um voto de confiança.” O voto de confiança ao relator já de mos, na medida em que o indicamos para esta comissão, como membro e, em seguida, como relator. Entendo que o Senador Geraldo Althoff está cumprindo com rigor o seu papel de relator. Todos nós entendemos assim e confiamos na sua ação.

Não posso deixar de entender os argumentos do Senador Bernardo Cabral e nem do Senador Renan Calheiros. Entendo-os e quase me inclinaria por segui-los, mas não saem da minha cabeça, primeiro, a confiança que temos no Senador Geraldo Althoff e, segundo, o voto de confiança que S. Ex^a nos pede. Assim, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O voto, portanto, é “não”.

Senador Geraldo Althoff.

Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, também eu darei todos os votos de confiança ao Senador Geraldo Althoff. Aliás, não se discute aqui a sua honradez e a sua honorabilidade. Lembro-me de um voto que o velho Djalma Marinho proferiu uma vez na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dizendo: “Ao Imperador, tudo, me nos a minha consciência”.

A minha consciência jurídica, Sr. Presidente, diria-me...

O SR. EDISON LOBÃO – V. Ex^a me permite um aparte, antes que V. Ex^a profira o seu voto?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Estamos em um processo de votação. Infelizmente, não há essa possibilidade, Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, veja V. Ex^a que situação delicada! O nosso Líder merece todas as considerações.

O que quero dizer com isso, Sr. Presidente, é o seguinte: vou votar pela preliminar, porque o argumento principal é que isso, amanhã, pode ser invocado como coação ao depoente, que foi prejuçado pela preliminar levantada pelo Senador Renan Calheiros

de que, em não sendo ouvido, por não haver um fato determinado, arguir-se-ia isso.

Quero dizer, Sr. Presidente, aquilo que foi dito e reafirmado pelo Senador Renan Calheiros. Ao final, não tenho nenhuma dúvida em quebrar sigilo, porque todos os meus já foram quebrados, os meus estão abertos sempre – desde que aqui tomei posse, fiz um requerimento nesse sentido. Mas não é possível, Sr. Presidente, que coloquemos, nesta Comissão, a honradez pessoal do Senador Geraldo Althoff, que está acima de qualquer coisa. Eu não deixaria de votar com o Senador Geraldo Althoff para votar a favor de qualquer cidadão que venha aqui prestar depoimento. De forma nenhuma, Sr. Presidente, eu faria isso. Quero que isso fique bem claro.

Já disse a S. Ex^a que, como Relator, a sua missão é difícil. Sei o que é ser Relator em causas difíceis. Mas a preliminar é inafastável, Sr. Presidente. A preliminar concorda que se quebre o sigilo, mas depois de ouvir o depoente, a não ser que V. Ex^a transforme esta reunião em secreta e nos forneça os dados que só o Senador Relator conhece, para que possamos quebrar o sigilo antes. Como não os conheço, Sr. Presidente, voto pela preliminar: ouvir, ao final...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Bernardo Cabral votou “sim”.

Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de dizer que esta Comissão deveria prestar atenção nos argumentos aqui apresentados pelo Senador Romeu Tuma.

Estamos criando um precedente extraordinário. Aqui vamos votar, se for aprovada a preliminar, a quebra do princípio constitucional de que todos são iguais perante a lei. A lei não é igual para todos, pois o Sr. Ricardo Teixeira só vai ter o seu sigilo quebrado depois de ser ouvido, mas todos os outros não precisam ser ouvidos. A lei é diferente para o Sr. Ricardo Teixeira. A lei é diferente daquilo que entendeu a Comissão até agora. Não posso admitir que fizemos tudo errado, desde o início desta Comissão até hoje. Votar pela preliminar significa que fizemos tudo errado, do início até agora.

Vamos ou não quebrar o sigilo dessas pessoas? Atendida essa preliminar, todas essas outras pessoas precisam, primeiramente, ser ouvidas pela Comissão. Nesse caso, só o Ricardo Teixeira está sendo beneficiado, porque a lei não é igual para todos, ou melhor, nem todos são iguais diante da lei.

Voto com o Relator. Acredito que o voto não favorável ao parecer do Relator, embora não vivamos em um sistema parlamentarista, é, sim, um voto de desconfiança àquilo que o Relator pediu a esta Comissão: “Permitam investigar. Os requerimentos são apresentados para dar consciência àqui lo que é objeto da Comissão Parlamentar de Inquérito”.

Sendo assim, Sr. Presidente, votoco e rentemente com aquilo que a Comissão fez até hoje, entendo que o Sr. Ricardo Teixeira não é melhor que ninguém neste País.

Portanto, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Por considerar o Sr. Ricardo Teixeira e o Sr. Wanderley Luxemburgo iguais perante a lei e, portanto, iguais perante a Comissão, pela continuidade dos procedimentos que têm sido feitos em relação a todos os outros episódios, por considerar, aí sim, essa decisão inédita, voto contra a preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Colho o voto do Senador Gilvam Borges, titular.

Informo que o Senador Gilvam Borges havia-se retirado e retornou.

O SR. GILVAM BORGES – Em protesto, errei.

Sr. Presidente, tenho certeza absoluta e convicção de que o depoente, ele mesmo, irá propor colocar-se à disposição. Então esta é uma discussão inócuca. Agora, invertendo e deixando de lado a oportunidade ao depoente de se manifestar, acho temerário. Por esse motivo a minha tendência é votar com o Relator, sim, no final, pela quebra do sigilo, porque não vejo problema algum. Mas, nessas condições de ouvir, voto, sim, pela preliminar, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Gilvam Borges vota “sim”.

Senador Geraldo Cândido, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo ineditismo que aconteceu aqui hoje – não da forma como disse o Senador Renan Calheiros, porque, na verdade, conforme o que aconteceu, é possível que a Mesa tenha cometido algum erro no encaminhamento inicial, quando não acatou a preliminar para se discutir inicialmente – nunca suspeitei uma votação no meio para apreciar-se uma preliminar. Trata-se de quebra de Regimento. É nisso que consiste o ineditismo: foi quebrado o Regimento

na medida em que se suspendeu uma votação para apreciar uma preliminar.

Acho também, quero repetir, que este não é um foro privilegiado do Sr. Ricardo Teixeira. Por esse motivo, voto contra a preliminar, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Geraldo Cândido vota contra a preliminar.

O resultado foi 6 a 6, tendo havido empate.

Uma explicação ao Senador Valmir Amaral: o suplente só vota quando está ausente o titular, e todos os titulares do PMDB votaram. Por isso não há necessidade de colher o voto de V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, quais são os titulares, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Titulares do PMDB: Senadores Renan Calheiros, Maguito Vilela, Gilvam Borges, Gilberto Mestrinho e Gerson Camata.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eu gostaria de saber o nome de todos os titulares, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Titulares do PFL: Senadores Edison Lobão, Geraldo Althoff, Bernardo Cabral e Jonas Pinheiro – ausente o Senador Jonas Pinheiro, votou o Senador Romeu Tuma.

PSDD: Senadores Antero Paes de Barros e o Presidente.

Bloco de Oposição: Senador Sebastião Rocha – que acaba de chegar, mas já foi representado pelo Senador Geraldo Cândido, e Senador José Eduardo Dutra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, apenas dando um esclarecimento, gostaria de dizer que estou bem representado no voto do Senador Geraldo Cândido. Minha opinião é coincidente com a exposta pelo Senador Geraldo Cândido.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência agradece.

Ao desempatar a votação favoravelmente à proposta do Relator, quero afirmar que a Presidência foi condescendente interrompendo um processo de votação em respeito aos Senadores Renan Calheiros e Bernardo Cabral, possibilitando que suas posições fossem consideradas democraticamente pelo Plenário desta CPI. Que fique registrado isto nos Anais desta Comissão.

Estão aprovados os requerimentos propostos pelo Senador Relator Geraldo Althoff, que prossegue apresentando os demais requerimentos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, dentro da linha de raciocínio proposta por esta relatoria...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Está estranho, até porque já foi declarado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, até para evitar, já que se falou tanto disso, questionamento jurídico, V. Ex^a não colocou em votação os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – ... votação nominal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Ex^a estava encaminhando a votação do requerimento, interrompeu com a preliminar e não submeteu à votação os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência agradece o alerta, embora, como diz o Senador Gerson Camata, automaticamente estivessem aprovados, o Senador José Eduardo Dutra tem razão absoluta. O Senador José Eduardo Dutra tem razão e a Presidência volta ao procedimento correto, submetendo a votação nominal, em bloco, os requerimentos.

Agora sim, certamente sem a necessidade de justificativa.

Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, repetindo a votação anterior, abstenho-me, com as colocações feitas perante todos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Como vota o Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, venceu a preliminar, votou pela quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Solicito à Secretaria que registre.

(Procede-se à votação.)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, names malinhada de raciocínio que expedi junto com o Senador Renan Calheiros, abstenho-me de votar.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Aprovados os requerimentos do Senador Geraldo Althoff, que prossegue com a apresentação.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a linhada raciocínio proposta, e, até certo ponto, dentro de critérios estabelecidos, o próximo requerimento solicita à Secretaria da Receita

Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1995 até 2000, das seguintes entidades: Federação de Futebol de Minas Gerais, Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Federação de Futebol do Paraná, Federação de Futebol do Rio Grande do Sul, Federação de Futebol de São Paulo e Federação de Futebol do Distrito Federal.

A justificação é que essas entidades são a base da organização esportiva e de competições esportivas no Brasil e, por essa razão, merecem ter um processo de investigação, dentro do que propõem os fatos determinados desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Uma explicação aos Srs. Senadores. Seria dispensável esse procedimento, uma vez que a Câmara dos Deputados, na CPI da Nike, já aprovou a quebra de sigilo dessas entidades.

Solicitamos a colaboração da CPI da Câmara dos Deputados, que ela transferisse os sigilos bancários e fiscais lá quebrados. No entanto, ainda perdura uma dúvida no que diz respeito à possibilidade de serem transferidos esses sigilos para a CPI do Senado Federal. Na dúvida, estamos adotando os procedimentos que nos cabem, aprovando aqui, é claro, com o consentimento dos Srs. Senadores, a quebra desse sigilo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Embora não integre esta Comissão, o assunto futebol me diz respeito e me interessa sobremaneira, até porque sou Presidente da Federação de Futebol do meu Estado, o Tocantins, onde se pratica um futebol periférico, onde não se pratica o futebol de resultado.

Entretanto, as investigações, a mim, como Parlamentar, interessam muito. Por essa razão, apesar da decisão do relator de elencar, ao seu alvitre, as mais importantes federações do País, quer colocar à disposição desta Comissão os sigilos bancário e fiscal tanto da federação que dirijo quanto o meu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência agradece o exemplo salutar do Senador e evidentemente considera a sua sugestão, mas, a nosso

ver, neste momento, não há nenhuma razão para esse procedimento, a menos que o Senador Geraldo Althoff deseje fazer uma proposta.

De qualquer maneira, vale o exemplo que registramos com a maior satisfação.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Senador Leomar Quintanilha, faço minhas as palavras do Presidente desta Comissão.

Sr. Presidente, solicitamos a quebra do sigilo bancário no período de 1995 a 2000 e fiscal nos anos de 1980, 1985 e 1990 e no período de 1995 a 2000 do Sr. Eduardo Augusto Viana da Silva, Presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Da mesma forma, Sr. Presidente, solicitamos a quebra do sigilo bancário no período de 1995 a 2000 e fiscal nos anos de 1980, 1985 e 1990 e no período de 1995 a 2000 do Sr. Eduardo José Farah, Presidente da Federação Paulista de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, da mesma forma, requeremos a transferência dos sigilos bancários no período de 1995 a 2000 e fiscal nos anos de 1980, 1985 e 1990 e no período de 1995 a 2000 do Sr. Elmer Guilherme Ferreira, Presidente da Federação Mineira de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, a seguir, requeremos a transferência do sigilo bancário no período de 1995 a 2000 e fiscal nos anos de 1980, 1985 e 1990 e no período de 1995 a 2000 do Sr. Emídio Odorico Perondi, Presidente da Federação Gaúcha de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, pedimos a transferência do sigilo bancário no período de 1995 a 2000 e fiscal nos anos de 1980, 1985 e 1990 e no período de 1995 a 2000 do Sr. Onaíreves Nilo Rolim de Moura, Presidente da Federação Paranaense de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Dentro dessa linha de raciocínio, pedimos, Sr. Presidente, a transferência do sigilo fiscal e bancário no período de 1995 a 2000 do Sr. Weber Magalhães, Presidente da Federação Metropolitana de Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, novamente lembro a linha de raciocínio proposta pela Relatoria por meio daquela projeção que fizemos inicialmente. Requeremos à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1995 até 2000, dos seguintes clubes de futebol: Clube de Regatas VascodaGama, Clube de Regatas do Flamengo, Fluminense Futebol Clube, Botafogo de Futebol e Regatas, São Paulo Futebol Clube, Santos Futebol Clube, Sociedade Esportiva Palmeiras, Sport Clube CorintianasPaulista, Guarani Futebol Clube, Cruzeiro Esporte Clube, Clube Atlético Mineiro, Grêmio Football Porto Alegrense, Sport Club Internacional, Clube Atlético Paranaense e Coritiba Football Club.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, não se é possível, mas gostaria de solicitar ao Sr. Relator que incluisse nessa lista também o Vitória, da Bahia, em função das negociações que preocupam todos os torcedores daquele clube. Não sei se isso é possível, mas se o for, gostaria que V. Ex^a incluisse na

lista aquele clube, até para poupar um novo requerimento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Senador Maguito Vilela, tivemos uma linha de raciocínio criteriosa desde o início da CPI. E, hoje, sabendo da necessidade de critérios claros, buscamos identificar os clubes que entendemos necessários. Dentro desse encaminhamento e dos critérios preestabelecidos por esta relatoria, o Vitória não foi inserido, e fica a seu critério e a seu juízo fazer a colocação.

O SR. RENAN CALHEIROS – Presidente, acho que na linha do voto de confiança que já foi dado e reiterado a V. Ex^a, nós teríamos que ser o mais amplo possível na investigação e na quebra do próprio sigilo, já que o critério é esse. Apoio radicalmente à proposta de inclusão do Vitória e de qualquer outro clube que alguém se dispuser sugerir.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Por requerimento do Senador Maguito Vilela, incluímos o Vitória nessa relação, e a Assessoria fará o adendo.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, incluindo o Vitória, proposta do Senador Maguito Vilela, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, dentro da linha de raciocínio propostas e dentro dos critérios pré-estabelecidos, vimos a necessidade de solicitar a quebra do sigilo fiscal e bancário dos seguintes dirigentes de clubes de futebol do Brasil:

Requeiro à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1997 a 2000, do Sr. Paulo Rogério Amoretti, ex-Presidente do Esporte Clube Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, gostaria de um esclarecimento a respeito do prazo de quebra do sigilo. Parece-me que os anteriores falavam de 1995 a 2000. Qual a justificativa de, nesse caso, ser de 1997 a 2000?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Exatamente porque ele iniciou qualquer tipo de atividade como dirigente do futebol a partir de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Faz parte do fato determinado que justificou a apresentação do requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Solicitamos a quebra do sigilo bancário e fiscal, no período de 1993 a 1998, do Sr. Pedro Paulo Zachia, ex-Presidente do Esporte Clube Internacional.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Fábio André Koff, ex-Presidente do Grêmio Futebol Porto-Alegrense.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1998 a 2000, do Sr. Edmundo dos Santos e Silva, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1995 a 1999, do Sr. Kléber Leite, ex-Presidente do Clube de Regatas Flamengo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Por uma questão de justiça, devo informar à Comissão que o Sr. Kléber Leite, já no início dos trabalhos desta CPI, encaminhou correspondência, colocando à disposição o seu sigilo bancário.

Está em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário, no período de 1995 a 2000, e fiscal, nos anos de 80, 85, 90 e 95 a 2000, do

Sr. Eurico Ângelo Miranda, Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário, no período de 1995 a 2000, e fiscal, no período de 80, 85, 90 e de 95 a 2000, do Sr. Antônio Soares Calçada, ex-Presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Requeremos a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Carlos Augusto Montenegro, ex-Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Presidente, na linha do crédito de confiança que estamos reiterando ao Relator, seria importante que, para cada justificativa que se fizesse, fosse, se possível, especificado o fato que requer, na verdade, a quebra do sigilo.

Há fato com relação ao nome que está sendo proposto?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou ler a justificação da transferência do sigilo bancário e fiscal do Sr. Carlos Augusto Montenegro.

“Entre os principais objetivos da CPI está o de investigar o enriquecimento de dirigentes de clube de futebol, a partir do desvio de suas receitas, especialmente rendas de jogos, publicidades e transações com jogadores.

As transações com jogadores para o exterior vêm sendo alvo de processos por evasão de divisas, instaurados pelo Banco Central, quando as divisas não chegam ao País.

Suspeita-se, também, que os preços dos jogadores, divulgados pela imprensa, não correspondem ao que consta do contrato, sendo a operação utilizada para a lavagem de dinheiro.

Há dúvidas, inclusive, sobre a efetiva propriedade do passe, parte do qual pode estar sendo transferido no clube para terceiros, mediante contratos de gavetas".

É bom lembrar ao Senador Renan Calheiros o fato publicado pela imprensa no dia de ontem, com relação aos dois clubes do Estado do Rio Grande do Sul, exatamente dando encaminhamento a essa nossa linha de raciocínio.

Poressa razão, há necessidade de que nós busquemos, junto aos dirigentes de futebol especificamente, que se envolveram com transações de grandes jogadores de futebol, que realmente se busque essa informação.

Volto novamente a fazer, não estamos aqui julgando absolutamente ninguém.

Espero que as nossas suspeitas se tornem realmente infundadas.

O SR. RENAN CALHEIROS – Sr. Relator, colaborando com V. Ex^a gostaria de dizer que, na linha da melhor investigação, obviamente, como já foi dito aqui, concordo com a quebra dos sigilos todos.

Mas é bom especificar que não há um caso concreto, específico também para este caso.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Posso ler uma outra parte ainda da justificação?

O SR. RENAN CALHEIROS – Já estou satisfeito com o que V. Ex^a coloca. Reitero o voto de confiança que V. Ex^a tem para quebrar tantos sigilos quantos forem necessários.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou colocar então.

O Sr. Carlos Augusto Montenegro foi incluído na amostra, em função de suspeitas de evasão de divisas, sonegação fiscal e irregularidades, envolvendo vultosas somas, notadamente envolvendo jogadores da equipe campeã brasileira de 1995, bem como também existem suspeitas de desvio de recursos quando da gestão do contrato da empresa que fornecia material esportivo para o clube à época.

Dando seguimento, Sr. Presidente:

"A solicitação da quebra do sigilo bancário e fiscal no período de 1995 a 2000 do Sr. José Luiz Rolim, ex-presidente do Botafogo de Futebol e Regatas".

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Álvaro Barcellos, ex-presidente do Fluminense Futebol Clube, no período de 1996 a 1999.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferênciado sigilo bancário e fiscal, no período de 1994 a 1999, do Sr. José Perrella de Oliveira Costa, ex-presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferênciado sigilo bancário e fiscal, no período de 1990 a 1995, do Sr. César Masci, ex-presidente do Cruzeiro Esporte Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferênciado sigilo bancário e fiscal, no período de 1994 a 1999, do Sr. Paulo Cury, ex-presidente do Clube Atlético Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferênciado sigilo bancário e fiscal, no período de 1995 a 2000, do Sr. Mustafá Contursi Goffar Majzoub, presidente da Sociedade Esportiva do Palmeiras.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sigilo bancário e fiscal, no período de 1993 a 1999, do Sr. Fernando Casal De Rey, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 95 a 2000, do Sr. Samir Jorge Abdul Hak, ex-presidente do Santos Futebol Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 95 a 2000, do Sr. Alberto Dualib, presidente do Esporte Clube Corinthians Paulista.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Transferência do sigilo bancário, no período de 95 a 2000, e fiscal, nos anos de 87 a 90 e de 95 a 2000, do Sr. Luiz Roberto Zini, ex-presidente do Guarani Futebol Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERALDO ATLHOFF – A transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 95 a 2000, do Sr. Mário Celso Petraglia, presidente do Clube Atlético Paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Por último, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a transferência do sigilo bancário e fiscal, no período de 97 a 2000, do Sr. João Jacob Mehl, ex-presidente do Coritiba Futebol Clube.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Devo submeter agora à apreciação requerimentos encaminhados pelos Srs. Senadores no dia de hoje.

O Senador Romeu Tuma quer cópia integral dos autos do inquérito policial registrado sobre o nº 555/00 do 9º Distrito Policial da cidade de São Paulo. Refere-se ao inquérito policial que diz respeito ao Esporte Clube Corinthians Paulista.

Concedo a palavra ao Sr. Relator para relatar a matéria.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Antero Paes de Barros. S. Exª requer a transferência do sigilo telefônico – esse requerimento foi apresentado oralmente na última reunião – de todos os telefones, inclusive telefones celulares, em nome do Srs. J. Hawilla e Ricardo Teixeira, referente ao período de janeiro de 89 a dezembro de 2000.

Com a palavra o Relator para proferir seu parecer.

O SR. GERALDO ATLHOFF – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passe-se à apreciação de requerimento também apresentado oralmente na última reunião. Requer seja solicitada à Empresa Brasileira de Turismo, Embratur, cópia do processo aberto para apurar irregularidades na venda dos ingressos dos jogos da seleção brasileira. A autoria é do Senador Geraldo Althoff.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Srs. Senadores, vamos solicitar agora o ingresso neste plenário do presidente da CBF, Sr. Ricardo Teixeira, para o seu depoimento. No início desta reunião já fizemos a leitura do termo de compromisso. Aproveitamos para reafirmar aquilo que foi dito durante esta reunião: a quebra de sigilo bancário de qualquer cidadão não implica um prejuízo ou precipitação. Trata-se da possibilidade de esclarecimento.

Pedimos ao Sr. Ricardo Teixeira compreensão pelo atraso do seu depoimento. Esse atraso se deveu

aos debates que esta Comissão realizou nos primeiros momentos da reunião.

Concedemos a palavra ao Sr. Ricardo Teixeira, para que possa fazer sua exposição inicial, se desejar, antes da indagação do S. Relator.

Com a palavra o Sr. Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelentíssimo Sr. Presidente desta CPI, eminentes Senadores Álvaro Dias; Excelentíssimo Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff; Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente, Senador Gilberto Mestrinho; Excelentíssimos Srs. Senadores, como presidente da entidade máxima do futebol brasileiro, que rompen manifestar o meu mais irrestrito apoio ao importante trabalho que esta CPI está realizando. A CBF reconhece no trabalho de V. Ex^as um instrumento fundamental de correção dos eventuais problemas do futebol brasileiro. Entendo que o alcance da CPI ultrapassa em muito os limites do futebol. Esta CPI faz parte de um movimento existente hoje no País, que busca passar a limpo suas instituições, e o futebol não poderia ficar de fora desse processo de depuração nacional.

Quero dizer que tenho muito orgulho de estar à frente da CBF nesses últimos dez anos, período marcado por várias vitórias de consolidação e avanço no futebol brasileiro. Dentro desse espírito de colaboração a que me referi, informo a V. Ex^as que naquele momento em que ainda não havia começado a reunião, tomava a iniciativa de colocar à disposição, espontaneamente, o meu sigilo bancário e fiscal a esta CPI. (Palmas.)

Encerro aqui essas minhas considerações iniciais, sendo bem breve, até como uma demonstração prática desse sentimento de colaboração, pois tenho certeza de que os questionamentos de V. Ex^as certamente serão muito importantes e permitirão o aprofundamento de questões cruciais do futebol brasileiro. Estou ao inteiro dispor de V. Ex^as.

Gostaria somente de acrescentar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que tenho em mãos, para imediata entrega aos Srs. Senadores, as minhas declarações de imposto de renda. Quanto às minhas contas bancárias, solicitarei, independentemente de que chegue a requisição do Senado ao Banco Central e ao banco onde tenho conta, que é um só banco, para que ele me entregue isso, para que eu possa antecipar todo e qualquer levantamento que seja necessário ser feito por este Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência agradece essa colaboração espontânea do Sr.

Ricardo Teixeira e passa a palavra ao Senador Geraldo Althoff, Relator da Comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ricardo Teixeira, muito nos honra sua presença neste momento, exatamente pelo fato de o senhor representar a Confederação Brasileira de Futebol, entidade máxima do futebol brasileiro. A partir do momento em que o senhor coloca à disposição seu sigilo bancário e fiscal, à semelhança do que fez há poucos momentos o Senador Leomar Quintanilha, sem dúvida alguma, facilita sobremaneira o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o senhor, com esse ato, procura dar uma demonstração de transparência.

Algumas perguntas, e se eu estiver muito rápido e muito breve, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Farei perguntas que, muitas vezes, ocidadão brasileiro gostaria de lhe fazer. Eu gostaria que, num primeiro momento, o senhor nos informasse qual o orçamento anual da Federação Brasileira de Futebol.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sr. Relator, Senador Geraldo Althoff, para este ano, a previsão de orçamento da Confederação Brasileira de Futebol gira em torno de R\$70 milhões. Não posso precisar o número exato porque depende muito dos jogos que fazemos, por exemplo, da receita que teremos de bilheteria. De forma que o valor exato eu só consigo tê-lo no final do ano, mas eu poderia dizer, por exemplo, que, no ano de 1999, foi de R\$70.620.344,60. Até o dia 31 de outubro, já temos R\$52.390.791,66. A nossa estimativa é que, em 2000, tenhamos mais ou menos o mesmo número de 99, algo em torno de R\$70 milhões.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Outra pergunta, ainda referente a esse assunto, que nós gostaríamos de lhe fazer: como é feita a remuneração dos dirigentes da Confederação de Brasileira Futebol?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Ex^a.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, todos os diretores que trabalham na CBF durante a semana inteira são remunerados – não são todos os diretores da CBF, são somente aqueles que praticam o dia-a-dia da entidade. O diretor da CBF, hoje, deve ter um salário da ordem de R\$17 mil líquidos por mês. O seu presidente teve um rendimento próximo de R\$297 mil no ano que passou.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O Sr. Wanderley Luxemburgo da Silva, ex-técnico da seleção brasileira, antes mesmo de vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, já foi, pela própria imprensa brasileira, colocado e posto como um sonegador contumaz. Ao mesmo tempo em que isso era posto e colocado – ele

era ainda técnico da seleção brasileira -, o senhor fez uma declaração à imprensa de que isso seria um fato normal.

Eu gostaria de lhe questionar exatamente sobre isso: o senhor acha que sonegar imposto é um ato normal, é próprio do cidadão?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Agradeço profundamente a pergunta, porque me dá a oportunidade de esclarecer essa notícia veiculada pela imprensa. Não acho normal sonegar imposto, acho que todos nós temos obrigação de estar em dia com os impostos, sejam eles quais forem. Foi interpretada diferentemente a entrevista que dei.

Eu diria que perto de vinte dias antes de a seleção brasileira embarcar para as Olimpíadas surgiram na imprensa as denúncias da Srª Renata contra, na época, o técnico Wanderley da seleção brasileira. No mesmo dia em que houve a denúncia, dei uma entrevista coletiva na CBF. Quando me foi perguntado sobre o assunto – de que ele devia à Receita Federal -, eu disse que a análise da CBF, até aquele momento, sobre o técnico Wanderley só podia se basear na sua atuação técnica, até porque todas as acusações que lhe estavam sendo feitas até aquele momento não tinham sido devidamente comprovadas. Coloquei a CBF à disposição – disse publicamente “oitavo andar da CBF” – para receber denúncias que qualquer um tivesse, qualquer tipo de acusação concreta contra o então técnico da seleção brasileira. Disse que, se alguma denúncia viesse a surgir, eu o demitiria por justa causa.

O SR. GERALDO ALTHOFF.– Dr. Ricardo Teixeira, a CBF tem contra si algum processo na Receita Federal?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A CBF teve contra si dois processos. Num dos processos ela foi absolvida – havia uma multa de um milhão e meio e, na verdade, já tínhamos feito o seu recolhimento; houve, simplesmente, um mau preenchimento do Darf.

Há pouco tempo, tivemos uma fiscalização da Receita Federal. Analisando os balanços da CBF, a Receita chegou à conclusão de que nós não teríamos declarado alguns valores. Na realidade, tínhamos um laudo de tributaristas, muito antes dessa fiscalização, dizendo que não tínhamos que recolher nem Finsocial nem Pis/Pasep sobre essa quantia, por ser uma quantia... Eu só vou deixar claro para que os Srs. Senadores, o Sr. Relator e o Sr. Presidente entendam que, no nosso contrato com a Nike, tivemos uma multa de US\$10 milhões que foi acertada entre a Nike e a empresa anterior que foi a Umbro. Esses recursos fo-

ram diretamente alocados da Nike nos Estados Unidos para a Umbro nos Estados Unidos, e o laudo do nosso tributarista de que não deveríamos, não precisávamos recolher nenhum tipo de imposto sobre esse valor, tendo em vista que não passou pelo caixa da CBF. A Receita Federal entendeu de maneira diferente, nós estamos recorrendo junto à parte administrativa da própria Receita Federal. De forma que é essa, digamos assim, a única pendência que temos com a Receita mas está em discussão no âmbito administrativo.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor tem problema com o Fisco?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tive uma fiscalização que se realizou em 1992, 1993 e 1994, em que fui autuado pela Receita Federal. Recorri a parte administrativa e, no final de todos os resultados, ficou uma pendência da ordem de 8% do valor inicial. Ganhei pessoalmente em todas as instâncias e, no final, voltei a dizer, restou 8% que já foi pago muito antes inclusive da definição final do Conselho Maior de Contribuintes. Há pouco..., se o senhor me permitir me alongar um pouco...

O SR. GERALDO ALTHOFF – À vontade.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Há pouco tempo atrás, no dia 1º de agosto de 1999 a 1º de agosto de 2000, fui fiscalizado, pessoa física, pela Receita Federal, e, neste momento, quando terminei essa fiscalização, em agosto de 2000, não houve nenhum ato de infração, consideraram completamente legais todas as minhas declarações dos anos de 1995, 1996 e 1997. De forma que é essa a minha situação com a Receita Federal, e eu tenho todos esses documentos, se V. Exª de se jar que, ao final, eu lhe forneça qualquer um deles estarão à disposição do senhor e desta Comissão.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Dr. Ricardo Teixeira, qual a relação que a Confederação Brasileira de Futebol tem com o Banco Delta?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O senhor me permitiria que eu pegasse uma pasta?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Fique à vontade.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A CBF tem uma deficiência crônica de caixa desde o ano de 1995. Dizia que a posição financeira da CBF antecipa receitas que virão no próximo ano, até porque o pagamento da Nike, especificamente é o grande número que entra para a CBF, é feito em janeiro. Então quase que gastamos no ano anterior antecipadamente e consolidamos financeiramente a entidade quando recebemos da Nike. Então muitas vezes somos obrigados a

fazer alguns empréstimos com a finalidade de cobrir as nossas necessidades de caixa. E nós tivemos até agora um total de 6 empréstimos realizados com o Banco Delta, de vários valores e datas diferentes.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O senhor como pessoa física tem conta neste banco ou não?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tenho conta como pessoa física nesse banco, declarada no Imposto de Renda, tenho inclusive a documentação que também passarei às suas mãos, está declarado no Imposto de Renda, bem como a transferência foi feita legalmente pelo Banco Central, foi feita dentro da legalidade do Sistema Financeiro – Bacen.

O SR. GERALDO ALTHOFF – E o senhor pessoalmente tem algum empréstimo, tem algum relacionamento financeiro com esse banco?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pessoalmente não tenho nenhum empréstimo, uma das minhas empresas teve empréstimo mas já está vencendo e já está sendo liquidado.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria de insistir então que o senhor realmente nos fornecesse os contratos de operação da CBF com o banco.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sim, senhor. Poderia fazer um esclarecimento sobre a norma dos outros contratos?

O SR. GERALDO ALTHOFF – À vontade.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Vou simplesmente esclarecer um contrato que eu diria que foi o início da nossa operação com o Banco Delta. O Banco Delta pertence ao mesmo acionista, que era majoritário do Banco Real.

As nossas ligações com o Banco Real são muito estreitas, até geograficamente falando, pois o prédio da CBF é literalmente em cima do Banco Real. Portanto, para nós, a operação com o Banco Real era muito simples, porque eles mudaram de controle acionário. O Banco Real é que fazia todas as nossas operações.

Em outubro de 98, houve uma grande crise no mercado mundial e financeiro com a crise da Rússia. E, naquele momento, houve uma falta de liquidez integral, no mercado financeiro como um todo. A CBF precisava de recursos para fechar o seu balanço; tentou conseguir-los no mercado brasileiro e não os conseguiu. Então, só nos restou a opção de fazer uma operação internacional.

Esse empréstimo foi de US\$7 milhões. Ambas perfeitamente dentro da legalidade do Banco Central; operações aprovadas pelo Banco Central. O momen-

to era tão crítico que os títulos da dívida brasileira chegaram a 31,27% ao ano de juros.

Internamente, voltei a reafirmar, os bancos voltaram a nos negar os empréstimos. Naquela época, os juros externos estavam altíssimos, exatamente pela liquidez. A maior prova dessa grande crise é que, passados aproximadamente dois meses, tivemos a grande crise também interna no Brasil, quando houve a grande desvalorização cambial em janeiro, que foi exatamente em consequência do problema que tinha havido em outubro do ano anterior.

Excellência, tenho aqui todas as cópias dos contratos, as taxas praticadas pelo mercado brasileiro, na época, e as taxas praticadas pelo mercado internacional na época, o que coloco à disposição de V. Ex's.

O SR. GERSON CAMATA – Eu gostaria que o senhor citasse exatamente em que condições foi feito esse empréstimo? Em que condições para a CDF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Excelência. Qual deles?

O SR. GERSON CAMATA – O do Banco Delta. Em que condições?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, são diferenciadas, porque, num determinado momento, o mercado estava sem liquidez, e a taxa era alta.

Há várias taxas em cada um dos contratos. Se o senhor quiser que eu forneça, não há nenhum problema.

O SR. GERSON CAMATA – Eu gostaria, sim.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Por exemplo, um empréstimo de 7 milhões, que foi realizado em outubro, no momento da grande crise da Rússia, esse empréstimo foi de 10,91% ao mês.

Quando tínhamos a fonte do Banco Central, Sisbacen, o custo de desconto de nota promissória, nessa época, era de 12,92%, quase 13%; e o custo da conta garantida que tínhamos e pagamos com esses recursos era da ordem de 11,64% ao mês.

O SR. GERSON CAMATA – Dr. Ricardo Teixeira, o senhor tem conhecimento de que esse banco vive sofrendo investigações do governo americano com suspeita de operação de lavagem de dinheiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor. Não tenho nenhum conhecimento.

O SR. GERSON CAMATA – Eu só gostaria de me reportar a um fato: o Sr. Wanderley Luxemburgo da Silva, quando aqui esteve, nós o questionamos a respeito da emissão de um cheque de R\$600 mil em favor da própria Confederação Brasileira de Futebol. Chamou-nos a atenção o fato de que esse cheque foi

emitido um dia após a CBF ter pago a ele R\$1,5 milhão.

Escutei também na imprensa o senhor dar a explicação de que as simofaria; que as sim foi feito, exatamente para efeito de uma transparência maior da transação. O senhor acharealmente necessário isso?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Posso manusear a pasta?

O SR. GERSON CAMATA – À vontade!

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Senador Geraldo Althoff, Srs. Senadores, em maio de 1999, foi feito um adiantamento para o Wanderley Luxemburgo de R\$400 mil. Depois, em setembro de 1999, outro adiantamento de R\$200 mil. E ele recebeu, em 27 de setembro, tinha recebido da CBF R\$2.096.552,00, que lhe foram pagos e, imediatamente, no mesmo ato, descontado imposto de renda, o que deu o valor líquido de R\$1,520 milhão, e ele efetivamente, imediatamente após, pagou esses dois adiantamentos, respectivamente, de R\$400 e de R\$200 mil.

Excelência, essa foi uma decisão da Diretoria Financeira da parte financeira da CBF, que acharam melhor fazer dessa forma. Não tenho envolvimento direto nas operações financeiras da CBF. Não assino cheque da entidade há mais de 10 anos. Então, o **modus faciendi** foi, na realidade, uma decisão – volto a dizer – da Diretoria Financeira, mas posso lhe garantir que todos os impostos foram recolhidos, posso lhe garantir que foi tudo dentro da legalidade. Temos todos esses documentos e, se o senhor quiser, posso inclusive esses documentos a suas mãos, desde agora os recibos dele, inclusive as datas, enfim, toda a operação desse acontecimento.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, nesse primeiro momento, eram essas as indagações e os questionamentos que esta Relatoria gostaria de fazer ao Sr. Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Passamos à lista de inscrições.

Temos 12 Senadores inscritos para as investigações. O primeiro deles é o Senador Antero Paes de Barros, a quem concedo a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Sr. Ricardo Teixeira, no início do seu depoimento, V. S^a disse que tinha a oferecer à CPI a sua conta bancária, a quebra do seu sigilobancário, nos sentido de facilitar aarefa da Comissão Parlamentar de Inquérito e dar uma contribuição, mostrando claramente que V. S^a não tem absolutamente nada a ocultar, e disse também que tinha conta

em um só banco, para, na seqüência, respondendo ao Relator, dizer que tem uma conta também no Delta National Bank.

Gostaria de saber se V. S^a coloca também à disposição da CPI a sua conta no Delta National Bank, ou só tem a conta nesse lugar, ou são dois bancos, um aqui e outro no exterior, ou tem mais no exterior?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Respondendo, agradeço profundamente a pergunta de V. Ex^a. Coloco à disposição. Vou solicitar ao Banco Delta que me envie os extratos da conta que tenho com ele desde 1997 e imediatamente enviarei para essa CPI. E o senhor me perdoe, talvez não tenha sido muito claro quando disse que tinha conta em um banco só, confesso-lhe que me referia apenas a banco no Brasil. A minha intenção foi que no Brasil só tenho conta em um banco.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E no exterior?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – No exterior, só tenho conta no Banco Delta.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a disse que na operação feita com o Delta, pagou juros de 10% ao mês, um pouco mais de 10%...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É sim, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E que aqui no mercado interno o juro era de 12 e pouco por cento ou 13%.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O senhor me permitiria que eu... (Pausa.)

Excelência, só um esclarecimento, esse é um contrato que se chama **hot money**. É um contrato de 77 dias só. Não é um contrato anual. É um contrato até o vencimento de janeiro. A taxa mensal no período foi de 10,9166. Pelas fontes do Banco Central, Excelência, o custo do dinheiro no Brasil era de 12,92, se fosse em nota promissória, e a conta garantida era de 11,64, que era a taxa que pagávamos na época em uma conta garantida que tínhamos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O fato de esse empréstimo ser em dólar torna o dinheiro mais barato ou mais caro? Por que um empréstimo no exterior é evidente que é em dólar.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, nesse caso específico, essa taxa ficou mais barata porque não houve alteração do dólar. O senhor entende? Quer dizer... Excelência, a operação que fizemos, fizemos a venda do dólar em um momento, e quando compramos o dólar para pagar o financiamento, ele estava mais ou menos na mesma cotação. Ele só se alterou muito depois, quando houve a grande desva-

lorização cambial. Esses valores de taxa dependem muito do mercado. Hoje, por exemplo, a captação no Brasil está mais ou menos ao mesmo passo do mercado internacional em taxas anuais. A única grande diferença – e a pergunta do senhor é muito bem colocada – é que nós corremos, inegavelmente, quando em dólar, o risco cambial. Mas como, naquele momento, não conseguimos recursos no Brasil, tivemos que achar uma outra solução.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente Ricardo Teixeira, V. S^atambémagradeceu a primeira pergunta do Relator, quando ele lhe indagou sobre a situação do técnico Wanderley Luxemburgo, sobre aquela situação em que o senhor estaria ou não defendendo um sonegador de impostos. E V. S^a teve a oportunidade de dizer que disse naquela oportunidade que “em se comprovando as denúncias”, que naquele momento tinha analisar apenas o trabalho dele como técnico de futebol.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sim, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Foi isso. E apenas muito tempo depois que V. S^a demitiu o técnico Wanderley Luxemburgo. Eu lhe pergunto o seguinte: V. S^a demitiu o técnico Wanderley Luxemburgo por justa causa, como disse aí? Não, vou analisar aí depois. Muito tempo depois, quando ele foi demitido, já haviam exaurido as possibilidades – era de conhecimento público, era de conhecimento público a situação do técnico Wanderley Luxemburgo. Aí V. S^a o demitiu por justa causa? Então, é isso?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor. Excelência, eu vou lhe explicar. Quando eu coloquei que eu aguardava, no oitavo andar, denúncias contra o técnico Wanderley Luxemburgo era a denúncia que mais atingiria a CBF, Excelência, que seria, ficou no ar, que ele teria convocado jogadores para a Seleção Brasileira e por isso recebeu qualquer vantagem pessoal. Eu, inclusive, antes de embarcarmos para as Olimpíadas, tive uma reunião com ele e esperava, como disse, qualquer tipo de prova efetiva sobre essa participação dele nesse assunto de jogadores de futebol. Quis me referir, naquele momento, especificamente ao fato de ele convocar jogador para a Seleção Brasileira tendo vantagem pecuniária pessoal. Isso não me foi colocado em nenhum momento, Excelência, me foi provado isso. E quando nós voltamos das Olimpíadas, eu tive, três dias depois, uma reunião com ele, em que eu coloquei que para a Seleção Brasileira, tendo em vista os problemas pessoais que ele tinha, isso iria influenciar muito a administração dele como técnico. Então, que achava melhor que ele dei-

xasse a Seleção Brasileira. Não foi por justa causa, Excelência.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em depoimento aqui, a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o técnico Wanderley Luxemburgo fez referências a um assunto que V. S^a já teve oportunidade de comentar, que foi aquela antecipação das luvas dele. Que ele recebeu 600 mil e V. S^a, depois, detalhou aí que foram 400 e mais 200. E isso de um montante de 1 milhão e 520, de luvas.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E que, posteriormente...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Dois milhões e pouco. É isso? Então está bem. E que, posteriormente, a CBF, ao realizar o novo pagamento para ele, pagou integralmente, sem fazer o desconto dos 600 mil. E depois, ele fez um cheque para a CBF devolvendo os 600 mil.

Embora V. S^a já tenha dito que essa gerência administrativa lhe é afeita, eu gostaria que V. S^a, sabendo da legislação do CPMF, o que V. S^a teria a comentar sobre essa gestão da CBF? Porque pagou a CPMF duas vezes.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu volto a lhe dizer que o que existe foi uma decisão da gerência financeira. Agora, tem um problema que me foi explicado. É que quando você faz um adiantamento salarial, você não recolhe os impostos devidos e você o faz simplesmente quando você, efetivamente, faz o pagamento, que foi o caso de quando nós fizemos o pagamento de 2 milhões e pouco, restando 1 milhão e pouco, e nós recolhemos todo o Imposto de Renda.

Sou obrigado a confessar que o senhor tem razão. Creio que, efetivamente, nós pagamos dois CPMFs. Mas, no caso da CBF, a intenção da gerência financeira foi deixa bem explicitado que o pagamento foi todo ele realizado, todo imposto recolhido, e imediatamente após o recebimento, ele pagou aquele adiantamento que ele havia recebido de R\$400 e de R\$200 mil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente, a CBF contribui financeiramente para alguma campanha política desde 1994?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, contribuiu.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Gostaria que V. S^a nos dissesse para quem.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, lembro-me bem do ano de 1998 em que nós contribuímos

para o Deputado Federal Eurico Miranda, para o Deputado Perondi. Mas lhe prometo, Excelência – confesso que não me lembro de outros -, que em 48 horas mando fazer essa busca e faço um ofício para a CPI. Gostaria de esclarecer que todas as contribuições que a CBF fez ou foi para o partidopolítico, ou foi diretamente para o candidato, devidamente registradas na contabilidade da CBF; cheques nominativos integralmente dentro da lei, inclusive porque isso é permitido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E qual o interesse da CBF em contribuir com uma campanha política?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Me perdoe, Excelência, eu não escutei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual o interesse da Confederação Brasileira de Futebol em contribuir com uma campanha política?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, agradeço a oportunidade, porque todos os segmentos no Brasil – isso é uma norma – todos os segmentos ajudam o seu segmento na área política. Eu conheço candidatos médicos que são ajudados pelas entidades médicas, candidatos engenheiros que são ajudados pelas suas entidades. O importante, no meu modo de ver, é que isso é integralmente dentro da lei, foram todas elas claras. A lei nos permite, nos facilita que nós façamos isso. Foi tudo dentro da legalidade, registrado na contabilidade da CBF, cheques – volto a dizer -, todos eles emitidos nominalmente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria de indagar o seguinte: a CBF contribuiu com material esportivo para alguma campanha política?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Honestamente, eu não me lembro. Mas prometo ao senhor que também verificarei isso nas próximas 48 horas e enviarei essa documentação para a CPI.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu vou tentar lembrá-lo, Presidente. V. S^a contribuiu, a CBF contribuiu com material – vou voltar à pergunta mais tarde – com material esportivo – e eu gostaria de lembrar que V. S^a está depoendo sob juramento. V. S^a contribuiu, a CBF contribuiu com material esportivo para a campanha junto à Prefeitura do Sr. Alfredo Nunes?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu volto a lhe dizer: eu estive muito ausente, no ano que passou, da CBF porque eu tive muitas viagens. Estou lhe prometendo que em 48 horas, vou verificar na contabilidade da CBF, e lhe envio; não tenho convicção absoluta de que isso não tenha ocorrido ou que tenha ocorrido. Me comprometo, em 48 horas, a verifi-

car dentro da contabilidade, enviar-lhe não só os valores como a quantidade eventualmente, se é que isso aconteceu.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Além de Deputados – V. S^a já se lembrou de dois; prefeito, de um – e V. S^a não se lembra se contribuiu, além de Deputado e Prefeito, com Deputado Estadual, Vereador, Senador, Governador?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor. Eu contribuí com Deputados Federais e oficialmente para partidos. Lembro-me para partidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Acho que essa pergunta o senhor já respondeu: o senhor não possui contas nas Ilhas Cayman?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quem, na CBF, Presidente, redigiu as declarações assinadas tanto pelo ex-Técnico Wanderley Luxemburgo da Silva como por Mário Jorge Lobo Zagallo e encaminhadas ao Congresso Nacional, as quais tratavam da interferência da Nike. O Brasil inteiro testemunhou, pela TV Câmara, pela imprensa nacional, o técnico Zagallo negar: “Não assinei nada; não vi nada”. E aí, mostraram para o técnico Zagallo o documento. Quem redigiu essas declarações para os treinadores assinarem?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Excelência. Quem pediu que essas declarações fossem feitas fui eu, pessoalmente, que pedi aos dois. O Zagallo já não era mais técnico da Seleção; o Wanderley era o técnico da Seleção. E a finalidade foi que havia uma afirmativa nacional de que a Nike indicava jogadores que deveriam ser convocados. Tanto o Zagallo quanto o Wanderley sabiam que isso não era verdade, e a única forma que eu tinha de colo carregar publicamente seria que eles fizessem uma carta, o que eles fizeram. A intenção foi demonstrar, efetivamente, o que é real: a CBF nem a Seleção Brasileira têm qualquer influência nas suas convocações de quem quer que seja, nem pelo seu Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Os técnicos tinham conhecimento do contrato com a Nike?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, honestamente, o contrato, integralmente, eu não entrei com nenhum dos técnicos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual a ação que a CBF tem no que diz respeito aos empresários de futebol que não estão credenciados na Fifa?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, esse assunto dos procuradores, esses agentes, na realidade, isso foi uma coisa que veio de fora para dentro. A Fifa,

na realidade, foi quem criou essa figura do Agente-Fifa, e nós simplesmente encaminhamos os pedidos com o parecer do nosso departamento jurídico com relação aos eventuais propositores, digamos assim.

A Fifa só trata dos seus agentes; esses agentes que são fora do contexto da Fifa, não temos nenhum contato com eles, até porque, eu gostaria de esclarecer, Excelência, aqui, há uma certa dúvida com relação, por exemplo, aos jogadores de futebol. V. Exª sabe melhor do que ninguém, que conhece o futebol, já militou há muito tempo na crônica esportiva, sabe que, nas entidades, é registrado no nome do clube. Não existe, por exemplo, para a CBF e para nenhuma Federação, jogador que pertença a empresário, porque só é permitido pela Fifa o registro em nome de clubes, quer na CBF, quer na Federação. Então, o nosso relacionamento com os empresários, CBF, é quase nenhum.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente Ricardo Teixeira, o senhor conhece Guilherme Augusto Pessoa Ribeiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Guilherme Augusto... Não senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor não conhece o Sr. Guilherme Augusto Pessoa Ribeiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não me lembro. Esse nome não me diz nada. Não conheço, não, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Portanto, o senhor não sabe qual o relacionamento financeiro que a CBF tem com esse senhor?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu desconheço. Esse nome, volto a lhe informar: Guilherme, não conheço. Não ligo o nome à pessoa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nunca ouviu falar de nenhum relacionamento financeiro da CBF com esse homem?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Que eu ligue o nome à pessoa, Excelência, não, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor conhece ou sabe quem é o Sr. Jean Pierre Frankenruiz?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, conheço. Jean Pierre é um francês... Aliás, desculpe, ele é brasileiro, mas mora na França, e durante a Copa do Mundo de 98, principalmente – ele é muito bem relacionado em Paris –, ele nos ajudou muito com relação a achar concentrações, inclusive, ficou meio como **attaché** junto à nossa delegação, até porque tínhamos dificuldades de língua, e ele fala francês correntemente. Jean Pierre conheço bem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Por que a CBF remete dinheiro para o exterior para esse cidadão?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, porque ele já prestou vários serviços para nós. Inclusive, só para poder lhe dar um dado mais importante, no Campeonato Mundial de Clubes, no Brasil, o Jean Pierre foi a pessoa que a Inglaterra pediu que ficasse ligada ao Manchester. Então ele prestou um trabalho junto ao Manchester, ele foi a pessoa que falava pelo Manchester na organização do campeonato mundial de clubes no ano passado no Rio de Janeiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor sabe qual foi o montante que a CBF enviou para ele até agora?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não sei, mas lhe promete fornecer. Em 48 horas pego na minha contabilidade. Com toda a honestidade não sei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor recebeu algum recurso diretamente da Nike ou da Traffic?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor realmente acha que as condições do contrato da Nike são favoráveis à CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, tenho convicção disso. Eu poderia estender-me um pouco mais nessa pergunta?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, vou fazer um dado comparativo, porque é a única forma que temos de padronizar e verificar realmente como é o contrato da Nike em relação ao mundo.

No nosso contrato com a Nike recebemos US\$16 milhões por ano de média durante 10 anos. Tomamos, como exemplo, os grandes países do mundo com seus patrocinadores. A Inglaterra tem como patrocinadora a Umbro, que lhe paga US\$11 milhões; a Itália tem a Capa, que lhe paga US\$7 milhões; a França tem a Adidas, que lhe paga US\$8 milhões; a Alemanha também tem a Adidas, que lhe paga US\$7 milhões; a Holanda tem a Nike, que lhe paga US\$5 milhões; os Estados Unidos tem a Nike, que lhe paga US\$7 milhões; a Espanha tem um contrato de oito anos que lhe dá mais ou menos ao ano US\$2.278 milhões; a Argentina tem a Reebok, que lhe dá US\$8 milhões, e o Brasil tem a Nike, que lhe dá US\$16 milhões.

Então, se fizermos um comparativo da CBF X Nike e outras federações com seus patrocinadores nenhuma delas chega a 60% do valor da Nike.

Para que V. Ex^a tenha noção, eu trouxe e vou deixar entre gue à CPI o contrato assinado da AFA com a Reebok, com todos os seus itens, até porque acho que é muito útil para esta Comissão que se faça uma comparação dos contratos tendo em vista que as duas são multinacionais.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor, por curiosidade, nunca procurou saber quanto que a seleção americana de basquete tem de patrocínio?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor. Até porque o sistema de basquete americano é um pouco diverso do nosso. Com toda honestidade, não sei quanto ganha a federação de basquete americana.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor tem a convicção de que a CBF precisaria realmente de um intermediário para conseguir fechar um contrato internacional? Não caberia à empresa patrocinar uma concorrência internacional para isso?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, fizemos uma concorrência. Consultamos na época a Reebok, a Adidas, a própria Umbro se ela teria interesse de aumentar o valor do contrato e a que ofereceu na época um valor mais alto foi inegavelmente a Nike, no momento de 1996. Esse contrato foi assinado um pouco antes das Olimpíadas nos Estados Unidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente Ricardo Teixeira, causou-me um certo desconforto, como brasileiro e como jornalista esportivo, ouvir aqui nesta Comissão o depoimento do também jornalista J. Hawilla e empresário de futebol, mas que jornalista hoje, anunciar aqui o fechamento de um contrato para as eliminatórias da Copa de 2006 e 2010, por cujo contrato ele já está antecipando pagamentos à CBF, o que significa dizer que o interesse comercial da empresa dele. E talvez fosse vantajoso comercialmente para a CBF se o Brasil disputasse as eliminatórias de 2006 e 2010, o que traria como consequência, evidentemente, uma previsão nada otimista com relação às possibilidades do nosso futebol.

Eu gostaria de perguntar se V. S^a considera ética essa cláusula contratual em que se estabelece o compromisso, no mínimo, até 2010, data em que V. S^a não estará mais na presidência da CBF, segundo declarações já dadas à imprensa por V. S^a mesmo.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Excelência. Há uma norma no mercado internacional esportivo – e nisso se inclui inclusive o basquete – pela qual nunca se compra um só evento, mas sempre os eventos para frente. Gostaria de lhe dar algum exemplo.

plos de contratos mundiais com relação a esse assunto, Excelência.

A ISL tem um contrato com a Federação de Tênis de 10 anos; com a FIFA*, de oito; com a TV e com a FIFA, outro contrato de oito anos. Ela comprou os direitos do atletismo por 10 anos; do tênis, também por 10 anos. A Octagon acabou de comprar o Autódromo Silverstone por 15 anos. A FOCA, do Bernie Ecclestone, é conhecida mundialmente como uma empresa que administra – digamos assim – a parte toda da Fórmula 1. O contrato dela é por volta de 100 anos. A Rede Globo de Televisão comprou a Fórmula 1 por cinco anos e tem opção de mais cinco anos. A Rede Globo comprou o contrato do Clube dos Treze de televisionamento aproximadamente 10 anos. A Argentina vendeu os seus direitos para a Torneio Competências, que é uma similar do que a Traffic faz no Brasil, por 20 anos, de 1995 a 2014.

E nós, Excelência – os Srs. Senadores vão saber em primeira mão –, estamos também negociando com a Rede Globo as eliminatórias de 2006 e 2010, porque a norma é que sempre se façam os contratos antecipados por evento. Isso acontece em todas as federações esportivas do mundo. Vou lhe dar um exemplo, se V. Ex^a me permitir, Senador: o contrato grande da FIFA com a ISL, não só de televisionamento como de **marketing**, foi feito em 1998, início do ano, e vai ficar até o ano de 2006, com direito à reforma. Isso foi feito por um presidente, e o outro presidente que assumiu irá levar esse contrato, quer dizer, é uma coisa que até admito que se discuta esse tipo de – digamos assim – de comportamento, mas é um comportamento que é muito comum em toda área esportiva em geral, independentemente do esporte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Por que a CBF não remete ao Banco Central, como a lei manda, os contratos de venda de atletas para o exterior?

O chefe do departamento responsável por esse acompanhamento do Banco Central afirmou que a CBF impõe sérias restrições a esse encaminhamento. Concluo a indagação da seguinte forma: o senhor poderia nos enviar até amanhã, ou até o final da semana, os 50 maiores contratos de venda de atletas brasileiros para o exterior nos últimos cinco anos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, foi muito oportuna a sua pergunta, porque dá para fazer um esclarecimento grande sobre esse assunto. Confesso que não me lembro da data, mas foi depois de uma medida provisória que passamos a ter o direito de exigir dos clubes – se não me engano foi após a Lei Pelé; não quero afirmar categoricamente –, que pas-

samos a ser obrigados, ou melhor, que passamos a ter o direito de exigir isso dos clubes. Antes, não tínhamos nenhum direito de exigir que os clubes nos informassem. Lembro-me perfeitamente bem que, quando o diretor do Banco Central dessa área esteve aqui no Senado, ele afirmou, categoricamente, que todas as eventuais irregularidades que encontrou, só as encontrou depois que isso passou a ser controlado pela CBF.

Terceiro, sempre enviamos ao Banco Central todas as vezes que os contratos nos foram solicitados. Não há nenhum problema enviarmos o contrato a qualquer momento, se V. Ex^a quiser. Chegando ao Rio de Janeiro, imediatamente, enviarei para V. Ex^a. Gostaria de deixar claro que a CBF é simplesmente um cartório. Na realidade, registramos a transferência do jogador pelas informações recebidas. Esse é um dado que eu, imediatamente, chegando ao Rio, providenciarei e enviarei a V. Ex^as.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A CBF possuía uma agência de turismo oficial durante a Copa da França?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A CBF tem uma agência com a qual já trabalha há muitos anos, digamos assim, que é a agência que seguiu a Stella Barros Turismo, que era uma das maiores agências que encontramos trabalhando no mercado de futebol, principalmente Olimpíadas e Copa do Mundo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, a agência, é...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – SBTR.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Stella...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não é Stella Barros. O nome é SBTR Turismo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A CBF nunca utilizou os serviços da Empresa Belvitour Turismo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Novamente, agradeço a possibilidade de responder. A Belvitour é uma empresa que se coloca publicamente, principalmente, o jornalista Juca Kfouri, que ela pertence a um primo, um parente meu e isso não é verdade. Faço questão absoluta de enviar a V. Ex^a, quando chegar ao Rio de Janeiro também, as eventuais passagens que nós compramos pela Belvitour, são valores irrisórios. Ela não pertence, ela não faz nenhum pacote para a CBF, ela não trabalha com a CBF, ela não vende passagem para a CBF, ela não tem nenhum envolvimento com a CBF. Pode ter tido uma ou outra venda, como outras vieram, com valores completamente irrisórios.

Faço questão absoluta de mandar a V. Ex^a todos os movimentos de compra e de venda de passagem com essa empresa, a Belvitour.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor tem conhecimento se o Sr. Marco Aurélio Teixeira é diretor ou dono da Belvitour?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, ele não é dono da Belvitour. Ele é meu tio, ele trabalha, ele é funcionário, diria até funcionário subalterno de uma construtora cujo dono, parece-me, tem participação nessa empresa. Mas, comprometo-me também, vou tentar levantar os dados e mandaria a V. Ex^a inclusive o contrato social da Belvitour, se conseguir fazê-lo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O Sr. Marco Aurélio Teixeira é parente do Sr. Marco Antonio Teixeira?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É porque é meu tio e o Dr. Marco Antonio Teixeira também é meu tio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual dos dois trabalha na CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O Dr. Marco Antonio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual o cargo dele?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ele é Secretário-Geral da entidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor recebeu, alguma vez, a pedido, o Sr. Utulante Vinhola ou o Sr. Rogério Luís Viana ou qualquer outro empresário do setor de turismo para tratar da compra e venda de ingressos na Copa da França?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador, confesso-lhe que não me lembro bem, porque, se recebi, foi perto da Copa do Mundo, mas o Sr. Rogério eu o conheço há muito tempo. Conheço o Sr. Rogério há muito tempo porque, quando saí, quando compramos o grupo em que meu pai era o presidente, o Dr. Rogério era sócio de uma empresa chamada Imperial Turismo, que pertencia a esse grupo. Portanto, o meu relacionamento, não de amizade, diria, mas de conhecer o Dr. Rogério, data, mais ou menos, de 1973.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não sei se V. S^a assistiu ao depoimento do Sr. J. Hawilla. Em seu depoimento, o Sr. J. Hawilla afirmou que encaminhou o Sr. Utulante Vinhola para o senhor, a fim de tratar da compra de ingressos para a Copa da França.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Confesso-lhe que não me lembro. Posso tentar buscar na cabeça, mas não me lembro. Quer dizer, fisicamente, não me lembro. Já lhe informei que conheço o Rogério há muito

tempo. O Utulante Vignola, confessou que não me lembro.

Não tratei de nenhum assunto de ingressos, até porque durante a Copa do Mundo quase que fiquei concentrado junto com a Seleção Brasileira, integralmente o período da Copa inteira. Foi uma coisa pública que, tão logo cheguei a Paris, muito antes de a Seleção Brasileira começar a Copa do Mundo, tive um problema de saúde: fui levado ao hospital e fui operado de emergência. Fiquei quase 15 dias em um hospital em Paris. Portanto, esse assunto de ingressos, não entrei diretamente. Ficou tudo acertado pela SBTR, que foi quem fez isso para nós.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, tenho uma série de indagações, mas vou deixar para fazê-las ao final, senão prejudicaria os interesses dos meus colegas que estão presentes. Voltei a fazer indagações, ao final da participação do Presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O segundo inscrito é o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, o Relator e o Senador Antero Paes de Barros praticamente esgotam a possibilidade de perguntas. Contente com as respostas que foram dadas até agora, eu perguntaria: a CBF, antigamente, recebia dinheiro público para financiar o futebol e as seleções. Há quanto tempo a CBF não recebe mais dinheiro público do Tesouro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A CBF não recebe dinheiro público desde o ano de 1990. Foi quando a CBF abriu mão de quaisquer recursos oriundos do Governo, naquela época por meio da loteria esportiva.

Para efeito de completar a pergunta de V. Ex^a, nas Olimpíadas, por exemplo, o Governo Federal dá uma dotação para o COB. Essa dotação para o COB tem a finalidade de, por exemplo, pagar as passagens de todos aqueles atletas que vão participar das Olimpíadas; dentre elas, as seleções femininas e masculinas do Brasil. A CBF não recebe esse dinheiro do COB, a CBF paga diretamente as suas passagens, a CBF paga seus exames, ou seja, não entra direta ou indiretamente, desde 1990, um recurso público na CBF.

O SR. GERSON CAMATA – Um jogador convocado para a Seleção Brasileira, quando é um jogo que ocorre em um fim de semana, quer dizer, ele sai do clube dele, vai para a Seleção joga e volta. O clube paga a remuneração dele ou a CBF suspende o pagamento do clube por aquelas horas que ele ficou e paga o jogador?

A outra pergunta: quando ele fica o mês todo, por exemplo, ele recebe o mesmo salário que ele receberia do clube, ou a CBF tem um salário padrão para todos os jogadores?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Há dois casos diferentes. Por exemplo, o jogador estrangeiro e nós chamamos de estrangeiros os jogadores brasileiros que atuam no futebol estrangeiro. Não somos obrigados pela FIFA, dentro das normas da FIFA, a pagar os salários deles.

Pagamos a eles as premiações, o direito de arena, eventualmente se o direito de televisão for nosso, as passagens, eventuais estadias de ida e volta pelo período que ele estiver com a Seleção Brasileira.

Os jogadores que atuam no futebol brasileiro, nos clubes brasileiros, nós resarcimos integralmente, obviamente, **pro rata temporis**, o tempo que ele estiver junto à Seleção Brasileira, pelo valor do contrato dele registrado na CBF. Ou seja, se na CBF está escrito que o salário dele é de R\$100.000,00, nós pagamos exatamente os R\$100.000,00. É essa a forma que sempre fazemos.

O SR. GERSON CAMATA – Um outro problema que está sendo muito colocado aqui é o problema do calendário do futebol brasileiro. Os jogadores reclamam, os clubes reclamam, os jornalistas reclamam e os torcedores reclamam. Por que não se acerta esse calendário? O que está ocorrendo? Não se pode ter um calendário mais produtivo ou com melhor condição?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Agradeço a pergunta de V. Ex^a, porque ontem acabou um contrato que assinamos com a Fundação Getúlio Vargas, e ela fez um grande relatório, um enorme relatório sobre o futebol brasileiro—sobre o futebol brasileiro em geral, sobre os clubes em geral, sobre a CBF, sobre a forma crítica com que a CBF administra o futebol. E a instituição que dirijo faz a crítica construtiva e a crítica das coisas que ela julga, digamos assim, que têm que ser modificadas. Como estava aqui em Brasília, ainda não recebi, digamos assim, esse relatório, uma vez que não participei da reunião final realizada ontem.

Um dos itens mais importantes, tenho certeza absoluta, já que vi uma pré-exposição por parte da Fundação, é exatamente o calendário. Esse calendário passa por profundas modificações no futebol brasileiro como um todo, dos campeonatos estaduais, dos campeonatos regionais aos campeonatos nacionais e inclusive os campeonatos internacionais.

Comprometo-me, visto que considero este um trabalho muito interessante, Sr. Presidente, Sr. Rela-

tor, se V. Ex^as se interessarem, a mandar esse trabalho, principalmente por se tratar de um trabalho de uma entidade reconhecidamente competente no Brasil, a Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de um trabalho bastante denso e que, tenho certeza, poderá ajudar de alguma forma nos trabalhos desta CPI, entre os quais está o de normatizar as coisas que porventura estejam erradas no futebol brasileiro.

Faço questão absoluta de, chegando ao Rio, enviar todo esse trabalho que a Fundação Getúlio Vargas fez com a CBF.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos a V. S^a e solicitamos realmente a remessa desse trabalho, que interessa a esta CPI na fase propositiva de nossos trabalhos.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, uma pergunta final: a CBF pode impor aos clubes um calendário ou estes são autônomos? Eles participam do campeonato que querem, com os clubes que querem e marcam os jogos da maneira como querem? V. Ex^a pode interferir e pode mudar um calendário?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador, é uma pergunta difícil de ser respondida. No Brasil, depois de 1987, houve uma abertura muito grande do controle da CBF para os clubes. Posso mesmo lhe afiançar a situação atual: hoje, os clubes assinam o seu próprio contrato com a televisão. A CBF não tem nenhuma participação, quer na assinatura, quer no recebimento de qualquer comissão desses contratos de televisão. Os clubes fazem o calendário das competições que eles participam; os clubes fazem um regulamento. Eu diria que a autonomia, hoje, dos clubes é muito grande: cada um obviamente dentro do seu segmento, ou seja, a primeira, a segunda e as outras divisões.

A CBF, na realidade, está hoje controlando os campeonatos da Copa do Brasil e os regionais. O Campeonato Nacional Brasileiro, atual Torneio João Havelange, é totalmente administrado pelos clubes inclusive até, eu diria, a parte disciplinar.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, muito obrigado.

Agradeço as respostas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ricardo Teixeira, o Deputado Eu-rico Miranda declarou à imprensa que os dirigentes do Gama, clube do Distrito federal, teriam feito uma extorsão ou uma tentativa de extorsão no valor de US\$2,5 milhões contra a CBF para que o clube não jogasse a série do campeonato brasileiro. V. S^a confirma que houve essa extorsão, essa tentativa?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, desculpe-me. O termo não foi como V. Ex^a colocou.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Extorsão.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não foi extorsão. Eu tive um almoço no dia em que se deu o jogo Vasco e Coríntians, no Rio de Janeiro, pelo Campeonato Mundial de Clubes. Se não me engano, foi no dia 14 de janeiro do ano passado. Foi um almoço com os dirigentes do Gama, em que eles colocaram que a não-participação deles na primeira divisão do campeonato brasileiro – e, na época, não era o Torneio João Havelange – lhes daria um prejuízo grande. Então, eles pediam que esse resarcimento fosse feito pela CBF no valor de R\$2 milhões. Isso é fato e verdadeiro.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Então, V. S^a confirma que houve essa tentativa.

V. S^a podia citar os nomes dos dirigentes do Gama que tiveram essa conversa com V. S^a?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Estavam comigo o Presidente do Gama, Wagner, o Presidente Agrício, o Presidente da Federação de Brasília, estava também o Sr. Alfredo Nunes, se não me engano. Éramos cinco pessoas, Excelência.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Obrigado.

V. S^a, Sr. Ricardo Teixeira, ou a CBF, ou alguém do Clube dos Treze fez alguma proposta financeira para que o Gama desistisse do campeonato brasileiro, da série “a”?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Desculpe, Ex^a.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Estou perguntando se o Sr. Ricardo, o senhor pessoalmente ou a CBF ou alguém do Clube dos Treze fez proposta financeira ao Gama, para que ele desistisse de participar do campeonato brasileiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, respondo por mim, pessoalmente, e pela CBF. Nem eu pessoalmente nem a CBF.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Não fizeram?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, Ex^a. Não fizemos nenhuma proposta.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Com relação ao Sr. Kleber Leite, que o senhor conhece, ex-presidente

do Flamengo, quais são as suas relações com o Sr. Kleber Leite e qual a atuação do Sr. Kleber junto à Traffic e à Esporte Promoção?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Bem, Ex^a, vou informar exatamente o que eu sei. Tenho um bom relacionamento, um relacionamento de amizade com o Sr. Kleber Leite, até porque ele foi presidente do clube pelo qual que torço – o Flamengo. Tivemos um relacionamento antes mesmo de eu ser presidente da CBF e antes de ele ser presidente do Flamengo.

Ao que me consta, ele nunca foi sócio da Traffic. As informações que eu tenho e que eu sei é que ele às vezes participa, esporadicamente, de alguns negócios com a Traffic e quanto ao relacionamento dele com a Sport Promotion, eu não sei, não sei lhe informar, não posso lhe afiançar. Mas nunca ouvi dizer que ele era sócio da Sport Promotion. Mas eu não posso lhe afiançar, porque, realmente, desconheço o assunto.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Sr. Ricardo Teixeira, a CBF tem conhecimento que o Clube dos Treze possui um **site**? O senhor tem conhecimento que o Clube dos Treze possui um **site** que é oferecido oficialmente aos clubes pelo valor mensal de R\$2 mil? E que os clubes, não associados aos Treze que se negarem a aderir, estão excluídos das competições organizadas pela CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, isso, para mim, é uma surpresa, eu não sabia. Desconheço esse assunto.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Estou perguntando para o senhor, por que recebemos essa informação, que existe esse **site** do Clube dos Treze e os que se negam a pagar essa contribuição de R\$2 mil estão excluídos das competições que a CBF organiza.

Sr. Ricardo, ou algum membro da sua família, pai, irmão, esposa ou filho, recebeu ou recebe algum valor financeiro do Clube dos Treze ou da Sport Promotion?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não senhor, nem eu, pessoalmente, não temos irmão, nem paipaodeira, porque o papai faleceu, mas ninguém da minha família recebe qualquer recurso do Clube dos Treze.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Por que o contrato da Coca-Cola prevê um prêmio de um milhão para o caso de ser campeão do mundo e oitocentos mil no caso de ser vice-campeão, não é isso? A Coca-Cola prevê um prêmio de um milhão para o campeão do mundo e vice oitocentos mil?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Exatamente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Bom, no caso, o Brasil, quando foi vice-campeão na França, recebeu 800 mil da Coca-Cola como prêmio?

Como foi feita a distribuição dessa verba dada pela Coca-Cola, em face do vice-campeonato mundial de 1998?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, quando vamos com a seleção brasileira para uma Copa do Mundo, por exemplo, fixamos os valores de premiação incorporando tudo, V. Ex^a entende? Por exemplo, um exemplo da Copa de 1994, que fomos campeões: determinamos um valor por jogo, um valor por cada classificação, ou seja, a primeira fase são três jogos, Ex^a, então para passar para o quarto jogo tinha um prêmio. Vencendo o quarto jogo, tinha um outro prêmio. O quinto, o sexto, e sendo campeão tinha outro prêmio. Nesse prêmio está incorporado todos os valores, inclusive o da Coca-Cola. E é feita a divisão a pedido dos jogadores, como foi em 1994. Os jogadores pediram que fosse toda a premiação igual para todos os membros da comissão, inclusive os roupeiros. Enfim, todos, dos mais humildes ao técnico, os valores são divididos igualzinho.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Igual para todos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Igual para todos, sim senhor.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – A CBF vem gradualmente afastando-se de suas responsabilidades quanto à organização do campeonato brasileiro, da Copa do Brasil, da Copa dos Campeões e das copas regionais, tipo Centro-Sul, Centro-Oeste, Rio São Paulo e Sul-Sudeste, passando essa tarefa para terceiros, entre eles o Clube dos Treze e Esporte Promotion.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, essa é uma pergunta embaraçosa, mas eu posso lhe afiançar o seguinte: a própria Fundação Getúlio Vargas no seu projeto, no pré-projeto já disse que acha que a CBF deve retomar tudo isso. Isso aconteceu porque logo que entramos para a CBF, em 89/90, havia um grande reclamo nacional de mais poder para os clubes e menos poder para as entidades. Isso foi uma coisa que fizemos no correr dos anos. Por exemplo, V. Ex^a deve saber que hoje para se eleger o Presidente da CBF os clubes também votam, o que não acontecia anteriormente. Só as federações votavam. A CBF criou um conselho técnico que administra o futebol brasileiro como um todo. Volto a dizer, hoje a CBF não recebe, Excelência, nem R\$1 de nenhuma das competições que os clubes têm. Nós não temos dinheiro da receita de público, nós não temos percentual sobre

direito de televisionamento. Para que V. Ex^a tenha uma noção, nós tínhamos 7,5% sobre os contratos de televisão. O contrato desse ano das televisões com os clubes só no Campeonato Nacional deve gerar algo em torno de 60 ou 70 milhões. Os cofres da CBF deixaram de arrecadar indiretamente, entregando aos clubes só num campeonato mais de 5 milhões, sem contar a taxa de 5% que a CBF retira de todos os jogos da bilheteria. O que V. Ex^a afirma é correto, o que V. Ex^a afirma é verdadeiro; ou seja, a CBF passou muito do seu poder de administração dos campeonatos para os clubes.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Para concluir, V. S^a não acha que o Clube dos Treze tem o monopólio do futebol brasileiro atualmente?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu diria que eles hoje comandam o futebol brasileiro. Eu só gostaria de fazer uma ressalva. Isso é um pouco mais abrangente porque hoje na realidade não são treze. São os clubes da primeira divisão. Talvez seja compreensível isso porque eles são os grandes clubes do Brasil. Eu tenho a impressão de que com esse outro campeonato, terminando o Torneio João Havelange, com esse trabalho da Fundação – tenho certeza de que V. Ex^a terá oportunidade de lê-lo –, tudo isso muita coisa poderá trazer de produtivo para o futebol brasileiro e inegavelmente o trabalho da CPI com as sugestões que serão feitas.

O SR. GERALDO CÂNDIDO – Assim esperamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Ricardo Teixeira, tenho aqui elencadas várias perguntas, mas algumas delas já foram feitas, inclusive uma pela Senador Geraldo. Vou iniciar justamente pelo gancho da última pergunta do Senador Geraldo: qual é a vinculação da CBF com o Clube dos Treze em termos jurídicos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelentíssimo Senador Maguito Vilela, em termos jurídicos nós não temos vinculação com a entidade Clube dos Treze. Nós temos com os clubes participantes do Clube dos Treze, porque eles fazem parte da assembleia da CFB. No estatuto da CBF reza: participam da eleição da CBF as vinte e sete federações mais os vinte clubes da primeira divisão, porque esse estatuto foi feito quando o Campeonato Nacional era de vinte clubes e aqueles clubes da primeira divisão do futebol brasileiro. De forma que essa vinculação com os clubes é

nesse nível; não temos formalmente nenhuma vinculação ao Clube dos Treze, a instituição.

O SR. MAGUITO VILELA – O Clube dos Treze também mantém contratos com emissoras de televisão, rádios, independentemente da CBF.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu diria até mais abrangente. A realidade é que todos os grandes contratos são assinados, são discutidos, resolvidos e fixados os valores e divisões entre os clubes pelos próprios clubes. Eles é quem tomam essa decisão. A CBF entra nos contratos, na maioria deles, como anuente do contrato. Não temos nenhuma taxa nesses contratos, não temos nenhum recurso oriundo desses contratos e essa anuência da CBF é até para que haja a exigência formal da entidade que comanda, mas, diretamente, não temos nenhum recurso oriundo desses contratos de TV ou qualquer outro contrato de merchandising do Clube dos Treze.

O SR. MAGUITO VILELA – É que o Clube dos Treze, hoje, é uma entidade autônoma.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, é uma entidade autônoma, apesar de ser uma entidade que tem fins comerciais. A entidade Clube dos Treze não é uma entidade reconhecida formalmente dentro da estratificação do futebol brasileiro. O senhor esteve na Comissão do Projeto Pelé e sabe que eles não fazem parte, digamos assim, do contexto do futebol brasileiro, porque a nossa estratificação, a nossa estrutura é: Confederação Brasileira de Futebol, Federações e Clubes e Ligas.

O SR. MAGUITO VILELA – A CBF ou as federações policiam, de uma forma ou de outra, as transações entre jogadores de futebol? A CBF toma conhecimento dos valores reais, enfim, da transação de uma forma geral?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, a grande realidade é que a CBF é um cartório, ela registra a operação. Então, recebemos essa operação e simplesmente fazemos o registro. Agora, um dado importante: não temos esse poder. Para que V. Ex^a tenha uma noção, passamos a ter o poder de exigir o contrato somente depois da Lei Pelé. Antes não podíamos ter isso. De forma que agora temos o poder de receber as informações, mas não temos como checar essas informações porque, volto a dizer, Excelência, somos simplesmente um cartório de registro das transações.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a me permite?

O SR. MAGUITO VILELA – Pois não, Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho a impressão que o Senador Maguito gostaria que ficasse registrado se há poder de ingerência da CBF. Não há poder de ingerência da CBF.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não nos é permitido e, inclusive, antes da Lei Pelé, se houvesse alguma irregularidade, por exemplo, na Federação do Rio de Janeiro ou em qualquer federação, a CBF podia intervir e nós intervimos em várias federações que tiveram problemas. A CBF interveio, nomeou um interventor e convocamos a Assembléia. Com a Lei Pelé perdemos esse poder, não podemos intervir nem em federações nem em clubes. A autonomia das federações e dos clubes, com relação à CBF, é total.

O SR. MAGUITO VILELA – A CBF tem conhecimento ou teve conhecimento dessas transações para a ida de jogadores menores do Brasil para outros países? Esses menores a quem me refiro são os de dezenas de anos, que já têm, de qualquer forma, um vínculo com algum clube, automaticamente com a Federação do respectivo Estado.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador Maguito Vilela, a CBF não tinha conhecimento desses problemas, porque a CBF só toma conhecimento quando o contrato passa pela CBF. E o contrato, para passar pela CBF, esse jogador tem que ter sido registrado em um clube de qualquer Federação, e a Federação nos comunica pedindo a transferência desse jogador para, hipoteticamente, o Barcelona, da Espanha.

Eu poderia me estender um pouco mais?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu acho de fundamental importância, eu tenho convicção absoluta de que isto vai ocorrer: que se tenha uma legislação sobre a saída de jogadores abaixo de 18 anos, Sr. Presidente. A Fifa agora está tentando fazer um trabalho para evitar a transferência do jogador que seja menor de 18 anos. O que ocorre, na realidade, esse é um dado que acontece, mas não temos a informação formal disso, a grande realidade é que se consegue essas transferências agenciando o pai dos garotos; quer dizer, ao pai dos garotos dão algum tipo de recurso e levam os jogadores para o exterior. As informações que nos chegam é que esses jogadores passam fome; esses jogadores, não, esses brasileiros menores de idade passam fome, porque todos vão na expectativa do grande sonho dourado de se transformar num Oliveira, que foi para a Bélgica e acabou na seleção da Bélgica. Esse é um fato da mais alta seriedade, é um fato que, no meu modo de entender, tem que ser visto com muita profundidade, porque se trata

de garotos de 14 anos, 15 anos. Sr. Presidente, a CBF não tem nenhum poder para controlar isso. Essa é uma coisa que cabe ao Governo, cabe à Polícia Federal, mas tenho convicção absoluta de que isso é uma coisa fundamental.

Se a Europa, dentro da estrutura que tem, está querendo evitar a transferência de jogadores abaixo de 18 anos é porque, realmente, é uma coisa que, no meu modo de entender, é muito maléfico para o futebol brasileiro e muito maléfico para o cidadão brasileiro menor de idade, que vai sem nenhuma garantia; inclusive as informações que nos chegam é que eles passam fome, são mal tratados. É um dos graves problemas que temos.

O SR. MAGUITO VILELA – O senhor tem conhecimento de quais são os empresários que praticam, a meu ver, esse crime contra os menores brasileiros? O senhor já ouviu falar de algum empresário, algum nome, sabe, que pudesse elucidar alguns fatos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor; não tenho nenhum conhecimento.

O SR. MAGUITO VILELA – Presidente, qual o valor médio, hoje, de uma premiação por uma vitória da CBF, aos jogadores, treinadores, roupieiros, massagistas, enfim, ao conjunto? Por exemplo: Brasil, qual foi o último jogo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Brasil e Colômbia.

O SR. MAGUITO VILELA – Brasil e Colômbia, no caso de vitória...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Da ordem de US\$3.500 por jogador. No contrato antigo, o técnico da Seleção Brasileira recebe em dobro a premiação.

O SR. MAGUITO VILELA – Quais as grandes despesas que a CBF tem além dessas?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu diria que, inequivocavelmente, a grande despesa da CBF é a Seleção Brasileira. A outra grande despesa da CBF são as outras seleções, porque a Seleção Brasileira principal é a única que efetivamente gera recursos para a CBF. A seleção abaixo de 20, a seleção abaixo de 17, a seleção abaixo de 15 e a seleção feminina são seleções que nos dão custo e não nos geram receita. De forma que eu diria que a grande despesa nossa, inequivocavelmente, se vincula a seleções brasileiras, eu diria, o departamento das seleções da entidade.

O SR. MAGUITO VILELA – Sim; embora, naturalmente, não gerando receitas, são extremamente importantes a Sub 20, a Sub 17, enfim, a seleção bra-

sileirafeminina, que tem representado tão bem o Brasil.

Sr. Presidente, há uma outra coisa que preocupa esta Comissão. Há a questão dos menores, da organização do futebol brasileiro de uma forma geral, mas há uma outra questão que nos preocupa muito e que precisa de mais alguns esclarecimentos: a questão da lavagem de dinheiro.

Sabemos que existem formas de lavagem de dinheiro aqui no Brasil. O narcotráfico é uma das formas de lavagem de dinheiro. O futebol também tem sido muito denunciado como meio de lavagem de dinheiro. Há denúncias envolvendo empresários, dirigentes e clubes que compram e vendem jogadores com a finalidade de lavar dinheiro sujo. O que o presidente da CBF tem a informar a esta Comissão, aos Srs. Senadores e ao Brasil com relação à lavagem de dinheiro por parte de dirigentes e clubes de futebol? Existe realmente essa lavagem? Ou se ela existe a CBF a desconhece? Qual é a opinião do presidente da CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A CBF desconhece esse fato. Formalmente, eu desconheço que haja utilização do futebol para a lavagem de dinheiro.

O SR. MAGUITO VILELA – Nessa compra e venda de jogadores, compra-se hoje por um preço e amanhã vende-se pelo dobro; depois, volta pela metade. Enfim, isso é do conhecimento público. Como se explica a venda de alguns jogadores e a retrovenda ou a compra, imediatamente, por preços bastante alterados?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Volto a informar a V. Ex^a que desconheço, que a CBF desconhece, formalmente, essa operação de lavagem de dinheiro, mas tenho certeza absoluta de que há meios de o governo controlar essas transações. Tenho certeza, por exemplo, de que, com a criação da obrigatoriedade de o contrato ser registrado na CBF, necessariamente, já minorou muito o problema.

Faço questão de dizer que li o pronunciamento de um diretor do Banco Central em que ele diz que todos os fatos que ele conseguiu apurar foram encontrados em documentos fornecidos pela CBF, depois que ela teve o direito de exigir esses contratos.

Acho que há fórmulas de se aprofundar nisso e uma delas, a título de sugestão, seria exigir também que, depois, o clube vende o diretor desses contratos para o exterior. Quer dizer, há mecanismos para se evitar a lavagem. Repito: formalmente desconheço esse fato.

O SR. MAGUITO VILELA – Com a Lei Pelé acabou-se essa exigência. Tivemos a honra de relatar a Medida Provisória dos Bingos e foi aí que incluímos a obrigatoriedade de passar pela CBF, justamente para evitar... Acho que é de bom alvitre que também se tome essa outra providência: que todos os contratos sejam registrados com os valores reais de compra e venda dos jogadores, não só internamente como externamente. Essa será uma das minhas sugestões a esta Comissão. Os dados são evidentes: há lavagem de dinheiro e isso será apurado, naturalmente.

Agora, há uma outra grande preocupação dos desportistas brasileiros. Essa preocupação também é minha, como desportista e como torcedor do futebol brasileiro desde criança. Ontem, teve-se notícia de uma polêmica decisão do Vasco – acabou não sendo decisão, pois ficou para a próxima semana. Por que esse horário de 21h40min, quando se sabe que o Brasil é um país onde a violência é muito grande, onde o índice de criminalidade é assustador? Porque permitir que os jogos tenham início praticamente às 22h, quando se sabe que os estádios são freqüentados por crianças, adolescentes, homens e mulheres que têm, muitas vezes, que tomar ônibus... É tão distante... Têm que enfrentar as filas, os bolsões de miséria. Por que esses horários tão incômodos? Recentemente, tive oportunidade de assistir a um jogo em Goiás, às 15 horas. Nesse horário de verão, 15 horas representa 14 horas. O sol é o mais escaldante neste mês justamente nesse horário porque não há uma intervenção firme da CBF no sentido de que se disciplinem horários e dias de jogos no Brasil?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Senador Maguito Vilela, o componente televisão, no contexto da renda dos clubes, no Brasil, é absurdamente grande. No contexto dos clubes, hoje isso deve gerar em torno de 70% da receita dos clubes, que vêm das televisões. Na Europa, isso gira em torno de 30%. E os clubes não podem prescindir do patrocínio da televisão. Esse horário é feito pela televisão, obviamente, até porque, no caso específico da **Rede Globo de Televisão**, que é quem patrocina o Torneio João Havelange, é ela que coloca o horário, juntamente com os clubes e obviamente, tendo em vista a grande participação que eles têm na feitura do Campeonato, o horário é fixado pela televisão, juntamente com os clubes.

O SR. MAGUITO VILELA – É, mas aí vai a minha primeira grande discordância nesse aspecto. O futebol existe para o torcedor. O motivo maior da existência do futebol é o torcedor de uma forma geral. Então, ao fazerem os contratos, tanto dos clubes quanto da CBF e das Federações, tem que ser res-

guardado o direito do torcedor. As emissoras de televisão podem transmitir a qualquer momento, a qualquer hora do dia e da noite. Por exemplo, no começo de uma noite, não há problema nenhum. Agora, o torcedor, sim, que tem que ser o alvo principal do esporte, principalmente do futebol – o torcedor é realmente um apaixonado – temos que cuidar é dos direitos do torcedor. Não pode se firmar contratos, prevendo os horários, levando em consideração isso que estou falando, que o torcedor é que é a alma do futebol. Em vez de atender aos interesses das televisões, das rádios, deve-se ver o interesse do torcedor brasileiro.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Julgo que seria o ideal. Agora, a minha pergunta é a seguinte: será que a **TV Globo** patrocina o Torneio João Havelange se o horário fosse às 7 horas da noite? Eu me pergunto, não estou afirmando que não. Tendo em vista a grande dependência dos clubes, volto a dizer, em torno de 70% das suas receitas são oriundas do direito de televisão na meta dos campeonatos que eles participam, eu me pergunto se eles poderiam prescindir desses valores na televisão.

O SR. MAGUITO VILELA – O que que rodiria é que isso tudo pode ser previamente acertado, quer dizer, a **Globo** pode programar, como a **Bandeirantes**, o **SBT**, a **Record**, as rádios podem programar, por exemplo, podem transmitir jogos às 18 horas. Não vejo nenhum inconveniente. Agora, o torcedor é que não pode programar de ir às seis tirar um jogo às 22h, se vai terminar no outro dia, muitas vezes, depois da meia noite. Essa é uma questão que tem que ser realmente analisada. As emissoras de rádio, televisão ou a imprensa escrita podem se programar para, no ano que vem, transmitir jogos às 18 horas, às 16 horas. Agora, aí é que eu me pergunto: deveríamos discutir essas questões, levando em consideração o torcedor.

Estou levantando o problema para que ele seja realmente discutido, principalmente levando-se em consideração os aspectos que já dissem de criminalidade, de violência nesses horários, que não são horários comuns e bons para a prática do esporte, principalmente o futebol.

Como é feita, presidente, a escolha para a Diretoria de Arbitragem da CBF e, de resto, das federações?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu lhe responderia, Excelência, pelo da CBF. O da CBF, o atual Presidente da Comissão de Arbitragem, foi conhecidamente um grande árbitro e já participava, inclusive, como membro da Comissão de Arbitragem da FIFA e da Sul-Americana, razão pela qual a sua escolha.

O SR. MAGUITO VILELA – O senhor teve oportunidade de ver uma das declarações do atual Diretor de Arbitragem em um programa de larga audiência, o **Programa do Ratinho**?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, Excelência, não ouvi.

O SR. MAGUITO VILELA – Não teve conhecimento?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. MAGUITO VILELA – Quer dizer que a escolha do Dirigente do Departamento de Árbitros é pessoal, é do Presidente da CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Obviamente, no caso de arbitragem, por ser uma coisa muito técnica, tem que ser alguém que milita na arbitragem, que é o caso do Armando Marques, que não só militou como árbitro, arbitrando partidas, mas também como membro da Comissão de Arbitragem da Sul-Americana e da FIFA.

O SR. MAGUITO VILELA – Tinha aqui algumas perguntas com relação a recursos públicos, mas V. S^a já, com muita precisão, respondeu que a CBF não recebe recursos públicos há aproximadamente onze anos.

Qual foi a atitude do Presidente da CBF? Esse é um problema que vou levantar, também, porque até hoje não ficou bem esclarecido. Aliás, quando acontece um episódio no futebol, o País inteiro discute: aqui no Senado se discute, nos batequins se discute, nas universidades se discute, e esse problema, a meu ver, ainda precisa ser melhor esclarecido.

Qual foi o comportamento do Presidente da CBF no episódio Ronaldinho? O senhor tomou conhecimento, imediatamente, do problema? O senhor esteve lá? O senhor conversou com os médicos? Qual foi a atitude do Presidente da CBF naquele episódio que, a meu ver, acabou conturbando um pouco a decisão da Copa?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Excelência. Posso me estender um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pode.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu estava, naquele dia, na concentração brasileira. O jogo do Brasil, salvo engano, era às 8h da noite, hora de Paris, e devia ser perto das 4h. Não posso precisar exatamente. Eu estava no quarto, porque sempre ia para a concentração na véspera dos jogos – dormia na concentração e ficava, digamos assim, no ambiente da concentração até a hora do jogo, e ia no ônibus para o estádio – quando, por volta de 4h, vieram me comunicar que tinha havido um problema com o jogador Ronaldinho.

O SR. MAGUITO VILELA – Quatro da manhã ou 16?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, da tarde. Desculpe, Excelência, 16h – perto de 16, não posso lhe precisar se era 16 e 30.

Então, vi e ram me comunicar que o atleta Ronaldinho tinha tido um problema físico e que poderia, inclusive, inviabilizá-lo de jogar a partida. Obviamente, tendo em vista que ele era o atleta principal do Brasil e, só para efeito de esclarecimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, no treino anterior ele fez uma coisa absurdamente bem feita, extraordinário o treino que ele fez, foi uma grande surpresa para todo mundo que ele tivesse tido esse problema. Troquei-me porque tinha, não sei a hora, mas me parece que era às 5 e 30 ... Às 6h era a preleção porque saíramos por volta de 6 e 30 para o estádio, para fazer o jogo da Seleção Brasileira. E quando desço do meu quarto, em contrário Ronaldinho já em pé, tomando, não me esqueço jamais, um Gatorade. Passou na minha frente, subiu. Fiquei meio espantado, tendo tido um problema e estar daquela forma. Perguntei: "Como é que você está? Não, estou bem, Presidente". Quer dizer, aí fui para a reunião e na reunião ficou determinado pela Comissão Técnica que o jogador Edmundo se iria quem iria substituir o jogador Ronaldinho.

O SR. MAGUITO VILELA – Quem disse?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O técnico da Seleção, o Zagallo.

O SR. MAGUITO VILELA – Zagallo.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ficou determinado que o jogador que iria substituir o Ronaldinho no jogo seria o Edmundo. Fomos para o estádio, eu fui para a tribuna de honra, e o time ficou no vestiário. E o Ronaldinho não foi conosco, como sempre foi, no ônibus, para o estádio. Ele foi de carro para um hospital que era um dos hospitais relacionados para atendimento às Delegações, com o médico Joaquim da Mata. É, foi com o da Mata. E nós fomos para o campo de futebol, e eu fui para a tribuna de honra.

Quando fui distribuída a relação dos jogadores – colocando-se o Edmundo na parte de cima, que dizer, a parte de titulares, e colocando-se o Ronaldinho na parte de baixo, como reservas – eu já sabia do fato porque eu havia participado da reunião.

Quando, eu diria, faltavam uma hora, uma hora e quinze para o jogo, fui chamado pelo então Gilmar, que era o – no futebol chama-se de “olheiro” –, o olheiro da Seleção. Então, pediram que eu descessasse. Quando desci, entrei no vestiário do Brasil... Não, desculpe. Rememorando bem ele disse: “Olha, Presi-

dente, estão pendendo que o senhor vai lá embaixo porque o Ronaldinho chegou e vai jogar”.

O SR. MAGUITO VILELA – O Gilmar que disse?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O Gilmar, na tribuna de honra.

O SR. MAGUITO VILELA – Antes do treinador?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É, porque eu estava na tribuna de honra. Ele chegou para me chamar para eu ir lá embaixo porque o Ronaldinho estava bem, já estava no vestiário. Isso já devia faltar perto de uma hora, uma hora e pouco. Eu não me lembro exatamente quando, o horário exato. Quando eu desci, entrei no vestiário, e o Ronaldinho estava sentado exatamente em frente a porta. Já todo vestido, com a camisa, com a meia... Fui a ele: “Olá, Ronaldinho, puxa...! “Estou maravilhado, Presidente.” – com a terminologia, Excelência, de jogador – “Vou arrebentar. Nós vamos ganhar essa Copa”. Tinha uma sala pequena ao lado, estava lá a unida a Comissão Técnica. Estava o Zico, estava o Fábio Koff, estava o Zagallo, estava o Lídio, estava o Américo, enfim, a Comissão Técnica da Seleção. E quando entrei, o Zagallo se dirigiu a mim. “Olá, Presidente, o Ronaldinho vai jogar. Ele pediu para jogar, ele disse que está bem e vou colocar ele em campo”. Falei: “E aí, Lídio?” E o Lídio falou: “Ele voltou. O da Mata trouxe o Ronaldinho, ele disse que está se sentindo maravilhosamente bem, os médicos fizeram exame de eletroencefalograma,” – e me parece que exame do coração – “não tem nada e ele vai jogar”. Eu falei: “Perfeitamente, boa sorte e que nós vejamos campeões”. E subi para a tribuna de honra. Foi exatamente isso que aconteceu no episódio Ronaldinho.

O SR. MAGUITO VILELA – Após o senhor ter recebido a notícia de que ele estava naquela situação, qual o tempo que o senhor demorou para estar lá com ele?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu não estive com o Ronaldinho. Eu só o vi nessa passagem, quando eu estava indo para sede, porque os quartos ficavam num lugar e a sala de reunião no outro.

O SR. MAGUITO VILELA – O treinador teve conhecimento imediatamente?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu não sei lhe informar, porque eu só me encontrei com o Zagallo e com a Comissão Técnica por aí, cinco e meia. Eu não me lembro exatamente, mas por aí. Depois de cinco horas certamente.

O SR. MAGUITO VILELA – Presidente, o senhor conhece a Renata?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. MAGUITO VILELA – Não conhece.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. MAGUITO VILELA – Nunca conversou?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não. Nunca vi.

Não conheço. Excelência, fazendo uma correção, quer dizer, eu conheço agora, mas nunca tive contato pessoal.

O SR. MAGUITO VILELA – Sabia de algum envolvimento dela com Wanderley Luxemburgo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor. Tomei conhecimento, volto a dizer, quando houve a primeira denúncia pela imprensa.

O SR. MAGUITO VILELA – Presidente, a Renata informou a esta CPI a existência de uma chamada “Embaixada”. E o fez – não me recordo, eu gostaria de pedir socorro ao Sr. Presidente – secretamente? Talvez eu...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Ela disse abertamente.

O SR. MAGUITO VILELA – Como?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Ela disse foi em reunião aberta.

O SR. MAGUITO VILELA – Foi em reunião aberta.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Foi em reunião aberta.

O SR. MAGUITO VILELA – Então eu acho que não estou cometendo nenhum equívoco. Mas ela disse dessa chamada “Embaixada”. Seria uma casa no Rio de Janeiro que era freqüentada por treinadores, jogadores, dirigentes de futebol e aí ela incluiu dirigentes da CBF. E que nessa casa aconteciam as grandes transações do futebol brasileiro e do futebol mundial. Depois disso, naturalmente outros que aqui vieram, também em vários momentos por ela ou citados por ela, negaram peremptoriamente. E até hoje temos essa dúvida muito grande: se o Luxemburgo está falando a verdade, se a Renata está falando a verdade, enfim, se todos aqueles que também aqui já tiveram oportunidade de estar falaram a verdade. Eu gostaria de ouvir de V. S^a se existe essa embajada, se ela é realmente freqüentada pelas pessoas citadas pela Renata, ou se isso é uma ficção, não existe. É lógico que o mundo do futebol se reúne, discute, conversa como o mundo político, como o mundo empresarial. Cada mundo é o seu mundo e muitas vezes tem um local para discutir essas questões. Não seria incompreensível, portanto, que o mundo do futebol se reunisse em um determinado local.

O que o senhor me fala dessas afirmações da Renata?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, a primeira vez que ouvi falar nessa embaixada foi exatamente no primeiro dia que saiu isso no jornal, na imprensa. A única consideração que posso fazer sobre esse assunto é que acho estranho que eu como presidente da CBF nunca tenha ouvido menção, nunca tenha ouvido falar sobre a embaixada. Eu nunca ouvi ninguém comentar que existisse uma embaixada. É um assunto que eu particularmente, como presidente da CBF, só tomei conhecimento da eventual existência da embaixada no dia seguinte que ela declarou isso, pelo jornal. Eu nunca tinha ouvido falar de embaixada, eu nunca tinha ouvido falar que existisse essa embaixada. Para mim é uma coisa completamente nova, volto a dizer, até o dia em que li isso no jornal ou ouvi na televisão, isso não me lembro bem.

O SR. MAGUITO VILELA – O senhor como presidente da CBF está disposto a discutir o novo calendário para o futebol brasileiro, modificações que possibilitem uma maior ajuda do futebol brasileiro ao próprio País, aos próprios brasileiros?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu já disse, quer dizer, a Fundação Getúlio Vargas está trazendo esse trabalho, que eu faço questão de enviar a esta Comissão tão logo receba, chegando ao Rio, porque tenho certeza absoluta de que ele vai ser muito útil. Inegavelmente, o maior problema do futebol brasileiro é calendário, porque você tem um afluxo enorme de competições nacionais e internacionais que geram o encavalamento de competições. Temos agora um problema com a final do torneio João Havelange e a Mercosul. Isso tem que ser discutido e tem que ser resolvido com os clubes, com as entidades que patrocinam televisão e com a CBF. Mas acho que o grave problema do futebol brasileiro, inegavelmente, é o calendário.

O SR. RENAN CALHEIROS – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA – Vou conceder um aparte ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS – É um rápido aparte, Senador Maguito Vilela, sem pretender, obviamente, burlar a ordem natural de inscrição dos nossos companheiros, mas gostaria, em pouquíssimas palavras, de dizer ao presidente Ricardo Teixeira que parabenizo de público sua iniciativa de entregar os seus sigilos. Aliás, isso foi tema de uma longa discussão aqui nesta própria Comissão. Isso ajuda sobremaneira a transparência que queremos imprimir nos nossos trabalhos. O seu depoimento agrupa sem dúvida nenhuma, colabora para que possamos conhecer as mazelas do futebol, esse futebol mais profundo

que precisas eresclarecido, precisas erenfrentado. O nosso Relatortem cumprido importante papel com relação ao aprofundamento dessa investigação. É preciso enfrontarno futebol brasileiro asuntos como o calendário... o que está havendo com o Vasco agora é um absurdo, mas é o mesmo absurdo que houve com o Palmeiras no passado, com o próprio Cruzeiro no passado, que hoje se be neficia disso, o desvio de renda, a sonegação de imposto, as transações que são feitas e declaradas na CBF, que funciona apenas como cartório, enão poderia ser diferente, por valores que não são os verdadeiros. Também gostaria de parabenizar esse trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Quando assumimos o Senado, contratamos a Fundação Getúlio Vargas para fazer um estudo com relação à modernização do Senado e creio que o mesmo acontecerá com relação ao futebol e com relação à própria CBF, que precisa ter agilidade também, transparência, mecanismos mais democráticos no seu dia-a-dia, nos seus próprios trabalhos.

Aqui no Senado, avançamos, tivemos mais produtividade legislativa, acabamos com a ausência que lamentavelmente expunha a instituição, definimos mecanismos de presença, com relação a esse estudo, mesmo, criamos... Em função desse estudo, criamos a Rádio Senado, criamos a TV Senado, o Jornal do Senado... Precisamos, ainda nalinha do que foi sugerido pela própria Fundação Getúlio Vargas, investir mais na atividade fim, que é a atuação particular de cada um dos Senadores, com mais informações, disponibilizando melhor o assessoramento, e isso também estava no trabalho da Fundação Getúlio Vargas. Ontem, mesmo, criamos aqui a Universidade Legislativa, que foi sugerida pela Fundação Getúlio Vargas.

Eu queria parabenizar V. Ex^a e dizer que a sua participação com relação aos trabalhos na CPI é fundamental, porque, como aqui disse o Banco Central, só vamos ter acesso às informações que precisamos com a direta colaboração da própria CBF. E acredito, com relação às transmissões de jogos – que é hoje uma coisa que preocupa todo mundo –, ser fundamental que possamos casar os interesses; que seja feita uma coisa mais criativa. O Senador Maguito Vilela o disse muito bem: que case os interesses da CBF, dos clubes, das emissoras de televisão; que os pacotes sejam vendidos casadamente; que, na medida em que se venda a transmissão de uma competição mais importante, obriguem-se também as emissoras de televisão a comprar a transmissão das competições menos importantes, com os campeonatos estaduais. É importante que essa discussão se democratize e que possamos avançar para que a melhoria do futebol brasileiro seja consequênciadiretadesse trabalho

deforodesta Comissão Parlamentar de Inquérito e da Comissão Parlamentar de Inquérito que também se desenvolve lá na Câmara dos Deputados.

Eu queria, sinceramente, parabenizar V. Ex^a pela humildade e pela objetividade do seu depoimento. Lamentavelmente, estou falando aqui em um aparte ao Senador Maguito, porque vou ter que me retirar para um outro compromisso. Muito obrigado.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, mais duas perguntas objetivas. Presidente, o que o senhor achou da decisão da Fifa de premiar o Maradona e o Pelé, ao mesmo tempo, como os dois jogadores do século?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Achei um absurdo. Já até falei sobre esse assunto. Achei um absurdo por duas razões primordiais: a primeira delas, porque não há discussão entre um atleta e outro. Inegavelmente, como atleta, e como, principalmente, jogador do futebol, que é o caso, o Pelé não é comparável a nenhum jogador que passou pelo futebol mundial.

E segundo, porque foi uma mudança de critério, porque sempre o critério da Fifa foi obedecer aos **experts** de futebol. Então, ela ouvia o Comitê Executivo, ela ouvia os atletas que compõem o seu quadro, ela ouvia a revista... Ela tem uma revista chamada Magazine Fifa, que é quem dava, obviamente, digamos assim, o direcionamento para a escolha do atleta anual. Como o caso do Atleta do Século é mais abrangente, ela resolveu usar a Internet. Sem nenhuma crítica à Internet, em si, mas Internet pode ser uma coisa manipulada, porque, imagine que se você colocar todos os gatilhos do mundo para fazer votação... Tem tempo, está em casa, obviamente, eles vão alterar profundamente uma votação. Enquanto que, no caso dos **experts**, dos jornalistas, daquelas pessoas, tais como Platini, como Beckenbauer, eles têm muito mais capacidade de analisar e de forma isenta... Tanto isso é verdade, que o Pelé ganhou nesse segmento; perdeu no outro segmento, e em uma proporção absurda. Quer dizer, sou obrigado a confessar que não acredito que tenha havido 78 mil pessoas e o Pelé tenha tido 20. Não acredito nisso. E acredito, sim, o que aconteceu no Magazine da Fifa, em que ele ganhou com quase 70%, e o Maradona teve 13% – esse dado, talvez, não tenha chegado a público –, e outros componentes, quer dizer, ele teve quase seis vezes o número que o Maradona recebeu por parte daqueles que, digamos assim, militam dentro do futebol, de forma que acho um absurdo, até porque, volto a dizer, foi uma mudança de regulamento no dia do jogo da partida final.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Ricardo Teixeira, essa pergunta minha foi realmente proposital. O grande problema, principalmente do futebol, não só no Brasil como no futebol mundial – e quero crer que a Fifa deu o pior exemplo do mundo – é a questão da mudança do critério, a mudança da regra durante o jogo. Para mim, esta é uma questão fundamental em futebol: começar um campeonato com um determinado critério e depois mudar esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Acrescente aí, Senador, o Campeonato Mundial de Clubes, onde é a primeira vez que vejo isso ocorrer: o campeão não tem a oportunidade de defender o título conquistado na competição anterior.

O SR. MAGUITO VILELA – Exatamente.

Então, a Fifa deu um péssimo exemplo, como entidade **mater** do futebol mundial, de mudança de critério.

Eu gostaria apenas de concluir a minha participação reivindicando a V. S^a que ainda continuará – é lógico – por algum tempo no comando do futebol brasileiro para que não haja realmente mudanças de critérios durante as competições oficiais aqui no Brasil. Ao mesmo tempo, ao dizer isso e demonstrar a minha confiança no futebol brasileiro, que é um patrimônio social, um patrimônio cultural, um patrimônio econômico também do nosso País e do nosso povo, quero cumprimentá-lo pelas conquistas feitas à frente da CBF, e que não foram poucas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O próximo inscrito é o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ricardo Teixeira, como esta CPI aprovou a quebra do sigilo bancário tanto da CBF quanto da pessoa física Ricardo Teixeira, vou fazer algumas perguntas rápidas. A primeira parte envolvendo a pessoa física Ricardo Teixeira e a segunda parte envolvendo a CBF.

Essas relacionadas à pessoa física Ricardo Teixeira são perguntas meramente exploratórias, que podem inclusive lhe dar oportunidade de já antecipadamente nos esclarecer alguns aspectos que poderão parecer obscuros quando chegarem os dados.

V. S^a explicou uma operação de empréstimo entre CBF e o Banco Delta. Há alguma operação semelhante entre a pessoa física Ricardo Teixeira e o Banco Delta?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a pode tranquilizar a CPI de que a movimentação financeira de V. S^a tanto nas contas do Brasil quanto na conta no exterior é absolutamente compatível com a declaração de Imposto de Renda de V. S^a nesse período?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Posso, Excelência, mas eu só gostaria de esclarecer que só tenho duas contas. Tenho uma conta no Brasil e tenho uma conta no Banco Delta em Nova Iorque em que já disse a S. Ex^a, Sr. Presidente, e ao Sr. Relator, que tão logo eu termine já vou entregar a eles todos os documentos e inclusive cópia da minha declaração de Imposto de Renda em que consta esses recursos que estão lá. Também me comprometi a pedir ao Banco Delta que me envie extrato da movimentação desta conta para que eu envie à CPI.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Existe algum tipo de movimentação financeira seja depósito seja saque em suas contas que à primeira vista possam parecer atípicos ou não condizentes com a sua declaração e que V. S^a tenha o desejo de neste momento antecipar, esclarecer?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, todos os meus movimentos bancários são completamente compatíveis com o meu Imposto de Renda.

Eu gostaria de esclarecer o que eu já disse aqui anteriormente. Fui agora fiscalizado do dia 1º de agosto de 1999 a 1º de agosto de 2000 nos meus Impostos de Renda de 1995, 1996 e 1997.

Durante um ano, forneci toda a documentação, inclusive os cheques emitidos, e foi finalizada a fiscalização pela Receita Federal sem que eu tivesse qualquer auto de infração, comprovando a legalidade não só de todo o meu movimento fiscal como também do meu movimento bancário. Mas eu também já me comprometi, Sr. Senador, tão logo termine esta audiência, para antecipar o trabalho da CPI, a entregar as minhas declarações de renda nesses períodos. Só não o faço com relação à conta bancária, porque tenho que, obviamente, solicitar ao banco que me forneça. Mas eu, pessoalmente, chegando ao Rio, vou fazê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a, nesse período, fez ou contraiu algum empréstimo com pessoa física, em valores relevantes?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – V. Ex^a diz...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Se V. S^a fez algum empréstimo para alguém amigo, ou para alguma pessoa, em valor acima de cem mil, por exemplo, ou se contraiu algum empréstimo nessas mesmas circunstâncias.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tive empréstimo de amigo meu, mas não é tão representativo dentro do contexto do meu imposto de renda. Estão lançados todos e quaisquer movimentos meus, Ex^a; estão todos eles lançados no meu imposto de renda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Presidente. Apenas fiz essas perguntas a respeito da pessoa física, porque, se houvesse alguma questão que o depoente tivesse interesse em já adiantar para a CPI, poderia tê-lo feito.

Com relação, agora, à CBF.

A Seleção Brasileira realizou uma partida amistosa com a Seleção da Rússia, em Moscou, em 28 de agosto de 1996. V. S^a teria condições de informar a esta Comissão se a CBF recebeu alguma cota por esse amistoso, se houve reciprocidade? Se houve alguma cota, de quanto foi, e quando e como foram realizados os pagamentos – se houve a cota, naturalmente.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, não posso lhe responder de pronto, mas me comprometo a, chegando ao Rio de Janeiro, amanhã, verificar isso na contabilidade da CBF. Eu diria que, normalmente, esses jogos com antigos países da Cortina de Ferro são de reciprocidade, porque eles não têm recursos para pagar os jogos. Mas não quer lhe afi ançar; quer re verificar na minha contabilidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero registrar que esse jogo aconteceu após a chamada Cortina de Ferro, em 1996.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Desculpe-me, Ex^a, mas o que quero dizer é que esses países, mesmo depois de não pertencerem mais à Cortina de Ferro – por exemplo, a Tchecoslováquia –, todos eles, normalmente, fazem com reciprocidade, porque eles não têm recursos para pagar as cotas das grandes seleções. Mas me comprometo com V. Ex^a a, chegando ao Rio de Janeiro, imediatamente mandar levantar isso na contabilidade e informar-lhe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a, no depoimento de hoje, já afirmou, em pergunta – se não me engano – do Senador Antero de Barros, que não há uma relação da CBF com empresários, quer dizer, relação da mesma forma que há entre clubes e empresários, para intermediação de jogadores.

V. S^a poderia afirmar, em relação especificamente a esse jogo – Brasil e Rússia –, se houve intermediação de algum empresário para a marcação do amistoso, para a discussão de cotas e coisas do gênero, ou seja, de tudo aquilo que envolve a definição de um amistoso entre seleções?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, confesso que não me lembro. Tenho de realmente olhar a contabilidade da CBF para recordar. Isso aconteceu em 1996, há quatro anos atrás. Eu lhe confesso que tenho de olhar no Departamento de Seleções. Eu não sei. Mas eu me comprometo – volto a dizer –, em 48 horas, a informá-lo sobre esse jogo com a Rússia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Devo deduzir, então, que a sua afirmação anterior, que a princípio me pareceu categórica, não é tão categórica assim, porque é possível, ou há esse tipo de costume em que empresários intermediam a marcação de amistosos da Seleção Brasileira?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, eu gostaria de esclarecer que a pergunta do Senador Antero foi com relação a procuradores de jogadores. Esse tipo de relacionamento nós não tivemos. Temos e várias vezes acontece de empresários marcarem jogos conosco – até porque é um dado muito comum – em alguns países, volto a dizer, da Cortina de Ferro, e nomearem empresas e pessoas físicas como seus representantes para arrumar jogos; não só com o Brasil, mas também com a Argentina e Uruguai isso existe, mas eu estava falando especificamente no caso de jogadores.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, tenho alguns requerimentos a apresentar, mas gostaria de algumas informações do Dr. Ricardo Teixeira, já que ele não está lembrando dessas informações. Quero dizer que não estou aqui fazendo nenhuma afirmação categórica a respeito da veracidade ou da autenticidade do documento. Mas é que chegaram às nossas mãos alguns faxes trocados entre o Sr. Juan Figeroa Sr. Viacheslav Koloskov, Presidente da União de Futebol da Rússia. Esses faxes estão em inglês, mas já houve a tradução das partes principais, e vou ler até para saber se o depoente se lembra ou pode confirmar a veracidade ou não.

Um deles, de 3 de julho de 1996, um fax da MJF – Publicidade e Promoções, que é a empresa do Sr. Juan Figeroa, encaminhada ao Sr. Viacheslav Koloskov, Presidente da União de Futebol da Rússia, diz o seguinte:

“Prezado senhor, fomos contatados pelo Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, que, por sua vez, foi contatado pelo Sr. João Havelange, Presidente da Fifa. O Sr. Ricardo Teixeira nos disse que você (sua federação) quer marcar um jogo amistoso internacional com a seleção principal do Brasil em 28 de agosto de 1996. Ele nos

pediu que o contatasse e lhe enviasse algumas informações sobre esse jogo."

Aí vêm alguns dados, passagens aéreas, direito detelevisionamento, publicidade. E em relação à quota está escrito o seguinte: "Se houver interesse por parte da sua federação na confirmação deste jogo, por favor nos envie um fax e então podemos discutir a quota da Seleção Brasileira".

Esse fax está assinado pela Sra Ana Lúcia, secretária, em nome do Sr. Juan Figer, em 3 de junho.

Em 25 de junho há um novo fax dessa vez assinado pelo próprio Juan Figer: (referência a jogo amistoso Rússia e Brasil em 28 de junho de 1999)

"Prezado Sr. Koloskov, obrigado pelo seu fax de 25 de junho no qual o senhor confirma o jogo acima mencionado. Como lhe falamos no fax de 3 de junho, precisamos de um fax com a sua confirmação para a quota da Seleção Brasileira. A quota para esse jogo é US\$570mil; os tíquetes aéreos da Seleção Brasileira estão incluídos nesta quota". Assina o Sr. Juan Figer.

Depois um fax também assinado pelo Sr. Juan Figer, endereçado ao Sr. Alexander Tukmanov, Vice-Presidente da União de Futebol da Rússia:

"Quando o Sr. Viacheslav Koloskov esteve na Inglaterra, durante a Eurocopa, nós enviamos a ele o nosso primeiro fax que era composto por duas páginas e você nos enviou de volta apenas a primeira página. Na segunda página, no item quota, foi mencionado que se houvesse interesse da sua associação você deveria nos enviar um fax mostrando o seu interesse e então nós poderíamos discutir a quota. Por favor, encontre a cópia etc."

Após a solicitação do Sr. Koloskov e após uma conversa telefônica com a esposa dele, ele nos solicitou que envíssemos um fax para ele, contendo a quota e também disse que estaria indo para Zurique para discutir o assunto da quota com o Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da CBF. No mesmo dia, enviamos para ele o fax contendo a quota.

O que temos a dizer é o seguinte: iremos pagar as passagens aéreas para a Seleção Brasileira (MFJ). Assim, a quota da Seleção Brasileira é de US\$570mil e mais o seguinte que os senhores já foram informados etc.

Há uma minuta – e aí não há nem assinatura e nem comprovante de que tenha sido enviada – de uma correspondência enviada ao Sr. Alexander Tukmanov com o nome do Sr. Marco Antônio Teixeira.

"Acusamos o recebimento da cópia do se fax a respeito do jogo acima. Nossa Presidente, pelas relações de amizade existente entre as nossas entida-

des, tem o maior empenho na realização da partida amistosa entre as seleções principais da Rússia e do Brasil. No entanto, convém colocarmos algumas ponderações às quais, estamos certos, V. Sra levará em consideração pelo seu discernimento. Atualmente a CBF tem recebido quotas para apresentação de nossa seleção principal que variam de US\$500mil a US\$600mil, além das passagens aéreas em classe executiva, hospedagem em hotel de primeira categoria e transporte terrestre.

Assim sendo, em uma concessão especial, vimos propor a V. Sra a quota de US\$200mil, para fazer face ao pagamento da premiação e do salário dos nossos jogadores e passageiros etc."

Quero registrar que, de acordo com os dados fornecidos pelo Banco Central não há neste período do jogo, imediatamente anterior ou posterior, nenhum comprovante de depósito nas contas da CBF de recursos oriundos da Rússia.

Gostaria de saber se o Sr. Ricardo Teixeira tem algo a nos dizer a respeito desses fatos, se houve essa intermediação, se houve isso que está dito aqui literalmente no fax do Sr. Juan Figer de que ele teria pedido para que houvesse esse contato do Sr. Juan Figer com a Federação Russa para estabelecer esse amistoso. Enfim, se V. Exa está lembrado, no caso específico do jogo Brasil e Rússia, em que há esses documentos contraditórios, se houve essa solicitação de intermediação do Sr. Juan Figer, por que e qual foi a participação do Sr. Juan Figer, se recebeu alguma participação na quota, se houve quota e qual o ganho financeiro do Sr. Juan Figer nessa intermediação.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tenho a responder a V. Exa exatamente o que disse anteriormente. Tenho que chegar na CBF para verificar na contabilidade e no departamento de seleção estudo em relação a esse jogo que, volto a lhe dizer, do qual não me lembro. A CBF, por exemplo, fez outros jogos com outros empresários. Fizemos, por exemplo, um jogo na França contra Andorra* que quem conseguiu o jogo para nós foi um empresário chamado Luiz Orlando. De cabeça, confesso-lhe que não me lembro e tenho que chegar na CBF para poder fazer o levantamento e em 48 horas enviar tudo, inclusive eventual documentação que tenha entrado pelo Banco Central.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Sra, portanto, não tem condições de neste momento responder... Apesar de que essa questão não depende de documento, e sim de memória. V. Sra tem ou não condições de responder se essa afirmação, que está contida no fax do Sr. Juan Figer é ou não verdadeira quando ele

se refere a V. S^a e diz que "ele nos pediu que os contasse e enviasse informações sobre esse jogo". Essa questão depende basicamente de memória, e não de documentos. Gostaria de saber se pediu ou não se se lembra ou não.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Veja V. Ex^a que esse documento é um pouco contraditório porque, ao mesmo tempo em que ele diz que iria tratar do jogo da Rússia, eu teria tido uma conversa em Zurique com Kolossov, que é o Presidente da Federação Russa. Logo em seguida, ele diz que o assunto quota e jogo será tratado entre Kolossov e eu em Zurique em uma reunião, conforme documento que o senhor leu. Então, tenho que realmente buscar uma pasta com todos os jogos realizados para verificar exatamente toda a documentação em relação a este jogo, porque o senhor citou que eu teria tido contato com Kolossov, que era Presidente da Federação Russa, em Zurique.

Então, tenho que realmente verificar nos documentos da CBF.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aqui ele disse que o Kolossov informa a ele que iria, posteriormente a esse fax, ter um contato com V. S^a. Não é que teve.

Vou reler o parágrafo.

Esse é o terceiro fax do Sr. Juan Figer. Ele informa que havia encaminhado o primeiro fax e esse outro fax não é para o Kolossov, mas para o Tukmanov, que é o vice-presidente. "Após essa solicitação, o Sr. Viacheslav Koloskov e após uma conversa telefônica com a esposa dele ele nos solicitou que enviassemos um fax para ele, contendo a cota. E também disse-nos que estaria indo para Zurique e que ele iria discutir o assunto da cota como Sr. Ricardo Teixeira."

Então, a meu ver, não é uma contradição. Quer dizer, isso aqui confirma que há uma intermediação... Quer dizer, se forem autênticos, havia uma intermediação, mas o Kolossov iria conversar também com V. S^a sobre a cota.

O SR. RICARDO TEIXEIRA -Exatamente. É isso que eu tenho que verificar se porventura esse acerto, esse fechamento do jogo foi feito com Kolossov, ou por intermédio do Juan Figer. Eu tenho que levantar. E é nesse que ver a documentação do Departamento de Seleções.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas de memória V. S^a não tem condições de afirmar se solicitou a ele, ou não?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Honestamente, de memória eu não me lembro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Bom, Sr. Presidente, eu não sei se ainda há **quorum** para votar.

Quero encaminhar quatro requerimentos à CPI.

Um solicita a convocação do Sr. Juan Figer para prestar depoimento à CPI perante a Polícia Federal com a participação de assessores designados pela CPI a respeito especificamente desse episódio.

O outro solicita à Polícia Federal que proceda à diligência no sentido de identificar a secretaria da empresa JMF, de nome Ana Lúcia, que assina, em nome do Sr. Juan Figer, proprietário da empresa, um fax endereçado à União de Futebol da Rússia, bem como que esta senhora seja convocada a prestar depoimento a esta CPI também da mesma forma que o Sr. Juan Figer perante a Polícia Federal.

Notarei, requeiro a transferência de sigilos telefônico de todos os telefones inclusive os celulares instalados em nome da empresa MJF Publicidades e Promoções, bem como do número 011-256-02-59, referente ao período de maio a setembro de 1996.

E, por último, que seja determinado ao Ministério das Relações Exteriores que, por intermédio da Embaixada do Brasil, solicite aos Srs. Viacheslav Koloskov e Alexander Tukmanov, respectivamente, presidente e vice-presidente em 1996 da entidade máxima que comanda o futebol daquele país, esclarecimentos acerca das negociações sobre o jogo entre a seleção brasileira e a seleção russa, realizado em 28 de agosto de 1996, especialmente no que diz respeito à participação da empresa MJF nas tratativas quanto ao valor da cota paga à seleção brasileira, esclarecendo quanto e como foi efetuado esse pagamento.

Naturalmente, essas são as solicitações. Cabe aos destinatários decidirem se vão ou não colaborar com a CPI, já que esta não tem poderes imperativos em relação a eles.

São estes os requerimentos, Sr. Presidente.

E dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Como é praxe nesta CPI, os requerimentos são votados no ato da sua apresentação. E como neste momento há **quorum**, embora no limite, vamos votar os requerimentos apresentados. Primeiro, o do Senador Sebastião Rocha, que convida para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito um representante da Abert, ou pessoa por ela indicada, a fim de debater sobre as relações das empresas de rádio e televisão com os clubes brasileiros e com a CBF.

Para proferir parecer, concedo a palavra ao Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador José Eduardo Dutra. Requer seja determinado ao Ministério das Relações Exteriores que, por intermédio da Embaixada do Brasil na Rússia, solicite ao Sr. Viacheslav Koloskov e Alexander Tukmanov, respectivamente, presidente e vice-presidente, em 1996, da entidade máxima que comanda o futebol naquele país, esclarecimentos acerca das negociações sobre o jogo entre a seleção brasileira e a seleção russa, realizado em 28 de agosto de 1996, especialmente no que diz respeito à participação da empresa MJF nas tratativas e quanto ao valor da cota paga à Seleção Brasileira, esclarecendo quanto e como foi efetuado esse pagamento.

Para proferir parecer, concedo a palavra ao Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Parecer favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requer, o Senador José Eduardo Dutra, transferência do sinal telefônico de todos os telefones, inclusive celulares, instalados em nome da empresa MJF Publicidade e Promoções, bem como do número 1125602559, referente ao período de maio a setembro de 1996.

Parecer do Sr. Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador José Eduardo Dutra.

Requer à Polícia Federal que proceda a diligências, no sentido de identificar a secretaria da empresa MJF, de nome Ana Lúcia, que assina em nome do Sr. Juan Figer, proprietário da empresa. Um fax endereçado à União de Futebol da Rússia, em 3/06/96, bem como que esta senhora seja convocada a prestar depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito junto à Polícia Federal, com a participação de assessores designados por esta CPI.

Parecer do Relator.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Último requerimento, do Senador José Eduardo Dutra, requer a convocação do Sr. Juan Figer para prestar depoimento a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Essa convocação já foi aprovada e é reafirmada agora em função destes fatos referidos.

O SR. GERALDO ALTHOFF – O parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Damos prosseguimento à lista de inscritos.

Concedemos a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Dr. Ricardo Teixeira, senhor, respondendo há pouco uma pergunta, mencionou que não tem conhecimento do local, aqui mencionado, falado pela Renata Alves, denominado “Emissora” por ela, então significa dizer que o senhor nunca freqüentou esta casa nem qualquer reunião neste local por ela mencionado?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O senhor participou, esteve presente no segundo casamento do Romário?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor, não fui

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Tem conhecimento de uma casa, da casa em que ele foi realizado e que também serviria de base para reuniões de dirigentes?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Também não.

O senhor tem conhecimento que as emissoras de televisão, que adquirem o direito de transmissão dos jogos, vendem a terceiros esses contratos, elas comercializam com terceiros, principalmente a transmissão para emissoras de outros países? Se, eventualmente, a CBF tem conhecimento, se isso é real,

participa de alguma forma dos recursos obtidos com essa comercialização?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, senhor.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O senhor não tem conhecimento de que elas vendam?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não tenho conhecimento. Imagino que devam fazê-lo, mas, honestamente, não sei com quem nem se existe tal fato.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – E a CBF não tem qualquer participação, portanto, no produto das vendas?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Quer dizer, internacionalmente falando?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sim.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não senhor.

Excelência, desculpe-me, V. Ex^a fala dos jogos da seleção ou está falando dos campeonatos brasileiros?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Dos jogos da seleção, em geral, dos jogos em que a CBF cede o direito de transmissão às emissoras, vende às emissoras o direito de transmissão.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, Excelência, não tenho conhecimento.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Acredito que o senhor já respondeu a essa pergunta, mas só para confirmar: a CBF teria alguma participação na venda de jogadores?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, ela teve não participação, quando assumimos a CBF tinha uma resolução, uma RDI, em que a CBF tinha 2,5% do valor declarado da venda do passe do jogador. Mas isso, pouco depois que assumimos, foi suspenso, não existe. Hoje, não temos nenhum percentual na venda de qualquer jogador.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O senhor tem conhecimento se algum diretor da CBF é proprietário de bingo ou participa da diretoria de algum bingo e a CBF tem autorizado o uso de seu nome para a realização de bingos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não tenho conhecimento que nenhum diretor da CBF participe de bingos. E a CBF não tem autorização nenhuma para que alguém faça bingo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Pois não. Gostaria, presidente Ricardo Teixeira, agora de obter algumas informações a respeito dos contratos que a CBF assinou com a Traffic e com a Nike. Primeiro, com relação à Traffic. O contrato assinado pela CBF foi assinado em 21 de outubro de 94, mas a vigência, se gun-

do a cláusula segunda, é que o prazo inicia-se em 1º de janeiro de 95, com conclusão em 31 de dezembro de 98. V. S^a tem conhecimento de um contrato eventual – digo eventual porque não está assinado, está na forma de minuta – que a Traffic teria realizado com a Wysiwig Interactive. V. S^a tem conhecimento desse contrato com a Traffic em que ela cede a essa entidade ou empresa...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não tenho. Que faça parte, digamos assim, do meu dossier não. Eu posso verificar. Mas agora de imediato desconheço.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Digo isso porque há uma cláusula aqui, Presidente, e o que chama a atenção, se é que é verdadeiro esse documento...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Só para colaborar com Senador Sebastião Rocha. Não se trata simplesmente de uma minuta, mas de um contrato, porque foi encaminhado a esta CPI pelo Sr. J. Häßilla da Traffic. Portanto, é um contrato.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – A data desse contrato é 1º de dezembro de 94, enquanto que o contrato da CBF com a Traffic é de 1º de janeiro de 95, embora tenha sido assinado em 21 de outubro de 94. A Traffic cede determinados direitos a essa empresa – acredito que seja uma empresa – exatamente no dia 1º de dezembro de 94. Ela afirma neste documento que já possui...ela cede uma licença mundial não exclusiva para usar o nome, marca registrada, logotipo da CBF, a fotografia oficial da CBF, vencedora da Copa do Mundo de 94, e assim por diante. Afirma ser a Traffic a única detentora de todos os direitos comerciais do nome, imagem, marca registrada, logotipo da Confederação Brasileira de Futebol. Aquela época a Traffic já se intitulava detentora desses direitos, embora – eu não sou advogado, sou médico – segundo minha compreensão esses direitos só teriam validade a partir de 1º de janeiro de 95. Chama a atenção ainda é a cláusula 6ª, Outras Avenças, letra "a": "Este contrato e seu conteúdo constituem um relacionamento comercial confidencial entre as partes e seus termos não deverão ser revelados a uma terceira parte.

Como não tive oportunidade de participar do depoimento do Sr. J. Häßilla, da Traffic, gostaria de saber se o senhor tem conhecimento desse contrato e se tem alguma consideração a fazer sobre a procedência e legalidade do mesmo.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelentíssimo Senador, agora sei a qual fato se refere. Quando nós assinamos contrato com a Nike, ela exigiu que nós anexássemos todos os contratos que de alguma forma poderiam influenciar no relacionamento da Nike com a própria CBF. Um dos contratos que existiam na época e que poderiam influenciar no contrato da Nike

era o contrato que já existia entre a Traffic e esta empresa Trade Mark Licence Agreement. Esse contrato não só a Traffic enviou para cá como a CBF também, Sr. Presidente, junto com o bordô, porque esse contrato é um dos anexos ao contrato da Nike. Ele faz inclusive parte do corpo do contrato da Nike. A razão desse contrato estar vinculado ao contrato da Nike é pura e simplesmente para demonstrar à Nike que esse contrato estava em vigência. Salvo engano, ele até já venceu.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Permita-me dizer que o nome que V. S^a citou da empresa que teria assinado o contrato com a Traffic não está conferido com o que eu mencionei.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É Wysiwig Interactive.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Está certo. O contrato findou em 31 de dezembro de 98.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ele data de março, de janeiro de 1995.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Consta no contrato a data de 1º de dezembro de 1994.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Na realidade, é janeiro, março de 1995. Tenho aqui a data e ele todo assinado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Então, V. Ex^a afirma que ele teria assinado após a validade do contrato da CBF com a Traffic?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Como após a validade?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – A dúvida que eu estavalevando é que ele poderia ter sido assinado anteriormente, quando a Traffic ainda não era a detentora dos direitos junto à CBF, se a data fosse de 1º de dezembro de 1994. Mas V. Ex^a está afirmando que a data do contrato, pelo que consta aí, é 1º de janeiro de 1995.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tenho aqui a data: março, janeiro de 1995.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Março, janeiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É 1º de março de 1995.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Acredito que isso esteja esclarecido. V. Ex^a tem conhecimento, embora uma das cláusulas mencione a confidencialidade do contrato.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A confidencialidade é entre a Traffic e essa empresa. Quando a Nike exigiu que fossem colocados no contrato, como anexo, todos e quaisquer contratos que pudessem influenciar no contrato da Nike, a Traffic forneceu. A Nike faz parte do corpo do contrato.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Estou satisfeito.

O contrato da CBF com a Nike foi alterado em 3 de abril de 2000; essa é uma das alterações, pois me parece que são várias.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Dia 3 e, logo depois, dia 6 de abril. São duas alterações.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Refiro-me à alteração da cláusula 2.4 do contrato original realizado com a Nike. O contrato original fala em direitos não exclusivos em nível mundial, e esse novo contrato, essa nova cláusula, menciona direitos mundiais exclusivos. Isso se deve ao fim de um outro contrato que a CBF teria talvez com a Umbro ou com outra empresa?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Perdoe-me, mas não entendi a pergunta de V. Ex^a.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Houve uma alteração contratual na cláusula 2.4.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sim.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Essa cláusula, no contrato original, definia que “a CBF e a Traffic outorgam à Nike direitos não exclusivos, em nível mundial e durante o período do contrato, de usar e sublicenciar os usos dos direitos de propriedade, as imagens dos atletas...”. E, nessa cláusula, foi feita uma alteração para “direitos mundiais exclusivos”. Estou indagando se isso ocorreu em função de ter eventualmente sido concluído um outro contrato de cessão de direitos com outra empresa e se, por isso, a CBF concordou em ceder os direitos exclusivos à Nike.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, Senador, porque não tínhamos... Quando assinamos contrato com a Nike, automaticamente findou o contrato com a Umbro.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – E V. Ex^a pode esclarecer qual a razão de, inicialmente, o contrato não ter sido exclusivo, o direito não ter sido exclusivo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Desculpe-me, mas não estou localizando. V. Ex^a me empresta esse contrato? Estou localizando o anterior. Essa alteração...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – V. Ex^a poderia, então, prestar um esclarecimento acerca do fato de a cláusula 2.4 também não estabelecer a participação da CBF e da Traffic dentro dos recursos obtidos pela Nike? Nessa alteração, aparece a Nike com 50% da receita bruta, excluídos 20% de despesas administrativas, e 50% seriam repassados à CBF e à Traffic. São essas duas explicações que eu gostaria que V. Ex^a me desse. Só para lembrar a V. Ex^a, o contrato trata também da questão dos prêmios.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Esse contrato não é o contrato de alteração. Tenho que olhar o contrato de alteração. V. Ex^a me dá um minuto, Senador? Há aqui cópia do contrato alterado da Nike? (Pausa.)

Confesso que não trouxe, Excelência. Eu trouxe o contrato-mãe da Nike, mas esqueci de trazer... E esse é um contrato que não está assinado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Mas esta é a tradução do contrato original, e é a exata tradução.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Essa alteração é que estabelece 50% para a Nike e 50% para a CBF e a Traffic do direito de imagem dos jogadores.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – A cessão dos direitos já existe no contrato original, mas não exclusivamente. Aí passa a ser exclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Exatamente. Houve essa alteração, dividindo entre a Nike e a CBF-Traffic.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Com relação aos jogos, 50% para cada, isso é porque, pelo novo contrato, eles têm direito a dois jogos. Quando, eventualmente, eles trabalham para conseguirmos um jogo para nós, que eles consigam esse jogo, eles têm direito acima da cota determinada. Nossa cota é da ordem de US\$500 mil. Acima dessa cota, se eles conseguirem alguma coisa, eles têm direito à metade da diferença. Isso com relação aos jogos amistosos, apesar de não sermos obrigados a aceitar nenhum jogo da Nike. Se conseguirmos, por nossos próprios meios, os jogos, não há nenhum tipo de problema.

O que ocorre com relação a essa outra cláusula...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Eu só gostaia de esclarecer, Presidente Ricardo Teixeira, é que a cláusula é a mesma, a mesma cláusula que menciona os dois aspectos, da cessão exclusiva dos direitos e a divisão dos recursos, que antes não constavam do contrato original.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – V. Ex^a está falando só dos direitos?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Exato.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É porque antigamente eu não tinha essa participação. Isso ficou determinado aqui.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Isso foi benéfico à CBF, na sua opinião.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Isso foi benéfico à CBF. Eu não estava entendendo a pergunta de V. Ex^a. O que acontece é o seguinte: ao refazermos o contrato deles, antigamente não tínhamos nenhum controle do que, efetivamente, eles tinham de resultado da venda deles. Passamos a ter, oficialmente, uma participação. E, diga-se de passagem, isso foi uma cesão da Traffic para o contrato da Nike, porque esses direi-

tos já eram da Traffic. Se V. Ex^a verificar os contratos da CBF com a Traffic, verá que ela já tinha esse direito de utilização de propriedade da CBF. Ela cedeu à Nike, que fica com 50% e nós com 50%.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – E quanto a Traffic recebeu por essa transferência?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Esses 50%.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Ela passou a ter parte, juntamente com a CBF. Aí não diz que é 50% para a CBF e a Traffic.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Exatamente, Nike, 50%, e CBF-Traffic, 50%.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Exatamente, divididos.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – São 25% para uma e 25% para outra.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Não está explicitado no contrato...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – É; não está.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Realmente, V. Ex^a tem razão. Está errado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – ... qual a participação da CBF e da Traffic na receita. Por outro lado, se V. Ex^a afirma que a partir daí foi benéfico para a CBF, o que houve anteriormente pode ter prejudicado a CBF do ponto de vista de arrecadação. Ela já poderia estar usufruindo dessa receita desde o começo do contrato, desde sua assinatura.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não necessariamente, Excelência, porque isso vem no bojo de algumas modificações. Isso veio no bojo da modificação do local de eventual disputa judicial, no bojo da alteração do número de jogos, de cinco para dois, no bojo dessa alteração, no bojo da alteração em que eles tentariam... Por exemplo, temos uma cota, que é normal, da ordem de US\$500 mil. Se eles conseguissem algum jogo com cota superior a isso, eles teriam uma participação nessa cota. Quer dizer, isso não foi isoladamente, isso foi no bojo de uma grande modificação, que foi feita no contrato entre nós.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Talvez seja uma curiosidade até, mas gostaria de ouvir do senhor em esclarecimento. No mesmo contrato, quando estabelece a definição do número de jogos que a CBF cederia da seleção brasileira à Nike, é feito referência a alguns países: Coréia, Japão, Estados Unidos e qualquer país na Europa, com uma certa restrição de que a CBF tenha seus próprios jogos definidos pela CBF

nesses países. Por qual motivo a Nike propôs a inclusão dessa cláusula?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Vou explicar. Quando a seleção brasileira vai, por exemplo, à Ásia, não pode ir à Ásia para fazer um jogo só, porque se vamos fazer um jogo só na Ásia, necessariamente a seleção perde quase uma semana por causa do problema de horário. Então, se, por exemplo, vamos jogar no domingo, teremos que sair daqui, no mínimo, no domingo anterior, por causa do problema de adaptação do jogador ao fuso, quer ele venha da Europa, quer ele venha da América do Sul, no caso do Brasil.

Sempre quando se vai jogar na Ásia, faz-se dois jogos: um na Coréia e um no Japão, porque são os dois países em que se tem melhor possibilidade de conseguir televisoramento e recursos.

Portanto, a Nike se protegeu – e acho que justamente – para que, por exemplo, se ela marcasse um jogo para janeiro e, em novembro, a seleção jogasse no Japão e na Coréia, automaticamente, o jogo dela, daí a dois meses, seria um fracasso.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Mas a cláusula menciona Estados Unidos e países da Europa também.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Dentro do mesmo critério. Não é Europa, é repetição de países.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Alguns países da Europa.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Por exemplo, se formos jogar na Alemanha e, se dois meses antes do jogo, definido para ela – ela tem direito a dois jogos –, vamos admitir, para efeito de raciocínio, que ela faça um jogo com a Holanda, um jogo com a Alemanha. V. Ex^a imagine como é se formos fazer esse jogo antes do jogo dela um ou dois meses. O jogo dela está dando ao prejuízo.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Procurei colocar que isso era mais uma curiosidade, embora entenda que há alguns interesses obscuros, porque não inclui, por exemplo, a China. Se ficar praticamente implícito que a Nike, então, pretende realizar jogos somente nesses países, por que não se preocupou com a China ou com outros países da Ásia, por exemplo? O contrato não define quais os países da Europa também, cita que são países da Europa. Então, se a Nike marcar os seus jogos para algum país da Europa, a CBF teria restrições, porque não seria impedimento total para realizar seus jogos nesses países, com a proibição, sim, de realizá-los dois meses antes ou dois meses depois do referido evento da Nike.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – No caso específico da China é porque países que tenham capacidade efetivamente financeira de receber a seleção normalmente são poucos. É Japão, Coréia, eventualmente outros países. A China, por exemplo, não faz parte desses países. No entanto, com relação à Europa, não há nenhuma limitação. Posso lhe afirmar categoricamente sobre o Brasil ir jogar na Europa ou não. Por exemplo, há um ano ou dois, não me lembro bem, a Nike nos trouxe aqui um dos melhores jogos que a seleção brasileira fez para treinamento para a seleção. Fizemos dois jogos com a Holanda, que foi um excelente adversário para o Brasil.

Não há essa limitação, posso lhe afiançar, de que não podemos fazer jogo na Europa, se a Nike o fizer. O que não podemos é fazer no mesmo país que ela tenha determinado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Obrigado.

Na cláusula 11.5, são estabelecidos critérios para a prorrogação do contrato por mais quatro anos e aqui é estimado um valor em dólares, em torno de US\$43 milhões. No contrato original, a média anual corresponde a US\$16 milhões, num total de US\$160 milhões, para 10 anos. E aqui nesta cláusula 11.5, seriam US\$43 milhões para quatro anos, o que equivale a uma média de US\$11 milhões ao ano.

Estou correto na minha avaliação?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, o entendimento poderia até ser esse, mas na realidade, há uma entrada, quer dizer, isso aí é como se fosse, digamos, o seguinte: na assinatura do contrato, nós já receberíamos US\$43 milhões. Mas, vou ter que ler... Qual foi a cláusula que o senhor citou?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – É a 11.5. Pagamento mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Trata-se, aí, de uma antecipação como garantia para a prorrogação. É um sinal de interesse na prorrogação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Correto.

Por último, presidente Ricardo Teixeira, o senhor teme a rescisão do contrato com a Nike, em função das duas CPIs que estão ocorrendo na Câmara e no Senado Federal?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não temo, Excelência. Acho que a CPI não está influenciando em nada a Nike. O contrato da Nike com a CBF, volte a repetir, é um excelente contrato para a CBF, mas também é um excelente contrato para a Nike. Não há porque haver uma rescisão simplesmente porque está sendo feito um levantamento quer na CBF quer na Nike. Eu não vejo esse tipo de risco e não acredito

que a Nike proponha ou pretenda, em qualquer momento, cancelar o contrato conosco.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O senhor não recebeu nenhuma gestão da Nike nesse sentido de precaução, quanto à possibilidade de rescisão do contrato? Porque houve especulação na imprensa, pelo menos. Não sei se o senhor teve conhecimento de que a Nike poderia rescindir o contrato em função de uma cláusula, que menciona essa possibilidade, sobretudo se houver alguma fiscalização, alguma análise do ponto de vista fiscal quanto ao contrato e também quanto à empresa. Se não estou equivocado, me parece que foi inclusive também autorizada a quebra do sigilo bancário da Nike. Não?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – No primeiro conjunto de requerimentos.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, não.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Então o senhor não teme a rescisão do contrato?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, não tenho por que temer, quer dizer, o contrato da CBF com a Nike é um contrato registrado em títulos e documentos; é um contrato que os recursos que ela envia para a CBF, ela envia, oficialmente, pelo Banco Central, trocados ao câmbio do dia. A Nike não tem porque temer isso. Até porque os nossos compromissos com a Nike têm sido cumpridos integralmente; nós cumprimos a vestimenta dos jogadores, temos um contrato com eles que foi cumprido durante a Copa do Mundo. Não há, não vejo nenhuma razão para que a Nike rompa. Acho que o senhor colocou muito bem aí: é especulação. Em nenhum momento, posso afiançar ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator e ao senhor, Senador, que em nenhum momento esse assunto foi ventilado, nem sequer sugerido.

Não acredito no rompimento do contrato da Nike com a CBF.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Sebastião Rocha e passamos a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QINTANILHA – Sr. Presidente, preliminarmente agradeço a deferência da Mesa em me permitir, mesmo não sendo membro da Comissão, participar dos trabalhos desta Comissão e interferir, neste momento em que aparece, a convite da Comissão, para fazer o seu depoimento, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr. Ricardo Teixeira, presidente da CBF, na verdade, não vou fazer nenhuma indagação, porque as dúvidas que suscitaram a

minha participação foram efetivamente elucidadas ao longo da exposição feita pelo presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e dos questionamentos feitos pelos parlamentares que me antecederam, notadamente com relação ao rumoroso contrato entre a CBF e a Nike.

Ora, o futebol brasileiro enseja duas situações muito interessantes. É uma atividade esportiva muito forte, a mais requerida. Dentre as modalidades desportivas conhecidas, é a que mais encanta, interessa e emoção provoca. Por isso, é conhecida como "apai-xão nacional". E há outro aspecto, o negocial, que o futebol também enseja e envolve uma movimentação expressiva de dinheiro.

Não há como se considerar que um negócio entre duas instituições seja bom apenas para uma parte. O negócio só é bom, só tem resultado positivo, se interessar e se for bom para as duas partes. Se é bom para a Nike... Ela não investiria uma fábula, como está investindo na CBF, basicamente na seleção brasileira, se o negócio não fosse bom para ela. Agora, o importante é verificarmos aqui, na discussão que se travou e que demonstrou de forma muito cristalina e clara o Presidente da CBF, que o negócio é bom para a CBF. Demonstrei inclusive com a comparação feita com o que recebe outras seleções de outros países e outras instituições que apóiam o futebol, que o negócio feito pela CBF é o melhor deles todos. Então, isso nos dá uma tranquilidade com relação a essa questão do contrato entre Nike e CBF.

Por outro lado, nos dá uma tranquilidade também quando o Presidente da CBF Ricardo Teixeira, espontaneamente, embora tenha sido alvo de uma discussão até agora antes que S. Srª aqui fizesse sua exposição, oferece a abertura do seu sigilo bancário e fiscal, até para contribuir e facilitar os trabalhos dessa CPI, da mesma forma que se propõe S. Srª a dar a contribuição que a CBF pode dar para que alcancemos o propósito dessa Comissão, que é de elucidar as tão decantadas, principalmente pela imprensa, irregularidades que envolvem o futebol brasileiro, irregularidades que passam pelo não recolhimento de contribuição ao INSS, ao Imposto de Renda, irregularidades com a venda de jogadores. Acredito que isso tudo, efetivamente, não passe pela CBF, e ela terá a oportunidade de nos auxiliar a encontrar quem está em dívida para com a sociedade brasileira.

Mas entendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ser até de justiça fazer um pequeno e breve relato, para contribuir com a Comissão e não tomar muito o tempo dos Srs. Senadores, já que, como Presidente da Federação Tocantinense de Futebol, uma das 27

filiadas à CBF, tenho acompanhado o trabalho do Presidente Ricardo Teixeira ao longo do seu mandato, por volta de 10 anos. Efetivamente nesse período, em função da forma firme, segura e competente com que vem dirigindo a CBF, o Brasil conquistou um sem-número de títulos, Sr. Presidente, que trago aqui. Seriam três folhas para elencar a quantidade de títulos que o Brasil conquistou ao longo desses últimos anos. Ao longo desses últimos anos, o Brasil liderou o ranking mundial de futebol. Perdeu agora. Inclusive conquistou nesse período o tetracampeonato. Nas categorias de base, o Brasil tem um elenco enorme, um sem-número de vitórias conquistadas sob a condução do Sr. Ricardo Teixeira à frente da CBF.

Também se não fosse a sua forma democrática de agir, Sr. Presidente, acho que é da minha obrigação, do meu dever dar esse testemunho. Estados onde o futebol é incipiente, como no Tocantins, na maioria dos Estados brasileiros, na Região Norte, na Região Nordeste, certamente estariam marginalizados, estariam fora do processo nacional do futebol. Não estariam, em razão da incipienteza do seu futebol, participando dos eventos de caráter nacional.

De sorte que essa contribuição que o Presidente Ricardo Teixeira dá ao futebol brasileiro, certamente se complementará com a contribuição que dará à Comissão, à CPI do futebol para esclarecimento das dúvidas sobre as quais há uma especulação muito grande sobre ele. Nós compreendemos isso muito bem, todas as pessoas que assomam a cargos relevantes, a cargos importantes que tem uma visibilidade nacional, de projeção nacional, e até internacional, em razão do talento e da competência do futebol brasileiro, fica sujeita a todo o tipo de especulação. E é bom que esta CPI vai contribuir, de forma decisiva, para o esclarecimento dessas questões.

Meus cumprimentos, pois, ao Presidente Ricardo Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Leomar Quintanilha em que pese ao fato de não integrar esta Comissão, colabora com seus trabalhos, com a sua presença e, inclusive, oferecendo, se fosse o desejo desta Comissão, a quebra do seu próprio sigilo e da Federação que representa.

Muito obrigado ao Senador Leomar Quintanilha. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, primeiramente, queria cumprimentar V. Ex^a e o Relator pela condução desta reunião de hoje, visto nós termos um início bastante discutido, democraticamente resolvido, com a com-

preensão de todos, e em nenhum momento saiu da estabilidade emocional durante toda discussão.

Mas, com todo o respeito ao Presidente da CBF, eu queria fazer uma pergunta, uma colocação que diz respeito a uma preocupação que tenho há algum tempo, que surgiu desde o início da CPI. Não sei se foi falado disso antes. Eu pediria desculpas, V. Ex^a não precisa responder se já o fez. Porque temos participação em quatro, cinco Comissões aqui e não dá para ficarmos permanentemente em uma só. Mas o que levou a CBF delegar ao Clube dos Treze a realização dos campeonatos, visto, segundo o nosso conhecimento, não ser uma entidade de direito, mas uma entidade de fato? E como ela é fiscalizada sobre a movimentação financeira? E qual é a relação de fiscalização que a CBF tem sobre essa movimentação? Se já respondeu, eu lerei depois a Ata.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Quer acrescentar alguma coisa? Já houve uma investigação nesse plano, mas se o Presidente desejar acrescentar...

O SR. ROMEU TUMA – Então, lerei depois as notas taquigráficas. Não quero cansá-lo com relação a essa questão.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, até em respeito ao Senador, vou fazer um pouco mais rapidamente a explanação sobre isso.

A realidade é que havia um grande reclamo nacional de que a CBF abrisse mão do seu poder em favor dos clubes. Isso foi porque houve um grande movimento. E V. Ex^a se lembra perfeitamente que, em 1987, os clubes assumiram e fizeram um campeonato nacional que até acabou na grande celeuma, sem a realização da final entre o Sport e o Flamengo.

Quando nós assumimos a CBF, em 1989, a solução que encontramos para colocar os clubes novamente foi criando o Conselho Técnico. E de lá para cá, realmente, o senhor tem razão, a CBF abriu muito o direito de organizar os campeonatos pelo Clube dos Treze, que, na realidade, hoje não é mais Clube dos Treze, é Clube dos Vinte, daqueles clubes que fazem parte da Primeira Divisão.

E segundo detalhe importante, é a relação da CBF com o Clube dos Treze não existe formalmente. Existe, sim, a relação a CBF com os clubes que participam desse teórico Clube dos Treze, até pela estrutura do futebol brasileiro. Essa foi a razão principal de nós termos aberto, digamos assim, o poder para esses clubes. Até porque, em 1987, eles estavam com mais poder do que estão hoje.

O SR. ROMEU TUMA – Aquela idéia do Presidente da Federação Paulista de formar uma Liga. Como é que o senhor vê, como Presidente da CBF, esta idéia da formação da Liga, que seria, talvez em tese, o que foi comentado pela imprensa, mais, vamos dizer, dentro da estrutura legal do que o Clube dos Treze, uma Liga de Futebol?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – V. Ex^a tem muita razão. Na realidade, o Clube dos Treze, ele não existe; ele é quase que uma associação comercial. A Liga daria um embasamento, digamos assim, jurídico, um embasamento, está me faltando a expressão...

O SR. ROMEU TUMA – Mais legal, não é?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Embasamento legal. Até porque, a fim de esclarecer, quase todos os países do mundo, eu diria que todos os países do mundo têm liga nacional. O Brasil, pelo seu grande tamanho e por ter campeonatos regionais, é que não tem a Liga Nacional. Mas a Liga tem que ser constituída sob os auspícios da CBF, porque a CBF é que tem a vinculação...

O SR. ROMEU TUMA – Aí haveria a fiscalização.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Haveria fiscalização, porque ela só poderia fazer a vinculação internacional pelas Federações, CBF e Fifa.

O SR. ROMEU TUMA – Muito obrigado.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – De nada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao Senador Romeu Tuma, sempre presente nos trabalhos desta CPI.

Passamos a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, Sr. Presidente da CBF, Ricardo Teixeira, qual é o salário do Presidente da CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador, no último ano, o salário anual foi de R\$296 mil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando o senhor assumiu a CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Assumi a CBF em 1989.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual que era o seu patrimônio quando assumiu a CBF e qual é o seu patrimônio hoje?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite que eu...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

Aproveitando este intervalo, quero dizer que o Senador Romeu Tuma pede a colaboração dos integrantes da CPI que investiga o roubo de cargas, para que aguardem o final desta reunião, a fim de que S. Ex^a possa iniciar os trabalhos da CPI que preside. S. Ex^a convida os integrantes daquela CPI a lá comparecerem.

O SR. ROMEU TUMA – Lembro que vai depor o William Sozza, que estava foragido. A Polícia Civil de São Paulo conseguiu prendê-lo. A CPI o está apresentando, a nosso pedido, para o juiz competente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Teixeira.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Sr. Presidente, pedi ao meu contador que fizesse ele, corrigindo os valores. O meu patrimônio líquido em 1988, portanto um ano antes de eu entrar na CBF – entre janeiro de 1989 – era correspondente a R\$2,8 milhões, mais ou menos. O meu patrimônio hoje é em torno de R\$4,074 milhões. Houve uma evolução da ordem de R\$1,2 milhão aproximadamente, corrigindo os valores – digamos assim – dos bens. Eu diria a V. Ex^a que quase todos os bens que eu tinha em 1988 eu os tenho... Desculpe-me, Senador. Quase todos os bens que tenho hoje eu já os tinha em 1988 – minhas fazendas, barco, carros, uma casa. Quer dizer que não houve alteração na minha parte patrimonial.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim ou não? Eu gosto de saber qual que é a avaliação que o senhor faz: o cargo lhe trouxe benefícios no aspecto profissional, empresarial? O fato de ser Presidente da CBF o beneficiou? Sim ou não? É uma questão de conceito. Diga só “sim” ou “não”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador, para lhe ser muito honesto, eu diria que, obviamente, pessoalmente, trouxe benefícios, apesar de que você, dolado pessoal, também tem alguns malefícios, na medida em que a sua visibilidade lhe causa um pouco de transtorno, pelo fato de ser um homem público, de não ter a liberdade que tinha antes, mas eu diria que, no contexto geral, é mais benéfico do que maléfico, e foi até pelo prazer de dirigir a maior entidade do mundo, que é a CBF, e sagrar os títulos que a seleção brasileira conseguiu ter.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Ainda no aspecto pessoal. Em intervenção anterior, eu já havia dito a V. S^a que tomei conhecimento pela imprensa de declaração de V. S^a de que não se iria mais candidato à presidência da CBF. Eu lhe pergunto: V. S^a não é mais candidato? V. S^a confirma essas declarações?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Confirmo. Não sou candidato à reeleição na CBF.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E quando termina o mandato de V. S^a?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O mandato termina em 2003.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em uma das respostas que V. S^a deu ao Senador Maguito Vilela, V. S^a disse – na minha avaliação, com muita propriedade – que a escolha do cargo de Diretor de Árbitros da CBF é uma escolha pessoal e que V. S^a levou em consideração o aspecto técnico, razão pela qual escolheu o Sr. Armando Nunes Castanheira da Rosa Marques, considerado, ao longo da história, um dos maiores árbitros do futebol brasileiro.

V. S^a confirma isso?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Confirmo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E qual o critério que levou V. S^a a escolher Ives Mendes?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Desculpe, Ex^a. Quando assumi a CBF, ele já tinha feito parte da Comissão de Arbitragem. V. Ex^a sabe perfeitamente que houve um grande dirigente de árbitros no Brasil que se chamava Áureo Nazareno. Ele, Ives, foi, durante muito tempo, o segundo do Áureo Nazareno. E posteriormente, chegou a ser o primeiro, na gestão anterior à do Otávio Pinto Guimarães, a gestão do Giulite Coutinho, em que ele era o responsável pela arbitragem.

Quando assumi a CBF, eu não conhecia ninguém na arbitragem, e a primeira pessoa que convidei não foi ele; a primeira pessoa que convidei foi o Áureo Nazareno, que não quis. A segunda pessoa que convidei foi o Ives Mendes, pela experiência que ele tinha de já ter trabalhado na Comissão de Arbitragem, até 1986, se não me falha a memória.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Aquele episódio denunciado no Jornal Nacional... O Jornal

Nacional, da Rede Globo, teve a oportunidade de divulgar uma fita gravada...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não. Inicialmente, no Jornal Nacional, da **Globo**. Inicialmente, foi. Teve a oportunidade de divulgar uma gravação de uma conversa entre o, à época, Presidente do Atlético Paranaense – parece-me, o Sr. Mário Celso Petraglia – e o Sr. Ives Mendes. Essa conversa envolvia também o atual presidente do Corinthians, Alberto Dualib. Então, eu gostaria de saber de V. S^a se, imediatamente após aquele episódio, ele foi afastado da Comissão de Arbitragem, e quais as providências que a CBF tomou.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É muito oportuna a pergunta de V. Ex^a. Ele foi demitido antes. Quando me conheci, um dia antes, pelo jornalista que fez a reportagem, na época – que veio, obviamente, ouvir a versão da CBF –, ele saiu da CBF. Naquele momento, eu não me lembro exatamente a data, mas houve um inquérito na Câmara dos Deputados sobre esse assunto. Eu, inclusive, vim depor sobre esse problema que aconteceu na arbitragem naquela época.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a se lembra, exatamente, do período em que ele foi, a última vez, Diretor de Árbitros da CBF? Até que ano? Não é a data; o ano.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É o ano desse problema. Confesso-lhe, Excelência, que não me lembro de que ano foi.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria, já que a CPI já autorizou a quebra do sigilo bancário tanto do Sr. Alberto Dualib como do Sr. Mário Celso Petraglia, e como o Sr. Ives Mendes foi um dirigente importante – por que dirigente da área de arbitragem, a área que administra a paixão e as ilusões do futebol brasileiro, ou a seriedade –, eu gostaria de solicitar... Estou com dificuldade de estabelecer o período, mas, conhecido o período em que ele foi pela última vez dirigente da CBF, eu gostaria de solicitar a quebra do sigilo bancário dele, e pediria que a assessoria providenciasse isso para que, ao final da reunião, pudéssemos oficializar o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – O Senador Antero de Barros será atendido, mas, como previmos no início desta reunião, ao final não haverá **quorum**.

Creio que esse requerimento do Senador Antero de Barros caia bem para demonstrar o acerto da provisão adotada na reunião de hoje em deliberar ao início sobre os requerimentos apresentados.

Dessa forma, o Senador apresentará hoje o requerimento, e ele será motivo de deliberação na primeira reunião do ano, quando certamente teremos o **quorum** necessário no início da reunião como sempre ocorre.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente Ricardo Teixeira, em 1992, o jornalista Roberto Benevides publicou na revista **Placar** uma reportagem em que contava que empreiteiros da cidade de Gubio haviam pago ao senhor US\$400 mil para que a seleção brasileira passasse uma temporada lá antes da copa da Itália.

Na época, como consequência da divulgação da reportagem com a responsabilidade do jornalista Roberto Benevides, o senhor havia prometido publicamente processar a revista.

O senhor processou ou não a revista? Se processou, como está esse processo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu só gostaria de esclarecer antes que nem da escolha da cidade de Gubio, nem do hotel eu participei, porque todas as vezes em que se escolhe onde será a concentração da seleção brasileira é sempre o corpo técnico quem escolhe, o corpo da administração da CBF. É a comissão técnica que decide o local onde a seleção vai ficar. Segundo detalhe: procurei várias pessoas na Itália, principalmente o nosso representante na época, Sr. Sérgio Azareto. conversei com o advogado, e eles me disseram que eu não ia conseguir nenhuma sucesso na ação. Eles não disseram diretamente; eles, em última análise, fizeram uma insinuação.

Vou lhe dar um exemplo muito simples, Excelência: sobre vários outros fatos que já assacaram sobre a minha pessoa, já entrei com processo, e eles prescrevem. Tenho por exemplo 19 ações entre civis e criminais contra o jornalista Juca Kfouri, mas só consegui até hoje que ele fosse condenado em dois. Um deles já prescrito. De forma que naquele momento eu fui aconselhado pelo advogado da Itália no sentido de que não teria sucesso nesta ação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor foi proprietário ou é proprietário de uma montadora coreana Daewoo no Brasil?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Fui proprietário – já vendi há dois anos – de uma concessionária de automóveis coreanos. Eu lhe explico a razão. Estive na Coréia no ano de 1996 e conheci o presidente da empresa, porque coincidentemente ele tinha sido presidente da Federação Coreana de Futebol – Herman Kin, é o nome dele. Quando ele estava vindo para o Brasil para abrir uma agência, para começar a colocar a Daewoo no mercado brasileiro, ele me ofereceu a concessão. E fiquei com ela. E faço questão absoluta de informar que a venda a qual quer coisa é a perto de dois anos com grande prejuízo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Qual relação do senhor com empresário João Otávio?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Temos uma excelente relação. Somos amigos e temos excelente relacionamento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando começou essa amizade, antes ou depois de o senhor assumir pela primeira vez a presidência da CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu já o conhecia antes.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas não era amigo?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Eu diria que éramos conhecidos, mas, durante o período em que... Em 1988, o Brasil se candidatou a fazer a Copa do Mundo no Brasil, e foi a empresa dele, na época, que fez, digamos assim, todo o projeto para que essa Copa viesse para o Brasil. Ali foi que ficamos, digamos, mais próximos. Desculpe-me, no ano de 88, Excelência.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a sabe que o senhor é o dirigente mais poderoso do futebol brasileiro. Dirige a principal entidade do nosso futebol. Essa relação do senhor com o empresário que mais ganha dinheiro no futebol, que é o Sr. J. Hawilla, é uma relação diária, de contato diário, é uma amizade assim tão próxima? Porque ele revelou aqui que se falam quase diariamente ao telefone.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Telefonicamente... Desculpe-me, Excelência, é verdade. Temos con-

tato quase diariamente. Fisicamente, digamos assim, poucas vezes estamos juntos, na medida em que moro no Rio e ele mora em São Paulo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a já respondeu sobre a questão da embaixada no Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber o seguinte: qual é a finalidade para a CBF da representação da CBF em Brasília? Para que é aquela casa no Lago Sul? O que isso trouxe de importante para o futebol brasileiro?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, houve uma reunião da assembléia da Confederação Brasileira de Futebol – não posso lhe precisar se foi há dois anos; se for importante, envio a informação –, na qual as federações do Brasil exigiram, na época do Presidente da CBF, que abrissemos uma casa representativa do futebol brasileiro em Brasília. Isso foi, eu diria, obviamente com o acordo do Presidente da CBF, uma orientação e uma decisão da assembléia da CBF na época.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A sua gestão é marcada, sobretudo, por um relacionamento conflituoso com pelo menos parte da imprensa futebolística, seja escrita, falada ou televisada. O senhor inclusive já abriu vários processos contra diversos jornalistas. Acabou de citar um exemplo com relação ao Jornalista Juca Kfouri.

Alguma vez o senhor procurou a direção de algum jornal, de alguma rádio ou de alguma televisão, no sentido de exercer pressões, inclusive econômicas, sobre a atuação de algum jornalista ou mesmo pedindo para demiti-los, etc.? O senhor procurou alguém?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Nunca. Esse fato não é verdadeiro. Quem o diz é o jornalista citado, que eu o teria tirado da Editora Abril, que eu o teria tirado da Rede Globo. Isso não é verdade, até porque V. Ex^a foi jornalista e sabe perfeitamente bem que os órgãos de imprensa no Brasil são muito isentos com relação a esse assunto, principalmente empresas do nível de uma Rede Globo de Televisão e do sistema da Editora Abril. Isso não é verdade. Em nenhum momento, consegui, tentei ou procurei qualquer dirigente para demitir qualquer jornalista, até porque tenho certeza absoluta de que, se o tivesse tentado, não iria conseguir.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a diz o jornalista citado, no caso, é o Juca Kfouri?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É o Juca Kfouri, sim, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS –

Estou-me referindo à coluna do Jornalista Roberto Benevides, que foi publicada no jornal **O Estado de São Paulo**, no dia 19 de agosto de 1994. Ele cita, nessa coluna, que o Sr. Ricardo Teixeira teria procurado a cúpula da TV Bandeirantes, o empresário João Saad, pedindo que fossem demitidos os Jornalistas Luciano do Vale; Eli Coimbra, que já faleceu; Juarez Soares e Mário Sérgio.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, quer...
ro ...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor se lembra dessa matéria?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Honestamente, não me lembro da matéria, mas eu gostaria de esclarecer que isso não é verdade. O senhor tem o Dr. João Saad, que é o dono da **Rede Bandeirantes** para confirmar. Em nenhum momento, procurei qualquer dono de qualquer empresa jornalística para pedir a demissão de qualquer funcionário que tenha qualquer jornalista que lá trabalhe. E a maior prova disso... Acho que podemos fazer uma pergunta aos diretores da Bandeirantes da época. Esse fato não é verdadeiro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Parece-me que, infelizmente, no caso, esse diretor da Bandeirantes já é impossível perguntar para ele.

O senhor poderia detalhar melhor o acordo entre a CBF e o ex-supervisor da seleção brasileira – é supervisor, Américo Farias? – motivado por uma ação trabalhista do Américo Farias contra a CBF?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Senador, posso até lhe responder isso em 48 horas. Isso foi um assunto tratado diretamente pelo Departamento Jurídico, o Departamento de Pessoal e a parte financeira da CBF. Todos os funcionários... só para lhe explicar a razão disso: antigamente, assinávamos contratos...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas o Américo Farias era supervisor.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – É supervisor.... seria coordenador, é supervisor, seria o termo

Cometemos um erro que depois nos causou muito problema, pois assinávamos contratos com nossos técnicos e membros da Comissão Técnica. Depois que tivemos autuação do INSS com relação a esse assunto – para efeito de informação, autuação

essa que pagamos e estamos cumprindo religiosamente -, nós alteramos a relação com os membros da Comissão Técnica. Hoje, não temos contrato com ninguém. Assinamos carteira profissional. Se temos um salário, por exemplo, de R\$100.000,00, quando a pessoa é demitida, faz os cálculos normais no Ministério do Trabalho, enfim, os cálculos normais de uma demissão com salário em carteira profissional.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Na verdade, só para lembrar a V. S^a: o acordo da CBF com o supervisor Américo Farias não foi homologado na justiça do trabalho, o que é uma surpresa porque o patrônio e o funcionário entram em acordo e a justiça do trabalho não quis homologar esse acordo, inclusive por recomendação do Ministério Público.

Mesmo não tendo sido homologado, a CBF pagou os valores reclamados pelo Sr. Américo Farias. O senhor lembra quanto e quando foi pago ao Sr. Américo Farias?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Com toda honestidade, não sei lhe informar. Posso lhe fornecer esse dado em 24, 48 horas. Não me lembro, volto a lhe dizer, que isso é um assunto que corre no trâmite administrativo e jurídico da entidade, e realmente não me lembro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de requerer, e vou fazer ao final – sei que já não vai ser anotado nestas sessões – a quebra do sigilo bancário do Sr. Américo Farias, mas isso depois que conhecer o período em que ocorreu esse acordo entre a CBF e ele.

Gostaria de perguntar o seguinte: o senhor poderia detalhar os gastos com o campeonato de favelas, disputado entre 1997 e 1998? Pelo que temos conhecimento, talvez para facilitar a resposta de V. S^a, consta no relatório de 1998, desse torneio, um total de gastos com campo no total de 700 mil. O senhor confirmaria esses gastos?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – De cabeça, confesso que não os tenho, mas lhe forneço todos esses números em 24 horas. Tenho que procurar na contabilidade da CBF. Não tenho esses números, tenho os grandes números da CBF. Individualmente, não os tenho. V. Ex^a está falando no ano de 98?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – 97 e 98. O campeonato foi disputado entre 97 e 98.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Poderia lhe dizer que tenho os dados da CBF. Os números, individualizados, poderia lhe mandar porque realmente não os tenho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Vou fazer uma outra pergunta em cima desse assunto para ver se ajudo a memória de V. S^a.

Pelo que temos conhecimento, consta de 700 mil com campo. Mas, pelo que sabemos, foi utilizado centro de treinamentos da Marinha, possivelmente, o Centro de Instruções Almirante Pimentel. O que quero indagar, concretamente, é o seguinte: a CBF pagou 700 mil para a Marinha?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Volto a lhe informar que não me lembro disso, porque esse fato é completamente desvinculado da entidade. Na realidade, quem controla isso é um Coronel que faz todo esse trabalho juntamente com a Arquidiocese do Rio de Janeiro e juntamente com o **Viva** do Rio de Janeiro. Esses dados todos eu só pude lhe fornecer se V. Ex^a me desse, 24, 48 horas. Comprometo-me a enviá-los para cá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Já havia tratado desse assunto com V. S^a no início das minhas investigações. O Sr. Alfredo Nunes, Vice-Presidente da CBF, foi eleito Prefeito do Município de Regeneração, no Estado do Piauí. Indaguei e V. S^a ficou de informar depois se a CBF contribuiu para a campanha do Sr. Alfredo Nunes. Perguntei da questão do material esportivo e V. S^a disse que não se lembrava também se ele teria distribuído na sua cidade natal 500 jogos de material esportivo da Nike, no ano de 1998.

O Sr. não se lembra disso, nem tendo a informação agora da possibilidade de ele ter distribuído 500 jogos esportivos da Nike, no ano de 1998, nas eleições lá.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Volto a repetir que não me lembro efetivamente, mas estou me comprometendo com V. S^a e com a CPI que enviarei esses dados tão logo chegue ao Rio de Janeiro, onde procurarei saber dentro da contabilidade da entidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Por que a CBF deu uma declaração à Traffic, em 18 de setembro de 1998, declarando que havia cedido os direitos até 31 de dezembro de 2001 – devem ser os direitos de placa estática, de transmissão para fora -, quando estava em vigor um contrato que iria encerrar em 31

de dezembro de 1999 e que somente foi renovalo naquela data. Quer dizer, a CBF, no dia 18 de setembro de 1998, tinha contrato com a Traffic. Esse contrato iria se encerrar em dezembro de 1999, mas em dezembro de 1998 a CBF prorrogou esse contrato até 31 de dezembro de 2001, data posterior ao que seria o encerramento do contrato com a Traffic.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – O contrato que tivemos com a Traffic foi assinado no dia 1º de janeiro de 1995 e terminou no dia 31 de dezembro de 1998. Esse contrato foi posteriormente prorrogado de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2002. Portanto, a negociação de prorrogação existiu por volta do prazo que o contrato já estava existente, até porque sempre se discute qualquer renovação pelo menos um ou dois meses antes do vencimento do contrato, isso é normal.

Não sei se V. Ex^a estava aqui no momento em que afirmei que já estamos negociando com a Rede Globo a prorrogação do contrato das eliminatórias de 2006 e 2010 e estamos a 6 anos da eliminatória.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A Traffic detém o monopólio da transmissão para o exterior dos jogos da Seleção Brasileira, na fase classificatória para o campeonato mundial. E detém também 50% do sistema **pay per view**, conforme depoimento do empresário J. Hawila. Quem comprou os outros 50% do direito da **pay per view**, quem é o proprietário dos outros 50% do direito?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – A Traffic tinha feito um contrato com a CBF em que nós – nós CBF – exploraríamos junto esse contrato de **pay per view**. No entanto, antes de iniciar as eliminatórias, essa parte do contrato da Traffic foi cedida novamente à CBF e veio de nos esse direito à Rede Globo de Televisão. Esse contrato de **pay per view** não existe porque esse contrato foi, digamos assim, devolvido à CBF. Nós negociamos com a **Rede Globo** o direito de televisar direto os jogos das eliminatórias do Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer, que esse contrato da **pay per view** não é mais da Traffic?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, a **pay per view** foi devolvida à CBF e nós negociamos direto com a **Rede Globo** para ela podertelevisionarnapraça. Porque, se tivesse **pay per view**, a **Rede Globo** não televisionaria para a praça. Então, no acordo que

foi feito, a **Globo** nos paga R\$400 mil, corrigidos, por essejogo—cadajogorealizadonoBrasil,nesseeliminatória.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A Previdência calcula o recebimento sobre o percentual da CBF, dos clubes, inclusive sobre a receita desses contratos de televisionamento. Qual o acompanhamento que a Receita tem daquilo que cada partida do sistema **pay per view** rende? Porque o sistema paga R\$400 mil para a CBF. Tudo bem! Isso já é uma receita. Agora, e a receita subsequente, como é que esse acompanhamento é feito? A CBF não sabe que receita que advém disso?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex^a, acho que cometí um erro e não esclareci bem o que V. Ex^a queria.

O meu contrato com a **Globo**, que substituiu o **pay per view**, não é de **pay per view**; é de televisão aberta, é direito que a **Rede Globo** tem de transmitir para a própria praça do jogo o jogo pela televisão aberta.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A CBF, em 2 de março de 2000, transferiu para a Traffic os direitos dos jogos da Seleção, na fase classificatória, no tocante à transmissão por TV e **Internet**. Veja bem: em 2 de março de 2000, a CBF transferiu para a Traffic. No dia 6 de abril de 2000 – portanto, um mês e quatro dias depois –, a CBF e a Traffic transmitiram esses direitos à Nike, pelo adendo ocorrido e encaminhado à CPI.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – V. Ex^a poderia me mostrar isso daí, porque desconheço isso, esse direito é da Traffic.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Esse direito é da Traffic? Não foi transmitido...

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Esse direito é da Traffic, quando for realizada a eliminatória, se Deus quiser, não sendo realizada, o Brasil sendo campeão.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Tudo bem, pode ser um equívoco nosso, mas, então, V. S.^a confirma que esse direito não foi transmitido à Nike? É da Traffic?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Quer dizer, esses direitos são da Traffic, na eliminatória futura, que espero, volto a dizer, que não tenhamos que disputar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor negocia com gado? O senhor é criador de gado? É fazendeiro? É pecuarista?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tenho uma fazenda, já desde 1983, que explora também gado, latícios.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E esses negócios com gado são declarados, estão todos eles declarados no Imposto de Renda?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Todos os meus negócios são declarados no Imposto de Renda.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor teme, Presidente, que a FIFA puna o futebol brasileiro por causa da CPI, como chegou a advertir a Autonomia Nacional, do Sr. Joseph Blatter, o que mereceu um protesto extremamente justificado aqui nesta Comissão por parte do Senador Maguito Vilela?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Ex.^a, a grande realidade é que são versões. Esse fato não é verdadeiro. O Blatter, em nenhum momento, advertiu que ia punir o futebol brasileiro pela CPI. Como disseram também que a Nike nos advertiu que, se por ventura...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Só um parênteses, Presidente.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Pois não, Ex.^a.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O que foi publicado na imprensa – e estou colocando férias nas declarações publicadas pela imprensa – era que, se a CPI do Futebol entrasse na questão da investigação de árbitros, na questão de arbitragem, o Brasil corria ameaças de ser eliminado antecipadamente da Copa do Mundo etc. E agora, oficialmente, estou pedindo a quebra do sigilo bancário de um cidadão que, publicamente, a imprensa sabe, o Brasil inteiro sabe das suas relações pelo menos de fitas gravadas. Se isso vai ser verdadeiro ou não, temos que ter a cautela de, primeiro, ter o acesso aos números. Mas o que a imprensa divulgou foi isso: que se nós tocássemos na questão da arbitragem, aí não sei qual é o limite. Não estamos aqui tentando mudar as dezessete regras do futebol, estamos querendo saber de outras coisas, da sonegação. V. S^a nega isso? Não é esse o entendimento da Fifa?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Não, o entendimento da Fifa, quero esclarecer a V. Ex^a é o de não in-

terferência dentro das entidades – isso não é para o Brasil, é para qualquer país do mundo – no tocante a futebol em si, não a qualquer tipo de investigação. Tanto isso é verdade que o presidente da Fifa, há menos de dez dias, deu uma declaração afirmando que não se preocupava com as investigações da CPI, no tocante a irregularidades cometidas quer por dirigentes, quer por qualquer pessoa vinculada ao futebol, até porque isso existe, Excelência, em todo o mundo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Bem, V. S^a já disse que vai enviar a esta Comissão uma proposta elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, em cuja proposta V. S^a está colocando uma enorme esperança de melhorar a administração do futebol brasileiro. V. S^a coloca o que toda a imprensa especializada também coloca como sendo o calcanhar de Aquiles, para resolver o problema do Brasil, que é o calendário. Então, V. S^a reafirma, realmente, que o trabalho da Fundação Getúlio Vargas pode contribuir muito nessa direção?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Tenho certeza que sim, Excelência, porque eles fizeram esse trabalho... Amanhã terei uma reunião com eles, mas no pré-projeto que eles mandaram uma das grandes críticas que eles fazem é exatamente ao calendário. Tem que haver compatibilização, segundo a Fundação Getúlio Vargas, no que eu também acredito, entre os campeonatos regionais, regionais no sentido de estaduais, com os campeonatos regionais, e, finalmente, com os campeonatos nacionais, partindo, também, para os campeonatos internacionais, para que não tenhamos esse problema que temos de encavalamento de várias competições externas e internas, o que atrapalha profundamente os campeonatos brasileiros de qualquer nível.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Bem, tecnicamente, esta Casa sabe da importância e da competência da Fundação Getúlio Vargas e do acordo da CBF em contratar essa entidade para ajudar a construir uma proposta para o futebol brasileiro.

Quero registrar uma preocupação: em 1996, V. S^a já era o presidente da CBF e o senhor promoveu o primeiro fórum de debates sobre o futebol brasileiro, organizado pela Fundação Getúlio Vargas.

Os temas debatidos nesse fórum, os resultados desse fórum não foram aplicados. Não corremos o mesmo risco agora, presidente?

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, esse trabalho agora da Fun dação é um trabalho de um ano que eles estão fazendo, eles fizeram pesquisas pelo Brasil inteiro, constataram todos os erros e fizeram um grande projeto, já fizeram essa apresentação ontem, todas as entidades que participaram disseram que foi um excelente trabalho. Obviamente, tudo o que for possível, iremos aplicar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não sei se V. S^a já leu os jornais de hoje, na página de esportes, sobre esse trabalho.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Já li, mas qualquer modificação tem sempre os contra e os a favor. Mas acho que, neste momento, uma coisa é definitiva. O senhor conhece o futebol muito bem, o senhor sabe perfeitamente bem que nós temos o problema do grande segmento dos clubes, porque eles querem participar de todas as competições. Mas é completamente inviável que continue como está e que o clube participe de duas, três competições ao mesmo tempo. Isso é uma coisa que inviabiliza qualquer projeto de calendário.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Presidente, eu gostaria, ao final, de solicitar uma opinião. Trata-se de algo que me preocupa como cidadão brasileiro. O Brasil – e V. S^a também – já explicitou a preocupação com relação à lei do passe. V. S^a chegou a opinar, na imprensa brasileira, que a extensão da lei do passe no Brasil seria extremamente prejudicial. Parece-me que, se a lei do passe fosse boa, não teríamos uma série de clubes com dificuldades financeiras, porque ela está vigorando e os clubes continuam com dificuldade financeira. Preocupa-me até pelo aspecto dos direitos humanos. V. S^a disse que a Fifa só reconhece o contrato do atleta com o clube, o vínculo do atleta com o clube. Diariamente, entretanto, abrimos as páginas dos jornais e lemos uma série de atletas que pertencem ao empresário Juan Figuer, ao empresário Fulano de Tal. Ou seja, na profissão de atleta de futebol profissional, o homem voltou a ser propriedade do homem, uma fase que a gente imaginava extinta com a Lei Áurea.

Como jornalista, o cidadão pode trabalhar em qualquer lugar; em qualquer profissão, o cidadão pode trabalhar em qualquer lugar, conforme o direito de ir e vir. Na Lei do Passe, não pode. Como resolver isso? Como resolver esse direito de ir e vir, essa questão da liberdade? Penso que isso é uma violên-

cia contra os direitos humanos. Por exemplo, há atletas no Brasil que são propriedade do Juan Figuer. Ele é dono da atividade profissional de determinados cidadãos, de determinados futebolistas profissionais. Creio que está na hora de enfrentarmos, dentro da teoria capitalista, a tese de mercado, a tese do contrato, da multa do contrato. Mas a Lei do Passe é algo que precisa realmente entrar em vigor. Essa é a minha avaliação.

Gostaria que V. S^a, para finalizar, fizesse alguns comentários sobre isso.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu nunca disse que era a favor da Lei do Passe. O que eu sempre disse é que tem que ser criada uma indenização para o formador do atleta. Isso existe em todas as atividades. Se V. Ex^a trabalha, por exemplo, na Petrobras, se trabalha no Banco do Brasil e este órgão lhe dá uma formação, V. Ex^a assina um contrato de permanência no cargo de 4 ou 5 anos após essa formação, sendo obrigado a indenizar o órgão se sairantes.

Foi muito divulgado há pouco tempo um fato, se não me engano referente a uma oficial de Marinha. Ela queria se casar e deixaria a Marinha, porque seu noivo era americano. Ela iria se mudar para os Estados Unidos. A Marinha lhe cobrou uma taxa pela sua formação. Eu não me lembro dos números, mas me lembro do fato.

Eu acredito que o clube brasileiro tem que ser defendido com relação a isso. V. Ex^a sabe perfeitamente que vários jogadores são criados em seus Estados, depois vêm para os grandes centros, e o clube, que foi o formador do atleta, não tem nenhum tipo de garantia. A Europa conseguiu se proteger com as multas. Eu concordo com V. Ex^a: eu não defendo a Lei do Passe. Eu defendo que os clubes têm que ter algum tipo de indenização pela formação do atleta. Se não vamos levar esses clubes a não querer mais fazer investimentos como eles têm feito para criar jogadores. A grande realidade é que os clubes criam a parte infantil, a parte de escolinhas de futebol, e os jogadores que chegam a se destacar no esporte representam um número muito pequeno em relação ao investimento feito. Portanto, a defesa que faço é que haja uma indenização para aquele que investiu na formação do atleta.

Espero ter esclarecido V. Ex^a sobre a minha opinião sobre o assunto.

O SR. MAGUITO VILELA – Eu quero pedir um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não, Senador, com muita honra.

O SR. MAGUITO VILELA – Desejo só informar que isto, na nova Lei do Esporte, já está previsto: os clubes formadores de jogadores de futebol têm o direito ao primeiro contrato do atleta, podendo abrir mão desse primeiro contrato se outro clube o resarcir dos gastos feitos durante a formação desse atleta. Isso já está na nova Lei do Esporte.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro para encerrar. O futebol do meu Estado de Mato Grosso foi reduzido a uma dimensão minúscula. Na minha avaliação, isso ocorreu por causa de uma conivência da CBF, pela necessidade que tem de manter a reeleição daquele que é o principal dirigente do futebol de Mato Grosso.

Eu dizia ao Senador Maguito Vilela que lá nós chegamos ao absurdo de a eleição na Federação ser marcada para as 17 horas, sendo afixado o aviso na portaria da Federação às 16h30min. Às 17 horas, é realizada a eleição. Portanto, só ele e os amigos dele sabem da realização da eleição. E não se pode recorrer à Justiça Comum, mas à Esportiva, e nunca ninguém conseguiu ganhar nenhum recurso lá, nem em nível superior, dentro da legislação esportiva.

Daí estarmos, de 1972 até hoje, praticamente com o futebol extinto em Mato Grosso. Espero que o projeto do Senador Maguito Vilela seja aprovado, regulamentando a questão da reeleição no futebol. Gostaria somente de fazer o registro.

Não vou fazer aqui requerimento para saber dos benefícios que tem o Sr. Carlos Orione como Presidente da Federação, até por que entendo que o assunto é minúsculo diante daqueles de que estamos tratando, de âmbito nacional.

Mas gostaria, Sr. Presidente, de apresentar requerimento pedindo a transferência dos sigilos bancário e fiscal, em caráter de urgência, dos períodos de 1989 a 1997, de Ives Mendes, ex-presidente da, na época, Cobraf, agora Conaf.

Sr. Presidente, também estou apresentando um requerimento, porque recebi uma reclamação que considero inteiramente pertinente, inteiramente justa. Já que foram quebrados os sigilos bancário e fiscal

de, parece-me, quinze clubes, alguns dos quais de ex-presidentes de clubes, e informado que fui, ao telefone, de que há clubes cujos atuais presidentes fizeram negociações e estão entre os cinco que não foram incluídos na solicitação do Senador Geraldo Althoff – como não estava o Vitória –, estamos fazendo aqui uma justificativa e pedindo a complementação. Já temos quinze, vamos quebrar os dos outros cinco integrantes do Clube dos Treze, que é composto, na realidade, por vinte clubes. Vamos, então, quebrar o sigilo desses vinte e também dos atuais dirigentes desses clubes. Por exemplo, o atual presidente do Botafogo do Rio não teve o seu sigilo quebrado, e o ex-presidente teve.

Eu gostaria de apresentar esse requerimento também. Sei que não vai haver a deliberação, mas acho que assim, Sr. Presidente, estaremos fazendo justiça e impedindo disputas regionais que desmereceriam um ou outro dirigente. Aí fica claro. Não se suspeita de ninguém. Há a necessidade de a CPI investigar. Estou encaminhando esse requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradeço ao Senador Antero. O seu requerimento será colocado na pauta da primeira reunião do próximo ano. Quero justificar, mais uma vez, que a estratégia estabelecida pelo Senador Althoff foi a de apresentar requerimentos que levassem em conta o fato determinado. Alguns dirigentes não foram incluídos exatamente porque, pelo menos até este momento, a assessoria da CPI não encontrou o fato determinado que justificasse a apresentação do requerimento.

Mas aí há um critério, colocado pelo Senador Antero de Barros, de se incluir todos os integrantes do Clube dos Treze, e a Comissão vai deliberar na primeira reunião.

Quero também agradecer a presença do Deputado José Perrella, que havia solicitado a palavra. Regimentalmente, não há a hipótese de o Parlamentar da outra Casa se pronunciar nesta CPI, a menos que seja convocado oficialmente. Mas S. Exª apresenta uma documentação que a CPI recolhe, dando conta das transações efetuadas, com operações cambiais legais, junto ao Banco Central, da ordem de cerca de US\$55 milhões – na época, o dólar e o real eram similares –, também com certidões relativas à dívida ativa da União e certidão da Secretaria da Receita Federal.

Agradecemos ao Deputado José Perrella por essa gentileza e pela demonstração, pelo desejo, pela vontade política de colaborar com esta CPI.

Farei mais uma única pergunta ao depoente de hoje, antes do encerramento desta reunião.

Antes da pergunta, Presidente Ricardo Teixeira, uma afirmativa: "Creio não ser válido comparar os contratos celebrados pela CBF e por entidades representativas de outras seleções, não só porque reputamos o valor do futebol brasileiro, ímpar internacionalmente, pelos títulos, pelas conquistas, pelas celebrações, não só o atleta do século, mas tantos outros, não só por esta razão e, portanto, por possuirmos um futebol com valor superior aos demais, não só por isso, mas até porque, certamente, as cláusulas contratuais são diferentes e os direitos transferidos pela CBF à Nike e outros parceiros são também superiores a direitos transferidos, em outros países, por outras entidades representativas de seleções nos contratos celebrados. Essa é uma questão à qual, creio, não cabe voltar, em virtude de o Presidente já ter afirmado a sua posição e dito que, a seu ver, os contratos celebrados pela CBF são extraordinariamente vantajosos para a entidade e para o nosso País".

Por isso quero fazer a indagação. De um lado, o Presidente afirmou – e o objetivo é que ele possa esclarecer – que os contratos são extremamente vantajosos. Portanto, imagina-se que são de alta rentabilidade, transferindo para os cofres da CBF somas significativas. Em contrapartida, o Presidente da CBF afirma viver um déficit crônico de caixa na CBF, realizando inclusive empréstimos a taxas de juros eu não diria escorchantes, mas, afinal, bastante expressivas. A indagação que faço é a seguinte: o futebol brasileiro é inviável? Estátio desvalorizado que chega à inviabilidade econômica ou há falta de profissionalismo na direção da CBF? É a indagação que, respeitosamente, faço ao depoente.

O SR. RICARDO TEIXEIRA – Excelência, eu gostaria de esclarecer. Quando falei do déficit da CBF, quis me referir que ela já o traz antes do contrato com a Nike. Se V. Ex^as verificar, até porque V. Ex^as já devem ter recebido os documentos da contabilidade da CBF, no ano de 1999, por exemplo, tivemos uma despesa, somente com o futebol profissional, de mais de R\$13 milhões. Temos, hoje – e esse é, no meu modo de ver, um dos grandes problemas do futebol brasileiro –: os

salários, quer de jogadores, quer daqueles que militam no futebol, são realmente expressivos. Não se consegue ter em nenhum grande clube do Brasil ou até mesmo na sua seleção um grande profissional, um grande técnico que não ganhe muitos mil dólares por mês.

Vou dar um quadro que reputo muito importante: na Inglaterra, o país que tem mais recursos em matéria de televisão e de patrocínio para os seus clubes, pelo levantamento feito e que me foi entregue por um diretor da **Rede Globo**, quase todos os clubes fecharam em prejuízo no ano que passou. Enviarei esses dados depois. Para que V. Ex^a tenha uma noção, o único clube da Inglaterra que não teve esse tipo de problema foi o Manchester United, que é muito mais que um clube, é uma empresa, tanto que tem 100 lojas espalhadas pelo mundo. Inegavelmente, esse é um quadro, principalmente porque estamos passando por um momento – volta e repetir – completamente diferenciado do mundo, em que cerca de 70% a 75% dos recursos do clube vêm de televisão, enquanto no resto do mundo isso gira em torno de 30%.

Não digo que o futebol brasileiro é inviável, mas está passando por uma fase tão nítida, que o próprio Senado Federal criou uma CPI para discutir os assuntos do futebol. E acho que daqui poderão e deverão sair, certamente, grandes soluções para o futebol brasileiro, dentro do contexto da análise que será feita por todos aqueles Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não é propósito da Presidência desta Comissão debater com os depoentes. Por isso, esse debate não será realizado, mas desejo registrar que os empréstimos realizados pela entidade foram feitos posteriormente ao contrato da Nike-CBF.

Antes de concluir, gostaria de agradecer primeiramente aos órgãos públicos federais que colaboraram com esta CPI – a Receita Federal, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência, Banco Central, Polícia Federal e Ministério Público.

Agradeço notadamente à equipe de técnicos que assessoraram esta CPI e realizam um exaustivo trabalho de pesquisa, investigação e avaliação das informações que nos chegam. Esses técnicos por certo recebem, neste momento, o nosso estímulo para que possam trabalhar também com denodo durante o re-

cesso parlamentar, a fim de que esta CPI possa concluir seus trabalhos, oferecendo ao País um grande serviço, uma grande contribuição para que iniciemos um novo tempo no futebol brasileiro, não só como paixão nacional, mas como atividade econômica relevante, geradora de empregos, renda e receita pública.

O nosso agradecimento mais sincero e profundo a essa equipe que tem trabalhado incansavelmente ao lado do Senador Geraldo Althoff, para que o Senador possa cumprir o papel com a competência exuberante que vem demonstrando.

Nosso agradecimento também à imprensa que dá cobertura aos trabalhos desta CPI.

Voltaremos a nos reunir assim que os trabalhos do Senado Federal tiverem reinício, no próximo mês de fevereiro.

Muito obrigado a todos e ótimo recesso parlamentar aos integrantes desta Comissão.

(Levanta-se a reunião às 15h47min)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 3, DE 2001

“Dispõe sobre o Estatuto Constitutivo da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS.”

A Comissão Diretora do Senado Federal, com base no que estabelece a Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001 resolve:

Art. 1º A Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, criada pela Resolução nº 1, de 2001, fica constituída de acordo com o seguinte Estatuto:

ESTATUTO CONSTITUTIVO

CAPÍTULO I Da Universidade

Art. 1º A Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, criada pela Resolução nº 1, de 2001, é órgão integrante da estrutura do Senado Federal destinado à promoção e manutenção de instituições e atividades voltadas ao aprimoramento dos procedimentos legislativos e ao estudo, em alto nível, de questões estratégicas e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do País.

§ 1º A Unilegis tem sede em Brasília e atuação em todo o território nacional.

§ 2º Por proposta de seus órgãos superiores e obedecidos os trâmites pertinentes, a Unilegis, uma

vez implantada, poderá adotar as medidas necessárias com vistas a obtenção de sua plena autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial, nos termos do art. 207 da Constituição Federal e da Lei nº 9.394, de 1996.

Art. 2º Enquanto integrante da estrutura administrativa do Senado Federal a autonomia da Unilegis obedecerá aos seguintes parâmetros:

I – autonomia acadêmica, compreendendo competência para:

a) estabelecer a política de ensino, pesquisa e extensão;

b) criar, organizar, avaliar, modificar e extinguir cursos e programas;

c) estabelecer currículos e programas de cursos;

d) estabelecer número de vagas de cursos;

e) estabelecer o regime escolar e didático;

f) estabelecer critérios para seleção, admissão, promoção e habilitação de alunos;

g) estabelecer planos e programas de ensino, pesquisa e extensão; e

h) conferir graus, diplomas, títulos e outras dignidades universitárias.

II – autonomia administrativa que consistirá em:

a) estabelecer, de acordo com a legislação e as normas específicas, a política geral de administração da Unilegis, referente ao patrimônio de que dispuser e aos recursos que gerar, ou que lhe forem transferidos; e

b) aprovar e alterar seu Regimento e as resoluções normativas internas, de acordo com o estabelecido neste instrumento.

III – autonomia disciplinar, que consistirá em:

a) estabelecer critérios e normas adequados ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas a serem observados pelos corpos docente, discente e técnico e administrativo; e

b) prescrever medidas contra a inobservância dos preceitos adotados e estabelecer o regime de sanções pertinentes, com ênfase educativa, obedecidas as prescrições legais.

Art. 3º A Unilegis será regida:

I – pela legislação vigente;

II – pelas Resoluções do Senado Federal;

III – pelos Atos do Conselho Superior da Unilegis;

IV – por este Estatuto;

V – por seu Regimento; e

VI – por resoluções específicas, elaboradas em consonância com os textos legais referidos nos incisos anteriores.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 4º A Unilegis tem por objetivos precípuos a geração, o desenvolvimento, a transmissão e aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito das questões atinentes às competências legislativas e em especial à organização e aos processos legislativos, com vistas a:

I – contribuir para a construção de uma sociedade e uma educação cidadãs;

II – colaborar no processo de integração e de modernização dos parlamentos brasileiros, na esfera federal, estadual e municipal;

III – estimular o intercâmbio com legislativos estrangeiros, visando à troca de experiências e ao mútuo aperfeiçoamento;

IV – formar, especializar e desenvolver, de forma continuada, recursos humanos que atuem nos três níveis do Poder Legislativo, mediante a oferta de cursos de graduação, de pós-graduação, de extensão e seqüenciais, em distintos níveis, na modalidade de cursos presenciais e à distância;

V – fomentar o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas para o aprimoramento institucional, e o processo de desenvolvimento nacional aplicando os conhecimentos gerais ao exercício das competências legislativas;

VI – atuar, no âmbito de sua competência, junto à comunidade, no sentido de informar e esclarecer a respeito do papel do Legislativo e das instituições do Estado na vida nacional; e

VII – formar e treinar lideranças.

Parágrafo único. A Unilegis manterá mecanismos de cooperação com instituições nacionais, internacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO III Da Organização

SEÇÃO I Dos Órgãos Superiores

Art. 5º São órgãos da administração superior da Unilegis:

I – O Conselho Superior;

II – O Conselho Universitário;

III – A Reitoria, como órgão de coordenação acadêmica; e

IV – O Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, como órgão executivo.

SEÇÃO II Do Conselho Superior

Art. 6º O Conselho Superior é o órgão máximo de supervisão e deliberação da Unilegis e será presidido pelo Presidente do Congresso Nacional, na qualidade de Grã-Chanceler da Universidade do Legislativo Brasileiro.

SUBSEÇÃO I Da Constituição do Conselho Superior

Art. 7º O Conselho Superior da Unilegis será integrado:

I – pelo Presidente do Senado Federal;

II – pelos membros do Conselho de Supervisão do ILB;

III – pelo Reitor da Unilegis;

IV – pelo Diretor Acadêmico da Unilegis;

V – pelo Diretor-Geral do Senado Federal;

VI – pelo Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal;

VII – por 3 (três) representantes do corpo docente, a serem indicados na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Conselho Superior; e

VIII – por 2 (dois) cidadãos que se destaquem como personalidades representativas da vida política, econômica e cultural do País, com notório conhecimento em áreas afetas à atuação da Unilegis, a serem designados pela Comissão Diretora do Senado Federal;

Parágrafo único. Caso o Presidente figure impossibilitado de presidir as reuniões do Conselho Superior, será ele, nessas ocasiões, substituído pelo Presidente do Conselho de Supervisão do ILB.

SUBSEÇÃO II Das Atribuições

Art. 8º Compete ao Conselho Superior:

I – formular a política geral da Unilegis, nos planos acadêmico, administrativo e disciplinar;

II – aprovar os planos de desenvolvimento e expansão da Unilegis;

III – aprovar a proposta do orçamento anual da Unilegis;

IV – estabelecer a política referente à celebração de contratos, acordos e convênios, fixando instâncias competentes para sua aprovação;

V – fixar valores a serem cobradas pela execução de serviços;

VI – criar prêmios e honrarias acadêmicas e aprovar sua concessão;

VII – aprovar o plano de trabalho anual da Unilegis, bem como seu relatório de execução;

VIII – deliberar em decisão terminativa sobre os recursos submetidos à Unilegis;

IX – aprovar a concessão de bolsas de pesquisa, ensino e extensão, bem como fixar seus valores e condições; e

X – estabelecer as condições para criação e atribuição de atividades acadêmicas curriculares, e aprovar o funcionamento dos cursos oferecidos, com os respectivos Regimentos.

Art. 9º O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, nos meses de março, setembro e novembro de cada ano, ou, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente.

SEÇÃO III Do Conselho Universitário

Art. 10. O Conselho Universitário é o órgão deliberativo superior das atividades acadêmicas da Unilegis, de acordo com as normas e diretrizes fixadas pelo Conselho Superior.

SUBSEÇÃO I Da Constituição

Art. 11. O Conselho Universitário será constituído:

I – pelo Reitor;

II – pelo Diretor-executivo do ILB;

III – pelo Diretor Acadêmico da Unilegis;

IV – por três representantes do corpo técnico-docente, a serem indicados na forma do Regimento Interno do Conselho Universitário; e

V – por 3 (três) representantes do corpo discente, a serem indicados na forma do Regimento Interno do Conselho Universitário.

Parágrafo único. O Conselho será presidido pelo primeiro e, em caso de eventual impedimento, pelo segundo.

Subseção II Das Atribuições

Art. 12. Compete ao Conselho Universitário:

I – submeter ao Conselho Superior as propostas de:

a) ensino, pesquisa e extensão da Unilegis;

b) criação de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu;

c) suspensão temporária e extinção de cursos;

d) acompanhamento e avaliação de cursos de extensão, especialização, atualização, aperfeiçoamento,

bem como de cursos seqüenciais que proporcionem certificado; e

e) regulamentação dos processos de seleção de candidatos aos cursos da Unilegis;

f) planos experimentais de ensino e de verificação do rendimento escolar;

g) contratos, acordos e convênios destinados ao ensino, à pesquisa e à extensão, submetendo seus relatórios à aprovação do Conselho Superior, em casos específicos.

II – regulamentar os procedimentos referentes à matrícula de candidatos aos cursos e outros eventos referentes à vida acadêmica;

III – aprovar o cadastro técnico-docente da Unilegis;

IV – elaborar seu Regimento e manifestar-se, no que for da sua competência específica, sobre modificação deste Estatuto e dos Regimentos, para apreciação do Conselho Superior e da Comissão Diretora, conforme seja o caso

V – estabelecer o regime e o calendário escolar;

VI – decidir, preliminarmente, sobre recursos ou representações referentes à matéria de ensino, pesquisa e extensão submetidos à sua apreciação;

VII – deliberar, preliminarmente, sobre questões relativas à avaliação acadêmica e institucional dos cursos;

VIII – propor ao Conselho Superior a criação de colegiados especiais;

IX – deliberar sobre qualquer matéria de ensino, pesquisa e extensão não incluída na competência de outros órgãos; e

X – supervisionar administrativamente a vida acadêmica da Unilegis.

Art. 13. Das decisões do Conselho Universitário caberá recurso para o Conselho Superior.

Subseção III Do Funcionamento

Art. 14. O Conselho Universitário reunir-se-á ordinariamente na segunda semana de cada mês letivo ou sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, para deliberar sobre pauta específica, constante do ato de convocação.

SEÇÃO IV Da Reitoria

Art. 15. A Reitoria, órgão de coordenação acadêmica, é composta:

I – pelo Reitor;

II – pelo Diretor Administrativo; e

III – pelo Diretor Acadêmico.

Art. 16. O Reitor da Unilegis será nomeado pelo Presidente do Senado Federal.

Subseção I Do Reitor

Art. 17. São atribuições do Reitor:

I – representar extrajudicialmente a Unilegis;

II – superintender as atividades da Unilegis, conforme diretrizes fixadas pelo Conselho Superior;

III – apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário, nos termos deste Estatuto e dos Regimentos, o programa de trabalho, o orçamento e o relatório anual;

IV – conferir graus, diplomas, certificados acadêmicos, títulos honoríficos e prêmios;

V – firmar contratos, acordos e convênios, diretamente ou por delegação; e

VI – desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo, delegando a seu critério, aos Diretores Administrativo e Acadêmico, atribuições relativas às respectivas funções.

Subseção II Do Diretor Acadêmico

Art. 18. O Diretor Acadêmico, indicado em lista tríplice pelo Conselho Universitário, dentre os integrantes do cadastro técnico-docente da Unilegis, será designado pelo Reitor da Unilegis, para um mandato de dois anos, permitida a recondução.

Art. 19. São atribuições do Diretor Acadêmico:

I – acompanhar, junto aos órgãos de planejamento, a formulação e a criação de cursos de titulação acadêmica, em nível de graduação e pós-graduação;

– manter o cadastro técnico-docente e o registro de alunos;

III – instruir os processos de contratação do pessoal técnico-docente;

IV – acompanhar a execução dos cursos;

V – encaminhar propostas ao Conselho Universitário e fazer cumprir suas decisões; e

VI – substituir o Reitor na área de sua competência.

Subseção III Do Diretor Administrativo

Art. 20. A Direção Administrativa da Unilegis será exercida pelo Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB.

Art. 21. São atribuições do Diretor Administrativo:

I – substituir o Reitor, na área de sua competência;

II – prover a Unilegis dos recursos necessários ao seu funcionamento; e

III – supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos da Unilegis, na área administrativa, zelando pela fiel aplicação das normas e pela eficácia administrativa dos processos.

CAPÍTULO IV Do Órgão Executivo, da Estrutura Docente e do Apoio Técnico-Operacional

SEÇÃO I Do Órgão Executivo

Art. 22. O ILB, além das atribuições conferidas pela Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, é o órgão executivo da Unilegis, sendo responsável pela gestão dos recursos financeiros a ela transferidos, pela disponibilização de pessoal e contratação de serviços, nos termos de cada projeto aprovado, e respectivo orçamento, pelo fornecimento de meios para execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão e outras previstas neste Estatuto, no âmbito de sua competência.

SEÇÃO II Da Estrutura Docente

Art. 23. A estrutura docente da Unilegis será composta de um cadastro técnico-docente constituído de nominata de servidores adequadamente titulados, pertencentes aos quadros do Senado Federal e de outras casas legislativas, inclusive parlamentares dos diversos níveis legislativos, bem como integrantes de outros órgãos do Poder Público e personalidades do País e do exterior, reconhecidas por sua notória competência e identificadas com os princípios e objetivos da Unilegis.

§ 1º. O pessoal técnico-docente da Unilegis será selecionado em razão de curso ou atividade específica programada, nos termos deste Estatuto.

a partir das habilitações constantes do referido cadastro.

§ 2º. Caberá ao Conselho Universitário, consideradas as exigências da lei e as especificidades da Unilegis, aceitar a inclusão dos candidatos a compor o cadastro técnico-docente.

Art. 24. O Conselho Superior proporá a Comissão Diretora do Senado Federal a edição de normas estabelecendo as condições de gratificação ou remuneração dos serviços técnicos-docentes da Unilegis, que ocorrerá sempre por projeto específico.

SEÇÃO III Do Apoio Técnico-Operacional

Art. 25. O apoio operacional para o desenvolvimento dos programas e atividades da Unilegis será prestado por todos os órgãos do Senado Federal, capazes de instrumentalizar a Universidade na execução de seus objetivos.

CAPÍTULO V Do Patrimônio

Art. 26. Enquanto órgão integrante de sua estrutura, o Senado Federal disponibilizará em favor da Unilegis a infra-estrutura física e material necessária a seu funcionamento.

Art. 27. Independentemente de recursos provenientes da remuneração pelos serviços que oferecer, o Senado Federal consignará, anualmente recursos necessários para a manutenção da Unilegis.

CAPÍTULO VI Disposições Gerais e Transitárias

Art. 28. A Unilegis expedirá os seguintes certificados e diplomas:

I – certificados de:

a) conclusão de cursos de aperfeiçoamento, de especialização, de extensão e de outras modalidades que forem fixadas pelos órgãos competentes;

b) de participação e aprovação em atividades acadêmicas curriculares;

II – diplomas ou certificados de graduação ou pós-graduação, por si ou em parceira com outras ins-

tituições universitárias, obedecidas as normas que regem a matéria.

Art. 29. O Conselho Superior aprovará o Regimento Geral da Unilegis, seu próprio Regimento, no prazo de cento e oitenta dias, cabendo ao Conselho Universitário e ILB, durante este prazo, elaborarem seus respectivos regimentos e regulamentação interna.

Art. 30. Enquanto não for constituído plenamente o Conselho Universitário e o Cadastro técnico-docente, bem como aprovado o Regimento Geral da Unilegis, cabe ao Reitor, individualmente, ou à Reitoria, de forma colegiada, adotar as medidas necessárias à implantação da Unilegis e o seu pleno funcionamento.

Art. 31. É vedado à Unilegis tomar posição sobre questões políticopartidárias e religiosas, bem como adotar medidas baseadas em preconceitos de qualquer natureza.

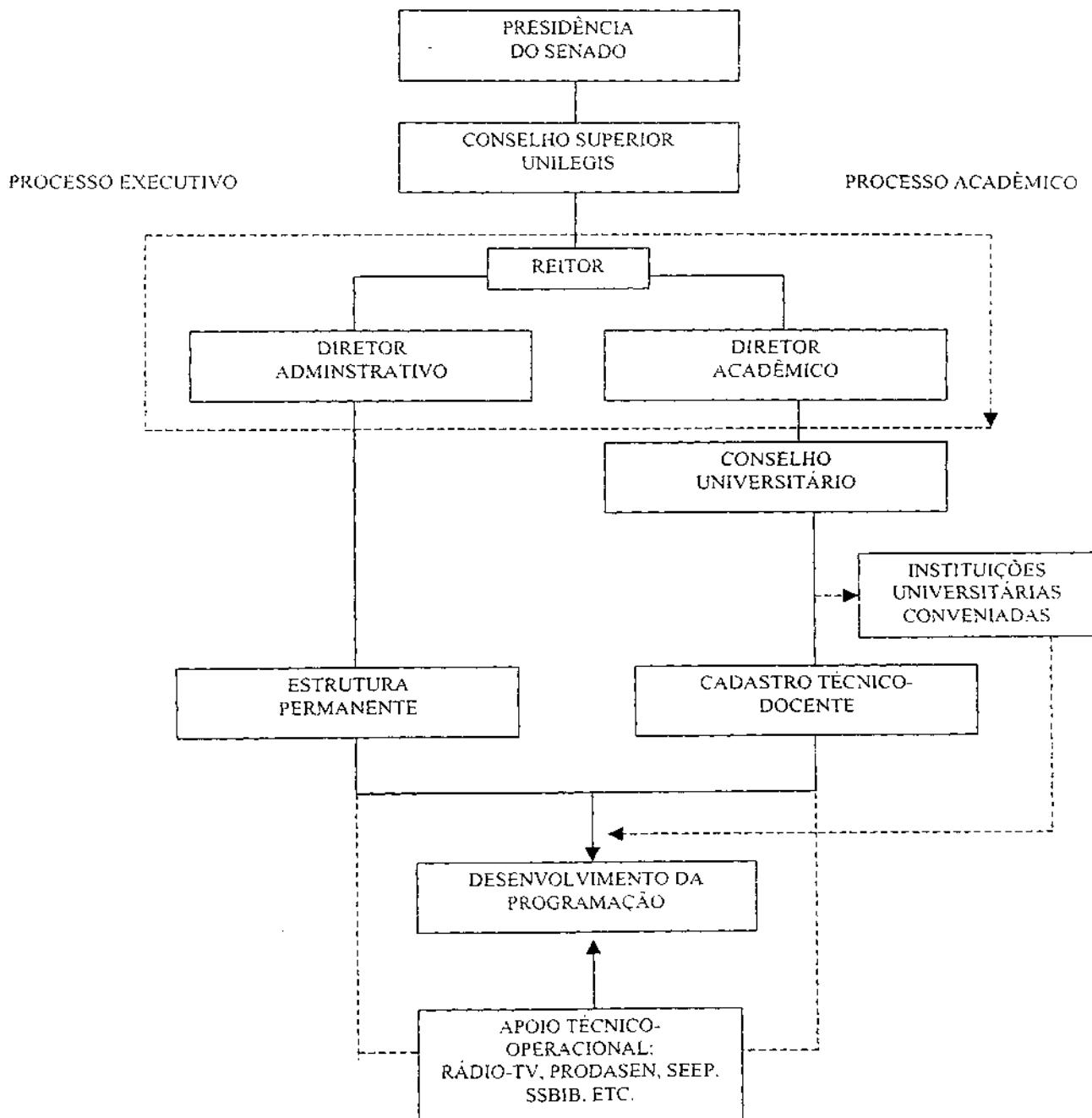
Art. 32. É garantida a liberdade de manifestação de pensamento e a livre produção e transmissão de conhecimento".

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2001.

SENADO FEDERAL - UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO
- UNILEGIS -
ORGANOGRAMA FUNCIONAL



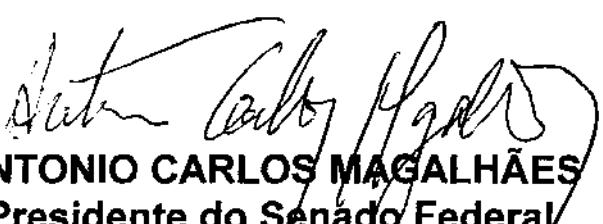
**ATO DO PRESIDENTE
Nº 008 , DE 2001**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares,

RESOLVE

exonerar **FERNANDO CÉSAR DE MOREIRA MESQUITA** do cargo, em comissão, de Diretor da Secretaria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2001.

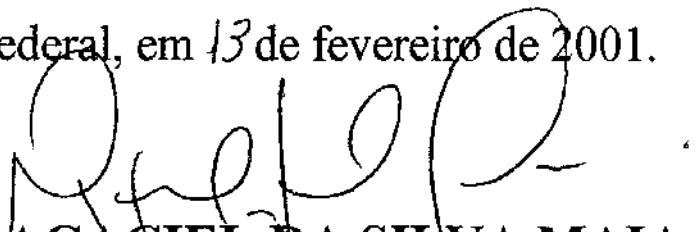
Senado Federal, 13 de fevereiro de 2001.


ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 129 , DE 2001

O Diretor-Geral do Senado Federal no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000119/01-6, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, o servidor **HÉRCIO AFONSO DE ALMEIDA**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, nos termos do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20/98, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea “c”, da Lei nº 8.112, de 1990, com as vantagens previstas nas Resoluções 59/91, 51/93, 74/94 e 05/95 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001.



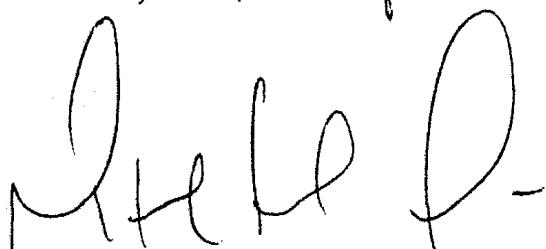
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 130 DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001840/01-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NAILSON DE SOUZA ALVES**, matrícula n.º 30302, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



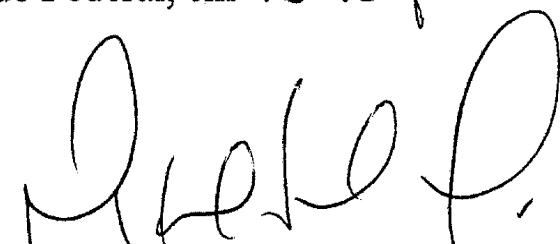
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 131, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001839/01-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIANA GOMES PINHEIRO**, matrícula n.º 31310, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



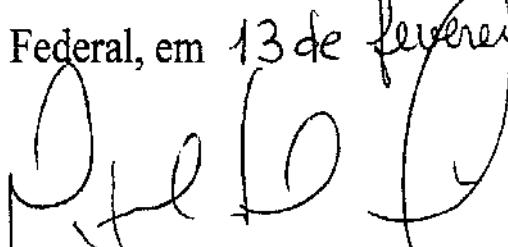
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 132, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001838/01-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALDIVAM DA SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001

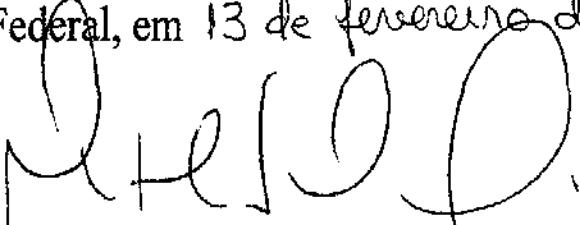

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 133, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001841/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO DE HOLANDA MENEZES JUCÁ**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 134 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001799/01-0,

RESOLVE designar o servidor JORGE EMIDIO VENTURA, matrícula 3623, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001

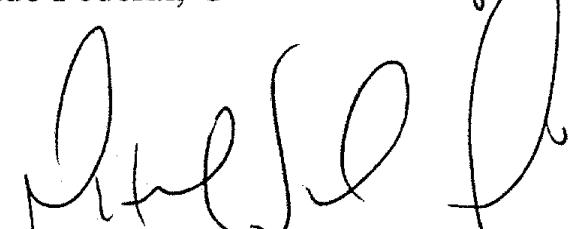

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 135 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001698/01-0,

RESOLVE designar o servidor CESARIO RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 2787, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



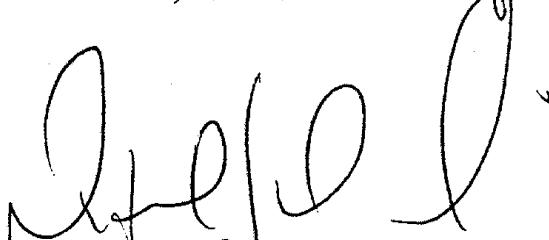
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 136 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001699/01-6,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ PEREIRA DA SILVA FILHO, matrícula 3624, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001

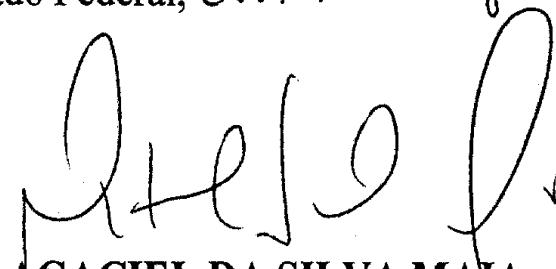

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 137 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001684/01-9,

RESOLVE designar o servidor GLAUCIO RIBEIRO DE PINHO, matrícula 4398, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Alvaro Dias, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



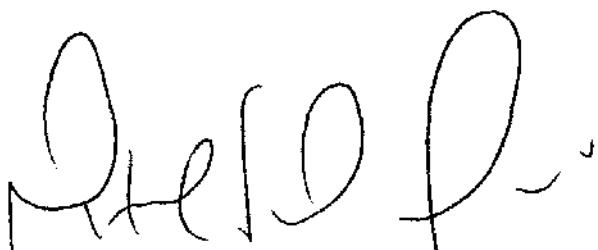
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 138 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001798/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora ERENICE CORREA MORAES, matrícula 3067, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Moreira Mendes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 139, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001736/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor MOMEDE RAMIRO DA SILVA, matrícula 3554, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Luiz Pontes, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, com efeitos financeiros a partir de 07 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 140, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014906/00-7,

RESOLVE dispensar o servidor EVERALDO BOSCO ROSA MOREIRA, matrícula 5239, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Atividade Policial, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 14 de novembro de 2000.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 141, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001617/01-0,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ AUDILIO FERREIRA LIMA, matrícula 2804, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 05 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 142 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001715/01-1,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ AUDILIO FERREIRA LIMA, matrícula 2804, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Emilia Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 2000.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 43, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000227/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ MARCOS FERREIRA FONSECA, matrícula 3079, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Anais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Informações, com efeitos financeiros a partir de 04 de janeiro de 2001.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 2001



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 144, DE 2001**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, resolve:

Art. 1º Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a Secretaria Especial de Editoração e Publicações e a empresa abaixo relacionada:

CEB – Companhia Energética de Brasília – Contrato para fornecimento de energia elétrica (Processo nº 10/01-4 – Inexibilidade de Licitação) – Titular: Lênio Nogueira de Azevedo Maia Pacheco, matrícula 3212; Substituto: Sílvio Coelho Guimarães, matrícula 3385.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 2001. – **Agiel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 145, DE 2001**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o art. 19, parágrafo único, do ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, resolve:

Art. 1º Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a Secretaria Especial de Editoração e Publicações e a empresa abaixo relacionada:

Companhia de Água e Esgotos de Brasília/CAESB – Contrato para fornecimento de água e recolhimento de esgoto (Processo nº 52/01-9 – Inexibilidade de Licitação) – Titular: Lênio Nogueira de Azevedo Maia Pacheco, matrícula 3212; Substituto: Mário Hermes Stanziona Viggiano, matrícula 3862.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de fevereiro de 2001. – **Agiel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO SOLENE DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA ÀS 16 HORAS DO DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2001, NO SALÃO BRANCO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DESTINADA A CONDECORAR O SENHOR

PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, MINISTRO CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO, NO GRAU DE GRÃ-CRUZ

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Solenidade de entrega da Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional ao Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

A Ordem do Congresso Nacional foi criada pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, com o objetivo de “galardoar as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que se tenham tornado dignas do especial reconhecimento do Poder Legislativo brasileiro.”

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, foi admitido no grau de Grã-Cruz, reservado a Chefe de Estado, Chefe de Governo, Vice-Presidente da República, Presidente do Supremo Tribunal Federal e personalidades de hierarquia equivalente.

Convidamos para proferir a leitura do Ato de Nomeação o Ilmº Sr. Raimundo Carreiro Silva, Secretário-Geral da Mesa do Congresso Nacional.

O Sr. Secretário-Geral da Mesa Raimundo Carreiro Silva – Ordem do Congresso Nacional.

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 1, DE 2001

De acordo com o art. 1º do Regimento Interno da Ordem do Congresso Nacional, criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, é nomeado membro da Ordem e agraciado com a condecoração de Grã-Cruz o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

Brasília, 30 de janeiro de 2001.

Grão-Mestre da Ordem: Senador Antonio Carlos Magalhães.

Chanceler da Ordem: Deputado Michel Temer.

Secretário da Ordem: Deputado Nelson Trad.

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Senhoras e Senhores, neste momento, será agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional o Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

(Procede-se ao Ato de Condecoração.)

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Com a palavra, o Exmº Sr. Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados e Chanceler da Ordem do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães;

eminente Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário Velloso; Srs. Ministros; senhoras e senhores:

Quero dizer, pessoalmente, da grande satisfação que tenho de participar desta solenidade. Esta honraria, Ministro Velloso, é entregue a pessoas grandes no sistema institucional brasileiro, mas graduadas não apenas, e sim graduadas e com serviços efetivamente prestados ao País.

Como Ministro-Presidente do Supremo Tribunal Federal, V. Ex^a recebe, neste momento, esta honraria. O diploma e a faixa que V. Ex^a recebe, como todos os diplomas e faixas desta natureza, visam fazer com que a homenagem do presente instante não seja esquecida no futuro, para que, de vez em quando, ao examinar os seus guardados, V. Ex^a se recorde de que, num dado momento - está documentado por escrito, e ali está a sua faixa -, o Poder Legislativo Nacional reconheceu a grandeza da sua figura como homem público, jurista, Ministro do Supremo e agora como Presidente desta Alta Corte do País.

Certa e seguramente, por deliberação do Senador Antonio Carlos Magalhães e por minha própria, esta honraria também é algo que visa a enaltecer a atividade da Suprema Corte do País. A Constituição é a autoridade da suprema do País. É por meio dela que os Governantes exercitam os seus poderes e a ela prestam sempre obediência. Se o Legislativo é importante, porque produz a norma inaugural do sistema jurídico, mais fundamental é exatamente a atividade daqueles que têm o dever de guardar a sua integridade, a sua identidade, a sua totalidade. E este Supremo Tribunal Federal, presidido por V. Ex^a, tem exatamente cumprido essa tarefa excelsa do nosso sistema jurídico constitucional.

Portanto, nestas breves palavras, registro, primeiro no plano oficial, a minha satisfação de presidir a Câmara dos Deputados, quando V. Ex^a recebe este galardão, mas também, se me permite a breve liberdade – pois nos conhecemos há mais de 25 anos – há um sentimento pessoal, derivado da amizade, que me faz engrandecer: tenho amigos que são capazes de receber, como V. Ex^a o faz agora, a maior honraria do Poder Legislativo Nacional. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

(Palmas.)

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Com a palavra, o Exmº Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem do Congresso Nacional.

O Sr. Presidente do Congresso Nacional e Grão-mestre Antonio Carlos Magalhães – Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário Velloso; Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal; minhas senhoras e meus senhores:

Há dois anos precisamente, e neste mesmo local, homenageávamos um Presidente que soube enaltecer esta Corte e que ainda nela permanece com o brilho da sua inteligência e, sobretudo, com as suas decisões claras, objetivas, imparciais, a serviço da Justiça do Brasil: o Ministro Celso de Mello.

Hoje aqui estou para prestar idêntica homenagem ao Chefe do Supremo Tribunal Federal, a maior autoridade judiciária do Brasil: o Ministro Carlos Mário Velloso, que, até chegar aqui, fez uma carreira pontilhada de êxito e, sobretudo, honrando sempre todas as togas que vestiu.

Daí por que vejo a esta Casa, que, por mais divergências que possa ter em relação ao Poder Judiciário como um todo, tem sido um exemplo, para o Brasil, de dignidade e de distribuição de justiça, de coragem e independência entre os Poderes, fator fundamental para que a democracia possa funcionar em sua plenitude.

Vejo, em todos os Ministros, exemplos de competência e de dignidade. Agora, inclusive, uma senhora das mais brilhantes do País integra esta Alta Corte. Vejo também, com muita satisfação, duas figuras que permaneceram nesta Casa e que souberam honrar a Justiça no Brasil: os Ministros Xavier de Albuquerque e Aldir Passarinho.

Isso é uma demonstração de que tem sido tradição desta Casa bem cumprir seus deveres. Pode ser até incompreendida, mas tem demonstrado ao País, por meio de seus onze membros, a seriedade, a dignidade, o exercício, diferente até de outras instituições, porque se sabe que aqui se faz a justiça, aqui não se pratica o nepotismo. Este é realmente um Tribunal que honra este País, como honraria qualquer outro país do mundo.

Vejo tantas figuras ilustres. Poderia falar sobre todas elas, mas quero resumir – acredito que agrado a todos – traduzindo a minha admiração a esse que é, a nosso ver, a figura maior dos juristas brasileiros que atuam na Corte, onde tem servido com zelo, como o seu tempo permaneça às vezes até fechar de mais – talvez porque julgue que assim exige sua profissão. Refiro-me à figura notável do Ministro Moreira Alves. (Palmas.)

Ministro Carlos Mário Velloso, eu poderia falar sobre toda a sua vida, mas não preciso, porque o seu trabalho na Corte já o faz por si só, marcan do a sua presença entre as melhores figuras da Justiça brasileira. Todavia, estes depoimentos são importantes, porque vêm de representantes do povo brasileiro em Casas políticas, muitas diferentes, portanto, da atuação de um Supremo Tribunal, onde há grandes figuras, outras, nem tanto, mas todas elas procuraram, de certo modo, representar a coletividade de onde vieram.

Por tudo isso, devo dizer a V. Ex^a que esta homenagem não é apenas da Câmara dos Deputados e do

Senado Federal, representados pelo Presidente Michel Temer e por mim. Quem está falando aqui não é o Presidente do Congresso, mas, pela minha voz, o povo brasileiro, para agradecer a atuação de V. Ex^a como Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Ouviremos agora o pronunciamento do Exm^º Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

O Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário Velloso – Exm^º Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional; Exm^º Sr. Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Srs. Ministros, de ontem e de hoje; Srs. Embaixadores; Srs. Parlamentares; Eminent Advogado-Geral da União, Ministro Gilmar Mendes; demais autoridades aqui presentes; Sr. Desembargador José Fernandes, Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça; Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí; Srs. Jornalistas; servidores do Supremo Tribunal Federal, nossos companheiros de trabalho; minhas senhoras e meus senhores:

Quando a Academia Brasileira de Letras e a B'nai B'rith outorgaram-me a Medalha de Honra Austregésilo de Athayde, registrei que Maurice Maeterlink, Prêmio Nobel de Literatura, cioso do uso das palavras, lembrou que há momentos para calar e momentos para falar. Estou certo de que o ilustre escritor belga incluiria este momento como aquele em que se deve falar a fim de expressar o sentimento de gratidão.

Ser convidado para receber das mãos do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional confere ao ato caráter especial. Estou consciente, ademais, do alto significado que representa ter sido incluído na lista dos integrantes da Ordem do Congresso Nacional. Democrata convicto, tenho pelo Parlamento, onde se assentam os representantes do povo, assim os nossos representantes, respeito, admiração e estima. Na verdade, é quase um lugar comum, lugar comum porque verdade incontrastável, que sem parlamento não há democracia.

Agradeço, pois, comovidamente aos eminentes Presidentes Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, homens públicos com larga folha de serviços prestados à Nação, autênticos estadistas, a honra que me conferem. Recebo-a, repito, agradecido, e a credito, sobretudo, à Casa que presido, o Supremo Tribunal Federal, de tão caras tradições, que Levi Carneiro disse ser a jóia das instituições republicanas.

Diante dos Chefes do Poder Legislativo, aqui presentes, razoável seria fazer algumas reflexões, ainda que muito breves, reflexões, aliás, que fizemos no discurso linhas atrás aludido.

O Direito é disciplina cuja eficiência se mede, registrou Santo Tiago Dantas, pela forma com que modera e contrasta as forças que atuam no sentido da desagregação social. O seu objetivo maior, pois, é a preservação do equilíbrio da sociedade, a fim de realizar a convivência social, a paz social e a felicidade das pessoas.

Preservar o Estado Democrático de Direito, os direitos fundamentais, os direitos individuais, coletivos e sociais, eliminar as desigualdades sociais é tarefa imprescindível, que se faz com observância da ordem jurídica, dado que sem o direito, ou à margem deste, não há salvação, advertiu Rui. É essencial ter-se visão ampla da sociedade, dos seus problemas, de sua história e do seu destino. É dizer, o fato social, que a norma vai regular, há de ser considerado e compreendido.

A atuação do Parlamento, no ponto, é de fundamental importância, pois é ele que fornece as linhas básicas da ordem jurídica.

Do que foi dito pode-se concluir, de outro lado, que o direito não pode ser suavizado, pelo juiz, sob a ótica puramente positivista, já que as questões sociais não interessam somente ao sociólogo, mas também ao jurista e ao juiz, cumprindo a este, ademais, não se contentar apenas com a justiça formal. As construções jurisprudenciais, presente, por exemplo, a lição de Holmes, de que o direito é sobretudo experiência e não lógica pura, ou a tese de Ortega Y Gasset, de que a lógica do direito é a lógica do razoável, correspondendo ambas as proposições, de certa forma, ao método sociológico de Benjamin Cardozo e Roscoe Pound, em que o elemento político-social deve interferir na interpretação da lei, com vistas à satisfação do interesse público e dos superiores interesses da coletividade.

Essas idéias sugerem, forçosamente, uma outra, a de que é preciso aperfeiçoar o órgão e os instrumentos que exercitam a função jurisdicional, que diz o direito, para o fim de fazê-la mais ágil, mais rápida, mais eficaz.

A reforma do Judiciário, em termos constitucionais e em termos de normas processuais, é inadiável. É que estas, numa desproporcional preocupação com o litigante, contêm formalismo excessivo e permitem um tal número de recursos, pelos quais nada se paga, que tornam inevitável a lentidão processual. A solução dessas questões depende do Poder que faz as leis, já que não podemos, os juízes, usurpar funções do Legislativo. Cabe, portanto, ao Congresso, que tem a legitimidade do voto, aperfeiçoar a legislação processual inadequada. De nossa parte, es-

tamos prontos a colaborar, veiculando idéias, prestando esclarecimentos.

Fortalecer o Poder Judiciário, aproximá-lo do povo, proporcionará à sociedade uma justiça ágil, pronta, barata, de acesso fácil, é também importante, que só os homens com espírito de estadista comprehendem.

Estamos em tempo de reforma do Judiciário.

Os eminentes Presidentes do Senado e da Câmara, Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Michel Temer, têm demonstrado, por palavras e atos, que desejam o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional. Ambos são homens públicos com a visão de estadista a que nos referimos.

É propósito o momento, pois, para a reafirmação do compromisso de que estaremos, parlamentares e

juízes, ombro a ombro na tarefa de proporcionar à sociedade brasileira a justiça que essa sociedade merece e a que tem direito.

Na realização desse desiderato, somos cumplices, meus Senhores.

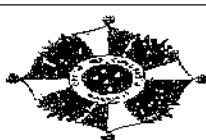
Reitero aos eminentes Senador Antonio Carlos Magalhães e Deputado Michel Temer os meus sinceros agradecimentos pela Medalha que me concedem, que tudo farei para honrar e dignificar.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O Sr. Mestre de Cerimônia Carlos Rudiney Arquelho Mattoso – Está encerrada a solenidade.

(Encerra-se a solenidade às 16h42min.)



ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

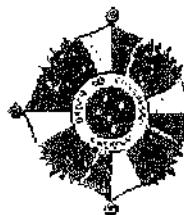
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2001.

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e um, às dez horas, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho da Ordem do Congresso Nacional, no Gabinete do Presidente do Senado Federal e Grão-Mestre da Ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães. Presentes o Grão-Mestre, Senador Antonio Carlos Magalhães, o Chanceler, Deputado Michel Temer e os Senhores Conselheiros: Senadores Geraldo Melo, Ademir Andrade, Ronaldo Cunha Lima, Nabor Júnior, Casildo Maldaner, José Sarney, Carlos Patrocínio e José Agripino; Deputados Heráclito Fortes, Severino Cavalcanti, Ubiratan Aguiar, Nelson Trad, Jaques Wagner, Efraim Moraes, Ronaldo César Coelho e Luiz Carlos Hauly. Constatado quorum regimental, o Grão-Mestre deu início aos trabalhos e de acordo com o artigo sexto do Regimento Interno do Conselho da Ordem do Congresso Nacional e por indicação do Grão-Mestre e Chanceler da Ordem, foi ratificado o nome do Deputado Nelson Trad, Segundo-Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, como Secretário do Conselho. Em seguida, o Grão-Mestre, Senador Antonio Carlos Magalhães esclareceu que a finalidade da reunião era para apreciação de proposta, de sua autoria, para admissão na Ordem do Congresso Nacional, no grau de Grã-Cruz, do Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, pelos altos méritos pessoais e profissionais e os relevantes serviços prestados à Nação que o tornam amplamente merecedor do reconhecimento do Poder Legislativo. Designado relator da matéria, o Conselheiro da Ordem e Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Heráclito Fortes que ofereceu parecer oral, exaltando a trajetória do agraciado no mundo das ciências jurídicas do País, exemplar Magistrado e cíntero como jurista. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar eu,

Nelson Trad, Deputado Nelson Trad, Secretário do Conselho, levou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Grão-Mestre da Ordem Antonio Carlos Magalhães.

Ademir Andrade

Senador Antonio Carlos Magalhães



ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

LISTA DE PRESENÇA

SENADOR CASILDO MULDANER - Quarto-Secretário

SENADOR JOSÉ AGripino - Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

SENADOR JOSÉ SARNEY - Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

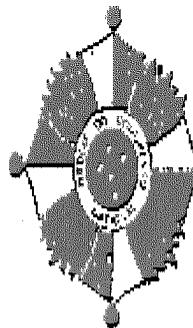
DEPUTADO HERÁCLITO FORTES - Primeiro Vice-Presidente

DEPUTADO SEVERINO CANALANTI - Segundo Vice-Presidente

DEPUTADO UBRATAN AGUIAR - Primeiro-Secretário

DEPUTADO NELSON TRAD - Segundo-Secretário

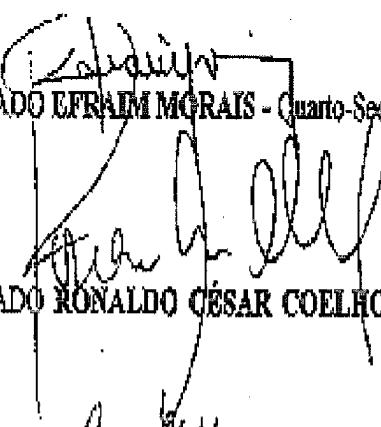
DEPUTADO JAQUES WAGNER - Terceiro-Secretário

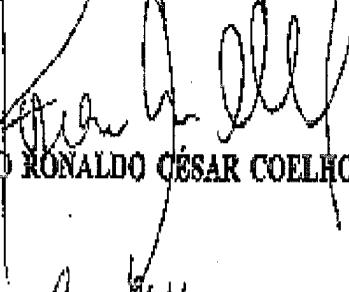


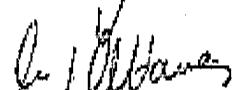
ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

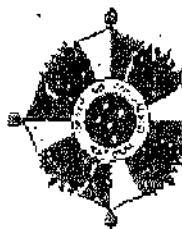
CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

LISTA DE PRESENÇA

DEPUTADO EFRAIM MORAIS - Quarto-Secretário


DEPUTADO RONALDO CÉSAR COELHO - Presidente da Comissão de Constituição e
Justiça e da Redação


DEPUTADO LUIZ CARLOS DAULY - Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de
Defesa Nacional


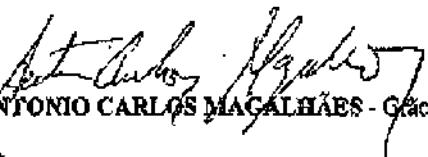


ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

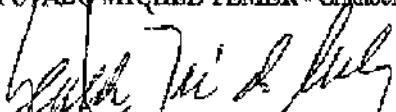
CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

LISTA DE PRESENÇA

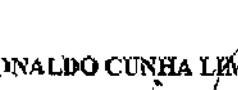
30 DE JANEIRO DE 2001.


SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Grão-Mestre


DEPUTADO MICHEL TEMER - Chanceler


SENADOR GERALDO MELO - Primeiro Vice-Presidente

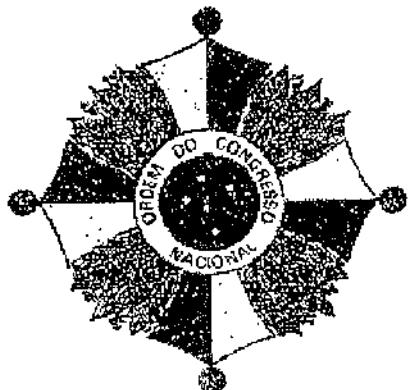

SENADOR ADEMIR ANDRADE - Segundo Vice-Presidente


SENADOR RONALDO CUNHA LIMA - Primeiro-Secretário


SENADOR CARLOS PATROCÍNIO - Segundo-Secretário


SENADOR NABOR JÚNIOR - Terceiro-Secretário

Ordem do Congresso Nacional



ATO DE NOMEAÇÃO Nº 001 , DE 2001

De acordo com o art. 1º do Regimento Interno da Ordem do Congresso Nacional, criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23 de novembro de 1972, é nomeado membro da Ordem e agraciado com a condecoração de Grã-Cruz o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

Brasília, 30 de Janeiro de 2001.


Grao-Mestre da Ordem


Chanceler da Ordem


Secretario da Ordem